

Conferência sobre o Futuro da Europa

RELATÓRIO SOBRE O RESULTADO FINAL

Maio de 2022



**O futuro
está nas tuas mãos**



Conferência
sobre o **Futuro**
da Europa

Índice

Introdução	5
I. A arquitetura da Conferência	6
II. A participação na Conferência: o contributo dos cidadãos	10
(A) Plataforma digital multilingue	11
(B) Painéis de cidadãos	15
1. Painéis de cidadãos europeus	15
2. Painéis de cidadãos nacionais	22
(C) Eventos organizados no âmbito da Conferência	26
1. Eventos nacionais	26
2. Encontro Europeu da Juventude (EYE)	32
3. Outros eventos	32
III. O Plenário da Conferência	34
(A) O papel e os trabalhos do Plenário	35
(B) Grupos de trabalho	36
(C) Resumo cronológico	37
IV. As propostas do Plenário	42
Considerações finais do Conselho Executivo	92
Anexos	100
I – Recomendações dos quatro painéis de cidadãos europeus	
II – Recomendações dos quatro painéis de cidadãos nacionais	
III – Referências aos resultados dos eventos nacionais	
IV – Referência ao relatório da Plataforma Digital Multilingue	
V – Copresidentes da Conferência sobre o Futuro da Europa e membros do Secretariado Comum	

Introdução

Em 10 de março de 2021, o presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o primeiro-ministro de Portugal, António Costa, em nome da Presidência do Conselho da União Europeia, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, assinaram a Declaração Comum sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa. O seu compromisso era simples: permitir que um exercício centrado nos cidadãos e realizado da base para o topo fizesse com que todos os europeus tivessem uma palavra a dizer sobre o que esperavam da União Europeia e que desempenhassem um papel mais importante na definição do futuro da União. Em contrapartida, a sua tarefa apresentava um desafio imenso: a organização, pela primeira vez, de um exercício transnacional, multilingue e interinstitucional de democracia deliberativa, que envolvesse milhares de cidadãos europeus, bem como intervenientes políticos, parceiros sociais, representantes da sociedade civil e importantes partes interessadas, nos termos do artigo 16.º do Regulamento Interno da Conferência.

Em 9 de maio de 2022, após meses de intensas deliberações, a Conferência concluiu os seus trabalhos, apresentando um relatório sobre o resultado final, que inclui 49 propostas dirigidas às três instituições da UE. As propostas refletem as expectativas dos cidadãos europeus sobre nove tópicos: Uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital; democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança; alterações climáticas e ambiente; saúde; a UE no mundo; e migração. Todas elas são apresentadas no presente relatório final, que visa igualmente fornecer uma panorâmica das várias atividades realizadas no contexto do processo único que foi a Conferência sobre o Futuro da Europa.

Dirigida por três copresidentes – Guy Verhofstadt pelo Parlamento Europeu, Ana Paula Zacarias, Gašper Dovžan e Clément Beaune, sucessivamente pelo Conselho da UE, e Dubravka Šuica, pela Comissão Europeia – e conduzida por um Conselho Executivo (composto por uma representação equitativa das três instituições, bem como por observadores das principais partes interessadas), a Conferência constituiu uma experiência sem precedentes de democracia deliberativa transnacional. Demonstrou ainda a sua relevância e importância histórica, no contexto da pandemia de COVID-19 e da agressão da Rússia à Ucrânia. A Conferência sobre o Futuro da Europa implicou a criação da plataforma digital multilingue, que permitiu que os cidadãos europeus participassem com os seus contributos nas 24 línguas da UE, e a organização de quatro painéis de cidadãos europeus, seis painéis de cidadãos nacionais, de milhares de eventos a nível nacional e local, bem como a realização de sete reuniões do Plenário da Conferência. É o resultado da determinação ímpar das instituições da UE, dos Estados-Membros e, acima de tudo, dos cidadãos europeus em debater os desafios e as prioridades da União Europeia e em infundir uma nova abordagem no projeto europeu.

Mas isto é apenas o começo. Em consonância com o texto fundador da Conferência, as três instituições analisarão agora rapidamente a forma de dar seguimento efetivo ao presente relatório, cada uma no âmbito das respetivas competências e em conformidade com os Tratados. O compromisso das três instituições a este respeito reveste-se de uma importância primordial.

I.

A arquitetura da Conferência

A Conferência sobre o Futuro da Europa¹ foi um processo original e inovador que abriu um novo espaço para o debate com os cidadãos, a fim de abordar os desafios e as prioridades da Europa, com o objetivo de sustentar a legitimidade democrática do projeto europeu e de defender o apoio dos cidadãos aos nossos objetivos e valores comuns. Foi um exercício centrado nos cidadãos, com uma dinâmica que partiu da base para o topo, para que os europeus se pudessem pronunciar sobre o que esperavam da União Europeia. A Conferência foi uma iniciativa conjunta do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, agindo como parceiros em pé de igualdade com os Estados-Membros da União Europeia.

¹ <https://futureu.europa.eu/?locale=pt>

1. Declaração Comum

Em 10 de março de 2021, a Declaração Comum sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa (“Declaração Comum”) foi assinada pelo falecido presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, pelo primeiro-ministro português, António Costa, em nome do Conselho da UE, e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Preparou o caminho para este exercício democrático sem precedentes, aberto e inclusivo, que confere aos cidadãos um papel central.

A Conferência esteve sob a égide das três instituições, na qualidade de Presidência Conjunta. A Presidência Conjunta foi apoiada por um Conselho Executivo, copresidido por um membro de cada uma das três instituições da UE.

Em conformidade com a Declaração Comum, foram criadas as seguintes estruturas:

- um Conselho Executivo, que supervisionou a organização da Conferência. Foi formado por representantes das três instituições da UE (três membros de cada uma e quatro observadores), bem como por observadores da troica presidencial da Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC). Na qualidade de observadores, foram convidados o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu, bem como representantes dos parceiros sociais.
- O Conselho Executivo foi assistido por um Secretariado Comum, que garantiu a representação equitativa das três instituições. Em especial, a equipa – dirigida por três corresponsáveis das três instituições – supervisionou a criação e a preparação das reuniões do Conselho Executivo, das reuniões do Plenário da Conferência e dos painéis de cidadãos europeus. Em cooperação com os prestadores de serviços, foi responsável pela gestão da plataforma digital multilingue e pelos relatórios realizados sobre cada etapa ao longo de todo o processo. A composição única da equipa permitiu a colegialidade contínua do trabalho e assegurou a criação de sinergias e ganhos de eficiência em todos os domínios.
- Um Plenário da Conferência (ver capítulo III para obter mais informações) assegurou que as recomendações dos painéis de cidadãos nacionais e europeus, agrupadas por temas, fossem debatidas no pleno respeito pelos valores da UE e pela Carta da Conferência¹¹, sem um resultado predefinido e sem limitar o âmbito a domínios de ação fixados antecipadamente. Os contributos recolhidos a partir da plataforma digital multilingue também foram debatidos, sempre que tal se revelou pertinente. Foram criados nove grupos de trabalho temáticos para contribuir para a preparação dos debates e das propostas do Plenário.

¹¹ https://futureu.europa.eu/uploads/decidim/attachment/file/4605/Conference_Charter_pt.pdf



2. Regulamento interno

Em 9 de maio de 2021, o Conselho Executivo aprovou o Regulamento Interno da Conferência, estabelecido em conformidade com a Declaração Comum sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa e que define as bases e os princípios da Conferência.

O Regulamento Interno definiu o quadro para os trabalhos das diferentes estruturas da Conferência e para a sua interação.

3. Eventos da Conferência

De acordo com a Declaração Comum, cada Estado-Membro e instituição da UE poderia organizar eventos sob a égide da Conferência, em conformidade com as suas próprias especificidades nacionais ou institucionais, e dar mais contributos para a Conferência (ver Capítulo II.C para obter mais informações).

Por conseguinte, as instituições e organismos da UE, os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais, as organizações da sociedade civil, os parceiros sociais e os cidadãos foram convidados a organizar eventos em parceria com a sociedade civil e as partes interessadas a nível europeu, nacional, regional e local, numa grande variedade de formatos em toda a Europa, e a comunicar os resultados desses eventos na plataforma digital. Realizaram-se vários milhares de eventos deste tipo, que contaram com a participação de cerca de 650 000 participantes.

4. Criação da plataforma digital multilingue

A plataforma digital multilingue (ver capítulo II.A para obter mais informações) foi criada enquanto local para os cidadãos partilharem as suas ideias e enviarem propostas em linha, em conformidade com a Declaração Comum. Foi o principal polo aglutinador dos contributos dos cidadãos e das informações sobre as diferentes partes da Conferência, bem como uma ferramenta interativa para a partilha e o debate de ideias e resultados da multiplicidade de eventos que decorreram sob

a égide da Conferência. A plataforma foi lançada em 19 de abril de 2021. Foram inseridas mais de 17 000 ideias na plataforma. Ao longo da Conferência, foram elaborados relatórios sobre os contributos da plataforma.

Os contributos recolhidos através da plataforma foram tidos em conta pelos painéis de cidadãos europeus e foram debatidos nas reuniões do Plenário da Conferência.

5. Painéis de cidadãos europeus

Em conformidade com o previsto na Declaração Comum, uma característica nuclear e particularmente inovadora da Conferência foram os painéis de cidadãos europeus (ver Capítulo II.B para obter mais informações), organizados sobre os principais tópicos da Conferência.

Um total de 800 cidadãos selecionados aleatoriamente, representativos da diversidade sociológica e geográfica da UE, organizados em quatro painéis de 200 cidadãos, reuniram-se durante três sessões deliberativas cada. Os painéis de cidadãos europeus apresentaram recomendações que foram tidas em conta nas deliberações gerais da Conferência, em especial nas reuniões do Plenário da Conferência.

Os copresidentes do Conselho Executivo estabeleceram conjuntamente as disposições práticas para a organização dos painéis de cidadãos europeus, em conformidade com o

Regulamento Interno e a Declaração Comum, e informaram previamente o Conselho Executivo.

O Conselho Executivo foi regularmente informado das evoluções registadas em relação com a criação e a organização dos painéis de cidadãos europeus.

6. Painéis de cidadãos nacionais

Em conformidade com a Declaração Comum, os Estados-Membros puderam organizar painéis nacionais. Para assistir os Estados-Membros que tencionassem organizar painéis de cidadãos nacionais, os copresidentes aprovaram orientações e transmitiram-nas ao Conselho Executivo em 26 de maio de 2021, a fim de assegurar que os painéis nacionais fossem organizados segundo os mesmos princípios que os painéis de cidadãos europeus. As orientações incluem princípios para uma boa deliberação, com base nos princípios da OCDE.^{III} Cada Estado-Membro pôde decidir se pretendia organizar um painel de cidadãos nacional. No total, seis Estados-Membros organizaram um (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Lituânia e Países Baixos).

Em conformidade com a Declaração Comum, as recomendações dos painéis de cidadãos nacionais foram apresentadas e debatidas nas reuniões do Plenário da Conferência, juntamente com as recomendações dos painéis de cidadãos europeus.

^{III} OCDE, Innovative Citizen Participation and New Democratic Institutions, 2020 <https://www.oecd.org/gov/open-government/innovative-citizen-participation-new-democratic-institutions-catching-the-deliberative-wave-highlights.pdf>

II.

A participação
na Conferência:
o contributo dos
cidadãos

(A) Plataforma digital multilingue

A plataforma digital multilingue foi lançada em 19 de abril de 2021 e foi o principal ponto de convergência da Conferência. Foi através dela que todos os cidadãos da UE e não só, a sociedade civil, os parceiros sociais e várias outras partes interessadas puderam colaborar no âmbito da Conferência.

A plataforma foi especificamente desenvolvida para a Conferência, utilizando a ferramenta europeia de código aberto Decidim, concebida para a participação de cidadãos. Em termos de escala, interatividade e multilinguismo, foi uma estreia a nível europeu, mas também mundial. Todos os contributos foram disponibilizados nas 24 línguas oficiais da UE graças à tradução automática. O debate foi organizado em torno de dez tópicos: “Alterações climáticas e ambiente”, “Saúde”, “Uma economia mais forte, justiça social e emprego”, “A UE no mundo”, “Valores e direitos, Estado de direito, segurança”, “Transformação digital”, “Democracia europeia”, “Migração”, “Educação, cultura, juventude e desporto” e “Outras ideias”.

A participação na plataforma foi possível sob diversas formas.

Qualquer pessoa pôde partilhar as suas ideias subordinadas a um dos dez tópicos, bem como comentar as ideias de outras pessoas. A plataforma criou, assim, a oportunidade para se estabelecer um verdadeiro debate pan-europeu entre os cidadãos. Os participantes também puderam apoiar ideias, indicando que concordavam com o contributo de outros utilizadores.

Outra importante forma de contribuir para a Conferência foi conseguida com a organização de eventos (virtuais, presenciais ou híbridos), anunciando-os na plataforma, comunicando os seus resultados e associando-os a ideias. A plataforma disponibilizou aos organizadores guias e documentos de informação, ajudando a assegurar que os eventos seriam participativos e inclusivos.

A plataforma desempenhou um papel fundamental a nível da transparência do processo global e do acesso à informação. Foi na plataforma que foram disponibilizadas informações sobre o processo da Conferência propriamente dito (Plenário da Conferência e grupos de trabalho do

Plenário, painéis de cidadãos europeus, painéis e eventos nacionais e Conselho Executivo).

Foram transmitidos via Internet na plataforma os debates do Plenário da Conferência e as reuniões dos grupos de trabalho, bem como as sessões plenárias dos painéis de cidadãos europeus. Todas estas informações permanecerão acessíveis na plataforma.

Ao longo de todo o processo, sempre que possível, a plataforma foi sujeita a aperfeiçoamentos, adquirindo, por exemplo, novas funcionalidades ou conteúdos visuais. Com o tempo, veio também a tornar-se mais acessível a pessoas com deficiência.

Todos os contributos na plataforma estiveram acessíveis ao público, bem como os ficheiros de dados abertos relacionados com a plataforma digital, o que garantiu total transparência. A fim de facilitar a recolha e a análise dos contributos, o Centro Comum de Investigação da Comissão desenvolveu uma ferramenta automatizada de análise de texto e uma plataforma de análise, que permitiram a transmissão multilingue e uma análise aprofundada dos conteúdos na plataforma. A plataforma de análise foi um instrumento essencial para fornecer relatórios regulares com um nível uniforme de qualidade em todas as línguas. Além disso, uma maratona de dados realizada pela Comissão Europeia em março de 2022 incentivou a novas abordagens de análise do conjunto de dados abertos e apoiou a transparência do processo de análise de dados.

Com o objetivo de proporcionar uma panorâmica dos contributos na plataforma, um prestador de serviços externo elaborou relatórios que foram publicados na própria plataforma. O primeiro relatório intercalar sobre os contributos recolhidos até 2 de agosto de 2021 foi divulgado em setembro. Em meados de outubro de 2021, foi publicado o segundo relatório intercalar, com os contributos recebidos até 7 de setembro de 2021. O terceiro relatório intercalar viria a ser publicado em dezembro de 2021, cobrindo os contributos recebidos até 3 de novembro de 2021. Com os trabalhos da Conferência a entrar na sua derradeira fase, o último relatório que contribuiu para as reuniões do Plenário da Conferência foi publicado em meados de março de 2022, tendo em conta os contributos publicados na plataforma digital até 20



de fevereiro de 2022. Por ter sido bem publicitado na plataforma e noutros suportes, este calendário acabou por resultar num aumento dos contributos em janeiro e fevereiro de 2022. Os contributos apresentados até 9 de maio serão abrangidos pelo relatório adicional. Em simultâneo com os relatórios de setembro e dezembro de 2021 e de março de 2022, foram também disponibilizados relatórios suplementares sobre os contributos na plataforma por Estado-Membro.

Esses relatórios centraram-se principalmente numa análise qualitativa dos contributos deixados na plataforma, com vista a fornecer uma panorâmica geral da amplitude e diversidade das ideias propostas na plataforma e debatidas em eventos. Para o efeito, uma equipa de investigação, apoiada pelas ferramentas de análise fornecidas pelo Centro Comum de Investigação da Comissão, realizou uma análise textual manual e um

agrupamento dos contributos. Este método permitiu identificar temas e subtemas comuns, que foram descritos em pormenor no âmbito de cada tópico e sintetizados em mapas conceituais para uma panorâmica rápida. Para complementar esta abordagem qualitativa com elementos quantitativos, no texto de cada relatório foram indicados os temas, os subtemas ou as ideias frequentemente recorrentes ou que contaram com um elevado número de apoios ou comentários. O objetivo subjacente era refletir o ponto da situação numa determinada fase da Conferência, nomeadamente um elevado nível de interesse ou de debate sobre determinadas questões. Os relatórios também forneceram uma panorâmica dos dados sociodemográficos dos participantes. Muito embora tenha sido solicitado aos participantes que fornecessem voluntariamente dados sobre o seu país de residência, nível de escolaridade, idade, sexo e situação profissional, verificaram-se limitações quanto às informações que puderam ser fornecidas. Por exemplo, 26,9 % de todos os contributos provinham de participantes que não divulgaram o país de residência.

Desde o lançamento da plataforma, o tópico "Democracia europeia" registou o número mais elevado de contributos (ideias, comentários e eventos). "Alterações climáticas e ambiente" ficou em segundo lugar. Os contributos inseridos na categoria de "Outras Ideias" alcançaram o terceiro lugar, seguidos de "Valores e direitos, Estado de direito, segurança" e de "Uma economia mais forte, justiça social e emprego".



Os relatórios sobre os contributos na plataforma, incluindo os mapas conceptuais, foram valiosos para o trabalho desenvolvido ao nível dos painéis de cidadãos europeus. No início de cada uma das suas três sessões, foram apresentados aos painéis as principais conclusões dos relatórios e dos mapas conceptuais e as ligações para os relatórios integrais. Muitas das ideias constantes da plataforma estão, por conseguinte, refletidas nas recomendações dos painéis de cidadãos europeus.

Os relatórios também foram debatidos nas reuniões do Plenário da Conferência, a partir do Plenário de 23 de outubro de 2021, e nas reuniões anteriores dos grupos de trabalho. Desta forma, o contributo da plataforma continuou a enriquecer as propostas desenvolvidas no Plenário da Conferência.

Em 20 de abril de 2022, cerca de 5 milhões de visitantes tinham visitado a plataforma digital multilingue e havia mais de 50 000 participantes ativos, 17 000 ideias debatidas e mais de 6 000 eventos registados na plataforma. Por trás destes números estão milhares de cidadãos empenhados, que partilharam e debateram inúmeras ideias e organizaram uma multiplicidade de eventos originais e inovadores nos vários Estados-Membros.

A fim de assegurar que a plataforma seria um espaço em que os cidadãos de todos os quadrantes e todos os cantos da Europa se sentiriam confortáveis e bem-vindos para contribuir para o debate, todos quantos utilizaram a plataforma tiveram de assumir o compromisso de aceitar a Carta da Conferência e de cumprir as

Regras de Participação. Foi criada uma equipa de moderação que, ao longo da Conferência, trabalhou sob a supervisão do Secretariado Comum, em nome do Conselho Executivo, no sentido de assegurar o respeito pela Carta e pelas Regras de Participação. Não houve lugar a qualquer moderação prévia. Sempre que um contributo era ocultado, os utilizadores recebiam uma mensagem da equipa de moderação explicando o motivo desta ação. Os pormenores sobre os princípios e o processo de moderação foram disponibilizados na secção Perguntas Frequentes da plataforma.

Entre 19 de abril de 2021 e 20 de abril de 2022, foram ocultadas 430 ideias (2,4 %), 312 comentários (1,4 %) e 396 eventos (6,0 %). Cerca de 71 % das ideias foram ocultadas por serem despropositadas, abordarem temas não solicitados, a pedido do utilizador ou por conterem informações pessoais ou uma imagem conexas desadequada. Cerca de 17 % das ideias ocultadas eram duplicadas. Apenas 11 % das ideias foram ocultadas por terem conteúdos ofensivos. A grande maioria dos eventos, 76 %, foram ocultados por serem publicados em duplicado ou por darem informações incompletas, a pedido dos organizadores ou por não estarem relacionados com a Conferência.

A possibilidade de se fazerem contributos na plataforma permaneceu aberta até 9 de maio de 2022. Após o seu encerramento, está prevista a elaboração de um relatório adicional que complete a panorâmica de todos os contributos recebidos durante a Conferência.

O que está a acontecer na Conferência sobre o Futuro da Europa?

52 346

participantes na
plataforma

652 532

participantes em
eventos

17 671

ideias

21 877

comentários

6 465

Even eventos tos

72 528

apoios

A participação na plataforma continuou a crescer no decurso da Conferência, embora tenha permanecido desigual entre os Estados-Membros e em função do perfil sociodemográfico dos participantes. De um modo geral, a plataforma proporcionou um espaço deliberativo inovador, que permitiu a muitos milhares de cidadãos e várias

partes interessadas em toda a Europa e não só participarem num debate em linha sobre questões europeias, multilingue e transversal a todos os Estados-Membros. Por conseguinte, revelou ser um instrumento valioso de democracia deliberativa a nível da UE.



(B) Painéis de cidadãos

1. Painéis de cidadãos europeus

Os painéis de cidadãos europeus representaram um dos principais pilares da Conferência, juntamente com os painéis nacionais, a plataforma digital multilingue e o Plenário da Conferência. Constituíram o centro da Conferência sobre o Futuro da Europa e reuniram cerca de 800 cidadãos de todos os quadrantes e lugares da União Europeia. Se o conceito de painéis ou assembleias de cidadãos já é utilizado há décadas pelos municípios e é cada vez mais visível a nível nacional e regional, a sua aplicação à dimensão pan-europeia era algo praticamente inexplorado até aqui. Os painéis de cidadãos europeus foram a primeira experiência transnacional e multilingue desta escala e com este nível de ambição. A notável estrutura de interpretação que acompanhou o processo permitiu um diálogo inclusivo, respeitoso e eficiente entre os membros do painel, garantindo assim o respeito pelo multilinguismo.

Os painéis de cidadãos europeus foram organizados pelas três instituições com base na Declaração Comum, no Regulamento Interno e nas modalidades estabelecidas pelos copresidentes, sob a supervisão do Conselho Executivo. Foram apoiados por um consórcio de prestadores de serviços externos composto por peritos em democracia deliberativa e por uma equipa de apoio logístico. O Conselho Executivo foi mantido informado do trabalho realizado pelos painéis, recebeu as atualizações das modalidades práticas e foi ajustando o calendário provisório das sessões dos painéis de cidadãos europeus ao longo do processo, conforme se foi revelando necessário.

Os participantes nos painéis de cidadãos europeus foram escolhidos no verão de 2021. Os cidadãos da União Europeia foram selecionados aleatoriamente (por chamada telefónica aleatória, o método principal utilizado pelos 27 institutos nacionais de sondagens coordenados por um fornecedor de serviços externo), com o objetivo de formar “painéis” representativos da diversidade da UE assentes em cinco critérios: sexo, idade, origem geográfica (nacionalidade e meio urbano/rural), contexto socioeconómico e nível de educação. O número de cidadãos por Estado-Membro foi calculado de acordo com o princípio da proporcionalidade regressiva aplicado à composição do Parlamento Europeu, tendo em

conta que cada painel deveria incluir, pelo menos, uma cidadã e um cidadão por Estado-Membro. Uma vez que a Conferência deu uma atenção específica aos jovens, um terço dos cidadãos que compunham cada painel de cidadãos tinha entre 16 e 24 anos de idade. Por cada grupo de 200 pessoas, foram selecionados mais 50 cidadãos, que constituíram uma lista de reserva.

Foram organizados quatro painéis de cidadãos europeus. Os tópicos a debater por cada um desses painéis tinham por base os temas da plataforma digital multilingue e foram agrupados da seguinte forma:

- (1) Uma economia mais forte, justiça social e emprego / Educação, juventude, cultura e desporto / Transformação digital;
- (2) Democracia europeia / Valores e direitos, Estado de direito, segurança;
- (3) Alterações climáticas e ambiente / Saúde;
- (4) A UE no mundo / Migração.

Cada painel reuniu-se durante três fins de semana. As primeiras sessões tiveram lugar em Estrasburgo, as segundas em linha e as terceiras em quatro cidades (Dublim, Florença, Varsóvia/Natolin e Maastricht), organizadas por institutos públicos de ensino superior e com o apoio dos municípios locais.

PRIMEIRAS SESSÕES DOS PAINÉIS

A primeira sessão de cada painel foi realizada presencialmente em Estrasburgo. O objetivo da sessão era definir a ordem do dia das deliberações. Os cidadãos que participavam nos painéis começaram por refletir e criar a sua visão para a Europa, partindo de uma tela em branco, e por identificar as questões a debater, no âmbito dos principais temas do painel. Em seguida, deram prioridade aos tópicos em que pretendiam centrar-se mais profundamente, a fim de elaborarem recomendações específicas a que as instituições da União Europeia pudessem dar seguimento. Os debates e o trabalho coletivo assumiram dois formatos:

- Em subgrupos compostos por 12 a 14 cidadãos. Em cada subgrupo eram faladas quatro a cinco línguas, podendo cada cidadão falar na sua própria língua. O trabalho do

subgrupo foi orientado por facilitadores profissionais selecionados pelo consórcio de prestadores de serviços externos.

- Em sessão plenária, com todos os participantes. As sessões plenárias foram conduzidas por dois moderadores principais. Os tópicos prioritários resultantes dos debates foram organizados em “vertentes” (ou seja, grandes tópicos) e “subvertentes”, e serviram de base para as segundas sessões. Para o efeito, os participantes receberam informações básicas sobre os tópicos, o contributo pertinente – nomeadamente as análises e os mapas conceptuais – emanado do primeiro relatório intercalar da plataforma digital multilingue, bem como apresentações de peritos externos de alto nível.

Nas primeiras sessões, 20 representantes de cada painel foram selecionados por sorteio realizado a partir de uma reserva de cidadãos voluntários, garantindo a diversidade de género e de idade, para estarem presentes no Plenário da Conferência.

SEGUNDAS SESSÕES DOS PAINÉIS

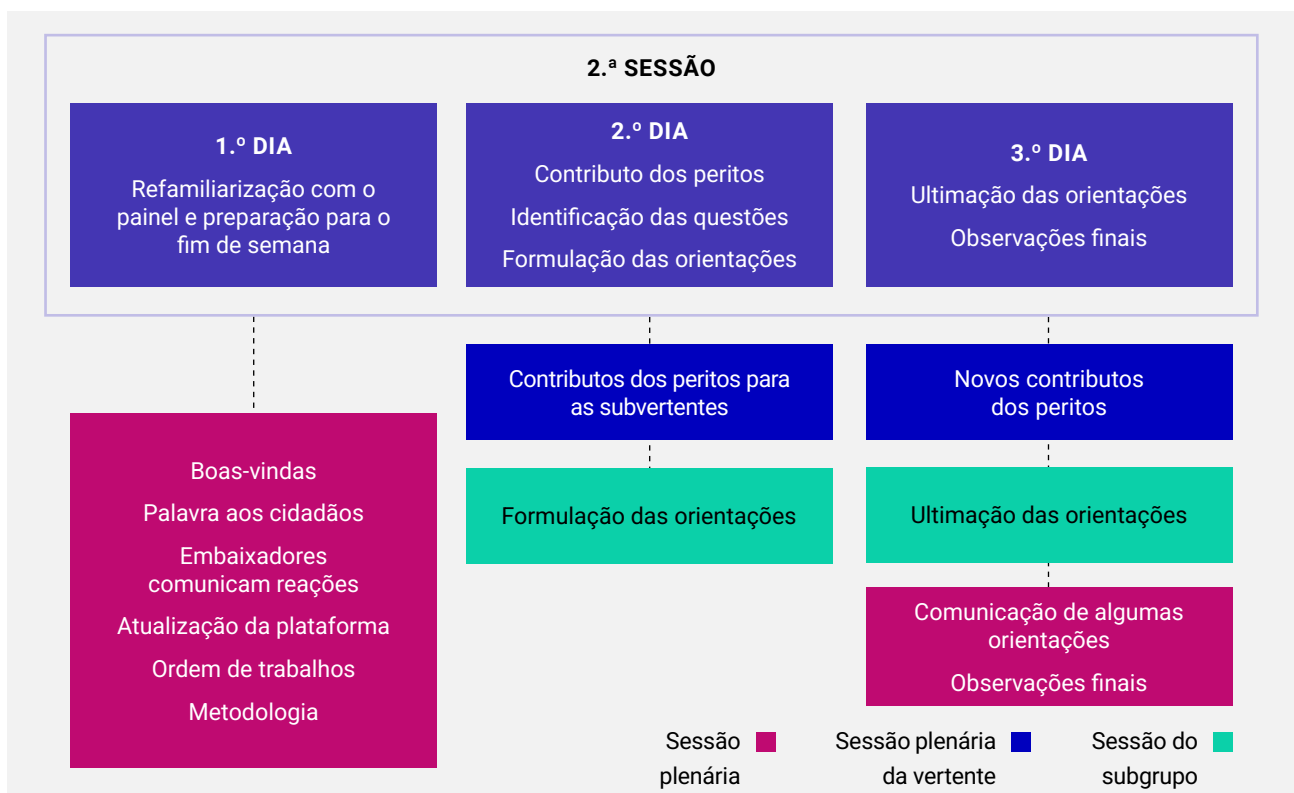
Os painéis de cidadãos europeus prosseguiram o seu trabalho, reunindo-se em linha ao longo do mês de novembro. Para isso, foi preparada uma estrutura especial, envolvendo um estúdio em Bruxelas que acolheu a principal moderação e as reuniões do Plenário, bem como um sistema que

permitiu a ligação com os cidadãos participantes oriundos de toda a UE e a interpretação.

Nas segundas sessões, com o apoio de peritos e verificadores de factos, os cidadãos identificaram e debateram questões específicas e elaboraram “orientações” para cada uma das vertentes temáticas que tinham identificado na primeira sessão. Em sessões de informação abrangentes em que os cidadãos foram postos ao corrente dos factos e/ou do ponto da situação dos debates, evitando ao mesmo tempo a partilha de opiniões pessoais, deu-se especial atenção à garantia de que os grupos de peritos seriam equilibrados, no que respeita ao género e à diversidade geográfica, assim como seriam equilibrados os contributos de cada um deles. Os cidadãos receberam igualmente os relatórios intercalares da plataforma digital multilingue.

Com o apoio dos contributos dos peritos sobre os tópicos, dos conhecimentos e experiências dos próprios cidadãos e com base nas deliberações das segundas sessões, os cidadãos identificaram e debateram questões relacionadas com os tópicos que lhes tinham sido atribuídos. As questões foram definidas como problemas que necessitariam de uma solução ou como situações que precisariam de mudar.

Os cidadãos abordaram depois essas questões, formulando orientações. As orientações constituíram o primeiro passo para a elaboração



de recomendações, que vieram a ser o objetivo da 3.ª sessão. Além disso, pediu-se aos cidadãos que apresentassem justificações para essas orientações.

Os debates e o trabalho coletivo foram realizados em três formatos:

- Em subgrupos. Cada um dos 15 subgrupos foi composto por 12 a 14 cidadãos. Em cada subgrupo eram faladas quatro a cinco línguas, permitindo aos cidadãos expressarem-se na sua própria língua ou numa língua em que se sentissem à vontade. Cada subgrupo foi dirigido por um facilitador profissional indicado pelo consórcio dos prestadores de serviços externos.
- Em sessões plenárias das vertentes. Estas sessões reuniram os subgrupos que trabalharam na mesma vertente temática. As sessões plenárias das vertentes foram moderadas por facilitadores profissionais, com interpretação de e para todas as línguas necessárias para os participantes.
- Em sessão plenária, com a presença de todos os cidadãos participantes, na apresentação e no encerramento da sessão. As sessões plenárias foram dirigidas por dois moderadores principais do consórcio, com interpretação de e para 24 línguas.

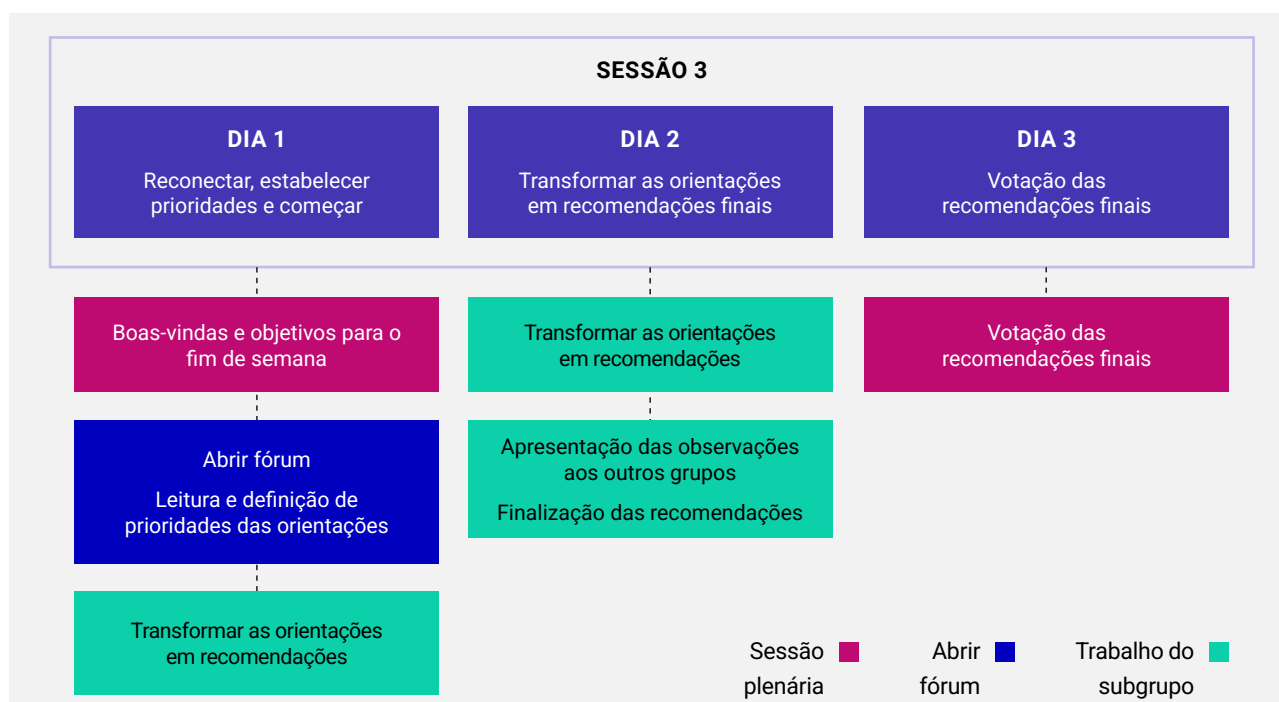
TERCEIRAS SESSÕES DOS PAINÉIS

As terceiras e últimas sessões dos painéis tiveram lugar presencialmente em estabelecimentos de ensino de quatro Estados-Membros. Devido à

pandemia de COVID-19 e às medidas conexas na Irlanda e nos Países Baixos, e em consulta com as autoridades nacionais e os parceiros associados, houve necessidade de adiar as terceiras sessões do painel 1 (Uma economia mais forte, justiça social e emprego / Educação, cultura, juventude e desporto / Transformação digital) e do painel 4 (A UE no mundo / Migração) para fevereiro de 2022.

Os debates e o trabalho coletivo assumiram os seguintes formatos:

- Em sessão plenária, com todos os participantes no início da sessão para a apresentação do programa, e no final da reunião, tal como é explicado em seguida. As sessões plenárias foram dirigidas por dois moderadores principais do grupo de deliberação, com interpretação de e para as 24 línguas oficiais da UE.
- Os cidadãos começaram por analisar todas as orientações elaboradas pelo painel durante a 2.ª sessão, num contexto de “fórum aberto”. Cada cidadão deu então prioridade a um máximo de dez orientações por vertente. Uma vez concluída a hierarquização a nível do painel, os cidadãos juntaram-se nos mesmos subgrupos em que haviam trabalhado durante a 2.ª sessão e confirmaram coletivamente – confrontando com a sua própria avaliação – quais as orientações do seu grupo que tinham sido consideradas prioritárias pelo resto do painel. A cada subgrupo foi atribuído um intervalo indicativo do número de recomendações a formular, ou seja, entre uma e três, num máximo de cinco.



- O trabalho de cada um dos 15 subgrupos foi dedicado à formulação de recomendações a partir das orientações. Os cidadãos debateram as orientações que haviam recebido mais apoio (por ordem de classificação) e iniciaram o processo de formulação das recomendações.

Nas terceiras sessões, os conhecimentos especializados/informações não chegaram aos cidadãos por interação direta, mas sim por meio de um sistema especificamente concebido: um “espaço de conhecimento e informação”. Esse sistema centralizou localmente todos os pedidos de informação e verificação de factos e enviou aos subgrupos respostas curtas e factuais dadas pelos peritos e verificadores de factos. Foi concebido para assegurar que os contributos dos peritos e dos verificadores de factos haviam sido preparados de forma a garantir os mais elevados padrões de qualidade e a evitar qualquer influência indevida nesta fase do processo. Os cidadãos receberam igualmente os relatórios intercalares da plataforma digital multilingue.

Durante os trabalhos dos subgrupos, foram realizadas sessões de retorno de informação entre subgrupos, a fim de ajudar os participantes a inteirarem-se do trabalho realizado nos outros subgrupos e a melhorar as suas recomendações.

As recomendações de cada subgrupo foram finalmente votadas pelo painel no último dia da sessão. Antes da votação, os participantes receberam um documento com todos os projetos de recomendações formulados no dia anterior, para que os pudessem ler na sua própria língua (traduzidos automaticamente a partir do inglês). Cada recomendação foi lida em inglês em sessão plenária para permitir que os cidadãos ouvissem a interpretação em simultâneo. As recomendações foram votadas uma a uma por todos os participantes através de um formulário em linha. De acordo com os resultados das votações finais, as recomendações foram classificadas do seguinte modo:

As recomendações que atingiram o limiar de 70 % ou mais dos votos expressos foram aprovadas pelo painel. As recomendações que não atingiram o limiar foram consideradas como não tendo sido validadas pelo painel. No total, os painéis de cidadãos europeus aprovaram 178 recomendações.

O processo de votação foi supervisionado por um comité de votação que incluiu dois cidadãos voluntários para desempenhar essa tarefa.

REPRESENTANTES DOS PAINÉIS DE CIDADÃOS EUROPEUS NO PLENÁRIO

As recomendações adotadas pelos quatro painéis de cidadãos europeus foram posteriormente apresentadas e debatidas pelos 80 representantes dos painéis de cidadãos europeus no Plenário da Conferência, bem como nos grupos de trabalho em 21 e 22 de janeiro de 2022 (painéis 2 e 3) e em 11 e 12 de março de 2022 (painéis 1 e 4). Os 80 representantes dos painéis de cidadãos europeus (numa média de 70 no local e 10 em linha) continuaram depois a promover e a explicar as recomendações dos painéis de cidadãos europeus, tanto nas sessões plenárias como nos grupos de trabalho, ao longo de três reuniões consecutivas (25-26 de março, 8-9 de abril e 29-30 de abril). Os representantes foram também trocando impressões periodicamente entre si e com os 27 representantes de eventos/painéis nacionais em reuniões do módulo dos cidadãos (em linha nas reuniões preparatórias e presencialmente nas reuniões do Plenário). Em 23 de abril, os representantes dos painéis de cidadãos europeus reuniram-se em linha com todos os colegas membros do painel para explicarem a forma como as recomendações haviam sido debatidas e convertidas em propostas para o Plenário, bem como para obterem reações dos seus colegas membros. Um grupo composto por membros do Secretariado Comum e do consórcio deu apoio ao módulo dos cidadãos no Plenário.

TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO

Todo o processo foi tratado com absoluta transparência. As sessões plenárias dos painéis de cidadãos europeus foram transmitidas em direto e os documentos relativos aos debates e às deliberações resultantes dessas reuniões foram publicados na plataforma digital multilingue. O relatório de resultados de cada uma das sessões dos painéis, assim como as recomendações, está disponível na plataforma. Os relatórios de resultados contêm igualmente informações sobre todos os peritos que deram apoio ao trabalho dos painéis.

Enquanto verdadeira inovação democrática, os painéis de cidadãos europeus atraíram muita atenção da comunidade de investigadores, que puderam estar presentes nos painéis de cidadãos europeus, na qualidade de observadores, respeitando determinadas regras, bem como o trabalho e a privacidade dos participantes.



Conférence sur l'avenir de l'Europe

Conference on the Future of Europe

Painel 1

“Uma economia mais forte, justiça social e emprego” / “Educação, cultura, juventude e desporto” / “Transformação digital”

A 1.ª sessão do painel dedicado a “Uma economia mais forte, justiça social, emprego / Educação, cultura, juventude, desporto / Transformação digital” teve lugar entre 17 e 19 de setembro de 2021, em Estrasburgo. Este painel debruçou-se sobre o futuro da nossa economia e do emprego, em especial após a pandemia, dando a devida atenção às questões conexas de justiça social. Também abordou as oportunidades e os desafios ligados à transformação digital – um dos tópicos em debate mais orientados para o futuro. O futuro da Europa nos domínios da educação, cultura, juventude e desporto foram igualmente objeto dos trabalhos. O copresidente Guy Verhofstadt deu as boas-vindas aos cidadãos participantes. Os trabalhos da 1.ª sessão terminaram com a aprovação das cinco vertentes: “Trabalhar na Europa”; “Uma economia para o futuro”; “Uma sociedade justa”; “Aprender na Europa” e “Uma transformação digital ética e segura”.

Entre 5 e 7 de novembro de 2021, o painel 1 reuniu-se pela segunda vez – desta feita em formato virtual –, dando continuidade às deliberações da 1.ª sessão. Durante a 2.ª sessão, os membros do painel elaboraram orientações para preparar as recomendações concretas (para a 3.ª sessão) relativas a cada uma das cinco vertentes que tinham identificado na 1.ª sessão. No total, os cidadãos do painel 1 elaboraram 142 conjuntos de orientações.



Foto: Painel de cidadãos europeu 1:

Entre 25 e 27 de fevereiro de 2022, os cidadãos do painel 1 reuniram-se pela terceira vez, dando continuidade às deliberações que haviam tomado na 1.ª e na 2.ª sessões. Para esta sessão final, os participantes do painel 1 foram recebidos no castelo de Dublin pelo Instituto dos Assuntos Internacionais e Europeus (IIEA), com a possibilidade de participarem em linha. Utilizando as orientações que tinham desenvolvido na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os cidadãos formularam e aprovaram 48 recomendações finais.

Painel 2

“Democracia europeia” / “Valores e direitos, Estado de direito, segurança”

A 1.ª sessão do painel subordinado aos tópicos “Democracia europeia / Valores e direitos, Estado de direito, segurança” teve lugar entre 24 e 26 de setembro, em Estrasburgo. O painel foi dedicado a tópicos relacionados com a democracia, como as eleições, a participação fora dos períodos eleitorais, a distância percebida entre as pessoas e os seus representantes eleitos, a liberdade dos meios de comunicação social e a desinformação. Este painel debruçou-se igualmente sobre questões relacionadas com os direitos e valores fundamentais, o Estado de direito e a luta contra todas as formas de discriminação. Ao mesmo tempo, a questão da segurança interna da UE, como a proteção dos europeus contra atos de terrorismo e outros crimes, foi um dos temas tratados. Os membros do painel foram recebidos pelo copresidente Gašper Dovžan. Os trabalhos da 1.ª sessão terminaram com a aprovação



– Foto: Painel de cidadãos europeu 2

das cinco vertentes: “Garantir os direitos e a não discriminação”; “Defender a democracia e o Estado de direito”; “Reformar a UE”; “Criar uma identidade europeia”; e “Reforçar a participação dos cidadãos”.

Entre 12 e 14 de novembro, o painel 2 reuniu-se pela segunda vez – desta feita em formato virtual –, dando continuidade às deliberações da 1.ª sessão. Durante a 2.ª sessão, foram elaboradas orientações para preparar as recomendações concretas (na 3.ª sessão) relativas a cada uma das cinco vertentes que tinham identificado na 1.ª sessão. No total, os cidadãos do painel 2 elaboraram 124 conjuntos de orientações.

Entre 10 e 12 de dezembro de 2021, os cidadãos do painel 2 reuniram-se para a sua sessão final organizada no Instituto Universitário Europeu, em Florença, com a possibilidade de participarem em linha. Utilizando as orientações que tinham desenvolvido na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os cidadãos formularam e aprovaram 39 recomendações finais.

Painel 3

“Alterações climáticas e ambiente / Saúde”

O painel subordinado aos tópicos “Alterações Climáticas e Ambiente / Saúde” realizou a sua 1.ª sessão entre 1 e 3 de outubro, em Estrasburgo. Dedicou-se aos efeitos das alterações climáticas, às questões ambientais e aos novos desafios para a União Europeia em matéria de saúde. Os objetivos e as estratégias da UE, como a agricultura, os transportes e a mobilidade, a energia e a transição para sociedades pós-carbono, a investigação, os sistemas de saúde, as respostas a crises sanitárias, a prevenção e os estilos de vida saudáveis foram igualmente objeto de análise. Os trabalhos da 1.ª sessão terminaram com a aprovação das cinco vertentes: “Melhores formas de vida”; “Proteger o nosso ambiente e a nossa saúde”; “Reorientar a nossa economia e o nosso consumo”; “Rumo a uma sociedade sustentável”; e “Cuidar de todos”. O relatório de resultados da sessão pode ser consultado na plataforma digital multilingue.

Entre 19 e 21 de novembro de 2021, o painel 3 reuniu-se pela segunda vez – desta feita em formato virtual –, dando continuidade às deliberações da 1.ª sessão. Durante a 2.ª sessão, foram elaboradas orientações para preparar as recomendações concretas (na 3.ª sessão)

relativas a cada uma das cinco vertentes que tinham identificado na 1.ª sessão. No total, os cidadãos do painel 3 elaboraram 130 conjuntos de orientações.

Entre 7 e 9 de janeiro de 2022, com o apoio da cidade de Varsóvia, os cidadãos do painel 3 reuniram-se para a sua sessão final organizada no Colégio da Europa, em Natolin, e no Palácio da Cultura e da Ciência. Foi possível a participação em linha. Utilizando as orientações que tinham desenvolvido na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os cidadãos elaboraram e aprovaram 51 recomendações finais.



– Foto: Painel de cidadãos europeu 3

Painel 4

“A UE no mundo” / “Migração”

Entre 15 a 17 de outubro, o quarto painel sobre “A UE no mundo / Migração” reuniu-se pela primeira vez em Estrasburgo, onde debateu, em particular, o papel mundial da UE. Foram abordados os objetivos e as estratégias para a segurança, a defesa, a política comercial, a ajuda humanitária e a cooperação para o desenvolvimento da UE, a política externa, a política de vizinhança e o alargamento da UE, bem como a forma como a UE deveria lidar com a migração. Os membros do painel foram recebidos pela copresidente Dubravka Šuica. Os trabalhos da 1.ª sessão terminaram com a aprovação das cinco vertentes: “Autossuficiência e estabilidade”; “A UE como parceiro internacional”; “Uma UE forte num mundo pacífico”; “Migração de uma perspetiva humana”; e “Responsabilidade e solidariedade em toda a UE”. O relatório de resultados da sessão está disponível na plataforma digital multilingue.



– Foto: Painel de cidadãos europeu 4

Entre 16 e 28 de novembro de 2021, o painel 4 realizou a sua 2.ª sessão em linha, com base no trabalho realizado na 1.ª sessão. Durante a 2.ª sessão, foram elaboradas orientações para preparar as recomendações concretas (na 3.ª sessão) relativas a cada uma das cinco vertentes que tinham identificado na 1.ª sessão. No total, os cidadãos do painel 4 elaboraram 95 conjuntos de orientações.

Entre 11 e 13 de fevereiro de 2022, os cidadãos do painel 4 reuniram-se para a sua sessão final, organizada no Centro de Exposições e Conferências de Maastricht (MECC), pelo Studio Europa Maastricht, em cooperação com a Universidade de Maastricht e o Instituto Europeu de Administração Pública (IEAP). Foi possível a participação em linha. Utilizando as orientações que tinham desenvolvido na 2.ª sessão como base para o seu trabalho, os cidadãos formularam e aprovaram 40 recomendações finais.

2. Painéis de cidadãos nacionais

De acordo com o previsto na Declaração Comum, as recomendações resultantes dos painéis de cidadãos nacionais e europeus foram debatidas pelo Plenário da Conferência, agrupadas por temas. Para ajudar os Estados-Membros que tencionassem organizar painéis nacionais de cidadãos, os copresidentes aprovaram orientações que foram enviadas ao Conselho Executivo em 26 de maio de 2021. Essas orientações assentaram nos mesmos princípios dos painéis de cidadãos europeus e incluíram princípios para uma boa deliberação, com base num relatório da OCDE.^{IV}

Seis Estados-Membros – Bélgica, Alemanha, França, Itália, Lituânia e Países Baixos – organizaram painéis nacionais de cidadãos que cumpriam os princípios das orientações acima referidos. As recomendações desses painéis nacionais de cidadãos foram apresentadas e debatidas nas reuniões do Plenário de janeiro e março, bem como nos grupos de trabalho do Plenário, juntamente com as recomendações dos painéis de cidadãos europeus sobre os mesmos tópicos.

1) BÉLGICA

Em outubro de 2021, foi organizado um painel de cidadãos, no qual 50 cidadãos, representativos da população em geral e selecionados aleatoriamente, se reuniram durante três fins de semana para debater o tópico “Democracia europeia” e a forma como os cidadãos poderiam participar mais nos assuntos da UE.



Foto: Painel de cidadãos nacional da Bélgica

^{IV} OCDE, Innovative Citizen Participation and New Democratic Institutions, 2020 <https://www.oecd.org/gov/open-government/innovative-citizen-participation-new-democratic-institutions-catching-the-deliberative-wave-highlights.pdf>

O painel foi organizado sob os auspícios de Sophie Wilmès, vice-primeira-ministra belga e ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus.

Os cidadãos formularam recomendações sobre cinco tópicos à sua escolha, a saber:

- Melhorar a comunicação sobre a União Europeia;
- Identificar e combater a desinformação sobre a UE;
- Painéis de cidadãos como instrumento de participação;
- Referendos sobre assuntos da UE;
- Melhorar os instrumentos de participação existentes na União Europeia.

O painel de cidadãos da Bélgica resultou em 115 recomendações elaboradas, debatidas e votadas pelos 50 cidadãos belgas selecionados aleatoriamente.

2) ALEMANHA

Em janeiro de 2022, o Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros alemão organizou um painel de cidadãos nacional, no qual participaram em linha 100 cidadãos selecionados aleatoriamente, representativos da população.

Entre 5 e 8 de janeiro de 2022, foram organizados cinco seminários de lançamento em linha, cada um com 20 participantes, onde se debateram os seguintes tópicos:

- O papel da Europa no mundo;
- Alterações climáticas e ambiente;
- Estado de direito e valores;
- Uma economia mais forte e justiça social.

Os 100 cidadãos selecionados aleatoriamente reuniram-se em 15 e 16 de janeiro de 2022 para debaterem os desafios conexos e as possíveis soluções, tendo adotado as suas recomendações. Os participantes elaboraram duas propostas específicas no âmbito de cada um dos tópicos acima referidos.

Os resultados foram apresentados em 16 de janeiro numa conferência final em linha, na qual participou Annalena Baerbock, ministra federal dos Negócios Estrangeiros alemã, e Anna Lührmann, ministra-adjunta alemã responsável pelos Assuntos Europeus.



Foto: Painel de cidadãos nacional da Alemanha

3) FRANÇA

Em França, foram organizados painéis de cidadãos pelo Ministério francês da Europa e dos Negócios Estrangeiros, com o apoio do ministro francês responsável pelas Relações com o Parlamento e pela Participação dos Cidadãos.

Em setembro e início de outubro de 2021, foram constituídos 18 painéis de cidadãos em todas as regiões metropolitanas e ultramarinas de França. Cada painel de cidadãos reuniu entre 30 e 50 cidadãos selecionados aleatoriamente, representativos da diversidade da população regional. No total, participaram mais de 700 cidadãos nos painéis. O resultado dos painéis regionais foi uma lista de 101 aspirações, com 515 alterações e 1 301 propostas específicas.



Foto: Painel de cidadãos nacional da França

Um total de 100 cidadãos em representação dos painéis reuniu-se em Paris, em 16 e 17 de outubro de 2021, durante a conferência nacional de síntese (“*Conférence nationale de synthèse*”), a fim de formular e adotar as recomendações. Neste processo, foram identificadas 14 recomendações prioritárias no total, abrangendo os nove tópicos da Conferência, e apresentadas ao Governo francês, na pessoa do secretário de Estado Clément Beaune. Essas recomendações constituíram o contributo do Governo francês para a Conferência.

4) ITÁLIA

Foi organizado um painel de cidadãos em março de 2022 por uma entidade terceira independente, sob a supervisão do Departamento de Políticas Europeias da Presidência do Conselho de Ministros italiano.

Participou no painel um total de 55 cidadãos selecionados aleatoriamente, representantes da sociedade italiana e das suas regiões. Com essa forma de seleção, pretendeu-se assegurar a participação de pessoas de diferentes géneros, idades, contextos sociais, locais de residência e situações profissionais.

Os cidadãos reuniram-se em linha em 11 e 12 de março de 2022 para debater dois tópicos da Conferência:

- Uma economia mais forte, justiça social e emprego;
- A Europa no mundo.

Em 12 de março de 2022, o painel adotou um total de 58 recomendações: 33 sobre “Uma economia

mais forte, justiça social e emprego” e 25 sobre a “A Europa no mundo”. No último dia, os participantes verificaram e validaram o primeiro projeto de recomendações elaborado durante a primeira fase do trabalho.

5) LITUÂNIA

Em nome do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em janeiro de 2022 foi organizado um painel de cidadãos nacional por uma entidade terceira independente.

Participou no painel um total de 25 cidadãos selecionados aleatoriamente, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, representativos dos diferentes grupos socioeconómicos e regiões da Lituânia.



Foto: Painel de cidadãos nacional da Lituânia

Em 4 de janeiro de 2022, foi organizada em linha uma sessão de abertura, tendo os cidadãos debatido dois tópicos:

- O papel e as competências da UE no domínio da política externa;
- O papel económico da UE.

Em 15 de janeiro de 2022, os participantes reuniram-se presencialmente para tirarem as principais conclusões dos seus debates. Em 25 de janeiro de 2022, adotaram 21 recomendações numa sessão virtual: dez sobre “O papel e as competências da UE no domínio da política externa” e 11 sobre “O papel económico da UE”.



Foto: Painel de cidadãos nacional da Itália

6) PAÍSES BAIXOS

O painel de cidadãos foi organizado por uma entidade terceira independente, uma vez que os diálogos “Visões da Europa” tiveram início em 1 de setembro. Estes diálogos integraram várias componentes.

Em 1 de setembro de 2021, foi lançada a componente em linha, que consistiu num questionário e num instrumento de seleção simplificado, em que os cidadãos podiam indicar as suas preferências, desejos e recomendações sobre os nove tópicos da Conferência. O questionário foi distribuído a um grupo representativo e inclusivo de 4 000 cidadãos selecionados.

Em outubro e novembro de 2021, foram organizados debates aprofundados em linha e fora de linha com os cidadãos, também destinados a chegar aos jovens e aos grupos-alvo difíceis de alcançar.

Foram publicados dois relatórios intitulados “A nossa visão da Europa; opiniões, ideias e recomendações” (“*Onze kijk op Europa; meningen, ideeën en aanbevelingen*”), que reuniram 30 recomendações dos cidadãos sobre os nove tópicos da Conferência.



Painel de cidadãos nacional dos Países Baixos





(C) Eventos organizados no âmbito da Conferência

1. Eventos nacionais

Os Estados-Membros contribuíram para a Conferência com uma vasta gama de eventos e iniciativas. Estes eventos alcançaram muitos milhares de cidadãos de toda a UE. Uma secção específica dedicada à plataforma digital multilingue dá uma panorâmica das principais atividades que as autoridades dos Estados-Membros organizaram ou apoiaram. Os eventos foram apresentados nas reuniões do Plenário da Conferência que tiveram lugar em 23 de outubro de 2021 e 25 de março de 2022 pelos representantes de eventos nacionais e/ou painéis de cidadãos nacionais, e também contribuíram para a Conferência através de relatórios da plataforma, enriquecendo o debate a nível europeu.

Estes eventos e iniciativas tiveram por principal objetivo ouvir os cidadãos e envolvê-los nos debates sobre a União Europeia. A inclusividade e o contacto com os cidadãos foram também uma prioridade, tendo sido envidados esforços para incluir os que normalmente não participam nos assuntos da UE.

Realizaram-se diferentes tipos de eventos, com uma combinação de abordagens centralizadas e descentralizadas, incluindo várias formas de apoio a iniciativas realizadas da base para o topo. As atividades e os eventos nos Estados-Membros foram organizados por diferentes instituições e partes interessadas, nomeadamente autoridades nacionais, regionais e locais, organizações da sociedade civil, parceiros sociais, associações e cidadãos. Em alguns casos, organizações não governamentais, instituições culturais, grupos de reflexão, universidades e institutos de investigação também participaram ativamente na organização de eventos sobre a Conferência. Em muitas destas atividades e eventos, deu-se especial importância à participação da geração mais jovem.

Panorâmica dos principais eventos e iniciativas nos Estados-Membros:

1

Bélgica

As autoridades federais e regionais organizaram vários eventos. Realizaram-se vários debates com os cidadãos, por exemplo sobre “A UE no mundo” e sobre “Alterações climáticas e ambiente”. Realizou-se um diálogo estruturado com os cidadãos subordinado ao tema “Viver numa região fronteiriça”, bem como uma maratona de programação sobre “O impacto de estilos de vida saudáveis e das alterações climáticas na qualidade de vida” e “Os obstáculos enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho”. Realizou-se ainda um evento sobre a digitalização e a economia sustentável, bem como uma série de debates entre jovens e políticos subordinados ao tema “A Europa está a ouvir”.

2

Bulgária

O exercício búlgaro foi lançado numa cerimónia intitulada “Como ouvir a voz dos cidadãos através da Conferência sobre o Futuro da Europa?”, com a participação de organismos do setor público e de representantes dos cidadãos. No âmbito dos eventos organizados, realizou-se um diálogo com os cidadãos sobre demografia e democracia. Foram organizados vários eventos locais nas grandes cidades universitárias, com a assistência dos centros *Europe Direct*.

3

Chéquia

A República Checa organizou, a nível central, debates com o público em geral e eventos de sensibilização para as partes interessadas pertinentes. Estes eventos foram complementados por eventos para jovens e eventos com participação internacional. Em particular, foi organizado um evento transnacional com cidadãos alemães e checos. Tiveram lugar vários debates regionais por todo o país, bem como seminários regionais para estudantes do ensino secundário subordinados ao tema “Decidir sobre a Europa”.

4

Dinamarca

Foi organizado um debate nacional amplo e inclusivo, em que a sociedade civil e outros intervenientes não governamentais desempenharam um papel central. Foi concedido um conjunto específico de fundos públicos a um grupo diversificado de organizações, incluindo ONG, meios de comunicação social, organizações de juventude, instituições culturais, grupos de reflexão e institutos de investigação, a fim de apoiar os debates e as iniciativas organizadas por organizações não governamentais. Realizaram-se mais de 180 debates, tendo cerca de metade deles sido especificamente direcionados para os jovens. Além disso, o Governo e o Parlamento organizaram uma série de eventos oficiais, como consultas aos cidadãos e debates.

5

Alemanha

Os eventos organizados na Alemanha contaram com a participação do Governo Federal, do Parlamento Federal alemão (*Bundestag*), dos Estados federados e da sociedade civil. Para além dos eventos realizados pelo Governo Federal, foram organizados mais de 50 eventos regionais pelos 16 estados federados da Alemanha e cerca de 300 eventos pela sociedade civil. Os eventos transnacionais, e os diálogos com estudantes e jovens foram elementos centrais de muitas iniciativas, colocando os jovens na vanguarda dos debates destinados a moldar o futuro da Europa.

6

Estónia

Foram organizados vários eventos, seminários e debates pelo gabinete governamental, juntamente com a Representação da Comissão Europeia na Estónia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e outros ministérios, bem como pela sociedade civil, organizações de juventude e outros. Em especial, foi organizado um debate para os alunos do ensino secundário sobre questões importantes relativas às alterações climáticas, às políticas energéticas e à Conferência em geral. Foi também organizado um debate sobre “A diplomacia estónia ao serviço da consecução dos objetivos em matéria de clima”.

7**Irlanda**

A inclusão e o contacto com todos os setores da comunidade, e os jovens, em especial, foi o tema central das atividades da Irlanda. Em 2021 e 2022 decorreu um programa de compromissos regionais e setoriais em cooperação com o Movimento Europeu da Irlanda (EMI). A primeira fase das reuniões regionais realizou-se em junho e julho sob a forma de consultas virtuais. A segunda fase dos eventos regionais foi organizada sob a forma de reuniões presenciais abertas a todos no início de 2022. Desde julho, teve lugar um programa de eventos governamentais.

8**Grécia**

O Ministério dos Negócios Estrangeiros foi responsável pela coordenação do diálogo nacional. Os organismos da administração central e local e a sociedade civil foram fortemente incentivados a realizar debates e outros eventos. Por exemplo, realizaram-se eventos sobre a cooperação euro-mediterrânica, os Balcãs Ocidentais, o desafio demográfico, a migração e a democracia, com a participação de cidadãos e diferentes partes interessadas.

9**Espanha**

O quadro espanhol contou com seis eventos a nível nacional (por exemplo, uma consulta de cidadãos espanhóis sobre o futuro da Europa) e cerca de 20 a nível regional. Foi igualmente organizado um evento com cidadãos portugueses e espanhóis, a fim de debater temas fundamentais relevantes para o futuro das suas regiões e para a UE. A nível regional e local, as autoridades organizaram eventos sobre vários temas, como, por exemplo, a cooperação transfronteiriça, o impacto das alterações demográficas, os transportes e a mobilidade sustentáveis, as alterações climáticas, a migração e o futuro das regiões ultraperiféricas.

10**França**

O Governo francês realizou, de maio a julho de 2021, uma vasta consulta em linha destinada aos jovens. 50 000 jovens franceses expressaram as suas opiniões, inscrevendo 16 ideias principais para o futuro da Europa. Os resultados deste exercício foram compilados num relatório final, juntamente com os resultados do painel de cidadãos da França, e constituem o contributo deste país para a Conferência. O Governo francês incentivou igualmente todos os intervenientes franceses que o desejassem – associações, autoridades locais, representantes eleitos, representantes da sociedade civil – a organizarem eventos.

11**Croácia**

Foi criado um grupo de trabalho para a coordenação das atividades, que compilou ideias e planos para a realização de atividades a nível nacional. Os ministérios, os serviços centrais do Estado, as agências de desenvolvimento regional, as universidades, as ONG e os institutos organizaram eventos sob a forma de conferências, diálogos e debates com os cidadãos, debates públicos e seminários educativos, com especial destaque para os jovens. Os temas abrangidos foram a migração, a demografia, a neutralidade climática e a economia circular. Alguns eventos foram realizados com outros Estados-Membros e países vizinhos não pertencentes à UE.

12**Itália**

Foram organizados vários eventos, com especial destaque para os jovens, a fim de chegar ao maior número possível de cidadãos, com o apoio ativo das autoridades locais. Foi lançada uma campanha nos meios de comunicação social para sensibilizar o maior número de pessoas possível. As atividades incluíram o Fórum da Juventude UE-Balcãs, organizado com jovens dos Balcãs Ocidentais, os Diálogos MED – Fórum da Juventude do Mediterrâneo com jovens da vizinhança meridional, bem como concursos para estudantes do ensino secundário e estudantes universitários intitulados “A Europa está nas tuas mãos”.

13

Chipre

Foram realizadas várias atividades, que incluíram muitas partes interessadas, centradas nos jovens. Foi organizado um evento de lançamento, com um debate com a geração mais jovem sobre as suas expectativas, preocupações e visão para a Europa e Chipre na UE. Foi igualmente organizado um diálogo aberto sobre o papel dos jovens no debate sobre a Europa, bem como os problemas que enfrentam a nível nacional e europeu. Realizou-se igualmente um evento para debater o futuro da segurança e da defesa europeias.

14

Letónia

Foram organizados vários eventos, incluindo um debate em linha com estudantes a nível nacional intitulado “O futuro está nas tuas mãos”, abordando questões económicas, sociais e de segurança. Foi organizada uma sondagem à escala nacional, bem como debates de grupos focais, a fim de recolher dados de opinião pública relativos às perspetivas dos cidadãos sobre as futuras prioridades da União Europeia para todos os temas da Conferência. Realizaram-se debates presenciais a nível regional para sensibilizar as pessoas com mais de 55 anos para a Conferência, bem como debates presenciais com alunos de escolas secundárias.

15

Lituânia

Os eventos foram organizados principalmente segundo uma abordagem descentralizada, e a tónica foi colocada nas regiões da Lituânia e nos jovens (por exemplo, com o Debate da Juventude dos Estados Bálticos). Realizou-se uma série de diálogos com os cidadãos (sobre democracia, digitalização, alterações climáticas, etc.), de diálogos transnacionais (por exemplo, com a França, a Irlanda e a Itália, respetivamente) e de eventos organizados pela sociedade civil. Além disso, as escolas foram incentivadas a debater o futuro da Europa.

16

Luxemburgo

Foram organizados vários eventos a nível nacional, de acordo com uma abordagem aberta, inclusiva e transparente. Por exemplo, o parlamento organizou uma série de eventos utilizando novos formatos, como as “conversas de café” (*bistro talks*). Foi também organizada uma maratona de programação para estudantes e jovens empresários, a fim de debater as Orientações para a Digitalização e a estratégia industrial da UE. Além disso, houve um intercâmbio trinacional de experiências entre alunos do ensino secundário alemão, francês e luxemburguês.

17

Hungria

Foi organizada uma grande variedade de eventos na sociedade (mais de 800). Os eventos institucionais incluíram conferências internacionais de alto nível organizadas por vários ministérios (por exemplo, sobre o alargamento e a estratégia digital da UE) e mesas-redondas com estudantes e organizações de jovens (por exemplo, subordinadas ao tema da integração europeia). Várias organizações realizaram painéis para debater as instituições da UE; uma economia mais forte, justiça social e emprego, transformação digital, educação, cultura, juventude e desporto; valores e direitos, Estado de direito, segurança; ONG; a migração; e demografia, família, saúde, alterações climáticas e ambiente.

18

Malta

Na sequência de um evento de lançamento, foi criado um comité nacional de coordenação para promover a iniciativa em diferentes canais de comunicação, que orientou o debate através de eventos nacionais e locais. Foram organizados diálogos públicos temáticos (por exemplo, sobre saúde, valores europeus e o futuro do trabalho para uma sociedade justa), conferências de imprensa, consultas com as partes interessadas a nível setorial e sessões interativas com crianças e estudantes em formato presencial ou híbrido.

19

Países Baixos

Os Países Baixos centraram-se na organização do seu painel de cidadãos nacional “Visões da Europa – *Kijk op Europa*”, que se realizou em linha e presencialmente. Foi organizado em duas fases: em primeiro lugar, a recolha de ideias e opiniões (o “quê”) sobre as expectativas e os desejos das pessoas, seguida pela segunda fase que incidiu sobre a compreensão das opiniões subjacentes (o “porquê” e o “como”) em diálogos de grupo.

20

Áustria

Decorreram debates a vários níveis: federal, regional e local. Os “laboratórios do futuro” e os “diálogos sobre o futuro” apresentaram intercâmbios aprofundados com peritos de alto nível sobre diferentes tópicos e procuraram soluções holísticas para o futuro. Além disso, foram organizados vários eventos pelos “Conselheiros locais austríacos para a Europa” e para os mesmos. Vários eventos destinaram-se diretamente aos jovens e aos alunos.

21

Polónia

Os eventos foram organizados principalmente através de uma abordagem descentralizada. A nível regional, os centros regionais de debate internacional organizaram eventos públicos nas 16 regiões polacas, tanto em formato presencial como virtual. Os tópicos dos debates abrangeram os domínios temáticos da Conferência, por exemplo, a solidariedade em tempos de crise, a agricultura e as novas tecnologias. Foi igualmente organizado um debate nacional sobre o clima, a digitalização, o mercado interno, a saúde, a UE no mundo e a migração.

22

Portugal

Na sequência do primeiro evento de cidadãos, em Lisboa, que deu início à participação dos cidadãos na Conferência, foram organizados muitos eventos em parceria com as autoridades locais, universidades, escolas, parceiros sociais, organizações de juventude e organizações locais da sociedade civil, entre outros. Por exemplo, foi organizado um evento transnacional com

Espanha, a fim de debater temas fundamentais relevantes para o futuro das regiões dos dois países e para a UE. Além disso, foram organizados eventos nacionais descentralizados sobre diferentes tópicos, como a migração e as parcerias internacionais, o futuro da democracia europeia e a transformação digital.

23

Roménia

Os eventos foram principalmente organizados ou coorganizados pela administração e por institutos específicos, com a participação ativa da sociedade civil e de organizações de juventude. Os debates abrangeram uma vasta gama de tópicos, como a digitalização, a educação, a saúde, o ambiente, o desenvolvimento sustentável, a economia, a agricultura e as parcerias estratégicas da UE. Foram organizados eventos na capital e a nível local, com a participação de todos os grupos etários.

24

Eslovénia

A visão global consistiu em incentivar um amplo debate, no qual a sociedade civil desempenhasse um papel central e a participação dos jovens fosse especialmente incentivada. O Governo organizou um evento de lançamento, a que se seguiram várias iniciativas, como, por exemplo, o Fórum Estratégico de Bled, em que o principal tópico foi o futuro da Europa, com especial atenção para o alargamento da UE e os Balcãs Ocidentais. Outros eventos incidiram sobre tópicos como a política monetária, a neutralidade climática, a juventude e o papel da UE num ambiente internacional multipolar.

25

Eslováquia

Foram organizados eventos no âmbito de dois pilares principais. O primeiro foi o projeto “WeAreEU”, centrado no grande público, que incluiu debates com os estudantes e consultas públicas, com uma série de eventos regionais organizados no âmbito do “WeAreEU Road Show”. O segundo pilar consistiu na Convenção Nacional sobre a UE, que incidiu sobre contributos especializados e analíticos sobre temas como o mercado único, a desinformação e o populismo, e as transições digital e ecológica.

26

Finlândia

O Governo organizou uma série de consultas regionais, incluindo “O evento mais setentrional da Conferência da UE”, sobre diferentes tópicos, por exemplo, sobre o crescimento sustentável, a educação e o Estado de direito. Foi também organizada uma sondagem para contribuir para o debate. O Governo organizou eventos em cooperação com as cidades, as autoridades locais, as universidades, as ONG, a organização de jovens finlandeses, o parlamento finlandês, o Parlamento Europeu e os gabinetes de informação da Comissão Europeia na Finlândia.

27

Suécia

Os eventos foram organizados principalmente através de uma abordagem descentralizada, como um exercício conjunto entre o gabinete governamental, o parlamento nacional, os partidos políticos, os parceiros sociais, os representantes locais e regionais, as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas da sociedade civil. Por exemplo, o ministro sueco dos Assuntos da UE debateu o futuro da Europa com alunos de diferentes escolas e participou em reuniões municipais para debater com os cidadãos o futuro da Europa e da democracia. Os meios de comunicação digitais também foram utilizados para participar nos diálogos com os cidadãos, como, por exemplo, através de sessões de perguntas e respostas.

As descrições acima referidas não são exaustivas. Estão disponíveis mais informações sobre eventos nacionais numa secção específica da plataforma digital multilingue.



2. Encontro Europeu da Juventude (EYE)

O Encontro Europeu da Juventude (EYE 2021) teve lugar em 8 e 9 de outubro de 2021 e reuniu 10 000 jovens em linha e no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, para moldarem e partilharem as suas ideias sobre o futuro da Europa. O EYE constituiu uma oportunidade única para os jovens entre os 16 e os 30 anos interagirem presencialmente e em linha, inspirarem-se mutuamente e trocaram os seus pontos de vista com peritos, ativistas, influenciadores e decisores, no coração da democracia europeia.

A partir de maio de 2021, em colaboração com organizações de juventude pan-europeias, foram recolhidas em linha mais de 2000 propostas de jovens cidadãos de toda a União Europeia. Além disso, foram organizadas várias sessões centradas na Conferência sobre o Futuro da Europa, tanto em linha antes do evento, como durante o EYE em Estrasburgo. Após o evento, as 20 ideias que mais se destacaram entre os participantes, duas por tópico da Conferência, foram recolhidas no “Relatório sobre Ideias dos Jovens” para a Conferência sobre o Futuro da Europa, publicado em 23 línguas.

^v Consulte a plataforma digital multilingue para obter informações sobre todos os eventos.

O Relatório sobre Ideias dos Jovens foi apresentado ao Plenário da Conferência em 23 de outubro pelos jovens participantes dos painéis de cidadãos europeus que também participaram no EYE 2021. Todas as ideias recolhidas estão disponíveis em search.youthideas.eu.

3. Outros eventos

Além dos eventos acima referidos, muitas outras instituições e partes interessadas reuniram cidadãos da UE para debater o futuro da Europa^v.

Ao longo de toda a Conferência sobre o Futuro da Europa, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) comprometeu-se a sensibilizar o público para a Conferência e a ajudar a sua vasta rede de organizações da sociedade civil nos Estados-Membros a organizar consultas nacionais. No total, apoiou a realização de 75 eventos, dos quais 33 a nível nacional e 42 a nível central. Sessenta por cento destes eventos apresentaram relatórios na plataforma da Conferência, e só esses 45 eventos reuniram mais de 7 300 participantes. Em particular, o CESE iniciou as suas atividades em



junho de 2021 com uma importante conferência – “Bringing the European project back to citizens” – e organizou a iniciativa “Connecting EU seminar” em Lisboa, em novembro de 2021, bem como um evento de alto nível “Shaping Europe together”, em Bruxelas, em fevereiro de 2022. O Comité promoveu igualmente a utilização da plataforma em linha, para onde enviou 60 novas ideias, e lançou uma vasta campanha de comunicação nas redes sociais, com um alcance potencial de 32 milhões de pessoas só no Twitter, promovendo eventos nacionais em inglês e na língua local e promovendo a sensibilização antes e depois de cada reunião relacionada com o Plenário e com a Conferência.

O Comité das Regiões Europeu (CR) organizou debates temáticos nas suas comissões e sessões plenárias, bem como 140 eventos locais, transfronteiriços e inter-regionais que envolveram 10 000 cidadãos e 200 políticos locais. Além disso, a primeira sondagem aos 1,2 milhões de políticos locais na UE27 (em inglês) sobre os seus pontos de vista sobre o futuro da Europa foi publicada em outubro de 2021. Além disso, o CR propôs 44 ideias através da plataforma digital multilingue. No início de 2022, um Grupo de Alto Nível para a Democracia Europeia, independente, apresentou ideias (em inglês) sobre a forma de melhorar a democracia na UE. O CR adotou uma resolução (em inglês) que apresenta as propostas para o relatório final da Conferência, tendo sido aprovado na Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios, em março de 2022, um manifesto de 12 pontos (em inglês) em nome de um milhão de políticos locais e regionais da UE. O relatório “Os cidadãos, os políticos locais e o futuro da Europa” (março de 2022, em inglês) resume todas as atividades do CR para a Conferência.

As três organizações de empregadores da parceria social, BusinessEurope, SGI Europe e SMEUnited publicaram as suas prioridades e contributos na plataforma digital e apresentaram-nos nos grupos de trabalho pertinentes e a nível do Plenário. Além disso, todos promoveram a Conferência, tanto a nível interno como junto das partes interessadas externas, e organizaram eventos e dialogaram com as partes interessadas em diferentes fóruns. A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) mobilizou o seu contributo para a Conferência sobre o Futuro da Europa e participou nos trabalhos do Plenário e nos grupos de trabalho. A CES definiu propostas dos sindicatos para um futuro mais justo na Europa e incluiu-as

na plataforma em linha (contando-se entre as propostas mais apoiadas) e, juntamente com os seus associados, organizou eventos e atividades de comunicação para apresentar e debater as propostas dos sindicatos.

A componente da sociedade civil – composta pela Convenção da Sociedade Civil para a Conferência sobre o Futuro da Europa e o Movimento Europeu – realizou muitos eventos em toda a Europa e manifestou-se a nível do Plenário. Envolveu centenas de organizações da sociedade civil, numa abordagem da base para o topo, através de agregados temáticos, para elaborar propostas comuns e abrangentes sobre uma série de domínios estratégicos abrangidos pela Conferência. As ideias serviram de contributo para a Conferência, tendo sido canalizadas através da plataforma, dos grupos de trabalho, das sessões plenárias e dos contactos diretos com o Conselho Executivo, os copresidentes e o Secretariado Comum.

As Representações da Comissão Europeia nos Estados-Membros, os Centros Europe Direct, os Centros de Documentação Europeia, bem como os Gabinetes de Ligação do Parlamento Europeu, estiveram muito ativos a nível da comunicação e da informação dos cidadãos a respeito da Conferência sobre o Futuro da Europa. As Representações da Comissão Europeia deram conta de 1400 atividades que ajudaram a divulgar e a realizar a Conferência em toda a Europa. Organizaram ou participaram ativamente em mais de 850 eventos, dos quais cerca de 65 % se dirigiam aos jovens e às mulheres, a fim de incentivar a sua participação mais alargada na Conferência. Os Gabinetes de Ligação do Parlamento Europeu organizaram mais de 1300 atividades promocionais em todos os Estados-Membros. Foram organizados seminários temáticos sobre os diferentes temas principais da Conferência, com deputados do Parlamento Europeu, cidadãos e organizações de partes interessadas, autoridades nacionais e meios de comunicação social regionais e locais, a fim de ampliar o alcance da Conferência. Os Centros Europe Direct comunicaram a realização de mais de 1000 eventos temáticos sobre a Conferência e mais de 600 atividades promocionais, que contaram com a participação de um vasto leque de grupos-alvo e organizações de juventude. Por seu lado, os Centros de Documentação Europeia deram conta de mais de 120 ações relacionadas com a divulgação da Conferência.

III.

O Plenário da Conferência

(A) O papel e os trabalhos do Plenário

Foi criado um Plenário da Conferência para debater as recomendações dos painéis de cidadãos realizados a nível nacional e europeu, agrupadas por temas, sem resultados predeterminados e sem limitar a sua abrangência a domínios de intervenção predefinidos. Os contributos recolhidos a partir da plataforma digital multilingue também foram debatidos sempre que tal se revelou pertinente. O Plenário teve uma composição única, uma vez que contemplou, pela primeira vez, cidadãos que representavam painéis e eventos europeus e nacionais, a par de representantes das instituições e órgãos consultivos da UE, representantes eleitos a nível nacional, regional e local, bem como representantes da sociedade civil e dos parceiros sociais. Depois de estas recomendações terem sido apresentadas e debatidas com os cidadãos, o Plenário teve de apresentar as suas propostas ao Conselho Executivo numa base consensual^{vi}. O Plenário da Conferência reuniu-se sete vezes entre junho de 2021 e abril de 2022.

O Plenário da Conferência foi composto por 108 representantes do Parlamento Europeu, 54 do Conselho e três da Comissão Europeia^{vii}, bem como por 108 representantes de todos os parlamentos nacionais em pé de igualdade, e por cidadãos. Dele fizeram ainda parte 80 representantes dos painéis de cidadãos

europeus, dos quais pelo menos um terço tinha menos de 25 anos, a presidente do Fórum Europeu da Juventude e 27 representantes^{viii} de eventos nacionais e/ou painéis de cidadãos nacionais. Integrou ainda 18 representantes do Comité das Regiões e 18 do Comité Económico e Social, seis representantes eleitos das autoridades regionais e seis representantes eleitos das autoridades locais, 12 representantes dos parceiros sociais e oito da sociedade civil. O alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança foi convidado para os debates sobre o papel internacional da UE. Foram igualmente convidados representantes das principais partes interessadas, como representantes dos parceiros dos Balcãs Ocidentais, da Ucrânia, de igrejas, de associações ou comunidades religiosas e de organizações filosóficas e não confessionais.

As reuniões do Plenário da Conferência foram copresididas pelos copresidentes da Conferência e tiveram lugar nas instalações do Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Devido à regulamentação em vigor em matéria de saúde e segurança, as primeiras cinco reuniões do Plenário da Conferência decorreram em formato híbrido, ao passo que as duas últimas decorreram presencialmente. Foram transmitidas em direto e todos os documentos nelas produzidos foram publicados na plataforma digital multilingue.

^{vi} Foi necessário alcançar um consenso, pelo menos entre os representantes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia e os representantes dos parlamentos nacionais em pé de igualdade. Caso tenha havido uma posição claramente divergente dos representantes dos cidadãos dos eventos nacionais e/ou dos painéis de cidadãos europeus ou nacionais, esta teve de ser expressa no presente relatório.

^{vii} Outros membros da Comissão Europeia foram convidados para o Plenário, nomeadamente quando foram debatidas questões relevantes para a sua pasta.

^{viii} Um por Estado-Membro.

(B) Grupos de trabalho

Em conformidade com o Regulamento Interno da Conferência, os copresidentes propuseram ao Plenário da Conferência a criação de nove grupos de trabalho temáticos, em função dos temas da plataforma digital multilingue, que dariam o seu contributo para a preparação dos debates e das propostas do Plenário da Conferência, no âmbito dos parâmetros da Declaração Comum. Em outubro de 2021, os copresidentes chegaram a acordo sobre o mandato aplicável aos grupos de trabalho, respetivamente: Alterações climáticas e ambiente; Saúde; Uma economia mais forte, justiça social e emprego; A UE no mundo; Valores e direitos, Estado de direito, segurança; Transformação digital; Democracia europeia; Migração; e Educação, cultura, juventude e desporto.

Os grupos de trabalho apresentaram os seus contributos ao Plenário da Conferência, debatendo as recomendações dos respetivos painéis de cidadãos nacionais e europeus, bem como os contributos deixados na plataforma digital multilingue relacionados com os nove tópicos da Conferência. Os membros do Plenário da Conferência foram distribuídos da seguinte forma pelos nove grupos de trabalho: doze membros por grupo de trabalho para o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, seis para o Conselho, três para os representantes dos painéis ou eventos nacionais de cidadãos, dois para o Comité das Regiões e dois para o Comité Económico e Social, um ou dois para os parceiros sociais, um para a sociedade civil e um para os membros eleitos dos órgãos de poder local e regional, bem como representantes dos painéis de cidadãos europeus. Os representantes

dos painéis de cidadãos europeus participaram no grupo de trabalho pertinente para o respetivo painel. Além disso, foram adotadas disposições específicas para permitir que os membros do colégio de comissários participassem em grupos de trabalho em função das suas responsabilidades.

Os grupos de trabalho realizaram debates animados e trabalharam sobre os projetos de propostas elaborados sob a autoridade do presidente e do porta-voz, eleitos entre os representantes dos painéis de cidadãos europeus no grupo de trabalho, com a assistência do Secretariado Comum. Os grupos de trabalho tiveram de funcionar com base no consenso, tal como definido no artigo 17.º do Regulamento Interno da Conferência. O presidente e o porta-voz apresentaram então ao Plenário os resultados do grupo de trabalho. O presidente do grupo de trabalho foi assistido pelo Secretariado Comum. O Secretariado Comum da Conferência elaborou os relatórios de síntese de cada reunião do grupo de trabalho, sob a orientação do presidente e em consulta com os membros do grupo de trabalho.

Entre outubro de 2021 a 8 de abril de 2022, os grupos de trabalho reuniram-se à margem das reuniões do Plenário da Conferência, bem como em linha, em dezembro de 2021. Alguns grupos de trabalho realizaram reuniões suplementares. As reuniões do grupo de trabalho foram transmitidas em direto em 20 de janeiro de 2022. Os relatórios de síntese foram devidamente disponibilizados na secção da plataforma digital multilingue destinada ao Plenário.

(C) Resumo cronológico

PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA INAUGURAL, 19 DE JUNHO DE 2021

O Plenário da Conferência inaugural teve lugar em 19 de junho de 2021, em formato híbrido^{ix}. Nessa ocasião, os membros do Plenário puderam assistir a uma apresentação e realizar um debate geral sobre o objetivo e as expectativas da Conferência. Os copresidentes sublinharam a natureza sem precedentes deste exercício de democracia deliberativa a nível da UE, que veio reforçar a democracia representativa, colocando os cidadãos no centro da elaboração de políticas na União Europeia. Os copresidentes ilustraram igualmente o modo de funcionamento dos três pilares da Conferência: a plataforma digital multilingue, os painéis de cidadãos europeus e nacionais e o Plenário.

Além disso, os membros do Plenário foram informados da intenção de se criarem nove grupos de trabalho temáticos e do calendário da Conferência. No debate que se seguiu, em que intervieram mais de 150 participantes, foi abordada uma grande variedade de tópicos. Uma vez que a seleção dos participantes nos painéis de cidadãos europeus ainda não estava concluída, o presidente do Fórum Europeu da Juventude e 27 representantes de eventos e/ou painéis nacionais de cidadãos entraram integrados no módulo dos cidadãos.

SEGUNDA REUNIÃO DO PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA, 22-23 DE OUTUBRO DE 2021

A segunda reunião do Plenário da Conferência realizou-se em 22 e 23 de outubro de 2021 em formato híbrido, pela primeira vez com a participação de representantes dos painéis de cidadãos europeus. Os membros do Plenário tiveram a oportunidade de assistir a uma apresentação do ponto da situação dos quatro painéis de cidadãos europeus e de realizar um debate e os representantes dos eventos e painéis nacionais puderam apresentar os eventos a decorrer a nível nacional. Além disso, foi apresentado ao Plenário da Conferência um relatório sobre o Encontro Europeu da Juventude que facultou aos membros uma panorâmica das

20 ideias concretas selecionadas pelos jovens que participaram no Encontro. No debate que se seguiu, foi salientada a natureza inovadora da plataforma digital multilingue, que deu voz aos cidadãos e proporcionou um palco para o debate em todas as línguas oficiais da UE. Este debate teve por base o segundo relatório intercalar sobre a plataforma. Os parceiros dos Balcãs Ocidentais foram convidados a participar nesta reunião plenária enquanto principais partes interessadas.

TERCEIRA REUNIÃO DO PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA, 21-22 DE JANEIRO DE 2022

A terceira reunião do Plenário da Conferência, que teve lugar em 21 e 22 de janeiro de 2022, foi a primeira a ser dedicada à apresentação oficial das recomendações emanadas dos painéis de cidadãos europeus, bem como dos respetivos painéis nacionais de cidadãos. Esta reunião do Plenário foi, de facto, a primeira a ter lugar depois de alguns painéis de cidadãos europeus terem concluído as suas recomendações, nomeadamente: Painéis de cidadãos europeus 2 (Democracia Europeia / Valores e Direitos, Estado de direito, segurança) e 3 (Alterações climáticas e ambiente / Saúde). A reunião do Plenário realizou-se em formato híbrido, com a participação presencial e à distância de mais de 400 membros do Plenário da Conferência.

Esta reunião do Plenário foi também marcada pelo recente falecimento do presidente do Parlamento Europeu, David Maria Sassoli. Os copresidentes prestaram homenagem à sua memória na abertura do plenário.

Os debates desta reunião do Plenário foram organizados por temas, subordinados aos tópicos abrangidos pelo painel de cidadãos europeu 2 e pelo painel de cidadãos europeu 3.

Os debates decorreram num formato interativo inovador, nomeadamente dando tempo para o retorno de informação dos cidadãos e prevendo um sistema especial de perguntas do tipo “cartão azul”, que possibilitou trocas de impressões espontâneas e animadas sobre as recomendações dos cidadãos.

^{ix} Tendo em vista o Plenário inaugural de 19 de junho, teve lugar em Lisboa, em 17 de junho de 2021, um primeiro evento de cidadãos à escala europeia, em formato híbrido, para dar início à participação dos cidadãos na Conferência.

QUARTA REUNIÃO DO PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA, 11-12 DE MARÇO DE 2022

A quarta reunião do Plenário da Conferência foi igualmente dedicada à apresentação das recomendações saídas dos painéis de cidadãos europeus, bem como dos respetivos painéis nacionais de cidadãos. Esta reunião do Plenário teve lugar depois de os restantes dois painéis de cidadãos europeus terem finalizado as suas recomendações, a saber: Painéis de cidadãos europeus 1 (Uma economia mais forte, justiça social e emprego / Educação, cultura, juventude e desporto / Transformação digital) e 4 (A UE no mundo / Migração).

À semelhança da reunião do Plenário realizada em janeiro, os debates desta reunião foram organizados por temas. Os tópicos abordados, desta vez, foram os do painel de cidadãos europeu 1 e os do painel de cidadãos europeu 4. Os debates sobre as recomendações dos cidadãos resultaram novamente em trocas de impressões animadas e aprofundadas, para as quais contribuiu o formato interativo inovador.

QUINTA REUNIÃO DO PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA, 25-26 DE MARÇO DE 2022

A quinta reunião do Plenário marcou a entrada da Conferência nas suas fases subsequentes, iniciando o processo de elaboração das propostas pelo Plenário com base nas recomendações dos cidadãos. Por conseguinte, foi possível aos membros do Plenário, após a preparação no âmbito temático mais restrito ao nível dos grupos de trabalho, realizarem, pela primeira vez, debates sobre os nove tópicos da Conferência: Uma economia mais forte, justiça social e emprego / Educação, cultura, juventude e desporto / Transformação digital / Democracia europeia / Valores e direitos, Estado de direito, segurança / Alterações climáticas e ambiente / Saúde / A UE no mundo / Migração. Esta reunião do Plenário foi também uma oportunidade para os representantes de eventos nacionais, organizados nos 27 Estados-Membros da UE, apresentarem os resultados das suas atividades.

SEXTA REUNIÃO DO PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA, 8-9 DE ABRIL DE 2022

Na sexta reunião do Plenário da Conferência, assistiu-se à finalização dos projetos de propostas do Plenário. Depois de realizadas as últimas reuniões dos grupos de trabalho temáticos, em nove debates centrados na substância, todos os membros do Plenário manifestaram os seus últimos pontos de vista e comentários sobre os projetos de propostas que tinham elaborado nos últimos meses. Esta troca de impressões proporcionou-lhes igualmente a oportunidade de refletirem sobre o processo único de elaboração de propostas em Plenário, com base nas recomendações dos cidadãos, e sobre o trabalho realizado desde a formulação dessas recomendações. Em particular, os cidadãos salientaram a experiência humana única e o valor acrescentado deste processo de deliberação, que os uniu em torno deste projeto comum. Este debate contribuiu para os projetos finais de propostas que viriam a ser apresentados no último Plenário da Conferência.

SÉTIMA REUNIÃO DO PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA, 29-30 DE ABRIL DE 2022

A sétima e última reunião do Plenário da Conferência sobre o Futuro da Europa foi um marco que representou o encerramento de um processo de intensas deliberações ao longo de meses com a formulação de 49 propostas.

As 49 propostas foram formuladas e apresentadas pelo Plenário da Conferência ao Conselho Executivo numa base consensual. Esse consenso foi alcançado entre os representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia e dos parlamentos nacionais.

Os representantes do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social Europeu, os representantes eleitos a nível regional e local, bem como os representantes dos parceiros sociais e da sociedade civil, manifestaram-se também favoravelmente a respeito do processo e apoiaram as propostas.

O módulo dos cidadãos apresentou o seu parecer final sobre as propostas (ver mensagens principais em seguida).

Durante o Plenário de encerramento (29-30 de abril de 2022), os 108 membros do módulo dos cidadãos apresentaram a sua posição final sobre as propostas do Plenário. A apresentação das propostas foi concebida coletivamente e apresentada por 17 desses cidadãos no debate final. O texto que se segue é um resumo das principais mensagens das suas intervenções.

**

Começamos por agradecer ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão a oportunidade que nos foi dada para ajudarmos a moldar o futuro da Europa. Reunimo-nos com outros cidadãos europeus de toda a União, de diferentes painéis e eventos, com políticos e intervenientes sociais, e alargámos os nossos horizontes. Crescemos como europeus. Para que tal acontecesse, todos fizemos sacrifícios: mudámos os nossos hábitos diários, tirámos dias de folga e, no caso dos membros dos painéis de cidadãos europeus, passámos nove fins de semana longe da família. Mas vivemos uma experiência incrível e única. Para nós, não foi uma perda de tempo.

Houve momentos altos e baixos neste percurso. Nem sempre obtivemos respostas às nossas perguntas e sabemos que será necessário algum tempo para que as propostas sejam postas em prática. Mas estamos confiantes que será feito o que for preciso para que vejam a luz do dia, por respeito pelo nosso trabalho conjunto. Se nós, os cidadãos, conseguimos ultrapassar as nossas diferenças, as barreiras linguísticas, trabalhar em conjunto e chegar ao vosso nível, também vós o conseguireis.

**

Percorremos um longo caminho e, agora que o nosso trabalho no Plenário está concluído, podemos orgulhar-nos dele. Vemos oito temas transversais que conferem um mandato claro e firme para o futuro da Europa.

Em **primeiro** lugar, uma União Europeia baseada na solidariedade, na justiça social e na igualdade. Com efeito, uma grande preocupação dos cidadãos é encontrar condições e direitos iguais em diferentes domínios: cuidados de saúde, serviços sociais, educação e aprendizagem ao longo da vida, igualdade de oportunidades para os habitantes das zonas rurais e das zonas urbanas, tendo em conta considerações demográficas. No futuro, os europeus, em todos os Estados-Membros e regiões, deverão deixar de ser alvo de discriminação devido à idade, residência, nacionalidade, género, religião ou preferências políticas. Deverão beneficiar de condições de vida, salários e condições de trabalho dignas. A UE tem de ser mais do que uma união económica. Os Estados-Membros têm de demonstrar mais solidariedade entre si. Somos uma família e devemos comportar-nos como tal em situações de crise.

Em **segundo** lugar, a UE tem de ser audaciosa e agir rapidamente para se tornar líder no domínio do ambiente e do clima, acelerando a transição para a energia verde, melhorando a sua rede ferroviária, incentivando os transportes sustentáveis e uma economia verdadeiramente circular. Não há tempo a perder. A UE tem de estar na vanguarda da mudança em muitos domínios de ação: agricultura, biodiversidade, economia, energia, transportes, educação, saúde, transformação digital e diplomacia climática. Temos capacidades de investigação, poder económico e influência geopolítica para o fazer. Se fizermos do clima uma prioridade, podemos esperar um futuro próspero.

Em **terceiro** lugar, a Europa precisa de uma União mais democrática. Os cidadãos europeus adoram a UE, mas convenhamos que a relação nem sempre é fácil. Pediram-nos que vos ajudássemos e perguntaram-nos: Como deverá ser a democracia europeia no futuro? E nós respondemos: nós, os cidadãos, queremos uma Europa em que as decisões sejam tomadas com transparência e rapidez, em que o princípio da unanimidade seja reconsiderado e na qual os cidadãos participem de forma regular e séria.

Em **quarto** lugar, a UE precisa de uma maior harmonização em alguns domínios e de estreitar os seus laços como União. A Leste, a guerra está a bater-nos à porta, e isso exige que estejamos mais unidos do que nunca e dêmos à UE mais competências a nível dos assuntos externos. Esta conferência pode constituir a base para a criação de uma Europa mais unida e politicamente coesa. Tudo se resume a esta palavra: união. Não podemos descrever-nos como uma união se não alcançarmos a colaboração de que esta conferência foi o exemplo.

Em **quinto** lugar, a UE tem de crescer em autonomia e garantir a sua competitividade a nível mundial. Durante este processo, falámos em alcançar este objetivo em setores estratégicos fundamentais: agricultura, energia, indústria, saúde. Temos de evitar a nossa dependência em relação a países terceiros no que toca a muitos produtos sensíveis. Temos de apostar no talento da nossa mão de obra, evitar a fuga de cérebros e dar aos cidadãos as competências adequadas, em todas as fases da sua vida, independentemente do local onde vivam na UE. Não podemos ter disparidades enormes dentro da UE, nem jovens que, sem perspetivas num país, sejam obrigados a mudar-se para outro.

Em **sexto** lugar, o futuro da UE assenta nos seus valores. Foram eles que orientaram o nosso trabalho. Quando começámos, ninguém imaginava que ia rebentar uma guerra no nosso continente. Esta luta pela liberdade faz-nos tomar consciência da sorte que temos de viver numa união pacífica. Por trás de todas as nossas propostas, expressam-se os seguintes valores: acolhimento humano e digno dos migrantes, igualdade de acesso à saúde, luta contra a corrupção, apelo à proteção da natureza e da biodiversidade e a uma União mais democrática.

Em **sétimo** lugar, no futuro, os cidadãos deverão sentir-se mais europeus e saber mais sobre a UE. Esta foi uma questão transversal sem que se apoiou o trabalho de todos os painéis. A transformação digital, a educação, a mobilidade e os intercâmbios podem sustentar esta identidade europeia, que complementa, sem pôr em cheque, as nossas identidades nacionais. Muitos de nós não se sentiam europeus antes desta conferência: foi um sentimento que foi surgindo aos poucos graças aos contactos entre nós. Tivemos a sorte de ter tido esta oportunidade, mas muitos não a têm. É por isso que a informação, a comunicação e a sensibilização são tão importantes.

Por último, um **oitavo** tema transversal que é extremamente importante para nós é a educação e o empoderamento dos cidadãos em geral. Para esta Conferência, decidiram convidar cidadãos logo a partir dos 16 anos. Estamos gratos por isso, porque, hoje mais do que nunca, há que empoderar os jovens. A elevada taxa de abstenção dos jovens mostra que é preciso restabelecer a relação entre a juventude e a política. Empoderá-los também do ponto de vista económico e social: ainda lhes é demasiado difícil entrar no mercado de trabalho e reclamar os seus direitos sociais. Durante a pandemia de COVID-19, sentiram-se abandonados e muitos continuam a sofrer as consequências ao nível da saúde mental. Mas, a verdade, é que todos os europeus têm de ser empoderados, não só os jovens: por meio de programas de mobilidade e de aprendizagem ao longo da vida, temos de abrir os horizontes a todos os europeus. Precisamos também de educar os cidadãos em matéria de democracia, participação cívica e literacia mediática. É necessária uma abordagem verdadeiramente holística.

**

Ninguém sabia qual iria ser o resultado. Vinte e sete países, vinte e quatro línguas, diferentes idades. Ainda assim, quando trabalhámos em conjunto, sentimo-nos ligados: na mente, nos pensamentos, nas experiências. Não somos especialistas da UE nem de nenhum dos temas da Conferência, mas somos especialistas da vida real e temos as nossas histórias. Vamos trabalhar, vivemos no campo e nos subúrbios, trabalhamos nos turnos da noite, estudamos, temos filhos, andamos de transportes públicos. Temos a nossa diversidade com a qual contamos. Entre os quatro módulos diferentes e no âmbito do módulo dos cidadãos, chegou-se a um consenso a respeito das propostas. Todas as propostas que agora têm nas vossas mãos foram alvo do nosso acordo e apoio. Temos uma posição divergente sobre a medida 38.4, terceiro travessão, uma vez que não teve origem nem nos painéis europeus nem nos painéis nacionais e não foi suficientemente debatida no grupo de trabalho do Plenário. É por esta razão que não nos pronunciamos sobre a substância nem sobre a pertinência desta medida. Neste contexto, pedimos-vos que analisem estas propostas no seu conjunto e as apliquem, não apenas as que mais vos convenham e sejam de mais fácil aplicação. Façam-no com transparência. Trabalhámos nelas com dedicação e paixão, temos orgulho no trabalho que fizemos: por favor, respeitem-no.

A Conferência sobre o Futuro da Europa atravessou uma pandemia e testemunhou uma guerra na Europa, tendo demonstrado total solidariedade com o povo ucraniano. Foi um ano turbulento para os participantes e foi um ano turbulento para todos os europeus. No entanto, a Conferência prosseguiu os seus trabalhos, contra todas as adversidades. Em nome dos cidadãos da Conferência, concluo agora dirigindo-vos uma mensagem simples: sentimo-nos europeus, sentimo-nos empenhados e escutados no processo de democratização, acreditamos na UE e queremos continuar a acreditar. Assim, do fundo dos nossos corações, pedimos que leiam bem as propostas e que as apliquem, a bem do futuro da Europa.

Os representantes do módulo do Conselho do Plenário da Conferência não se pronunciaram sobre o conteúdo das propostas, mas apoiaram e incentivaram as atividades dos cidadãos e tomaram nota das suas recomendações. Após 9 de maio de 2022, o Conselho determinará de que forma se dará seguimento aos resultados da Conferência, no âmbito das suas competências e em conformidade com os Tratados.

O Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa toma nota das propostas apresentadas pelo Plenário da Conferência e apresenta-as como resultado final da Conferência. Dando orientações para o futuro da Europa, estas propostas foram alcançadas após quase um ano de deliberações, no âmbito da Declaração Comum e do Regulamento Interno da Conferência.



IV.

As propostas do Plenário



«Alterações climáticas e ambiente»

1. Proposta: agricultura, produção alimentar, biodiversidade e ecossistemas, poluição

Objetivo: Uma produção de alimentos segura, sustentável, justa, responsável em termos climáticos e acessível, que respeite os princípios da sustentabilidade, o ambiente, salogue a biodiversidade e os ecossistemas e garanta ao mesmo tempo a segurança alimentar:

Medidas:

1. Colocar em destaque o conceito de economia verde e azul, promovendo uma agricultura e pescas eficazes, respeitadoras do ambiente e do clima, na UE e em todo o mundo, incluindo a agricultura biológica, bem como outras formas de agricultura inovadora e sustentável, tal como a agricultura vertical, que permitam produzir mais alimentos com menos fatores de produção, reduzindo simultaneamente as emissões e o impacto ambiental, mas garantindo a produtividade e a segurança alimentar (Painel 3 – recomendações 1, 2 e 10; Painel 2 – recomendação 4)
2. Redirecionar os subsídios e reforçar os incentivos à agricultura biológica e à agricultura sustentável que respeitem normas ambientais claras e contribuam para a consecução dos objetivos climáticos globais (Painel 3 – recomendações 1, 12)
3. Aplicar os princípios da economia circular na agricultura e promover medidas contra o desperdício alimentar (debate do Grupo de Trabalho, Plataforma Digital Multilingue (PDM))
4. Reduzir significativamente a utilização de pesticidas e fertilizantes químicos, em conformidade com os objetivos existentes, garantindo simultaneamente a segurança alimentar, e apoiar a investigação para desenvolver alternativas mais sustentáveis e de base natural (Painel 3 – recomendação 10, debate do Grupo de Trabalho)
5. Introduzir uma certificação das remoções de carbono, baseada numa contabilidade do carbono sólida e transparente (debate em sessão plenária)
6. Mais investigação e inovação, incluindo em soluções tecnológicas para a produção sustentável, a resistência das plantas e a agricultura de precisão, bem como mais comunicação, sistemas de aconselhamento e formação para e entre agricultores (painel 3 – recomendação 10, debate do Grupo de Trabalho, debate em sessão plenária)
7. Eliminar o dumping social e reforçar uma transição justa e ecológica para melhores empregos, com elevada qualidade em termos de segurança, saúde e condições de trabalho no setor agrícola (debate do Grupo de Trabalho)
8. Abordar aspetos como a utilização de plástico em películas para utilização agrícola e formas de reduzir o consumo de água na agricultura (PDM)
9. Criação e produção de carne razoáveis, com destaque para o bem-estar dos animais e a sustentabilidade, utilizando medidas como uma rotulagem clara, normas elevadas e comuns para a criação e o transporte de animais, o reforço da ligação entre reprodução e alimentação (Painel 3 – recomendações 16 e 30)

2. Proposta: agricultura, produção alimentar, biodiversidade e ecossistemas, poluição

Objetivo: Proteger e restaurar a biodiversidade, a paisagem e os oceanos e eliminar a poluição

Medidas:

1. Criar, restaurar, gerir melhor e alargar as áreas protegidas – para a conservação da biodiversidade (recomendação FR, Painel 3 – recomendação 11)
2. Dispor de um sistema de coação e recompensa para combater a poluição, aplicando o princípio do poluidor-pagador, que também deve ser integrado nas medidas fiscais, combinado com uma maior sensibilização e incentivos (Painel 3 – recomendação 32, recomendação FR, debate em sessão plenária)
3. Reforçar o papel dos municípios no planeamento urbano e na construção de novos edifícios de apoio a infraestruturas azuis e verdes, evitar e pôr termo a uma maior impermeabilização das terras e espaços verdes obrigatórios nas novas construções, a fim de promover a biodiversidade e as florestas urbanas (Painel 3 – recomendação 5, Painel 1 – recomendação 18, recomendação FR)
4. Proteger os insetos, em especial os insetos indígenas e polinizadores, nomeadamente através da proteção contra espécies invasoras e de uma melhor aplicação da regulamentação em vigor (Painel 1 – recomendação 18)
5. Apoiar a reflorestação, a florestação, incluindo as florestas perdidas por incêndios, a aplicação de uma gestão florestal responsável e apoiar uma melhor utilização da madeira em substituição de outros materiais. Definir objetivos nacionais vinculativos em todos os Estados-Membros da UE para a reflorestação de árvores autóctones e da flora local, tendo em conta as diferentes situações e especificidades nacionais (Painel 3 – recomendação 14, Painel 1 – recomendação 18)
6. Aplicar e alargar a proibição dos plásticos de utilização única (PDM)
7. Proteger as fontes de água e combater a poluição dos rios e dos oceanos, nomeadamente, através da investigação e da luta contra a poluição por microplásticos, bem como da promoção do transporte marítimo respeitador do ambiente, utilizando as melhores tecnologias disponíveis e estabelecendo a investigação e o financiamento da UE para combustíveis e tecnologias marítimos alternativos (PDM, debate do Grupo de Trabalho)
8. Limitar a poluição luminosa (debate do Grupo de Trabalho)

3. Proposta: alterações climáticas, energia, transportes

Objetivo: Reforçar a segurança energética europeia e alcançar a independência energética da UE, assegurando simultaneamente uma transição justa e proporcionando aos europeus uma energia suficiente, a preços acessíveis e sustentável. Enfrentar as alterações climáticas, com a UE a desempenhar um papel de líder global na política energética sustentável, e respeitar os objetivos climáticos globais:

Medidas:

1. Concretizar e, sempre que possível, acelerar a transição ecológica, em especial através de mais investimentos em energias renováveis, a fim de reduzir a dependência energética externa, reconhecendo também o papel das autoridades locais e regionais na transição ecológica (debate no Grupo de Trabalho)
2. Considerar, no âmbito das políticas energéticas, as implicações geopolíticas e de segurança de todos os fornecedores de energia de países terceiros, incluindo os direitos humanos, o aspeto ecológico, a boa governação e o Estado de direito (debate no Grupo de Trabalho)
3. Reduzir as dependências das importações de petróleo e gás através de projetos de eficiência energética, do apoio aos transportes públicos a preços acessíveis, à rede ferroviária de alta velocidade e à rede de transporte de mercadorias, da expansão do fornecimento de energia limpa e renovável (Painel 4 – recomendação 2, painel 1 – recomendação 10, recomendações FR, DE)
4. Melhorar a qualidade e a interconectividade, assegurar a manutenção e transformar a infraestrutura elétrica e as redes elétricas, a fim de reforçar a segurança e permitir a transição para fontes de energia renováveis (Painel 1 – recomendação 10, debate do Grupo de Trabalho)
5. Investir em tecnologias para produzir energias renováveis, como a produção e a utilização eficientes de hidrogénio verde, especialmente em setores difíceis de eletrificar (painel 3 – recomendação 31, debate do Grupo de Trabalho)
6. Investir na exploração de novas fontes de energia respeitadoras do ambiente e métodos de armazenamento e, até serem encontradas soluções tangíveis, aumentar o investimento nas soluções ótimas existentes de produção e armazenamento de energia (Painel 3 – recomendações 9 e 31)
7. Tornar os filtros de CO₂ obrigatórios para as centrais elétricas alimentadas a combustíveis fósseis e prestar ajuda financeira aos Estados-Membros que não disponham de recursos financeiros para implementar os filtros de CO₂. (Painel 3 – recomendação 29)
8. Assegurar uma transição justa, que proteja os trabalhadores e os postos de trabalho, através de um financiamento adequado para a transição e a investigação adicional, através da reforma do sistema fiscal, com uma tributação mais justa e medidas antifraude fiscal, e através da garantia de uma abordagem de governação inclusiva na elaboração de políticas a todos os níveis (por exemplo, medidas ambiciosas de requalificação/qualificações, forte proteção social, manutenção do serviço público nas mãos do Estado, salvaguarda das regras de saúde e segurança no trabalho) (debate em sessão plenária, debate do Grupo de Trabalho, PDM)
9. Introduzir um pacote de investimento para tecnologias e inovações respeitadoras do clima, que deverá ser financiado através de direitos aduaneiros à importação relacionados com o clima e taxas de ajustamento do carbono relacionadas com o clima (recomendação DE)
10. Após um período de transição, os combustíveis fósseis devem deixar de ser subvencionados e não deve haver financiamento para infraestruturas tradicionais de gás (debate do Grupo de Trabalho)
11. Reforçar a liderança da UE e assumir um papel e uma responsabilidade mais fortes

para promover uma ação climática ambiciosa, uma transição justa e prestar apoio para fazer face a perdas e danos, no quadro

internacional com as Nações Unidas no cerne (recomendação NL, debate do Grupo de Trabalho).

4. Proposta: alterações climáticas, energia, transportes

Objetivo: Prever infraestruturas de elevada qualidade, modernas, ecológicas e seguras, que garantam a conectividade, incluindo das regiões rurais e insulares, em especial através de transportes públicos a preços acessíveis:

Medidas:

1. Apoiar os transportes públicos e desenvolver uma rede europeia de transportes públicos, especialmente nas regiões rurais e insulares, que seja eficiente, fiável e a preços acessíveis, com incentivos adicionais à utilização dos transportes públicos (Painel 3 – recomendação 36, painel 4 – recomendação 2)
2. Investir em comboios noturnos e de alta velocidade e estabelecer um padrão único no âmbito da tecnologia ecológica ferroviária na Europa, a fim de proporcionar uma alternativa credível e facilitar a possibilidade de substituir e desencorajar os voos de curta distância (debate do Grupo de Trabalho, PDM)
3. Promover a compra de veículos elétricos que respeitem boas normas em termos de vida útil da bateria, tendo em conta a acessibilidade dos preços para os agregados familiares, e incentivar a utilização (partilhada) de tais veículos, bem como investimentos nas infraestruturas de carregamento necessárias e investimentos no desenvolvimento de outras tecnologias não poluentes para os veículos cuja eletrificação seja difícil de alcançar (Painel 3 – recomendação 38)
4. Desenvolver a conectividade à Internet de alta velocidade e à rede móvel nas regiões rurais e insulares (Painel 3 – recomendação 36)
5. Melhorar as infraestruturas de transporte existentes do ponto de vista ecológico (Painel 3 – recomendação 37)
6. Exigir programas de desenvolvimento urbano para cidades «mais verdes» com emissões mais baixas, com zonas pedonais específicas nas cidades, sem prejudicar as zonas comerciais (painel 3 – recomendação 6)
7. Melhorar as infraestruturas para o ciclismo e conferir mais direitos e uma maior proteção jurídica aos ciclistas e peões, nomeadamente em caso de acidentes com veículos a motor, garantindo a segurança rodoviária e proporcionando formação em matéria de regras de circulação rodoviária (Painel 3 – recomendação 4)
8. Regular a extração de criptomoedas, que utilizam uma enorme quantidade de eletricidade (PDM).

5. Proposta: consumo, embalagem e produção sustentáveis

Objetivo: Melhorar a utilização e a gestão dos materiais na UE, a fim de se tornar mais circular, mais autónoma e menos dependente. Construir uma economia circular através da promoção de produtos e da produção sustentáveis da UE. Garantir que todos os produtos colocados no mercado da UE cumpram as normas ambientais comuns da UE:

Medidas:

1. Normas de produção mais rigorosas e harmonizadas na UE e um sistema de rotulagem transparente para todos os produtos vendidos no mercado da UE no que diz respeito à sua sustentabilidade/pegada ambiental, bem como à longevidade, utilizando um código QR e uma pontuação ecológica, ou o passaporte digital de produtos (painel 3 – recomendações 8, 13, 20, 21, P1 - 16, painel 4 – recomendação 13)
2. Rever as cadeias de abastecimento mundiais, incluindo a produção agrícola, a fim de reduzir a dependência da UE e de encurtar as cadeias (PDM)
3. Continuar a evitar os resíduos através da definição de objetivos de prevenção e reutilização e da definição de normas de qualidade para os sistemas de triagem de resíduos (debate do Grupo de Trabalho, recomendação FR)
4. Eliminar progressivamente as formas de embalagem não sustentável, regulamentar as embalagens seguras do ponto de vista ambiental e evitar o desperdício de materiais nas embalagens, através de incentivos financeiros e sanções, e investir na investigação de alternativas (Painel 3 – recomendações 15, 25, painel 1 – recomendação 12, painel 4 – recomendação 16)
5. Introduzir um sistema de devolução de depósitos de embalagens à escala da UE e normas avançadas para os recipientes (Painel 3 – recomendações 22, 23, PDM)
6. Lançar uma plataforma de conhecimentos da UE sobre como assegurar uma utilização sustentável e a longo prazo e como «reparar» produtos, incluindo as informações disponíveis das associações de consumidores (Painel 3 – recomendação 20)
7. Introduzir medidas para combater a obsolescência precoce ou prematura (incluindo a obsolescência programada), assegurar garantias mais longas, promover o direito à reparação e garantir a disponibilidade e a acessibilidade de peças sobresselentes compatíveis (Painel 3 – recomendação 20, recomendações FR e DE, Painel 1 – recomendação 14)
8. Criar um mercado secundário de matérias-primas, tendo igualmente em conta os requisitos relativos às percentagens de conteúdo reciclado e incentivando uma menor utilização de materiais primários (debate do Grupo de Trabalho)
9. Implementar rapidamente uma estratégia têxtil sustentável ambiciosa e criar um mecanismo que garanta que os consumidores estejam cientes de que o produto cumpre os critérios de sustentabilidade (Painel 3 – recomendação 28, debate do Grupo de Trabalho)
10. Tomar medidas a nível da UE que permitam e incentivem os consumidores a utilizarem os produtos durante mais tempo (Painel 3 – recomendação 20)
11. Reforçar as normas ambientais e fazer cumprir as normas relacionadas com a exportação de resíduos, tanto no interior da UE como para países terceiros (Painel 4 – recomendação 15, PDM)
12. Introduzir medidas para limitar a publicidade de produtos nocivos para o ambiente, introduzindo uma declaração obrigatória de exoneração de responsabilidade para os produtos particularmente nocivos para o ambiente (Painel 3 – recomendação 22)
13. Normas de fabrico mais rigorosas e condições de trabalho justas ao longo de toda a produção e toda a cadeia de valor (Painel 3 – recomendação 21)

6.Proposta: informação, sensibilização, diálogo e estilo de vida

Objetivo: Promover o conhecimento, a sensibilização, a educação e o diálogo sobre o ambiente, as alterações climáticas, a utilização da energia e a sustentabilidade:

Medidas:

1. Criar uma plataforma interativa de informação verificada, com informações científicas sobre o ambiente regularmente atualizadas e diversificadas (Painel 3 – recomendação 33)
2. Apoiar campanhas de informação sobre consciencialização ecológica, incluindo uma campanha de longo prazo da UE para um consumo e um estilo de vida sustentáveis (recomendações DE, NL e FR, Painel 3 – recomendação 7)
3. Promover e facilitar o diálogo e as consultas entre todos os níveis de tomada de decisão, especialmente com os jovens e a nível local (recomendações DE, NL e FR, Painel 3 – recomendações 27, 35, debate em sessão plenária)
4. O desenvolvimento pela UE, com o apoio dos Estados-Membros, de uma carta europeia comum que vise as questões ambientais e promova a sensibilização ambiental entre todos os cidadãos (Painel 3 – recomendação 7).
5. Disponibilizar cursos e materiais didáticos para todos, a fim de aumentar a literacia em matéria de clima e sustentabilidade e permitir a aprendizagem ao longo da vida sobre temas ambientais (Painel 1 – recomendações 15, 35, Painel 3 – recomendação 24, debate do Grupo de Trabalho)
6. Incluir a produção alimentar e a proteção da biodiversidade como parte da educação, incluindo a vantagem dos alimentos não transformados em relação aos alimentos transformados, e promover hortas escolares, subsidiando projetos de jardinagem urbana e a agricultura vertical. Ponderar tornar a biodiversidade um tema obrigatório nas escolas e aumentar a sensibilização para a biodiversidade através da utilização de campanhas nos meios de comunicação social e de «concursos» promovidos em toda a UE (concursos à escala das comunidades locais) (painel 3 – recomendação 5, painel 1 – recomendação 18)
7. Reforçar o papel e a ação da UE no domínio do ambiente e da educação, alargando as competências da UE em matéria da educação no domínio das alterações climáticas e do ambiente e ampliando o recurso à tomada de decisões por maioria qualificada sobre temas identificados como sendo de «interesse europeu», como o ambiente (recomendações FR)
8. Promover uma dieta de base vegetal baseada na proteção do clima e na preservação do ambiente (PDM)



«Saúde»

7. Proposta – Alimentação saudável e estilos de vida saudáveis¹

Objetivo: Garantir que todos os europeus tenham acesso à educação sobre alimentação saudável, bem como a alimentos saudáveis e a preços comportáveis, como alicerce de um estilo de vida saudável, nomeadamente:

Medidas:

1. Estabelecer normas mínimas de qualidade dos alimentos, bem como de rastreabilidade dos alimentos, nomeadamente, limitando a utilização de antibióticos e de outros medicamentos de origem animal ao estritamente necessário com vista a proteger a saúde e o bem-estar dos animais, não os utilizando de forma preventiva, e garantindo que os controlos sejam reforçados a este respeito. [#3², #17]
2. Educar as pessoas sobre hábitos saudáveis desde a infância e incentivá-las a fazer escolhas seguras e saudáveis, através da tributação dos alimentos processados não saudáveis e da disponibilização imediata de informações sobre as propriedades saudáveis dos alimentos; para o efeito, estabelecer um sistema de avaliação à escala europeia para os alimentos transformados, baseado em conhecimentos científicos e independentes, e um rótulo que abranja a utilização de substâncias hormonais e de desreguladores endócrinos na produção de alimentos. A este respeito, reforçar o acompanhamento e a aplicação das regras existentes e ponderar o seu reforço. [#18, #19, GT]
3. Incentivar o diálogo com os intervenientes da cadeia alimentar, desde a produção até às vendas, para a responsabilidade social das empresas em matéria de alimentos saudáveis. [#19, GT]
4. Apoiar, a nível da UE, o fornecimento de alimentos saudáveis, variados e a preços acessíveis em estabelecimentos abertos ao público, tais como cantinas escolares, hospitais ou lares de terceira idade, nomeadamente, através de financiamento específico. [#3, plenário da conferência, GT]
5. Investir na investigação sobre o impacto da utilização de antibióticos e os efeitos das substâncias hormonais e dos desreguladores endócrinos na saúde humana. [#17, #18]²

8. Proposta – Reforçar o sistema de saúde³

Objetivo: Reforçar a resiliência e a qualidade dos nossos sistemas de saúde, em especial através de:

Medidas:

1. A criação de um espaço europeu de dados de saúde que facilite o intercâmbio de dados no domínio da saúde; os registos médicos individuais poderiam ser disponibilizados – de forma voluntária – através de um passaporte de saúde eletrónico individual da UE, em conformidade com as regras de proteção de dados. [#41, GT]
2. Condições de trabalho adequadas, através de uma negociação coletiva forte, nomeadamente em termos de salários e modalidades de trabalho, e da harmonização das normas de formação e certificação dos profissionais de saúde; deveriam ser desenvolvidos redes e programas de intercâmbio, por exemplo, através de um Erasmus para faculdades de Medicina, a fim de contribuir em particular para o desenvolvimento de capacidades. A fim de assegurar a retenção de talento, os conhecimentos e a experiência de trabalho dos jovens profissionais, é necessário criar programas de intercâmbio da UE para que os nossos melhores talentos na área das ciências não sejam recrutados por países terceiros. [#39, GT]
3. Assegurar a autonomia estratégica a nível da UE, a fim de evitar a dependência de países terceiros[NL2]⁴ para os medicamentos (em especial os princípios ativos) e os dispositivos médicos (incluindo matérias-primas); deve, em particular, estabelecer-se, a nível da UE, uma lista de medicamentos e tratamentos essenciais e prioritários, mas também de medicamentos e tratamentos inovadores (tais como soluções biotecnológicas), com base nas agências europeias existentes e na HERA, a fim de garantir a sua disponibilidade para os cidadãos. Ponderar a organização de reservas estratégicas coordenadas em toda a UE. A fim de alcançar a necessária ação coordenada e a longo prazo a nível da União, a saúde e os cuidados de saúde devem ser incluídos entre as competências partilhadas entre a UE e os Estados-Membros da UE, alterando o artigo 4.º do TFUE. [#40, #49, Plenário da Conferência, GT]
4. Continuar a desenvolver, coordenar e financiar os programas de investigação e inovação existentes no domínio da saúde sem prejudicar outros programas relacionados com a saúde, incluindo as redes europeias de referência, uma vez que constituem a base do desenvolvimento de redes de cuidados médicos para tratamentos altamente especializados e complexos. [#42, #43, GT]
5. Investir nos sistemas de saúde, em particular nas entidades públicas e sem fins lucrativos, nas infraestruturas e na saúde digital, e assegurar que os prestadores de cuidados de saúde respeitem os princípios da plena acessibilidade, da acessibilidade dos preços e da qualidade dos serviços, garantindo assim que os recursos não sejam escoados por operadores de saúde orientados para o lucro, com pouca ou nenhuma consideração pelo interesse geral.[#51, GT]
6. Formular recomendações firmes aos Estados-Membros para que invistam em sistemas de saúde eficazes, acessíveis, a preços comportáveis, de elevada qualidade e resilientes, nomeadamente no contexto do Semestre Europeu. O impacto da guerra na Ucrânia na saúde pública demonstra a necessidade de continuar a desenvolver sistemas de saúde e mecanismos de solidariedade resilientes. [#51, GT]

9. Proposta – Uma compreensão mais ampla da saúde⁵

Objetivo: Adotar uma abordagem holística quanto à saúde, abordando, além das doenças e das curas, a literacia e a prevenção no domínio da saúde e promovendo uma compreensão partilhada dos desafios enfrentados pelas pessoas doentes ou com deficiência, em consonância com a abordagem «Uma Só Saúde», que deve ser salientada como um princípio horizontal e fundamental que engloba todas as políticas da UE.

Medidas:

1. Melhorar a compreensão das questões de saúde mental e das formas de as abordar, nomeadamente desde a primeira infância e os diagnósticos precoces, com base nas boas práticas desenvolvidas em toda a UE, que devem ser facilmente acessíveis através do Portal de Boas Práticas de Saúde Pública. Para aumentar a sensibilização, as instituições da UE e as partes interessadas pertinentes devem organizar eventos de intercâmbio de boas práticas e ajudar os seus membros a divulgá-las nos seus próprios círculos eleitorais. Deve ser elaborado um plano de ação da UE em matéria de saúde mental que forneça uma estratégia a longo prazo para a saúde mental, nomeadamente em matéria de investigação, e aborde também a questão da disponibilidade de profissionais, em particular, para menores, e a criação, num futuro próximo, de um Ano Europeu da Saúde Mental. [#44, #47, GT]
2. Desenvolver, a nível da UE, um programa educativo normalizado sobre estilos de vida saudáveis, que abranja também a educação sexual. Deve também abranger ações que visem um estilo de vida saudável e a proteção do ambiente, e como estes podem ajudar a prevenir muitas doenças, nomeadamente, através da utilização da bicicleta como meio saudável para a mobilidade quotidiana. Seria disponibilizado gratuitamente aos Estados-Membros e às escolas para utilização nos seus programas curriculares, conforme adequado. Tal programa lutaria contra os estereótipos sobre as pessoas doentes ou com deficiência. [#46, GT]
3. Desenvolver cursos de primeiros socorros – incluindo uma componente prática – que seriam disponibilizados gratuitamente a todos os cidadãos, e ponderar a oferta regular destes cursos como prática corrente para os estudantes e nos locais de trabalho. Deve também existir um número mínimo de desfibriladores disponíveis em locais públicos em todos os Estados-Membros. [#50]
4. Alargar a iniciativa «Semana da Saúde», que teria lugar em toda a UE na mesma semana, durante a qual todos os problemas de saúde seriam abordados e debatidos. Considerar também iniciativas relacionadas com o ano da saúde, começando com o ano da saúde mental. [#44, GT]
5. Reconhecer como tratamento médico regular, em termos de tributação, os produtos contraceptivos hormonais utilizados por razões médicas, como nos casos de fibromialgia e endometriose, bem como os produtos sanitários femininos. Assegurar o acesso a tratamentos reprodutivos a todos os indivíduos que sofrem de problemas de fertilidade. [#45, GT]

10. Proposta – Igualdade de acesso à saúde para todos⁶

Objetivo: Estabelecer um «direito à saúde», garantindo a todos os europeus um acesso equitativo e universal a cuidados de saúde preventivos, curativos, de qualidade e a preços acessíveis

Medidas:

1. Estabelecer normas mínimas comuns em matéria de cuidados de saúde a nível da UE, que abrangem também a prevenção e a acessibilidade, bem como a proximidade dos cuidados, e prestar apoio para alcançar essas normas. [#39, GT]
2. Reconhecendo a necessidade de ter plenamente em conta o princípio da subsidiariedade e o papel fundamental dos intervenientes locais, regionais e nacionais em matéria de saúde [NL3], garantir a capacidade de ação a nível da UE quando o direito à saúde for mais bem abordado a nível europeu Permitir uma tomada de decisões mais rápida e mais forte sobre temas fundamentais e melhorar a eficácia da governação europeia no sentido do desenvolvimento da União Europeia da Saúde (como, por exemplo, em caso de pandemia ou de doenças raras). [#49, objetivo 11 FR, Plataforma Digital]
3. Reforçar a União Europeia da Saúde utilizando todo o potencial do quadro atual e incluir a saúde e os cuidados de saúde entre as competências partilhadas entre a UE e os Estados-Membros da UE, alterando o artigo 4.º do TFUE. [#49, objetivo FR 11, Plataforma Digital, GT]⁷
4. Garantir que qualquer pessoa possa aceder aos tratamentos existentes, independentemente do país da UE onde estes estejam disponíveis pela primeira vez; para o efeito, facilitar a cooperação transfronteiriça, nomeadamente em matéria de doenças raras, cancro, doenças cardiovasculares e tratamentos altamente especializados, como os transplantes de órgãos e o tratamento de queimaduras graves. Deve ser criada uma rede europeia para transplantes e doações de órgãos, em benefício de todos os pacientes europeus que precisem de um transplante. [Sessão Plenária e GT]
5. Garantir a acessibilidade dos preços dos cuidados de saúde, através de um maior investimento nos cuidados de saúde, em especial nos cuidados dentários, incluindo a profilaxia, e assegurar que todos possam beneficiar de cuidados dentários a preços acessíveis no prazo de 15 a 20 anos. [#48, GT]
6. Assegurar que os tratamentos e os medicamentos em toda a UE são de igual qualidade e têm custos locais justos, incluindo através do combate à fragmentação existente do mercado interno. [#40, NL3, GT, Sessão Plenária]
7. Combater a pobreza na saúde, incentivando os cuidados dentários gratuitos para as crianças, os grupos com baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis, como, por exemplo, as pessoas com deficiência. Ter também em conta o impacto da habitação de má qualidade na saúde. [#48, GT]
8. Considerar a dimensão internacional da saúde e reconhecer que os medicamentos devem estar universalmente disponíveis, incluindo nos países mais pobres. [NL2]



«Uma economia mais forte, justiça social e emprego»

Introdução

Vivemos em tempos extraordinários e a UE será avaliada com base nos seus esforços para sair mais forte das crises atuais, com um modelo de crescimento mais sustentável, inclusivo, competitivo e resiliente. A invasão da Ucrânia pela Rússia e a pandemia de COVID-19 alteraram o rosto da UE. A Conferência terá também de dar resposta às consequências sociais e económicas desta guerra num contexto pós-pandemia já muito exigente. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas continuam a representar uma ameaça permanente para a humanidade e terão um impacto dramático na economia e nas nossas sociedades. Com base nas recomendações recebidas, é evidente que os cidadãos apelam a uma ação mais forte da UE. Desafios transnacionais pendentes, como as desigualdades, a competitividade, a saúde, as alterações climáticas, a migração, a digitalização ou a tributação justa, exigem soluções europeias adequadas. Com base nas recomendações e nos debates, é também evidente que precisamos de uma estratégia abrangente para garantir um melhor bem-estar dos cidadãos europeus nos diferentes aspetos das suas vidas. Alguns elementos desta estratégia encontram-se em políticas já existentes e podem ser alcançados utilizando plenamente o quadro institucional existente a nível europeu e nacional; outras exigirão novas políticas e, em alguns casos, alterações aos Tratados. No entanto, as novas políticas e as alterações ao Tratado devem ser encaradas como um meio para alcançar um melhor bem-estar e não como um fim em si mesmo. É possível e necessário reformular a UE de forma a garantir a sua autonomia estratégica, o seu crescimento sustentável, a melhoria das condições de vida e de trabalho e o progresso humano, sem esgotar e destruir o nosso planeta no quadro de um contrato social renovado. Estas recomendações destinam-se a alcançar estes objetivos. As propostas que se seguem devem ser lidas tendo em conta que os cidadãos de toda a Europa formularam uma diversidade de pontos de vista e recomendações. É esta diversidade de pontos de vista que constitui um dos pontos fortes únicos da Europa.

11. Proposta: Crescimento sustentável e inovação⁸

Objetivo: Propomos que a UE apoie a transição para um modelo de crescimento sustentável e resiliente, tendo em conta as transições ecológica e digital com uma forte dimensão social no Semestre Europeu e capacitando os cidadãos, os sindicatos e as empresas. Os indicadores macroeconómicos convencionais e o PIB podem ser complementados com novos indicadores, a fim de dar resposta às novas prioridades europeias, como o Pacto Ecológico Europeu ou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e de refletir melhor as transições ecológica e digital e o bem-estar das pessoas. Este objetivo poderia ser alcançado desta forma:

Medidas:

1. Promover processos de produção mais ecológicos por parte das empresas e ajudar as empresas a identificar as melhores soluções e a proporcionar incentivos positivos e negativos (PCE 11 e 12), bem como aumentar a produção e o consumo locais; (debates)
2. Trabalhar no sentido de uma economia mais sustentável e circular, dando resposta à questão da obsolescência programada e garantindo o direito à reparação; (PCE 14)
3. Rever a governação económica da UE e o Semestre Europeu, a fim de assegurar que as transições ecológica e digital, a justiça social e o progresso social sejam acompanhados da competitividade económica, sem ignorar a natureza económica e orçamental do Semestre Europeu. Além disso, é necessário envolver melhor os parceiros sociais e os órgãos de poder local e regional na execução do Semestre Europeu, a fim de melhorar a sua aplicação e responsabilização; (plataforma em linha, debates)
4. Combater a utilização de embalagens/ recipientes de plástico de utilização única; (PCE 12)
5. Expandir a utilização da tecnologia europeia e torná-la uma alternativa viável à tecnologia estrangeira; (debates)
6. Promover a investigação sobre novos materiais e tecnologias, bem como a utilização inovadora dos materiais existentes, assegurando simultaneamente que os esforços de investigação não sejam duplicados; (PCE 9, NL 1)
7. Abordar a sustentabilidade, a razoabilidade dos preços e a acessibilidade da energia, tendo em conta a pobreza energética e a dependência de países terceiros, aumentando a percentagem de energia proveniente de fontes sustentáveis; (PCE 10, LT 3, IT 1.1)
8. Sensibilizar as empresas e os cidadãos para um comportamento mais sustentável e garantir uma transição justa, com base no diálogo social e em empregos de qualidade; (Plataforma em linha e PCE 12)
9. Inclusão de normas sociais, laborais e sanitárias ambiciosas, incluindo em matéria de saúde e segurança no trabalho, nos novos acordos comerciais da UE; (LT8)

12. Proposta: Reforçar a competitividade da UE e aprofundar o mercado único⁹

Objetivo: Propomos reforçar a competitividade e a resiliência da economia, do mercado único e da indústria da União Europeia e abordar as dependências estratégicas. É necessário promover uma cultura empresarial na UE, em que as empresas inovadoras de todas as dimensões, em especial as micro, pequenas e médias empresas (MPME), bem como as empresas em fase de arranque, sejam incentivadas e possam prosperar, a fim de contribuir para sociedades mais resilientes e coesas. É necessária uma economia de mercado forte e viável, a fim de facilitar a visão de uma Europa mais social. Este objetivo poderia ser alcançado desta forma:

Medidas:

1. Desenvolver uma visão clara para a economia europeia e valorizar os pontos fortes, a qualidade e a diversidade da Europa, tendo simultaneamente em conta as diferenças económicas e outras entre os Estados-Membros, e promover a cooperação e a concorrência entre empresas; (NL 1 e 2)
2. Consolidar o que foi feito em termos da moeda única e da interconexão dos sistemas de pagamento e das telecomunicações; (IT 4.a.2)
3. Reduzir a normalização dos produtos e reconhecer as especificidades culturais e produtivas locais e regionais (respeito pelas tradições de produção); (IT 2.2)
4. Reforçar a convergência social e económica ascendente no mercado único, completando iniciativas existentes, como a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais, e implementando uma reforma prospetiva da nossa União Económica e Monetária; (debates)
5. Promover políticas que visem uma base industrial sólida e a inovação em tecnologias facilitadoras essenciais, bem como uma política climática virada para o futuro, associada à competitividade industrial com uma forte dimensão social, baseada no diálogo social e no bom funcionamento das relações laborais; (debates)
6. Prestar especial atenção, em todas as novas iniciativas, às PME, que constituem a espinha dorsal da nossa economia. O princípio «pensar primeiro em pequena escala» deve ser respeitado em todas as propostas legislativas da UE e o teste PME deve ser reforçado na avaliação de impacto da Comissão, de acordo com princípios claros, respeitando plenamente as normas sociais e ambientais e os direitos dos consumidores; (debates)
7. Assegurar a participação das PME nos pedidos de financiamento, concursos e redes com o menor esforço administrativo possível. O acesso ao financiamento para as PME com projetos de inovação de alto risco deve ser ulteriormente desenvolvido por entidades como o Conselho Europeu de Inovação e o Banco Europeu de Investimento; (debates)
8. Criar um melhor enquadramento para investimentos em I&I com vista a modelos de negócio mais sustentáveis e biodiversificados (PCE 10, 11 e 14). Centrar a atenção na tecnologia e na inovação como propulsores de crescimento; (IT 1.3)
9. Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma e competitiva; (FR 3)
10. Identificar e desenvolver setores estratégicos, incluindo o espaço, a robótica e a IA; (FR 3 e 9)
11. Investir numa economia baseada no turismo e na cultura, incluindo os muitos pequenos destinos da Europa; (IT 1.2)
12. Abordar a segurança do aprovisionamento através da diversificação das fontes de produção/matérias-primas e do aumento do fabrico de bens essenciais na Europa, como a saúde, a alimentação, a energia, a defesa e os transportes; (FR 9, LT 1, IT 1.4)

13. Promover a digitalização das empresas europeias, por exemplo, através de um painel de avaliação específico que permita às empresas comparar o seu grau de digitalização, com o objetivo geral de aumentar a competitividade; (DE 2.1)
14. Promover a coesão digital para contribuir para a coesão económica, social e territorial, tal como definida no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia; (debates)
15. Reforçar a cooperação transfronteiriça, a fim de reforçar a coesão e a resiliência dentro e fora das regiões, promovendo o Mecanismo Europeu Transfronteiriço e instrumentos semelhantes; (debates)
16. Reforçar e promover as possibilidades de formação transfronteiras, a fim de melhorar as competências da mão de obra europeia e aumentar a competitividade, reforçando simultaneamente a literacia económica dos cidadãos; (DE 2.2, LT 7). Promover o intercâmbio entre trabalhadores na Europa através de um Centro Europeu de Emprego (IT 6.1). Encorajar os jovens a prosseguir estudos na área das ciências; (IT 1.5)
17. Reduzir, sempre que não for essencial, a burocracia (licenças, certificações); (IT 2.1)
18. Combater a contrafação e a concorrência desleal; (IT 2.4)
19. Assegurar uma maior participação das empresas em fase de arranque e das PME em projetos de inovação, uma vez que tal aumenta a sua força inovadora, a sua competitividade e a sua rede de contactos. (Plataforma em linha, debates)
20. A consolidação e a proteção do mercado único devem continuar a ser uma prioridade; as medidas e iniciativas a nível nacional e da UE não devem prejudicar o mercado único e devem contribuir para a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais; (debates)
21. As novas iniciativas políticas da UE devem ser sujeitas a um «controlo da competitividade» para que seja analisado o seu impacto nas empresas e no ambiente empresarial (custo da atividade empresarial, capacidade de inovação, competitividade internacional, condições de concorrência equitativas, etc.). Esse controlo deve estar em conformidade com o Acordo de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo em matéria de igualdade de género, e não deve comprometer a proteção dos direitos humanos, sociais e dos trabalhadores, nem as normas ambientais e de proteção dos consumidores. Para o efeito, propomos igualmente a criação de um órgão consultivo europeu para a competitividade, que deverá acompanhar a forma como o controlo da competitividade é realizado e, em especial, avaliar o impacto cumulativo da legislação, bem como apresentar propostas para melhorar as condições de enquadramento adequadas para a competitividade das empresas da UE. Esse organismo deve incluir representantes da sociedade civil organizada e os parceiros sociais na sua governação; (debates)

13. Proposta: mercados de trabalho inclusivos¹⁰

Objetivo: Propomos melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, a fim de garantir condições de trabalho mais justas e promover a igualdade de género, o emprego, incluindo o dos jovens e dos grupos vulneráveis. A UE, os Estados-Membros e os parceiros sociais têm de trabalhar para pôr termo à pobreza no trabalho, abordar os direitos dos trabalhadores das plataformas digitais, proibir os estágios não remunerados e assegurar uma mobilidade laboral justa na UE. Temos de promover o diálogo social e a negociação coletiva. Temos de assegurar a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, incluindo os seus grandes objetivos pertinentes para 2030, a nível da UE, nacional, regional e local, nos domínios da «igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho» e das «condições de trabalho justas», respeitando simultaneamente as competências e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, e incluir um Protocolo relativo ao progresso social nos Tratados. Ao fazê-lo, é necessário respeitar as tradições nacionais e a autonomia dos parceiros sociais e cooperar com a sociedade civil. Este objetivo poderia ser alcançado desta forma:

Medidas:

1. Assegurar que os salários mínimos legais garantam que cada trabalhador possa ganhar uma qualidade de vida decente e semelhante em todos os Estados-membros. Devem ser estabelecidos critérios claros (por exemplo, custo de vida, inflação, limiar da pobreza, salário médio e mediano a nível nacional) a ter em conta na fixação do nível dos salários mínimos. Os níveis dos salários mínimos nacionais devem ser revistos regularmente à luz destes critérios, a fim de assegurar a sua adequação. Deve ser dada especial atenção à aplicação efetiva destas regras e ao acompanhamento e monitorização da melhoria do nível de vida. Ao mesmo tempo, a negociação coletiva deve ser reforçada e promovida em toda a UE; (PCE 1 e 30; DE 4.2; plataforma em linha).
2. Fazer um balanço e reforçar a aplicação da Diretiva Tempo de Trabalho (Diretiva 2003/88/CE) e de outra legislação pertinente que garanta um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar, analisando simultaneamente as novas políticas nacionais neste domínio; (PCE 2)
3. Introduzir ou reforçar a legislação existente que regula o chamado «trabalho inteligente» e incentivar as empresas a promovê-lo. (PCE 7) A UE deve assegurar o direito de desligar, fazer mais para combater o fosso digital no local de trabalho e avaliar as implicações do trabalho à distância para a saúde, o tempo de trabalho e o desempenho das empresas. É necessário garantir uma digitalização justa com base nos direitos humanos, na melhoria das condições de trabalho e na negociação coletiva; (debates).
4. Dispor de políticas de emprego integradas a um nível da UE em que as políticas ativas do mercado de trabalho continuem a ser centrais e cada vez mais coordenadas (IT 6.2), enquanto os Estados-Membros se concentram na prossecução dos seus esforços de reforma para criar condições favoráveis à criação de emprego de qualidade.
5. Tomar medidas para garantir que os direitos sociais são plenamente protegidos e salvaguardados em caso de conflito com as liberdades económicas, nomeadamente, através da introdução de um protocolo de progresso social nos Tratados. (Plataforma em linha, debates)
6. Assegurar a igualdade de género, em consonância com a Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025. A UE deve continuar a monitorizar a igualdade de género através de um índice de igualdade de género (ou seja, atitudes, disparidades salariais, emprego, liderança, etc.), acompanhar a estratégia anualmente e ser transparente com os resultados alcançados; incentivar a partilha de conhecimentos especializados e de boas práticas e criar um eventual mecanismo para a transmissão direta de informações por parte dos cidadãos (por exemplo, um Provedor de Justiça); (PCE 28; IT 5.a.1). É necessário combater as disparidades salariais entre homens e mulheres e introduzir quotas

nos cargos superiores. Deve haver mais apoio às mulheres empresárias no ambiente empresarial e às mulheres nas áreas CTEM (debates).

7. Promover o emprego dos jovens, por exemplo, através de assistência financeira às empresas, mas também mediante a concessão de apoio adicional aos empregadores e aos trabalhadores (NL 4) e apoio a jovens empresários e jovens profissionais independentes, por exemplo, através de instrumentos e cursos educativos (debates);
8. Promover o emprego de grupos desfavorecidos (NL 4), em especial entre as pessoas com deficiência (plataforma em linha);
9. Promoção do emprego e da mobilidade social e, por conseguinte, plena oportunidade

de autorrealização e autodeterminação. (IT 5.a.4 & IT 6.1). Poderia ser desenvolvida uma estratégia a longo prazo para garantir que todas as pessoas das nossas sociedades tenham as competências adequadas para encontrar emprego e desenvolver os seus talentos, especialmente a geração jovem (debates). É importante investir nas competências das pessoas adaptadas à evolução das necessidades do mercado de trabalho e promover a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, através de programas de intercâmbio em todas as fases da vida, e garantir o direito à aprendizagem ao longo da vida e o direito à formação. (FR 6; DE 4.1). Para o efeito, é necessário reforçar a cooperação entre as empresas, os sindicatos e os prestadores de serviços profissionais, de ensino e de formação (debates).

14. Proposta: Políticas sociais mais fortes¹¹

Objetivo: Propomos reduzir as desigualdades, combater a exclusão social e lutar contra a pobreza. Temos de pôr em prática uma estratégia global de luta contra a pobreza, que poderia incluir, entre outros aspetos, o reforço da Garantia para a Infância e da Garantia para a Juventude, a introdução de salários mínimos, um quadro comum da UE para os regimes de rendimento mínimo e uma habitação social digna. Temos de assegurar a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, incluindo os seus grandes objetivos pertinentes para 2030, a nível da UE, nacional, regional e local no domínio da «proteção e inclusão sociais», tendo devidamente em conta as respetivas competências e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, bem como incluir um protocolo de progresso social nos Tratados. Este objetivo poderia ser alcançado desta forma:

Medidas:

1. Reforçar as competências da UE em matéria de políticas sociais e propor legislação para promover as políticas sociais e garantir a igualdade de direitos, incluindo em matéria de saúde, harmonizados para toda a UE, que tenham em conta os regulamentos acordados e os requisitos mínimos em todo o território. (PCE 19 e 21) A UE poderia apoiar e complementar as políticas dos Estados-Membros propondo, nomeadamente, um quadro comum para o rendimento mínimo, a fim de garantir que ninguém fique para trás. Estas ações devem ser realizadas no quadro da plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do seu plano de ação; (debates)
2. Não comprometer os direitos sociais (saúde pública, educação pública, políticas laborais); (IT 4.a.1)
3. Promover a investigação em matéria social e de saúde na UE, seguindo linhas prioritárias consideradas de interesse público e acordadas pelos países membros, e disponibilizando o financiamento adequado. Tal poderia ser alcançado, em parte, através do reforço da colaboração entre domínios de especialização, entre países, centros de estudos (universidades, etc.); (PCE 20)
4. Concessão de acesso a serviços médicos a todas as pessoas com menos de 16 anos em

toda a UE, caso estes serviços não estejam disponíveis no contexto nacional; (debates)

5. Assegurar que a UE, juntamente com os parceiros sociais e os governos nacionais, apoie o acesso específico dos cidadãos a uma habitação social digna, de acordo com

as suas necessidades específicas; o esforço financeiro deve ser partilhado entre os financiadores privados, os proprietários, os beneficiários da habitação, os governos dos Estados-Membros a nível central e local e a União Europeia. (PCE 25)

15. Proposta: Transição demográfica¹²

Objetivo: Propomos dar resposta aos desafios decorrentes da transição demográfica, enquanto componente essencial da resiliência global da Europa, em especial as baixas taxas de natalidade e o envelhecimento constante da população, assegurando o apoio às pessoas ao longo de todo o ciclo de vida. Tal deverá implicar uma ação abrangente dirigida a todas as gerações, desde as crianças e os jovens até às famílias, à população em idade ativa, aos idosos que ainda estão dispostos a trabalhar, bem como aos reformados ou àqueles que necessitam de cuidados. Este objetivo poderia ser alcançado desta forma:

Medidas:

1. Garantir estruturas de acolhimento de crianças de qualidade, a preços comportáveis e acessíveis em toda a UE, para que as mães e os pais possam conciliar de forma fiável a sua vida profissional e familiar. Se for caso disso, tal poderá incluir oportunidades de acolhimento de crianças no local de trabalho ou perto dele. Em alguns Estados-Membros, também estão disponíveis cuidados noturnos, que devem servir de exemplo. Além disso, tal poderia ser acompanhado de medidas de apoio, tais como taxas reduzidas de IVA sobre o equipamento necessário para as crianças. É essencial prevenir a pobreza e a exclusão social das crianças; (PCE 22 e 26) Reforçar a Garantia para a Infância, garantindo o acesso das crianças necessitadas a serviços como a educação e os cuidados, os cuidados de saúde, a nutrição e a habitação, poderia ser um instrumento para alcançar este objetivo (plataforma em linha, debates).
2. Introduzir um apoio específico e a proteção do trabalho para os jovens. Tais medidas em prol da população em idade ativa devem incluir o acesso a informação sobre o regresso ao trabalho por parte das mães e dos pais. (PCE 22) Reforçar a Garantia para a Juventude poderia ser um instrumento para melhorar o acesso dos jovens com menos de 30 anos a ofertas de emprego de boa qualidade, formação contínua, aprendizagens ou estágios; (debates)
3. Promover o direito à livre circulação do ensino na União, nomeadamente, através do reconhecimento mútuo de diplomas, graus, competências e qualificações; (debates)
4. Melhorar a legislação e a sua aplicação para assegurar o apoio às famílias em todos os Estados-Membros, por exemplo, no que diz respeito à licença parental, bem como aos subsídios de nascimento e de acolhimento de crianças. (PCE 26 e IT 5.a.1) A habitação desempenha um papel essencial para as famílias e deve ser abordada (plataforma em linha, debates);
5. Tomar medidas para garantir a igualdade de direitos familiares em todas as famílias e em todos os Estados-Membros. Tal deve incluir o direito ao casamento e à adoção; (PCE 27)
6. Promover uma idade de reforma flexível, tendo em conta a situação específica das pessoas mais velhas. Ao determinar a idade da reforma, deve haver uma diferenciação em função da profissão e, por conseguinte, deve ter-se em conta o trabalho particularmente exigente, tanto do ponto de vista mental como físico; (PCE 21 e IT 5.a.1)

7. Prevenir a pobreza na velhice através da introdução de pensões mínimas. Esses níveis mínimos devem ter em conta o nível de vida, o limiar de pobreza e o poder de compra no respetivo Estado-Membro; (PCE 21)
8. Garantir cuidados sociais e de saúde adequados às pessoas idosas. Ao fazê-lo, é importante abordar tanto os cuidados de proximidade como os cuidados residenciais. Do mesmo modo, as medidas devem ter em conta tanto os beneficiários como os prestadores de cuidados; (PCE 23)
9. Garantir o desenvolvimento sustentável e a resiliência demográfica das regiões menos desenvolvidas, a fim de as tornar mais dinâmicas e atrativas, nomeadamente através da política de coesão; (plataforma em linha – debates)
10. Adotar medidas coordenadas a nível europeu para a recolha de dados desagregados por fatores como o género e a análise das tendências demográficas, a partilha de boas práticas e conhecimentos e o apoio aos Estados-Membros na conceção e aplicação de políticas adequadas, nomeadamente, através da criação de um organismo especializado da UE neste domínio.

16. Proposta: Políticas fiscais e orçamentais¹³

Objetivo: Propomos que a UE promova investimentos orientados para o futuro, centrados nas transições ecológica e digital, com uma forte dimensão social e de género, tendo igualmente em conta os exemplos do instrumento Next Generation EU e do instrumento SURE. A UE deve ter em conta o impacto social e económico da guerra contra a Ucrânia e a relação entre a governação económica da UE e o novo contexto geopolítico, reforçando o seu próprio orçamento através de novos recursos próprios. Os cidadãos querem que a tributação se afaste das pessoas e das PME e vise os evasores fiscais, os grandes poluidores e os gigantes digitais, ao mesmo tempo que pretendem que a UE apoie a capacidade dos Estados-Membros e das autoridades locais para se financiarem e utilizarem os fundos da UE. Este objetivo deveria ser alcançado desta forma:

Medidas:

1. Harmonizar e coordenar as políticas fiscais nos Estados-Membros da UE, a fim de prevenir a evasão e a elisão fiscais, evitar os paraísos fiscais na UE e visar a deslocalização na Europa, nomeadamente, assegurando que as decisões em matéria fiscal possam ser tomadas por maioria qualificada no Conselho da UE. Por outro lado, existem recomendações de painéis de cidadãos que afirmam que a tributação é da competência dos países individuais, que têm os seus próprios objetivos e circunstâncias; (PCE 13 e 31, IT 4.b.3, NL 2.3)
2. Promover a cooperação entre os Estados-Membros da UE para garantir que todas as empresas da UE paguem a sua quota-parte de impostos. Introduzir uma matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades ou uma taxa mínima efetiva (NL3);
3. Assegurar que as empresas paguem impostos onde os lucros são realizados; (PCE 13)
4. Assegurar que a política fiscal apoie a indústria europeia e evite a perda de postos de trabalho na Europa; (PCE 13 e 31)
5. Analisar mais aprofundadamente a contração comum de empréstimos a nível da UE, com vista a criar condições de contração de empréstimos mais favoráveis, mantendo simultaneamente políticas orçamentais responsáveis a nível dos Estados-Membros; (LT 9)
6. Reforçar a supervisão da absorção e da utilização dos fundos da UE, nomeadamente, a nível local e municipal. (LT 10)



«A UE no mundo»

17. Proposta: Reduzir a dependência da UE de intervenientes estrangeiros em setores economicamente estratégicos

Objetivo: Propomos que a UE tome medidas para reforçar a sua autonomia em setores estratégicos fundamentais, como os produtos agrícolas, os bens económicos estratégicos, os semicondutores, os produtos médicos, as tecnologias digitais e ambientais inovadoras e a energia, nomeadamente:

Medidas:

1. Dinamizar as atividades de investigação, desenvolvimento e inovação e a colaboração entre parceiros públicos e privados
2. Manter uma agenda ambiciosa de negociações comerciais que possa contribuir para reforçar a resiliência e a diversificação das cadeias de abastecimento, em especial para as matérias-primas, partilhando simultaneamente os benefícios do comércio de forma mais equitativa e com mais parceiros, limitando assim a nossa exposição e dependência de um pequeno número de fornecedores potencialmente arriscados.¹⁴
3. Aumentar a resiliência das cadeias de abastecimento da UE, promovendo o investimento em setores estratégicos na UE, armazenando produções e dispositivos críticos e diversificando as fontes de aprovisionamento de matérias-primas essenciais;
4. Investir mais na realização do mercado interno, criando condições de concorrência equitativas para tornar mais atraente a produção e a compra destes artigos na União Europeia.
5. Um apoio que permita que esses produtos se mantenham disponíveis e acessíveis aos consumidores europeus e reduzir as dependências do exterior, por exemplo, através da utilização de políticas estruturais e regionais, benefícios fiscais, subsídios, investimentos em infraestruturas e investigação, do reforço da competitividade das PME, bem como de programas de educação para manter as qualificações e os empregos conexos na Europa que sejam pertinentes para garantir as necessidades básicas¹⁵.
6. Um programa à escala europeia para apoiar os pequenos produtores locais de setores estratégicos em todos os Estados-Membros¹⁶, recorrendo mais aos programas e instrumentos financeiros da UE, como o InvestEU.
7. Uma melhor cooperação entre os Estados-Membros na gestão dos riscos da cadeia de abastecimento¹⁷.

18. Proposta: Reduzir a dependência energética da UE em relação a intervenientes estrangeiros

Objetivo: Propomos que a UE alcance uma maior autonomia no domínio da produção e do aprovisionamento de energia, no contexto da transição ecológica em curso, nomeadamente:

Medidas:

1. Adotar uma estratégia para se tornar mais autónoma na sua produção de energia. Deve haver um organismo europeu que integre as agências europeias de energia existentes, coordene o desenvolvimento das energias renováveis e promova a partilha de conhecimentos¹⁸
2. Apoiar ativamente os projetos de transportes públicos e de eficiência energética, uma rede pan-europeia de alta velocidade de transporte ferroviário e de transporte de mercadorias, a expansão do fornecimento de energia limpa e renovável (em especial no domínio da energia solar e eólica) e tecnologias alternativas (como o hidrogénio ou a produção de energia a partir de resíduos), bem como a mudança cultural nos contextos urbanos, desde o automóvel individual até aos transportes públicos, à partilha de automóveis eletrónicos e à bicicleta¹⁹.
3. Assegurar uma transição justa e equitativa, apoiando, em especial, os cidadãos vulneráveis, que enfrentam os maiores desafios na transição para a neutralidade climática e que já estão a sofrer com o aumento dos preços da energia devido à dependência energética e à recente triplicação dos preços da energia.
4. Uma maior colaboração relativamente à avaliação da utilização da energia nuclear na transição ecológica em curso para as energias renováveis na Europa, analisando as questões coletivas que esta poderá resolver ou criar, uma vez que ainda está a ser utilizada por muitos Estados-Membros²⁰.
5. Colaborar com os parceiros internacionais, no sentido de os empenhar na consecução de objetivos mais ambiciosos para combater as alterações climáticas em diferentes instâncias internacionais, incluindo o G7 e o G20.
6. Associar o comércio externo às medidas de política climática (por exemplo, através do lançamento de um pacote de investimento para tecnologias e inovações respeitadoras do clima, incluindo programas de financiamento)²¹
7. Prosseguir a aquisição comum de energia importada e as parcerias no domínio da energia sustentável, a fim de reduzir as dependências europeias das importações de energia, nomeadamente no domínio do gás e do petróleo, e desenvolver fontes de energia internas da UE.

19. Proposta: Definir normas dentro e fora da UE nas relações comerciais e de investimento

Objetivo: Propomos que a UE reforce a dimensão ética das suas relações comerciais e de investimento, nomeadamente:

Medidas:

1. Preservar e reformar a nossa arquitetura multilateral de comércio internacional assente em regras e a parceria com democracias que partilhem as mesmas ideias
2. Uma legislação da UE eficaz e proporcionada para garantir que as normas relativas ao trabalho digno sejam plenamente aplicadas ao longo das cadeias de valor mundiais, incluindo os processos de produção e de abastecimento da UE, e que as mercadorias importadas cumpram as normas éticas qualitativas, o desenvolvimento sustentável e as normas em matéria de direitos humanos, incluindo os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos, oferecendo certificação para os produtos conformes com esta legislação da UE²² e encetando um processo de diálogo à escala da UE que vise informar e educar sobre os efeitos ambientais e éticos das alterações políticas no comércio internacional
3. Restrições à importação e venda de produtos provenientes de países que permitem o trabalho forçado e infantil, uma lista negra atualizada periodicamente de empresas, e promoção da sensibilização dos consumidores para o trabalho infantil através de informações fornecidas pelos canais oficiais da UE²³.
4. Acompanhar e aplicar os capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável nos acordos de comércio livre (ACL) da UE, incluindo a possibilidade de um mecanismo baseado em sanções como último recurso.
5. Reformar o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da UE de modo a incluir disposições rigorosas em matéria de condicionalidade e processos de acompanhamento eficazes e adequados, comunicação de informações e diálogo, a fim de melhorar o impacto que o SPG pode ter no comércio, nos direitos humanos e no desenvolvimento nos países parceiros, com preferências comerciais que poderão ser retiradas em caso de incumprimento.

20. Proposta: Definir normas dentro e fora da UE nas políticas ambientais

Objetivo: Propomos que a UE reforce a dimensão ambiental das suas relações comerciais, mediante:

Medidas:

1. Harmonizar e reforçar a rotulagem ecológica e introduzir uma pontuação ecológica obrigatória a exibir em todos os produtos que possam ser adquiridos pelo consumidor. A pontuação ecológica seria calculada em função das emissões provenientes da produção e do transporte, bem como dos conteúdos nocivos, com base numa lista de produtos perigosos. A pontuação ecológica deve ser gerida e monitorizada por uma autoridade da UE²⁴.
2. Reforçar as normas ambientais para a exportação de resíduos e adotar controlos e sanções mais rigorosos para pôr termo às exportações ilegais. A UE deve incentivar os Estados-Membros a reciclar os seus próprios resíduos e a utilizá-los na produção de energia²⁵.
3. Estabelecer o objetivo de eliminar as embalagens poluentes, incentivando a redução de embalagens ou a utilização de embalagens mais respeitadoras do ambiente²⁶. Estabelecer parcerias com os países em desenvolvimento, apoiar as suas infraestruturas e celebrar acordos comerciais mutuamente favoráveis para os ajudar na transição para fontes de energia verdes²⁷.
4. Recompensar os países que apliquem normas de sustentabilidade elevadas, oferecendo-lhes um maior acesso ao mercado da UE para os seus bens e serviços sustentáveis, quer unilateralmente através do Sistema de Preferências Generalizadas SPG +, bilateralmente através de acordos comerciais negociados, quer multilateralmente através de iniciativas no âmbito da Organização Mundial do Comércio

21. Proposta: Processo de tomada de decisões e coesão na União

Objetivo: Propomos que a UE melhore a sua capacidade para tomar decisões rápidas e eficazes, nomeadamente, no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), falando a uma só voz e atuando como um verdadeiro ator global, projetando um papel positivo no mundo e fazendo a diferença em resposta a qualquer crise, nomeadamente:

Medidas:

1. Em especial no domínio da PESC, questões atualmente decididas por unanimidade devem passar a decidir-se normalmente por maioria qualificada²⁸.
2. Basear a cooperação em matéria de segurança e defesa nas orientações estratégicas recentemente aprovadas e utilizar o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz²⁹
3. Reforçar o papel do Alto Representante para assegurar que a UE fale a uma só voz³⁰.
4. Chegar a acordo sobre uma visão forte e uma estratégia comum para consolidar a unidade e a capacidade de decisão da UE, a fim de preparar a UE para o futuro alargamento³¹.
5. Ratificar mais rapidamente os acordos comerciais recentemente celebrados, sem impedir uma análise e um debate adequados.

22. Proposta: Transparência da UE e das suas relações com os cidadãos

OBJETIVO: Propomos que a UE, em especial nas suas ações a nível internacional, incluindo as negociações comerciais, melhore a sua acessibilidade para os cidadãos através de uma melhor informação, educação, participação dos cidadãos e transparência da sua ação, nomeadamente:

Medidas:

1. Reforçar os laços com os cidadãos e as instituições locais para melhorar a transparência, chegar aos cidadãos e comunicar melhor, consultando-os sobre iniciativas concretas da UE e a nível internacional³².
2. Maior participação dos cidadãos na política internacional da UE e eventos com o envolvimento direto dos cidadãos, semelhantes à Conferência sobre o Futuro da Europa, organizados a nível nacional, local e europeu³³ e com a participação ativa da sociedade civil organizada³⁴.
3. O pleno apoio de todas as partes interessadas relevantes aos cidadãos que optem por participar em organizações da sociedade civil organizada, como no caso da COVID-19 e da Ucrânia.
4. Atribuir um orçamento específico ao desenvolvimento de programas educativos sobre o funcionamento da UE e os seus valores, que poderia ser disponibilizado aos Estados-Membros que o desejassem, para que pudessem integrá-los nos seus programas curriculares (escolas primárias, secundárias e universidades). Além disso, um curso específico sobre a UE e o seu funcionamento poderia ser oferecido aos estudantes que pretendam estudar noutro país europeu através do programa Erasmus. Os estudantes que escolhessem este curso teriam prioridade na atribuição dos referidos programas Erasmus.
5. Melhorar a sua estratégia para os meios de comunicação social, reforçando a sua visibilidade nas redes sociais e promovendo ativamente o seu conteúdo e incentivando a inovação através da promoção de redes sociais europeias acessíveis³⁵.

23. Proposta: A UE enquanto interveniente forte na cena mundial em matéria de paz e segurança

Objetivo: Propomos que a UE continue a agir para promover o diálogo e garantir a paz e uma ordem internacional assente em regras, reforçando o multilateralismo³⁶, com base em iniciativas de paz de longa data da UE que contribuíram para a atribuição do Prémio Nobel em 2012, reforçando simultaneamente a sua segurança comum, nomeadamente³⁷:

Medidas:

1. As suas forças armadas conjuntas, que devem ser utilizadas para fins de autodefesa e impedir qualquer tipo de ação militar agressiva, com capacidade para prestar apoio em tempos de crise, incluindo catástrofes naturais. Fora das fronteiras europeias, estas poderiam ser destacadas em circunstâncias excecionais, de preferência ao abrigo de um mandato jurídico do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, por conseguinte, em conformidade com o direito internacional³⁸, sem competir com a NATO nem a duplicar, respeitando as

- diferentes relações nacionais com a NATO e procedendo a uma avaliação das relações da UE com a NATO no contexto do debate sobre a autonomia estratégica da UE.
2. Desempenhar um papel de liderança na construção da ordem de segurança mundial após a guerra na Ucrânia, com base na orientação estratégica da UE recentemente adotada.
 3. Proteger a sua investigação estratégica e a sua capacidade em setores prioritários como o setor espacial, a cibersegurança, o setor médico e o ambiente³⁹.
 4. Reforçar as capacidades operacionais necessárias para assegurar a eficácia da cláusula de assistência mútua prevista no artigo 42.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia, proporcionando uma proteção adequada da UE a qualquer Estado-Membro que seja alvo de ataque por um país terceiro.
 5. Refletir sobre a forma de combater a desinformação e a propaganda de uma forma objetiva e factual

24. Proposta: A UE enquanto interveniente forte na cena mundial na construção de relações

Objetivo: Propomos que a UE, nas suas relações com países terceiros:

Medidas:

1. Tire maior partido do seu peso político e económico coletivo, falando a uma só voz e agindo de forma unificada, sem que cada Estado-Membro divida a União através de respostas bilaterais inadequadas⁴⁰.
2. Reforce a sua capacidade para sancionar Estados, governos, entidades, grupos ou organizações, bem como indivíduos que não cumpram os seus princípios, acordos e leis fundamentais, e assegure que as sanções já existentes sejam rapidamente implementadas e aplicadas. As sanções contra países terceiros devem ser proporcionais à ação que as desencadeou e ser eficazes e aplicadas em tempo útil⁴¹.
3. Promova o comércio sustentável e baseado em regras, abrindo simultaneamente novas oportunidades de comércio e investimento às empresas europeias. Embora os acordos bilaterais de comércio e investimento sejam fundamentais para promover a competitividade europeia, são necessárias normas e regras para assegurar condições de concorrência equitativas. A UE tem de continuar a ser um parceiro ativo e fiável, negociando, celebrando e aplicando acordos comerciais que também estabeleçam normas elevadas de sustentabilidade
4. Celebre importantes acordos de cooperação internacional em representação da União e não de países individuais⁴².
5. Reforme a política comercial e de investimento da UE para relançar o multilateralismo mundial, tendo como objetivos a criação de empregos dignos e a proteção dos direitos humanos fundamentais, incluindo os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos; a preservação do ambiente e da biodiversidade e a conformidade com o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas; a salvaguarda de serviços públicos de elevada qualidade, e o reforço da base industrial da Europa. A UE deve contribuir para o relançamento do multilateralismo mundial, através de uma reforma profunda baseada na democracia e na paz, na solidariedade e no respeito pelos direitos humanos, sociais e ambientais, bem como de um papel reforçado da OIT.
6. Inclua no acordo de cooperação e investimento com países terceiros a luta contra o tráfico de seres humanos e a imigração ilegal, bem como a cooperação no que se refere a quaisquer repatriamentos adequados.

- | | |
|---|--|
| <p>7. Estabeleça parcerias com os países em desenvolvimento, apoiando as suas infraestruturas e celebrando acordos comerciais mutuamente favoráveis para os ajudar na transição para fontes de energia verdes⁴³</p> <p>8. Desenvolva uma política mais eficaz e unificada em matéria de regimes autocráticos e híbridos e estabeleça parcerias com</p> | <p>organizações da sociedade civil nesses países.</p> <p>9. Aumente os recursos das missões de observação eleitoral da UE</p> <p>10. Ofereça uma perspetiva de adesão credível aos países candidatos e potenciais candidatos, a fim de promover a paz e a estabilidade na Europa e proporcionar prosperidade a milhões de europeus⁴⁴.</p> |
|---|--|

NOTA: Vários membros do grupo de trabalho consideraram que as propostas sobre «Reduzir a dependência energética da UE em relação a intervenientes estrangeiros» e «Transparência da UE e das suas relações com os cidadãos», em particular, eram assuntos da competência de outros grupos de trabalho. Alguns membros gostavam de chamar a atenção para outras alternativas à unanimidade no Conselho para além da VMQ, como a geometria variável, as opções de autoexclusão e a cooperação reforçada. Alguns membros do grupo de trabalho defenderam a utilização do termo «sustentável» em vez de «ético» na proposta «Definição de normas dentro e fora da UE nas relações comerciais e de investimento». Teve lugar uma divergência de pontos de vista quanto à questão de saber se a adesão de novos Estados-Membros deveria continuar a exigir o acordo unânime de todos os atuais Estados-Membros. Foram apresentados uma série de pontos de vista sobre a questão de saber em que medida devem existir forças armadas conjuntas. Dois membros mencionaram a perspetiva de unidade irlandesa no caso de a Irlanda do Norte assim o decidir por votação, em conformidade com as disposições do Acordo de Sexta-Feira Santa, e de a UE estar preparada para essa eventualidade.



«Valores e direitos, Estado de direito, segurança»

25. Proposta: Estado de direito, valores democráticos e identidade europeia⁴⁵

Objetivo: Defender sistematicamente o Estado de direito em todos os Estados-Membros, nomeadamente:

Medidas:

1. Garantir que os valores e princípios consagrados nos Tratados da UE e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE são condições não negociáveis, irreversíveis e sine qua non para a adesão e pertença à UE. Os valores da UE devem ser plenamente observados em todos os Estados Membros para que possam atuar como padrão internacional e polo de atração através da diplomacia e do diálogo. O alargamento da UE não deve minar o acervo da UE no que respeita aos valores fundamentais e aos direitos dos cidadãos⁴⁶;
2. Tornar os valores europeus tangíveis para os cidadãos da UE, especialmente através de uma participação mais interativa e direta. Para o efeito, a cidadania europeia deve ser reforçada, por exemplo, através de um estatuto de cidadania europeia que confira direitos e liberdades específicos aos cidadãos, bem como de um estatuto para as associações transfronteiriças e as organizações sem fins lucrativos europeias. Os valores europeus devem também ser promovidos através de um «pacote de acompanhamento» que forneça aos cidadãos elementos didáticos e material informativo. Finalmente, deve ser desenvolvida uma esfera pública europeia, que inclua os meios de comunicação audiovisuais e em linha, através de um maior investimento da UE, da melhoria dos atuais centros de comunicação social da UE e do apoio aos mais de 500 gabinetes de ligação europeus locais;⁴⁷
3. A Carta dos Direitos Fundamentais da UE deve ser universalmente aplicável e executável. Além disso, devem ser organizadas conferências anuais sobre o Estado de direito (na sequência do relatório da Comissão sobre o Estado de direito) com delegações de todos os Estados-Membros que envolvam cidadãos diversos selecionados de forma aleatória, bem como funcionários públicos, deputados, autoridades locais, parceiros sociais e representantes da sociedade civil. Devem também ser apoiadas as organizações, incluindo a sociedade civil, que promovam o Estado de direito no terreno⁴⁸;
4. Aplicar e avaliar eficazmente o âmbito de aplicação do «Regulamento Condicionalidade» e de outros instrumentos relativos ao Estado de direito, e ponderar o alargamento a novos domínios, independentemente da sua relevância para o orçamento da UE. Todas as vias legais necessárias, incluindo alterações aos Tratados, devem ser tidas em consideração, com vista a punir as violações do Estado de direito⁴⁹;
5. Promover programas de formação e de comunicação social que tornem os valores da UE parte do processo de integração dos migrantes e incentivem as interações entre os migrantes e os cidadãos da UE, com vista a assegurar a sua integração bem-sucedida nas sociedades da UE e a sensibilizar os cidadãos da UE para as questões relacionadas com a migração⁵⁰.

26. Proposta: Proteção de dados⁵¹

Objetivo: Garantir uma política de tratamento de dados mais protetora e mais orientada para os cidadãos, nomeadamente:

Medidas:

1. Aplicar integralmente a legislação em vigor em matéria de privacidade de dados e revê-la para avaliar, se necessário, a criação de mecanismos de execução mais sólidos para as entidades que tratam dados pessoais, atualmente sob a competência de autoridades nacionais independentes de proteção de dados, no respeito do princípio da subsidiariedade. Essas entidades devem ser sancionadas de forma mais rigorosa do que o previsto na atual aplicação do regulamento, proporcionalmente ao seu volume de negócios anual (até 4 %), eventualmente através de uma proibição das suas atividades, e ser sujeitas a uma auditoria anual independente^{52 53};
2. Dar mais efeito ao princípio de privacidade por desenho e por defeito, por exemplo, avaliando e introduzindo formulários de consentimento de tratamento de dados facilmente compreensíveis, concisos e de fácil utilização, que indiquem claramente o que é necessário e o que não é. Os utilizadores devem poder dar ou retirar o seu consentimento ao tratamento de dados de forma fácil, rápida e permanente;^{54 55}
3. Avaliar e introduzir regras mais claras e mais protetoras sobre o tratamento de dados de menores, possivelmente no RGPD da UE, nomeadamente, através da criação de uma categoria especial para os dados sensíveis de menores e da harmonização do limiar de consentimento em função da idade nos Estados-Membros da UE. Embora a maior parte das regras de privacidade e a sensibilização devam continuar a ser da competência dos Estados-Membros, nomeadamente através do aumento do investimento e dos recursos a nível nacional, a UE deve também assumir um papel mais importante, por exemplo, criando uma competência da UE em matéria de educação cívica sobre a proteção de dados⁵⁶;
4. Melhor aplicação dos critérios de elegibilidade para as autoridades europeias e nacionais de proteção de dados, em termos de qualificações e adequação, a fim de assegurar o mais elevado nível de independência dos seus membros^{57 58}.

27. Proposta: Meios de comunicação social, notícias falsas, desinformação, verificação de informações, cibersegurança⁵⁹

Objetivo: Combater a desinformação através de uma maior promoção da independência e do pluralismo dos meios de comunicação social, bem como da literacia mediática, nomeadamente:

Medidas:

1. Introduzir uma legislação que aborde as ameaças à independência dos meios de comunicação social através de normas mínimas à escala da UE, incluindo uma revisão do modelo empresarial dos meios de comunicação social, a fim de garantir a integridade e a independência do mercado dos meios de comunicação social da UE⁶⁰;
2. Aplicar rigorosamente as regras de concorrência da UE no setor dos meios de comunicação social, a fim de evitar grandes monopólios dos meios de comunicação social e garantir o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social face a interferências políticas, empresariais e/ou estrangeiras indevidas. Deve também ser promovido o jornalismo de qualidade, com normas éticas e de autorregulação elevadas⁶¹;
3. Criar um organismo da UE encarregado de abordar e combater a desinformação e a interferência direcionada, de aumentar a consciência conjuntural e de reforçar as organizações de verificação de factos, bem como os meios de comunicação social independentes. Devem também ser apoiados e promovidos de forma mais ativa as «linhas diretas» e sítios web, como o Europe Direct, onde os cidadãos, bem como os meios de comunicação social nacionais, podem solicitar e receber informações verificadas sobre a política e as políticas europeias;^{62 63}
4. Promover a literacia mediática dos cidadãos e a sua sensibilização para a desinformação e a divulgação não intencional de notícias falsas, nomeadamente através de formações escolares obrigatórias. Os Estados-Membros devem também ser incentivados a disponibilizar recursos humanos e financeiros adequados para o efeito;⁶⁴
5. Tendo por base as iniciativas existentes, como o Código de Conduta sobre Desinformação e o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO), exigir que as plataformas em linha emitam declarações claras sobre os algoritmos que utilizam (deixando aos utilizadores a decisão de se sujeitarem aos mesmos) e os riscos de desinformação a que os utilizadores estão expostos, salvaguardando simultaneamente o direito à liberdade de expressão legal e o direito à privacidade^{65 66}.

28. Proposta: Meios de comunicação social, notícias falsas, desinformação, verificação de informações, cibersegurança (bis)

Objetivo: Um papel mais forte da UE na luta contra as ameaças à cibersegurança, nomeadamente:

Medidas:

1. Reforçar a Agência da UE para a Cibersegurança (ENISA), a fim de proteger ainda mais as pessoas, as organizações e as instituições contra as violações da cibersegurança e a utilização da inteligência artificial para fins criminosos. A privacidade dos dados e a proteção dos dados pessoais devem, ao mesmo tempo, ser salvaguardadas;^{67 68}
2. Reforçar a coordenação das autoridades nacionais de cibersegurança e enviaar esforços adicionais para assegurar que as regras a nível da UE sejam corretamente aplicadas a nível nacional^{69 70}.

29. Proposta: Luta contra a discriminação, Igualdade e Qualidade de vida⁷¹

Objetivo: Tomar medidas para harmonizar as condições de vida em toda a UE e melhorar a qualidade de vida socioeconómica dos cidadãos da UE, nomeadamente:

Medidas:

1. Em consulta com peritos e parceiros sociais, desenvolver indicadores transparentes da qualidade de vida, incluindo critérios económicos, sociais e em matéria de Estado de direito, a fim de estabelecer um calendário claro e realista para melhorar os padrões sociais e alcançar uma estrutura socioeconómica comum da UE, nomeadamente através da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Estes devem ser integrados no quadro de governação económica e no processo do Semestre Europeu^{72 73};
2. Aumentar e facilitar o investimento público direto nos domínios da educação, a saúde, a habitação, as infraestruturas físicas, os cuidados aos idosos e às pessoas com deficiência. O investimento adicional deve também ter por objetivo garantir um equilíbrio adequado entre a vida profissional e a vida familiar dos cidadãos. Esses investimentos devem ser realizados de forma totalmente transparente, permitindo acompanhar todo o processo⁷⁴;
3. Incentivar a tributação das grandes empresas, combater o acesso aos paraísos fiscais e eliminar a sua existência na UE, com vista a aumentar o investimento público em domínios prioritários como a educação (bolsas de estudo, Erasmus) e a investigação. A luta contra a evasão fiscal à escala da UE deve ser também uma forma de angariar fundos para iniciativas financiadas pelo sector público^{75 76};
4. Estabelecer critérios à escala da UE em matéria de luta contra a discriminação no mercado de trabalho e incentivar a contratação, por empresas privadas, das pessoas mais frequentemente sujeitas a discriminação (por exemplo, jovens, idosos, mulheres, minorias), nomeadamente através de subvenções e, numa segunda fase, de quotas temporárias. Os parceiros sociais devem trabalhar em estreita colaboração

associados a este respeito. A discriminação fora do mercado de trabalho deve também ser proibida por lei e a igualdade deve ser promovida⁷⁷;

5. Assegurar a criação e a disponibilização de jardins de infância a preços acessíveis, tanto no setor público como no setor privado, e estruturas de acolhimento de crianças gratuitas para as pessoas que delas necessitem⁷⁸.

30. Proposta: Direitos dos animais, Agricultura⁷⁹

Objetivo: Tomar medidas decisivas para promover e garantir uma agricultura mais ecológica e orientada para o clima, nomeadamente:

Medidas:

1. Estabelecer critérios mínimos pormenorizados, mensuráveis e calendarizados para a proteção dos animais de criação, com vista a assegurar normas mais rigorosas em matéria de bem-estar dos animais, em consonância com a introdução de objetivos de sustentabilidade e com base numa abordagem integrada do sistema alimentar^{80 81};
2. Introduzir sanções financeiras para as externalidades negativas da atividade agrícola (por exemplo, emissões de gases com efeito de estufa, utilização de pesticidas, utilização excessiva de água, transportes de longo curso, etc.) com base no seu impacto ambiental. Os produtos agrícolas importados para a UE devem também ser avaliados nessa base, nomeadamente através de direitos aduaneiros, como forma de eliminar qualquer vantagem competitiva decorrente de normas ambientais menos exigentes⁸²;
3. Reduzir os subsídios à produção agrícola em massa nos casos em que não contribua para uma transição sustentável e reorientar esses recursos para apoiar uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental, assegurando simultaneamente produtos alimentares a preços acessíveis^{83 84}.



«Transformação digital»

A Europa deve tornar-se um líder mundial e um criador de padrões no âmbito da transformação digital e estabelecer uma forma europeia de construir uma sociedade digital ética, centrada no ser humano, transparente e segura. A Europa tem de ser ambiciosa na sua abordagem e utilizar plenamente as oportunidades oferecidas pela digitalização, gerindo simultaneamente os riscos e os desafios decorrentes da digitalização. A digitalização diz respeito a todas as áreas da nossa sociedade, pelo que lhe deve ser dada a devida atenção. Neste contexto, foi feita referência à Declaração Europeia sobre os Princípios e os Direitos Digitais para a Década Digital e foram feitas sugestões para que fosse considerada uma possível futura Carta dos Direitos Digitais.

A agressão russa na Ucrânia reforçou apenas muitos dos pontos abordados nas propostas, tais como a necessidade de soberania digital, uma maior ênfase na ciberdefesa e a proteção contra a desinformação. Tornou igualmente evidente que os conflitos têm hoje consequências na esfera digital, suscitando novas questões, como as consequências a longo prazo da apreensão de informações pessoais e a utilização ilegítima desses dados no futuro.

31. Proposta: Acesso a infraestruturas digitais⁸⁵

Objetivo: A igualdade de acesso à Internet é um direito fundamental de todos os cidadãos europeus. Propomos que todos na Europa tenham, na prática, acesso à Internet e aos serviços digitais, e que a soberania da infraestrutura digital da UE seja reforçada, mediante:

Medidas:

1. Investir em infraestruturas digitais europeias inovadoras e de elevada qualidade (incluindo as tecnologias 5G e 6G que estão a ser desenvolvidas na Europa); (Recomendações n.ºs 40 e 47 do PCE1, PCN dos Países Baixos 1)
2. Garantir um acesso rápido, a preços acessíveis, seguro e estável à Internet em toda a UE, incluindo em roaming, com prioridade para a ligação à Internet das «zonas brancas/zonas mortas», as zonas rurais e as regiões remotas e periféricas, a fim de colmatar o fosso digital entre os Estados-Membros e no interior dos mesmos e garantir que ninguém fica para trás; (Recomendações n.ºs 17 e 47 do PCE1 e recomendação n.º 1 do PCN dos Países Baixos)
3. Promover a implantação de infraestruturas digitais e elétricas, tanto em espaços públicos como privados, a fim de permitir a utilização de veículos elétricos e autónomos; (Debate do Grupo de Trabalho)⁸⁶
4. Tomar medidas para garantir uma concorrência leal e aberta e evitar monopólios, a dependência de fornecedores, a concentração de dados e a dependência de países terceiros em relação a infraestruturas e serviços, melhorando os mercados do ponto de vista dos consumidores; (Recomendação n.º 17 do PCE1)
5. Tornar as crianças, as famílias, as pessoas idosas e os grupos vulneráveis uma prioridade no que diz respeito ao acesso à Internet e ao hardware, nomeadamente, tendo em vista o acesso à educação, aos serviços públicos e à saúde; (Recomendação n.º 17 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)
6. Melhorar o acesso digital e a acessibilidade dos serviços públicos e privados essenciais para os cidadãos e as empresas, por exemplo, no que diz respeito aos procedimentos administrativos, e assegurar o acesso e o apoio inclusivos, nomeadamente, através de serviços de assistência relacionados com

- estes serviços; (Debate do Grupo de Trabalho, Plataforma Digital Multilingue)
7. Harmonizar normas digitais de elevada qualidade e melhorar a mobilidade segura dos dados, a fim de facilitar a interoperabilidade transfronteiras; (Debate do Grupo de Trabalho, Plataforma Digital Multilingue)
 8. Ter em conta os impactos ambientais das infraestruturas digitais e da digitalização, a fim de tornar a transformação digital sustentável e lutar por uma sociedade digital ecológica. (Debate do Grupo de Trabalho, Plataforma Digital Multilingue)

32. Proposta: Literacia e competências digitais que capacitem as pessoas⁸⁷

Objetivo: Propomos que a UE assegure que todos os cidadãos europeus possam beneficiar da digitalização, dotando-os das competências e das oportunidades digitais necessárias, mediante:

Medidas:

1. Assegurar o acesso à literacia digital formal e não formal, bem como à formação e à educação de competências ao longo da vida, incluindo nos currículos escolares, com base nas iniciativas existentes a nível europeu, com especial destaque para a inclusão dos grupos vulneráveis e dos idosos, reforçando as competências digitais das crianças de forma compatível com o seu desenvolvimento saudável e combatendo as desigualdades digitais, nomeadamente o fosso digital entre homens e mulheres; (Recomendação n.º 8 do PCE1, 5.2 do PCN italiano, debate do Grupo de Trabalho)
2. Assegurar uma utilização saudável da Internet, incentivando os Estados-Membros a implementarem formação em competências digitais para todos os grupos etários, com programas curriculares normalizados estabelecidos a nível europeu no que diz respeito, por exemplo, aos riscos e às oportunidades da Internet, aos direitos em linha dos utilizadores e à netiquette; (Recomendação n.º 47 do PCE1, debate do Grupo de Trabalho)
3. Tomar todas as medidas necessárias para garantir que a digitalização da sociedade não exclua as pessoas idosas e que a tecnologia lhes seja acessível, promovendo programas e iniciativas, por exemplo, sob a forma de aulas adaptadas às suas necessidades. Ao mesmo tempo, deve garantir-se que os serviços essenciais também possam ser acedidos pessoalmente e por meios não digitais; (Recomendações n.ºs 34 e 47 do PCE1)
4. A introdução de uma certificação da UE relativa às competências digitais nas escolas que prepare os jovens para o futuro mercado de trabalho; (Recomendação n.º 8 do PCE1)
5. Desenvolver iniciativas de formação coordenadas a nível da UE para permitir que os trabalhadores se reconvertam, atualizem as suas competências e permaneçam competitivos no mercado de trabalho, tendo especialmente em conta as competências e aptidões necessárias nas pequenas e médias empresas, bem como para formar peritos digitais; (Recomendação n.º 8 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)
6. Aumentar a sensibilização sobre as plataformas digitais existentes que ligam as pessoas aos empregadores e as ajudam a encontrar emprego na UE, como o EURES; (Recomendação n.º 8 do PCE1)
7. Aumentar os investimentos e os esforços para impulsionar a digitalização da educação, nomeadamente, no ensino superior (debate do Grupo de Trabalho e Plataforma Digital Multilingue).

33. Proposta: Sociedade digital segura e fiável – cibersegurança e desinformação⁸⁸

Objetivo: Propomos que, a fim de construir uma sociedade digital segura, resiliente e fiável, a UE assegure uma aplicação rápida e eficaz da legislação em vigor e tenha mais poderes para reforçar a cibersegurança, lidar com os conteúdos ilegais e a cibercriminalidade, combater e recuperar de ciberameaças de intervenientes não estatais e Estados autoritários, e combater a desinformação, mediante:

Medidas:

1. Reforço das capacidades da Europol/ Centro Europeu da Cibercriminalidade em termos de recursos financeiros e humanos, permitindo uma abordagem mais proativa na luta contra a cibercriminalidade e a criação de capacidades europeias conjuntas de ciberdefesa contra-ataques em grande escala, nomeadamente através de uma melhor cooperação; (Recomendação n.º 39 do PCE1, recomendação 2.6 do PCN da Lituânia, recomendação 1 do PCN dos Países Baixos, debate do Grupo de Trabalho)
2. Tomar as medidas necessárias para estar preparado e recuperar rapidamente de quaisquer ataques e apagões em grande escala, assegurando, por exemplo, a existência de infraestruturas resilientes e de canais de comunicação alternativos; (Debate do Grupo de Trabalho)
3. Assegurar sanções semelhantes e uma aplicação rápida e eficaz nos Estados-Membros em caso de cibercriminalidade, através de uma melhor coordenação dos centros e das autoridades locais, regionais e nacionais de cibersegurança; (Recomendação n.º 39 do PCE1)
4. Reforçar a literacia digital e o pensamento crítico como forma de combater a desinformação, as ameaças em linha e o discurso de ódio, bem como os padrões obscuros e os preços preferenciais; (Debate do Grupo de Trabalho)
5. Combater a desinformação através de legislação e de orientações para que as plataformas em linha e as empresas de redes sociais abordem as vulnerabilidades de desinformação e apliquem medidas de transparência, incluindo, por exemplo, algoritmos baseados na IA que possam realçar a fiabilidade das informações nas redes sociais e nos novos meios de comunicação social, fornecendo ao utilizador fontes de informações verificadas. Ao utilizar algoritmos, os seres humanos devem permanecer com o controlo em última instância dos processos de tomada de decisão; (Recomendação n.º 46 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)
6. Apoiar plataformas digitais que garantam o pluralismo dos meios de comunicação social e disponibilizem recursos e iniciativas para avaliar a fiabilidade e a imparcialidade das informações provenientes dos meios de comunicação social tradicionais (por exemplo, televisão, imprensa escrita, rádio) e de outros meios de comunicação social, no pleno respeito do princípio da liberdade dos meios de comunicação social, e que forneçam aos cidadãos informações sobre a qualidade das notícias. (Recomendação n.º 46 do PCE1)

34. Proposta: Sociedade digital segura e de confiança – proteção de dados⁸⁹

Objetivo: Promovemos a soberania das pessoas em matéria de dados, uma maior sensibilização e uma aplicação e execução mais eficientes das regras em vigor em matéria de proteção de dados (RGPD), a fim de reforçar o controlo pessoal dos próprios dados e limitar a utilização abusiva de dados, mediante:

Medidas:

1. Explicar melhor as regras em matéria de proteção de dados (RGPD), aumentar a transparência e melhorar a comunicação através da criação de orientações sobre textos de consentimento informado que utilizem uma linguagem simples e clara e compreensível para todos, incluindo formas mais visuais de dar o consentimento à utilização dos dados, acompanhadas de uma campanha de informação, garantindo as competências necessárias para quem trata os dados e aconselha as pessoas que precisam de assistência; (Recomendações n.ºs 42 e 45 do PCE1 e recomendação n.º 2 do PCN dos Países Baixos)
2. Assegurar a aplicação da proibição existente do consentimento por defeito em matéria de reutilização ou revenda de dados; (Recomendação n.º 42 do PCE1)
3. Assegurar que os pedidos de supressão permanente de dados apresentados pelos utilizadores sejam acompanhados num prazo específico; (Recomendação n.º 42 do PCE1)
4. Fornecer informações claras e tão sucintas quanto possível aos utilizadores sobre como e por quem os dados serão utilizados; (Recomendação n.º 42 do PCE1)
5. Assegurar a conformidade das empresas não europeias com as regras europeias em matéria de proteção de dados; (Recomendações n.ºs 42 e 43 do PCE1)
6. Incentivar um sistema de certificação a nível da UE que reflita a conformidade com o RGPD de forma acessível, clara e simples, visível em sítios Web e plataformas e que deva ser emitido por um certificador independente a nível europeu. Não deve criar encargos desproporcionados para as pequenas e médias empresas; (Recomendação n.º 44 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)
7. Assegurar que os cidadãos sejam ajudados de forma eficiente e rápida quando se deparam com problemas de autoexclusão ou de revogação do consentimento. Para o efeito, é necessário definir melhor o comportamento intrusivo e desenvolver, a nível europeu, orientações e mecanismos de autoexclusão e revogação de dados, bem como de identificação e sanção dos autores de fraudes; (Recomendação n.º 43 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)
8. Prever sanções, incluindo uma multa proporcional ao volume de negócios das empresas e limitações às operações das empresas, tais como a imposição de proibições, temporárias ou definitivas, ao tratamento indesejado de dados, e apoiar a sua aplicação pela Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e pelas agências nacionais. (Recomendações n.ºs 42 e 43 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)

35. Proposta: Inovação digital para reforçar a economia social e sustentável⁹⁰

Objetivo: Propomos que a UE promova medidas de digitalização que reforcem a economia e o mercado único de forma justa e sustentável, aumentem a competitividade europeia em matéria de tecnologia e inovação, reforcem o mercado único digital para as empresas de todas as dimensões e façam da Europa um líder mundial na transformação digital e na digitalização centrada no ser humano, mediante:

Medidas:

1. A introdução ou o reforço de legislação que regule o «trabalho inteligente» (centrado no ser humano), tendo em conta o impacto na saúde física e mental dos trabalhadores, por exemplo, garantindo o direito a desligar. Uma abordagem «centrada no ser humano» deve incorporar o princípio do «controlo humano»; (Recomendação n.º 7 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)⁹¹
2. Legislação da UE que incentive as empresas a serem socialmente responsáveis e a manterem empregos de «trabalho inteligente» de elevada qualidade na Europa, evitando assim a deslocalização desses postos de trabalho para países com custos mais baixos. Os incentivos podem ser financeiros e/ou reputacionais e devem ter em conta critérios ambientais, sociais e de governação internacionalmente reconhecidos. Para o efeito, a UE deve criar um grupo de trabalho composto por peritos de todas as partes interessadas pertinentes para examinar e reforçar esta legislação; (Recomendação n.º 7 do PCE1)
3. Assegurar a supervisão humana dos processos de tomada de decisão que envolvam a inteligência artificial no local de trabalho, bem como a transparência dos algoritmos utilizados; ter em conta os efeitos negativos da vigilância digital ilimitada no local de trabalho; informar e consultar os trabalhadores antes da introdução de tecnologias digitais com impacto nas condições de trabalho; assegurar que as novas formas de trabalho, como o trabalho em plataformas digitais, respeitem os direitos dos trabalhadores e proporcionem condições de trabalho adequadas; (Debate do Grupo de Trabalho)
4. Empreender iniciativas para ajudar a apoiar o trabalho à distância, tais como espaços de escritórios com acesso a uma ligação fiável e rápida à Internet e formação digital, e disponibilizando recursos para equipamento ergonómico para escritórios domiciliários; (Recomendação n.º 17 do PCE1 e debate do Grupo de Trabalho)
5. Introduzir uma tabela de pontuação digital acessível ao público, que crie um sistema de classificação que indique e compare o atual nível de digitalização das empresas da UE; (PCN alemão)
6. Alcançar uma economia digital forte e competitiva e divulgar equitativamente os benefícios da transformação digital em toda a Europa, centrando-se na tecnologia e na inovação enquanto motores do crescimento, impulsionando a investigação transformadora de craveira mundial e criando espaço para ecossistemas de inovação em todas as regiões, melhorando o ambiente operacional das PME e das empresas em fase de arranque e o acesso equitativo ao financiamento, e eliminando os encargos legais ou outros que entravam as atividades transfronteiriças. (Recomendação n.º 1.3 do PCN italiano, debate do Grupo de Trabalho e Plataforma Digital Multilingue)
7. Construir uma infraestrutura de dados baseada nos valores europeus; aplicar os princípios da «prioridade ao digital» e da «declaração única» e facilitar o acesso digital e seguro aos dados para a inovação e as empresas; incentivar a digitalização dos serviços públicos. (Debate do Grupo de Trabalho e Plataforma Digital Multilingue)
8. Explorar plenamente o potencial da utilização fiável e responsável da inteligência artificial,

- utilizando o potencial da tecnologia de cadeia de blocos e dos serviços de computação em nuvem, estabelecer salvaguardas e normas que garantam a transparência, a interoperabilidade, reforcem a confiança e facilitem a utilização e evitem todos os algoritmos discriminatórios ou tendenciosos; (Debate do Grupo de Trabalho e Plataforma Digital Multilingue)
9. Promover o software de fonte aberta e a sua utilização na educação e formação, bem como o acesso gratuito à investigação e ao software financiados por fundos públicos; (Debate do Grupo de Trabalho e Plataforma Digital Multilingue)
 10. Introduzir uma identidade digital comum europeia para facilitar as transações e os serviços digitais transfronteiras, com um quadro de normas e orientações europeias que preveja as salvaguardas necessárias; (Debate do Grupo de Trabalho e Plataforma Digital Multilingue)
 11. Avaliar a viabilidade da digitalização das informações sobre os produtos para consumo e nutrição através de uma aplicação europeia normalizada que permita o acesso fácil e forneça informações adicionais sobre os produtos e a cadeia de produção. (Recomendação n.º 16 do PCE1)



«Democracia europeia»

36. Proposta: Informação dos cidadãos, participação e juventude

Objetivo: Aumentar a participação dos cidadãos e dos jovens na democracia a nível da União Europeia, a fim de promover uma «plena experiência cívica» entre os europeus, garantir que a sua voz seja ouvida também no período entre as eleições e que a participação seja efetiva. É por esta razão que deve ser considerada a forma de participação mais adequada para cada tema, por exemplo:

1. Melhorar a eficácia dos mecanismos de participação dos cidadãos existentes e desenvolver novos mecanismos, em conformidade com o acervo da UE, através de uma melhor informação sobre esses mecanismos. Idealmente, todas as informações sobre os espaços participativos devem ser resumidas⁹² num sítio Web oficial integrado com diferentes funcionalidades⁹³. Deve ser concebido um mecanismo para acompanhar as iniciativas políticas e legislativas resultantes dos processos de democracia participativa⁹⁴; Os mecanismos participativos devem ser inclusivos e a sua composição deve poder chegar a um público diversificado. Deve ser prestada atenção aos conteúdos, aos temas e às competências dos moderadores. Devem incluir uma análise do impacto das políticas debatidas, nomeadamente, sobre as mulheres e as pessoas vulneráveis⁹⁵.
2. Aumentar a frequência das interações em linha e fora de linha entre as instituições da UE e os seus cidadãos através de diferentes meios de interação, a fim de assegurar que os cidadãos possam participar no processo de elaboração de políticas da UE para expressar as suas opiniões e obter respostas, e criar uma carta para os funcionários da UE em matéria de participação dos cidadãos⁹⁶;
3. Disponibilizar uma plataforma digital de fácil utilização, onde os cidadãos possam partilhar ideias, apresentar perguntas aos representantes das instituições da UE e expressar os seus pontos de vista sobre questões e propostas legislativas importantes da UE, em especial os jovens. A plataforma deve também permitir a realização de sondagens em linha⁹⁷;
4. Melhorar e racionalizar os mecanismos existentes a nível europeu, nacional e local, a fim de os tornar mais seguros, acessíveis, visíveis e inclusivos⁹⁸;
5. Incluir a sociedade civil organizada, as autoridades locais e regionais e as estruturas existentes, como o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e o Comité das Regiões (CR)⁹⁹, no processo de participação dos cidadãos¹⁰⁰;
6. Criar um sistema de conselheiros locais da UE, como forma de reduzir a distância entre as instituições da UE e os cidadãos europeus¹⁰¹;
7. Realizar assembleias de cidadãos periodicamente, com base no direito da UE juridicamente vinculativo. Os participantes devem ser selecionados aleatoriamente, com critérios de representatividade, e a participação deve ser incentivada. Se for necessário, haverá apoio de peritos para que os membros da assembleia disponham de informações suficientes para deliberar. Se os resultados não forem tidos em conta pelas instituições, tal deve ser devidamente justificado¹⁰²; A participação e o envolvimento prévio dos cidadãos e da sociedade civil constituem uma base importante para as decisões políticas que devem ser tomadas pelos representantes eleitos. A UE baseia-se na democracia representativa: com as eleições europeias, os cidadãos conferem um mandato claro aos seus representantes e expressam-se indiretamente sobre as políticas da UE¹⁰³;
8. Prestar um apoio estrutural reforçado, financeiro ou não, à sociedade civil, em especial à sociedade civil jovem, e apoiar as autoridades locais na criação de conselhos

locais de juventude¹⁰⁴; tal poderia ser alcançado através de um pilar específico do Plano de Ação para a Democracia Europeia dedicado à participação da sociedade civil e dos parceiros sociais e através de uma estratégia específica para a sociedade civil¹⁰⁵;

9. Introduzir uma revisão da legislação na perspectiva dos jovens, incluindo uma avaliação de impacto e um mecanismo de consulta com representantes dos jovens, sempre que se considere que a legislação tem impacto nos jovens¹⁰⁶;

10. Reforçar a cooperação entre os legisladores da UE e as organizações da sociedade civil de forma a tirar partido da ligação entre os decisores políticos e os cidadãos que constituem as organizações da sociedade civil¹⁰⁷;

11. Resumir os pontos relativos à participação dos cidadãos numa Carta da UE para a participação dos cidadãos nos assuntos europeus.

37. Proposta: Informação dos cidadãos, participação e juventude (bis)

Objetivo: Tornar a União Europeia mais compreensível e acessível e reforçar¹⁰⁸ uma identidade europeia comum, nomeadamente:

1. Garantir um nível mínimo de educação sobre a UE e, em especial, sobre os seus processos democráticos, incluindo a história da integração europeia e da cidadania europeia. Pessoas de todas as idades devem poder beneficiar desses programas, que devem ser concebidos de forma participativa e adequada à idade, por exemplo, através do desenvolvimento de programas específicos e de material didático para crianças e escolas¹⁰⁹, bem como organizações da sociedade civil ativas no domínio da educação não formal¹¹⁰;
2. Tornar informação fiável sobre a UE facilmente acessível, de uma forma inclusiva para todos os cidadãos. As instituições da UE devem utilizar uma linguagem mais acessível e evitar a utilização de termos burocráticos na sua comunicação, mantendo simultaneamente a qualidade e os conhecimentos especializados das informações fornecidas e adaptando-as aos diferentes canais de comunicação e aos perfis de audiência¹¹¹. Deve ponderar-se, por exemplo, a criação de uma aplicação móvel em que as informações relativas às políticas da UE sejam apresentadas numa linguagem clara¹¹². Devem ser envidados esforços especiais para chegar aos jovens através dos meios de comunicação digitais, dos movimentos de jovens e de diversos «embaixadores» (organizações e indivíduos) que expliquem¹¹³ o projeto da UE¹¹⁴;
3. Fazer uma maior utilização da inteligência artificial e das tecnologias de tradução para contornar¹¹⁵ as barreiras linguísticas¹¹⁶, garantindo a acessibilidade e a facilidade de utilização de todas as ferramentas digitais para as pessoas com deficiência¹¹⁷;
4. Defender e apoiar meios de comunicação social livres, pluralistas e independentes e incentivar os meios de comunicação social, incluindo os organismos públicos de radiodifusão e as agências noticiosas públicas e os meios de comunicação social europeus, a cobrirem os assuntos europeus com mais regularidade, respeitando simultaneamente a sua liberdade e independência, a fim de assegurar uma cobertura regular e abrangente em todos os Estados-Membros da UE¹¹⁸; intensificar a luta contra a desinformação e a interferência estrangeira e assegurar a proteção dos jornalistas¹¹⁹;
5. Aproximar a Europa dos cidadãos através do melhoramento¹²⁰ dos pontos de contacto e dos polos específicos, ou «Casas da Europa»,

a nível local, para disponibilizar recursos, informações e aconselhamento aos cidadãos sobre questões relacionadas com a UE, bem como para ouvir as suas preocupações e participar em debates com associações com vista a ajudar a divulgar os pontos de vista dos cidadãos a nível europeu¹²¹;

6. Tomar novas medidas para reforçar uma identidade comum entre os europeus, por exemplo, através de um fundo da UE para apoiar interações em linha e fora de linha (isto é, programas de intercâmbio, painéis, reuniões) de curta e mais longa duração entre os cidadãos da UE, criando equipas e eventos desportivos comuns, ou tornando o Dia da Europa (9 de maio) um feriado europeu adicional¹²² para todos os cidadãos da UE¹²³.

38. Proposta: Democracia e eleições

Objetivo: Reforçar a democracia europeia através do reforço dos seus alicerces, da promoção da participação nas eleições para o Parlamento Europeu, da promoção do debate transnacional sobre questões europeias e da garantia de uma ligação forte entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, nomeadamente:

1. Garantir a proteção dos valores da UE consagrados nos Tratados, incluindo o Estado de direito e um modelo social forte¹²⁴, que estão no cerne da democracia europeia. Nas suas relações com os países externos, a União Europeia deve, em primeiro lugar, reforçar os valores democráticos comuns nas suas fronteiras. Só depois de ter alcançado este objetivo, a União Europeia pode agir como embaixadora do nosso modelo democrático nos países que estejam preparados e dispostos a aplicá-lo, através da diplomacia e do diálogo¹²⁵;
2. Conceber um referendo à escala da UE, o qual deverá ser convocado pelo Parlamento Europeu, em casos excecionais, sobre questões particularmente importantes para todos os cidadãos europeus¹²⁶;
3. Alterar a legislação eleitoral da UE no sentido de harmonizar as condições eleitorais (idade de voto, data das eleições, requisitos aplicáveis aos distritos eleitorais, aos candidatos, aos partidos políticos e ao seu financiamento) para as eleições para o Parlamento Europeu, bem como avançar para a votação em listas à escala da União, ou «listas transnacionais»^x, com candidatos de vários Estados-Membros, após ter tomado¹²⁷ em consideração os pontos de vista expressos entre os cidadãos de todos os Estados-Membros da UE sobre esta questão¹²⁸.
 - Alguns dos deputados ao Parlamento Europeu devem ser eleitos através de uma lista à escala da União Europeia, sendo os restantes eleitos nos Estados-Membros¹²⁹;
 - Esta reforma deve igualmente ter por objetivo facilitar as possibilidades de voto digital¹³⁰ e garantir direitos de voto efetivos às pessoas com deficiência¹³¹.
4. Reforçar os laços entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, tendo em conta as especificidades nacionais e o desejo dos cidadãos de estarem mais próximos e sentirem que as suas preocupações conduzem a uma ação específica por parte dos representantes eleitos no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais¹³². Trata-se de uma questão que diz respeito a todos, e as pessoas de todas as idades devem ser envolvidas¹³³;
 - Os cidadãos europeus devem ter uma palavra a dizer sobre quem é eleito Presidente da Comissão. Tal poderia ser alcançado através da eleição direta

^x Os representantes da Comissão Europeia explicaram que deveria aplicar-se um período de transição, de modo a evitar uma evolução demasiado brusca.

do Presidente da Comissão¹³⁴ ou de um sistema de candidatos principais^{XI};

- O Parlamento Europeu deve ter o direito de iniciativa legislativa, a fim de propor¹³⁵ os temas a debater e, posteriormente, adotar os textos necessários para dar seguimento às recomendações resultantes das deliberações¹³⁶;
- O Parlamento Europeu deveria decidir sobre o orçamento da UE, uma vez que este é um direito dos parlamentos a nível nacional^{XII} ¹³⁷;

- Os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os sindicatos deveriam ser mais dinâmicos e acessíveis para que os cidadãos participem e se envolvam mais na democracia europeia¹³⁸. Tal contribuiria também para estimular a inclusão de temas da UE nos debates públicos através dos partidos políticos, da sociedade civil organizada e dos parceiros sociais, não só durante as eleições europeias, mas também antes das eleições nacionais, regionais e locais¹³⁹.

A democracia é encarnada nas instituições e na sociedade em geral, incluindo no local de trabalho através do papel dos parceiros sociais¹⁴⁰.

^{XI} Posição do PE: o candidato principal do partido político europeu que obteve a maior percentagem de votos nas eleições europeias, que consiga o apoio da maioria dos deputados ao Parlamento Europeu, deve ser eleito Presidente da Comissão Europeia. Caso não seja possível alcançar uma maioria de coligação, a tarefa deve ser atribuída ao candidato principal seguinte. Para o efeito, os partidos políticos europeus podem nomear candidatos para o cargo de Presidente da Comissão. Paulo Rangel: a fim de reforçar o processo de candidatos principais, as posições do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu devem ser revertidas, o que implica uma alteração do Tratado: o Parlamento proporá e o Conselho aprovará o Presidente da Comissão. PDM (Relatório Final Kantar: «O grupo de contributos debate a eleição do Presidente da Comissão e a nomeação de comissários, incluindo o sistema de cabeças de lista (Spitzenkandidaten). EYE, pág. 23: «Os candidatos ao cargo de Presidente da Comissão não devem ser eleitos em negociações nos bastidores entre os partidos vencedores. Devemos aplicar o chamado sistema de cabeças de lista (Spitzenkandidaten), em que cada partido anuncia o seu candidato a Presidente da Comissão antes da campanha eleitoral, no caso de esse partido obter uma maioria. Através da participação ativa na campanha e da interação direta com os cidadãos, o futuro Presidente poderia ficar mais estreitamente ligado à população europeia.», e debate no grupo de trabalho.

^{XII} O Conselho não considera que esta proposta se baseie numa recomendação dos cidadãos. Por essa razão, não está em consonância com a metodologia acordada. Cf. Posição da componente Cidadãos constante da página 40.

39. Proposta: Processo decisório da UE

Objetivo: Melhorar o processo decisório da UE a fim de assegurar a capacidade de ação da UE, tendo simultaneamente em conta os interesses de todos os Estados-Membros e garantindo um processo transparente e compreensível para os cidadãos, nomeadamente:

1. Reavaliar as regras de tomada de decisão e de votação nas instituições da UE, centrando-se na questão da votação por unanimidade, que torna muito difícil chegar a acordo, assegurando ao mesmo tempo um cálculo justo das «ponderações» dos votos, de modo a proteger os interesses dos países pequenos¹⁴¹;
 - Todas as questões decididas por unanimidade deveriam ser decididas por maioria qualificada. As únicas exceções devem ser a admissão de novos membros à UE e a alteração dos princípios fundamentais da UE, tal como estabelecido no artigo 2.º do TUE e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia¹⁴².
2. Assegurar a transparência da tomada de decisões, permitindo que observadores independentes dos cidadãos acompanhem de perto o processo de tomada de decisões, garantindo um direito mais amplo¹⁴³ de acesso aos documentos, e desenvolvendo, nesta base, laços mais fortes e um diálogo reforçado entre os cidadãos e as instituições da UE¹⁴⁴;
 - A UE deve melhorar a transparência do seu processo decisório e das suas instituições. Por exemplo, as reuniões do Conselho e do Parlamento Europeu, incluindo as suas votações, devem ser igualmente transmitidas em linha. Tal permitiria que os cidadãos interessados seguissem as políticas da UE e responsabilizassem os políticos e os decisores políticos¹⁴⁵; o direito de inquérito do Parlamento Europeu deve ser reforçado;¹⁴⁶
 - O processo decisório da UE deve continuar a ser desenvolvido para que os representantes nacionais, regionais e locais, os parceiros sociais e a sociedade civil organizada participem mais ativamente¹⁴⁷. A cooperação e o diálogo interparlamentares devem ser reforçados. O Parlamento Europeu deve também trabalhar mais estreitamente com os parlamentos nacionais no processo legislativo europeu, por exemplo, através da participação em audiências¹⁴⁸. Além disso, uma maior participação do nível infranacional e do Comité das Regiões ajuda a ter melhor em conta a experiência adquirida com a aplicação do direito da UE¹⁴⁹.
3. Ponderar a alteração dos nomes das instituições da UE para clarificar aos cidadãos as suas funções e respetivos papéis no processo decisório da UE¹⁵⁰;
 - O processo decisório da UE deve basear-se numa estrutura mais clara e compreensível, semelhante aos sistemas nacionais¹⁵¹, que reflita explicitamente a repartição de competências entre as instituições europeias e os Estados-Membros¹⁵²;
 - Por exemplo, o Conselho da UE poderia ser designado Senado da UE e a Comissão Europeia poderia ser designada Comissão Executiva da UE¹⁵³.
4. Reforçar as capacidades de execução da União Europeia em domínios essenciais e de grande importância¹⁵⁴;
5. Assegurar mecanismos e processos de diálogo civil e social adequados em todas as fases do processo de tomada de decisão da UE, desde a avaliação de impacto até à conceção e à execução das políticas¹⁵⁵.
6. Reformar o funcionamento da União Europeia, associando melhor os parceiros sociais e a sociedade civil organizada. Reforçar as estruturas existentes, a fim de melhor refletir as necessidades e as expectativas dos cidadãos da UE no processo de tomada de decisão, dada a sua importância na vida democrática europeia. Neste contexto, reforçar o papel institucional do CESE e dotá-lo de competências como facilitador e garante de atividades de democracia participativa, como o diálogo estruturado com as organizações da sociedade civil e

os painéis de cidadãos. Uma sociedade civil dinâmica é crucial para a vida democrática da União Europeia¹⁵⁶.

7. Reabrir o debate sobre a Constituição, caso se justifique, para nos ajudar a alinharmos-nos

melhor com os nossos valores. Uma Constituição poderia contribuir a uma maior precisão, bem como a facilitar o envolvimento dos cidadãos e a concordar as regras do processo de tomada de decisão¹⁵⁷.

40. Proposta: Subsidiariedade

1. A subsidiariedade ativa e a governação a vários níveis são princípios-chave e características fundamentais para o funcionamento e a responsabilização democrática da UE¹⁵⁸;
2. A UE deve rever o mecanismo que permite aos parlamentos nacionais avaliarem se as novas propostas legislativas a nível europeu não interferem nas suas competências jurídicas e terem a possibilidade de propor uma iniciativa legislativa ao nível europeu. Esses mecanismos devem também ser alargados a todos os parlamentos regionais da UE com poder legislativo¹⁵⁹;
3. Reformar o Comité das Regiões de modo a incluir canais de diálogo adequados para as regiões, bem como as cidades e os municípios, conferindo-lhe um papel reforçado¹⁶⁰ na arquitetura institucional, se se tratar de questões com impacto territorial¹⁶¹;
4. A utilização sistemática de uma definição de subsidiariedade comumente acordada por todas as instituições da UE poderia ajudar a esclarecer se as decisões têm de ser tomadas a nível europeu, nacional ou regional¹⁶².
5. Os parceiros sociais e a sociedade civil organizada devem ser mais bem integrados no processo decisório, dada a sua importância na vida democrática europeia. Uma sociedade dinâmica é crucial para a vida democrática da UE.¹⁶³

Apelamos às instituições da União Europeia para que concretizem as conclusões deste grupo de trabalho e as apliquem de forma eficaz. Tal poderia ser concretizado através das possibilidades que o Tratado de Lisboa já prevê e, se necessário, desencadeando o pedido de lançamento de uma Convenção Europeia¹⁶⁴.



«Migração»

41. Proposta: Migração legal¹⁶⁵

Objetivo: Reforçar o papel da UE em matéria de migração legal:

Medidas:

1. Lançar uma campanha de comunicação a nível transnacional para que a EURES (Serviços Europeus de Emprego), o Portal Europeu da Imigração e a ferramenta da UE para o perfil de competências dos nacionais de países terceiros sejam mais conhecidos pelos cidadãos europeus e mais frequentemente acedidos e utilizados pelas empresas da UE aquando do recrutamento (recomendação 6).
2. Criar uma entidade europeia para o acesso dos migrantes ao mercado de trabalho da UE ou, em alternativa, alargar os poderes da Rede Europeia de Cooperação dos Serviços de Emprego (EURES), por exemplo, melhorando os projetos da Parceria de Talentos (recomendação 7 e debate do Grupo de Trabalho), com a possibilidade de ajustar em linha a oferta e a procura de competências, no país de partida, com base em critérios de avaliação (recomendação 9 e debate do Grupo de Trabalho). A UE deve incentivar os Estados-Membros a simplificarem o processo de acolhimento e integração dos migrantes legais e o seu acesso ao mercado de trabalho da UE através de uma melhor interoperabilidade entre as diferentes administrações competentes (debate do Grupo de Trabalho).
3. Melhorar o funcionamento e a aplicação da Diretiva «Cartão Azul» para atrair as qualificações pertinentes de que a economia da UE precisa (recomendação 7 e debate do Grupo de Trabalho), tendo em conta o risco de fuga de cérebros (como na medida 1, Proposta 42).
4. Promover uma convergência ascendente das condições de trabalho de forma harmoniosa em toda a União, a fim de combater as desigualdades nas condições de trabalho e assegurar uma política eficaz da UE em matéria de migração laboral e os direitos dos trabalhadores. Neste contexto, reforçar o papel dos sindicatos a nível nacional e transnacional (recomendação 28 e debate do Grupo de Trabalho), em cooperação com as organizações patronais (debate do Plenário).
5. Intensificar os esforços para informar e educar os cidadãos dos Estados-Membros sobre os temas relacionados com a migração e a integração (recomendação 30 e recomendação 9 da Lituânia e debate do Grupo de Trabalho).

42. Proposta: Migração irregular¹⁶⁶

Objetivo: Reforçar o papel da UE na luta contra todas as formas de migração irregular e reforçar a proteção das fronteiras externas da União Europeia, respeitando simultaneamente os direitos humanos:

Medidas:

1. Participar ativamente, por exemplo através de acordos de parceria, no desenvolvimento económico e social de países não pertencentes à União Europeia e a partir dos quais existe um elevado fluxo de migrantes com vista a combater a migração nas suas causas profundas, incluindo as alterações climáticas. Estas ações devem ser transparentes e ter resultados tangíveis com efeitos mensuráveis, que devem ser claramente comunicados aos cidadãos da UE (recomendação 27 e recomendação 3 dos Países Baixos e debate do Grupo de Trabalho).
2. Assegurar a proteção de todas as fronteiras externas, melhorando a transparência e a responsabilização da Frontex e reforçando o seu papel (recomendação 8 e debate do Grupo de Trabalho) e adaptando a legislação da UE de forma a dar resposta aos atuais desafios da migração irregular, como a introdução clandestina de migrantes, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual, os ataques híbridos por países que instrumentalizam os migrantes e a violação dos direitos humanos (recomendação 10 da Lituânia e debate do Grupo de Trabalho).

43. Proposta: migração irregular¹⁶⁷ (bis)

Objetivo: Aplicar regras comuns de forma uniforme em todos os Estados-Membros em matéria de primeiro acolhimento de migrantes:

Medidas:

1. Desenvolver medidas à escala da UE para garantir a segurança e a saúde de todos os migrantes, em especial das mulheres grávidas, das crianças, dos menores não acompanhados e de todas as pessoas vulneráveis (recomendações 10 e 38 e debate do Grupo de Trabalho).
2. Aumentar o apoio financeiro, logístico e operacional da UE, também às autoridades locais, aos governos regionais e às organizações da sociedade civil, para a gestão do primeiro acolhimento, o que conduziria a uma possível integração dos refugiados e migrantes regulares na UE ou ao repatriamento de migrantes em situação irregular (recomendação 35 e debate do Grupo de Trabalho).

44. Proposta: Asilo, integração¹⁶⁸

Objetivo: Reforçar o papel da UE e reformar o sistema europeu de asilo com base nos princípios da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades:

Medidas:

1. Adotar normas comuns da UE relativas aos procedimentos de análise de pedidos de proteção internacional nos Estados-Membros, aplicadas uniformemente a todos os requerentes de asilo. Estes procedimentos terão de respeitar a dignidade humana e o direito internacional (recomendação 29 e recomendações 3.8 e 4.4 de Itália, p. 15, e debate do Grupo de Trabalho). Uma vez que o acolhimento dos requerentes de asilo envolve diferentes intervenientes a nível nacional, a UE deve incentivar os Estados-Membros a simplificarem e acelerarem este processo através de uma melhor interoperabilidade entre as diferentes administrações competentes e a criarem um gabinete único (balcão único ou ponto de entrada) para os requerentes de asilo, com vista à simplificação dos procedimentos administrativos nacionais (recomendação 37 e debate do Grupo de Trabalho).
2. Rever o sistema de Dublin, a fim de garantir a solidariedade e a partilha equitativa de responsabilidades, incluindo a redistribuição dos migrantes entre os Estados-Membros; poderão também ser previstas formas adicionais de apoio (recomendações, 33, 36, 37, 40; recomendação 2 da Lituânia; recomendações 3.8 de Itália (p. 15), recomendação 2 dos Países Baixos e debate do Grupo de Trabalho e debate do Plenário).
3. Melhorar as normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo estabelecidas na Diretiva 2013/33/UE através de medidas legislativas mais rigorosas para melhorar as instalações de acolhimento e o alojamento (recomendação 31 do PCE, recomendação 5.6 de Itália (p. 11) e debate do Grupo de Trabalho);
4. Deve ser dada especial atenção às mulheres grávidas, às crianças e, em particular, aos menores não acompanhados (recomendação 38 e debate do Grupo de Trabalho).
5. Reforçar e aumentar os recursos financeiros e humanos, bem como as capacidades de gestão da Agência da UE para o Asilo, a fim de coordenar e gerir a recolocação dos requerentes de asilo nos Estados-Membros da UE e alcançar simultaneamente uma distribuição equitativa (recomendações 36 e 37, recomendação 3 da Lituânia e debate do Grupo de Trabalho).

45. Proposta: Asilo, integração¹⁶⁹ (bis)

Objetivo: Melhorar as políticas de integração em todos os Estados-Membros:

Medidas:

1. A UE deve assegurar, juntamente com a participação das autoridades locais e regionais e com o contributo das organizações da sociedade civil, que todos os requerentes de asilo e refugiados, durante o processo de residência, participem em cursos de línguas, integração, formação profissional e em atividades (recomendação 32, recomendação 13 de França, debate do Grupo de Trabalho e debate do Plenário).
2. Os requerentes de asilo com qualificações relevantes devem ter acesso ao mercado de trabalho, sempre que possível, com o objetivo de reforçar a sua autossuficiência, em toda a UE (recomendação 7 e debate do Grupo de Trabalho).



«Educação, cultura, juventude e desporto»

46. Proposta: Educação

Objetivo: A UE e os seus Estados-Membros devem procurar criar, até 2025, um Espaço Europeu da Educação inclusivo, no âmbito do qual todos os cidadãos tenham igualdade de acesso a uma educação de qualidade e à aprendizagem ao longo da vida, incluindo os que vivem em zonas rurais e remotas. Para o efeito, a União Europeia e os seus Estados-Membros devem, em especial:

Medidas:

1. Coordenar o nível de todos os diferentes programas educativos na União Europeia, com aceitação dos conteúdos nacionais, regionais e locais, e criar laços mais estreitos entre os sistemas educativos, nomeadamente através da organização da equivalência de diplomas¹⁷⁰. Deve ser adotado um nível mínimo certificado de educação nas disciplinas essenciais que comece no ensino primário¹⁷¹. Devem ser introduzidas competências partilhadas no domínio da educação, pelo menos, no domínio da educação para a cidadania, e o exercício desta competência pela UE não pode impedir os Estados-Membros de exercerem a sua competência. Os diplomas e a formação profissionais devem ser validados e mutuamente reconhecidos em todos os Estados-Membros da UE¹⁷². A União Europeia deve igualmente defender o reconhecimento da aprendizagem não formal e informal¹⁷³, das organizações de juventude que a proporcionam, bem como dos períodos de aprendizagem no estrangeiro.
 - Competências digitais¹⁷⁶.
 - CTEAM¹⁷⁷
 - Espírito empresarial e investigação
 - Melhorar o pensamento crítico. A literacia mediática deve ser reforçada, a fim de garantir a segurança em linha e capacitar os cidadãos em todos os Estados-Membros para avaliarem de forma independente se uma informação é ou não fiável e identificarem notícias falsas, beneficiando ao mesmo tempo das oportunidades oferecidas pela Internet. Isto deve ser introduzido como uma disciplina separada no ensino básico, devendo também ser oferecida noutros espaços públicos a cidadãos de todas as idades, sob a orientação de uma organização específica estabelecida pela UE, com base nas melhores práticas em todos os Estados-Membros. A UE deve assegurar que o financiamento específico seja utilizado pelos Estados-Membros para os fins previstos¹⁷⁸.
 - Integrar as competências sociais em todos os cursos nos currículos escolares. Por competências sociais, entende-se: ouvir os outros, promover o diálogo, a resiliência, a compreensão, o respeito e a apreciação dos outros, o pensamento crítico, o autoestudo, o cultivo da curiosidade e a orientação para os resultados¹⁷⁹.
 - Possibilitar que todos aprendam mais sobre a sustentabilidade ambiental e a forma como se relaciona com a saúde. A biodiversidade deve ser um tema escolar obrigatório. Esta educação deve começar na escola com disciplinas específicas que abordem todas as questões ecológicas
2. Desenvolver uma educação orientada para o futuro e a aprendizagem ao longo da vida na Europa, em conformidade com o direito à formação gratuita no local de trabalho, que se centre nos seguintes temas:
 - Educação cívica sobre os processos democráticos, bem como sobre os valores da UE e a história da Europa¹⁷⁴. Tal deve ser desenvolvido como um módulo comum a ensinar em todos os Estados-Membros. A literacia económica também deve ser melhorada com vista a permitir uma melhor compreensão do processo de integração europeia¹⁷⁵.

- e incluir viagens de campo para mostrar exemplos relevantes da vida real, que devem ser apoiadas por um programa de financiamento¹⁸⁰.
- Combater o assédio e o racismo.
3. Apoiar a formação de professores¹⁸¹, aprender com as melhores práticas e utilizar técnicas de ensino inovadoras e criativas atualizadas que reflitam a evolução dos métodos de ensino, incluindo atividades práticas, com base também nas lições a retirar da pandemia de COVID-19 e de outros tipos de crises, bem como promover oportunidades de mobilidade¹⁸².
 4. A fim de satisfazer as necessidades educativas de todas as crianças e famílias, dar prioridade ao acesso ao hardware e a uma conectividade de banda larga eficiente¹⁸³.
 5. Criar uma plataforma de informação para um intercâmbio de conhecimentos e experiências à escala da UE, que congregue informações sobre cursos de educação e formação transnacionais na UE, apresente exemplos de boas práticas e ofereça aos cidadãos a oportunidade de apresentarem novas ideias para o intercâmbio transfronteiras. Esta deverá disponibilizar material didático sobre as alterações climáticas, a sustentabilidade, as questões ambientais e a digitalização, assim como fornecer informações sobre os fóruns especializados existentes sobre temas fundamentais¹⁸⁴. A plataforma poderia ser disponibilizada juntamente com o programa de financiamento para apoiar a utilização e a implementação da informação fornecida.

47. Proposta: Questões europeias da juventude

Objetivo: A UE e os seus Estados-Membros têm de se concentrar nas necessidades específicas dos jovens em todas as políticas pertinentes, incluindo a política regional da União Europeia, a fim de lhes proporcionar as melhores condições possíveis para estudar e trabalhar e iniciar uma vida independente, envolvendo-os simultaneamente na vida democrática e nos processos de tomada de decisão, incluindo a nível europeu. As organizações de juventude têm um papel crucial a desempenhar. Para alcançar este objetivo, propomos:

Medidas:

1. Proporcionar mais oportunidades para os jovens participarem e estarem representados nos processos democráticos e de tomada de decisões a todos os níveis através dos programas e apoios existentes, incluindo mediante a organização, nas escolas, de painéis de debate com crianças (por exemplo, crianças dos 10 aos 16 anos). Os representantes europeus poderiam encontrar-se com alunos nas suas escolas, a fim de reforçar, desde cedo, a proximidade dos cidadãos à Europa, bem como a sua compreensão da Europa¹⁸⁵. A fim de assegurar que todas as políticas a nível da UE sejam também consideradas na perspetiva da juventude, deve ser desenvolvido um «teste de juventude» da UE, para que toda a nova legislação e política seja objeto de uma avaliação de impacto centrada na juventude, incluindo a consulta aos jovens.
2. A votação nas eleições para o Parlamento Europeu a partir dos 16 anos de idade deve ser debatida e ponderada, paralelamente a um reforço da educação para a cidadania e da educação sobre a UE. Os partidos políticos nacionais devem assegurar que as suas listas de candidatos para as eleições europeias incluam candidatos mais jovens¹⁸⁶.
3. Para melhor preparar os jovens para a entrada na vida ativa, dar aos estudantes do ensino secundário (a partir dos 12 anos) a oportunidade de realizarem visitas em regime de observação de elevada qualidade em organizações com ou sem fins lucrativos, em estreita cooperação entre as escolas, as administrações locais e as organizações e empresas em causa¹⁸⁷. Estas visitas devem ser encaradas como parte de um processo mais amplo de orientação profissional na

educação formal, a fim de permitir que os jovens tenham um primeiro contacto com um ambiente de trabalho profissional, de modo a poderem obter uma orientação profissional e/ou considerarem tornar-se empresários.

4. Ao abrigo do NextGenerationEU, o financiamento da UE deve também ser disponibilizado para implementar uma Garantia Europeia para a Juventude reforçada, nomeadamente para assegurar um maior empenho, um alcance mais eficaz e uma melhor qualidade da oferta, financiamento e ação por parte de todos os Estados-Membros e dos níveis pertinentes das autoridades envolvidas. Dada a experiência das organizações juvenis relativamente às necessidades dos jovens, os governos nacionais devem colaborar em estreito diálogo com essas organizações, a fim de assegurar a execução mais eficaz da Garantia.
5. Assegurar que os estágios e os empregos dos jovens respeitem as normas de qualidade, incluindo em matéria de remuneração, pondo termo aos salários mínimos dos jovens e a quaisquer outras disposições discriminatórias da legislação laboral específicas sobre os jovens, bem como proibindo, através de um instrumento jurídico, estágios não remunerados no mercado de trabalho e fora do ensino formal¹⁸⁸.
6. Garantir um nível de vida razoável aos jovens, incluindo o acesso à proteção social e à habitação. Os jovens devem ter acesso à proteção social, à semelhança de outros grupos etários. Deve também ser facilitado o acesso dos jovens a habitação a preços acessíveis, nomeadamente através de financiamento da UE¹⁸⁹.
7. São necessárias políticas específicas para evitar a fuga de cérebros de algumas regiões e países da UE devido à falta de oportunidades para os jovens, tornando a Europa mais atrativa para impedir a fuga de mão de obra e de talentos europeus para países terceiros, a fim de evitar que a coesão territorial seja prejudicada, em especial nos domínios em que a perda de talentos jovens é acentuada, nomeadamente através de financiamento da UE¹⁹⁰.
8. Em caso de crise grave (por exemplo, crise sanitária, guerra), deve haver planos bem preparados, com cenários pormenorizados, prontos a implementar de forma flexível, a fim de minimizar o impacto nos jovens, nomeadamente, nos seus estudos, formação profissional, transição para o mercado de trabalho e bem-estar mental¹⁹¹.

48. Proposta: Cultura e intercâmbios

Objetivo: A fim de promover uma cultura de intercâmbio e fomentar a identidade e a diversidade europeias em diferentes domínios, os Estados-Membros, com o apoio da União Europeia, devem¹⁹²:

Medidas:

1. Promover intercâmbios europeus em diferentes domínios, tanto físicos como digitais, incluindo intercâmbios educativos, geminação, viagens e mobilidade profissional (também para professores e políticos eleitos a nível local). Esses intercâmbios devem estar ao alcance de todos em todos os Estados-Membros, independentemente da idade, nível de habilitações, antecedentes e meios financeiros¹⁹³. Com este objetivo global, a UE deve, nomeadamente, reforçar os atuais programas de intercâmbio e mobilidade a nível da UE, como o Corpo Europeu de Solidariedade, o Erasmus+ e a iniciativa DiscoverEU, assegurar uma participação mais ampla e diversificada nestes programas e ponderar acrescentar também novos elementos, como um objetivo adicional de serviço cívico promovido pelo voluntariado (para o Corpo Europeu de Solidariedade) e «passes culturais» (para a iniciativa DiscoverEU). Os órgãos de poder local e regional, sob os auspícios do Comité das Regiões, têm um papel fundamental a desempenhar nesta matéria.

2. Promover o multilinguismo como ponte para outras culturas desde tenra idade. As línguas minoritárias e regionais exigem proteção adicional, tendo em conta a Convenção do Conselho da Europa sobre as Línguas Minoritárias e a Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais. A UE deve ponderar a criação de uma instituição que promova a diversidade linguística a nível europeu. A partir do ensino básico, deve ser obrigatória para o aluno a aquisição de competências numa língua ativa da UE diferente da sua língua ao mais alto nível possível. A fim de facilitar a capacidade dos cidadãos europeus para comunicarem com grupos mais vastos dos seus concidadãos europeus e como um fator de coesão europeia, os Estados Membros devem incentivar a aprendizagem da língua dos Estados Membros vizinhos em zonas transfronteiriças e a obtenção de um nível de inglês certificado.¹⁹⁴
3. Criar oportunidades para partilhar culturas europeias, reunir as pessoas e fazer com que se aproximem de uma identidade europeia comum, por exemplo através de eventos e reuniões que envolvam todos os grupos-alvo e que tenham lugar em vários locais. Alguns exemplos específicos incluem a realização de Jornadas de Arte Mundial¹⁹⁵, uma Expo Europeia que inclua eventos educativos, ou tornar o Dia da Europa (9 de maio) um feriado europeu para todos os cidadãos da UE¹⁹⁶.
4. Proteger o património cultural e a cultura europeus¹⁹⁷, nomeadamente através do reconhecimento das especificidades culturais e de produção locais e regionais¹⁹⁸, de novas iniciativas para o salvaguardar e celebrar, da mobilidade para promover o intercâmbio do património cultural e da promoção de medidas existentes, como o Programa Europa Criativa, o novo Bauhaus Europeu, os programas «Gemação de Cidades» e as capitais europeias da cultura, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
5. Tomar medidas para garantir que os profissionais da cultura sejam suficientemente protegidos a nível da UE, em especial em futuras crises, através da adoção de um estatuto jurídico a nível europeu.

49. Proposta: Desporto

Objetivo: O desporto é crucial para as nossas sociedades - para defender os nossos valores, assegurar um estilo de vida e um envelhecimento saudáveis, promover uma cultura de intercâmbio e celebrar também a diversidade do património europeu. Por este motivo, os Estados-Membros, com o apoio da União Europeia, devem procurar:

Medidas:

1. Colocar a ênfase nos valores, especialmente a igualdade de género, a equidade e a inclusão, que podem ser concretamente refletidos através da prática desportiva ao longo da escolaridade.
2. Aumentar a consciência sobre os benefícios do desporto e da atividade física para a saúde¹⁹⁹.
3. Incluir as atividades desportivas nos programas de intercâmbio e mobilidade a nível da UE²⁰⁰.
4. Dar mais atenção não só ao desporto profissional e comercial, mas também ao desporto local e tradicional, enquanto aspeto da diversidade cultural europeia e da promoção do património cultural, e defender o apoio ao desporto num contexto não profissional.
5. Ao mesmo tempo, incentivar a divulgação da identidade europeia através da organização de mais eventos desportivos entre os países da UE, da criação de equipas desportivas da UE ou da exibição de bandeiras ou símbolos da UE em eventos desportivos europeus.
6. Investir mais nos esforços de comunicação, como a Semana Europeia do Desporto, para garantir que os cidadãos de toda a UE possam beneficiar em conjunto de oportunidades chave.

Considerações finais do Conselho Executivo

O principal objetivo da Conferência sobre o Futuro da Europa era preparar a União Europeia para os desafios presentes e futuros, proporcionando aos cidadãos a oportunidade de articularem as suas preocupações e ambições e, juntamente com representantes das três instituições, dos parlamentos nacionais e de outras partes interessadas, fornecerem orientações para o futuro. Para alcançar este objetivo, era necessário que a Conferência fosse um exercício centrado nos cidadãos, numa dinâmica da base para o topo, criando um novo espaço para debater as prioridades da Europa e para desenvolver uma visão do que os cidadãos esperam da União Europeia.

A Conferência desempenhou efetivamente este papel. Cidadãos europeus de todos os quadrantes e cantos da União participaram na Conferência e formularam recomendações nos painéis de cidadãos. Juntamente com o Plenário subsequente, que incluiu membros do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, bem como representantes de todos os parlamentos nacionais, do Comité das Regiões, dos representantes eleitos regionais e locais, do Comité Económico e Social Europeu, dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas, formularam propostas para o futuro da Europa. Os instrumentos e a metodologia desenvolvidos para este processo proporcionaram um conjunto único de recursos que poderiam constituir a base para futuros exercícios de participação dos cidadãos e de democracia deliberativa a nível da UE.

Através de uma multiplicidade de eventos e debates organizados em toda a União, da plataforma digital multilingue interativa, dos painéis de cidadãos europeus e nacionais e

do Plenário da Conferência, a Conferência apresentou agora um relatório final, que inclui uma panorâmica do intenso trabalho realizado este ano, bem como as propostas formuladas pelo Plenário para o futuro da Europa. Estas propostas deixam bem claro que a UE deve agir para concretizar as transições ecológica e digital e aumentar a resiliência da Europa e o seu contrato social, combatendo simultaneamente as desigualdades e assegurando que a União Europeia seja uma economia justa, sustentável, inovadora e competitiva que não deixe ninguém para trás. A evolução geopolítica a que se assistiu durante a Conferência, e em especial a guerra de agressão contra a Ucrânia por parte da Rússia, também deixou patente que a UE tem de ser mais assertiva, assumindo um papel de liderança a nível mundial na promoção dos seus valores e normas num mundo cada vez mais tumultuoso.

A Conferência proporcionou uma orientação clara nestes domínios e as três instituições da UE têm agora de analisar a forma de dar seguimento às preocupações, ambições e ideias expressas. O próximo passo neste processo consiste em apresentar uma ação concreta da UE com base nos resultados da Conferência, constantes do presente relatório final. Por conseguinte, as instituições da UE debruçar-se-ão agora sobre o presente relatório e o seguimento a dar-lhe, cada uma delas no âmbito das suas competências e em conformidade com os Tratados. No outono de 2022, realizar-se-á um evento de retorno de informação para dar a conhecer aos cidadãos a forma como as instituições irão honrar o seu compromisso de garantir que os cidadãos europeus sejam ouvidos e guardem nas suas mãos o futuro da Europa.

Endnotes

- ¹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: # 3, #17, #18, #19
- ² # = Recomendação do Painel de Cidadãos Europeus
- ³ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: #39, #40, #41, #42, #43, #49, NL1, NL2, #51
- ⁴ Recomendação do Painel de Cidadãos Nacionais
- ⁵ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: #44, #45, #46, #47, #50
- ⁶ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: #39, #40, #45, #48, #49, #50, #51, FR alteração 8, FR desejo 11, NL2, NL3
- ⁷ As recomendações do painel de cidadãos neerlandeses diferem das recomendações do painel de cidadãos europeus, segundo as quais a saúde e os cuidados de saúde devem ser, em primeiro lugar, uma responsabilidade nacional [NL3].
- ⁸ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 9, 10, 11, 12, 14; Países Baixos: 1; Itália: 1.1.; Lituânia: 3, 8.
- ⁹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 10, 11 e 14 Alemanha: 2.1, 2.2; Países Baixos: 1, 2; França: 3, 9; Itália: 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 2.1, 2.2, 2.4, 4.a.2, 6.1; Lituânia: 1, 7.
- ¹⁰ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 1, 2, 7, 28, 30; Alemanha: 4.1, 4.2; Países Baixos: 4; França: 6; Itália: 5.a.1, 5.a.4, 6.1, 6.2.
- ¹¹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 19, 20, 21, 25; Itália: 4.a.1.
- ¹² Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 21, 22, 23, 26, 27; Itália: 5.a.1.
- ¹³ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1: 13, 31; Países Baixos: 2.3; Itália: 4.b.3, 4.b.6; Lituânia: 9, 10.
- ¹⁴ Dos debates no Grupo de Trabalho e na Sessão Plenária
- ¹⁵ Ver recomendação 1 do PCE4, recomendação 2 do Painel 1, «A UE no Mundo», do PCN da Alemanha e recomendação 1 do PCN de Itália, grupo temático 2, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ¹⁶ Ver recomendação 4 do PCE4 e recomendações 5 e 6 do PCN de Itália, grupo temático 2, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ¹⁷ Ver Plataforma Digital e recomendações 2 e 3 do PCN de Itália, grupo temático 2, desenvolvido no Grupo de Trabalho
- ¹⁸ Ver recomendação 14 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ¹⁹ Ver recomendação 2 do PCE4 e recomendação 4 do PCN de Itália, grupo temático 2, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²⁰ Ver recomendação 17 do PCE4 e recomendação 4 do PCN de Itália, grupo temático 2, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²¹ Ver recomendação 1 do PCN da Alemanha, Painel 1 «A UE no mundo», mais desenvolvida no grupo de trabalho.
- ²² Ver recomendação 3 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²³ Ver recomendação 11 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²⁴ Ver recomendação 13 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²⁵ Ver recomendação 15 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²⁶ Ver recomendação 16 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²⁷ Ver recomendação 12 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²⁸ Ver recomendação 21 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ²⁹ Ver Plataforma Digital, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ³⁰ Ver Plataforma Digital, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ³¹ Ver recomendação 26 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ³² Ver recomendação 18 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ³³ Ver recomendação 19 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ³⁴ Ver recomendação 19 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ³⁵ Ver recomendação 25 do PCE4.
- ³⁶ Dos debates no Grupo de Trabalho e na Sessão Plenária
- ³⁷ Ver alteração 2 do painel nacional francês/eventos
- ³⁸ Ver recomendação 20 do PCE4 e recomendação 7 do PCN da Itália, grupo temático 2, mais desenvolvida no grupo de trabalho.
- ³⁹ Ver alteração 2 do Painel de Cidadãos Nacionais francês

- ⁴⁰ Ver recomendação 24 do PCE4 e recomendação 7 do PCN da Itália, grupo temático 2, mais desenvolvida no grupo de trabalho.
- ⁴¹ Ver recomendação 22 do PCE4, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ⁴² Ver recomendação 1 do Painel de Cidadãos Nacionais dos Países Baixos sobre A UE no Mundo, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ⁴³ Ver Plataforma Digital e Debates Plenários, mais desenvolvido no Grupo de Trabalho.
- ⁴⁴ Ver Plataforma Digital, mais desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- ⁴⁵ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 2 (PCE2): 10, 11, 14, 30; Painel de cidadãos nacionais (PCN) da Bélgica: 1.3.1, 1.4.2, 1.4.3; PCN da Alemanha: 5.1, 5.2; PCN dos Países Baixos: 1.2.
- ⁴⁶ Recomendação n.º 14 do PCE2. Recomendações n.ºs 1.3.1, 1.4.2 e 1.4.3 do PCN belga. Recomendação n.º 1.2 do PCN dos Países Baixos.
- ⁴⁷ Recomendação n.º 11 do PCE2. Recomendações n.ºs 5.1 e 5.2 do PCN alemão. Debate do Grupo de Trabalho.
- ⁴⁸ Recomendação n.º 11 do PCE2. Debate do Grupo de Trabalho. Debate em sessão plenária.
- ⁴⁹ Recomendação n.º 10 do PCE2.
- ⁵⁰ Recomendação n.º 30 do PCE2.
- ⁵¹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 7, 8, 9; PCN dos Países Baixos: 1.3, 4.3.
- ⁵² Recomendação n.º 7 do PCE2. Debate do Grupo de Trabalho.
- ⁵³ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.
- ⁵⁴ Recomendação n.º 9 do PCE2.
- ⁵⁵ Questão também abrangida pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.
- ⁵⁶ Recomendação n.º 8 do PCE2. Recomendações n.ºs 1.3 e 4.3 do PCN dos Países Baixos.
- ⁵⁷ Recomendação n.º 7, 8 do PCE2.
- ⁵⁸ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.
- ⁵⁹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 5, 12, 13, 17, 28; PCN da Bélgica: 1.5.1, 2.1.1 a 2.4.3; PCN dos Países Baixos: 3.1.
- ⁶⁰ Recomendação n.º 5 do PCE2. Recomendação n.º 2.1.1 do PCN belga. Recomendação 3.1 do PCN dos Países Baixos.
- ⁶¹ Recomendação n.º 12 do PCE2. Recomendação 2.1.4 do PCN belga.
- ⁶² Recomendações n.ºs 17 e 28 do PCE2. Recomendações n.ºs 1.5.1, 2.1.3, 2.2.1 e 2.2.2 do PCN belga.
- ⁶³ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.
- ⁶⁴ Recomendações n.ºs 5 e 28 do PCE2. Recomendações n.ºs 2.3.2 e 2.3.3 do PCN belga.
- ⁶⁵ Recomendação n.º 28 do PCE2. Recomendações n.ºs 2.3.1, 2.4.1 e 2.4.2 do PCN belga.
- ⁶⁶ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.
- ⁶⁷ Recomendação n.º 13 do PCE2.
- ⁶⁸ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.
- ⁶⁹ Recomendação n.º 13 do PCE2.
- ⁷⁰ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital.
- ⁷¹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 1, 2, 21, 22, 23; PCN dos Países Baixos: 1.1.
- ⁷² Recomendação n.º 22 do PCE2. Debate do Grupo de Trabalho.
- ⁷³ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre o Uma Economia mais forte, Justiça Social e Emprego.
- ⁷⁴ Recomendação n.º 21 do PCE2. Recomendação n.º 1.1 do PCN dos Países Baixos.
- ⁷⁵ Recomendação n.º 23 do PCE2.
- ⁷⁶ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre o Uma Economia mais forte, Justiça Social e Emprego.
- ⁷⁷ Recomendação n.º 1 do PCE2. Debate do Grupo de Trabalho.
- ⁷⁸ Recomendação n.º 2 do PCE2. Debate do Grupo de Trabalho.
- ⁷⁹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: PCE2: 3, 4 e 6.
- ⁸⁰ Recomendação n.º 3 do PCE2.
- ⁸¹ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre Alterações Climáticas e Ambiente.

- ⁸² Recomendação n.º 4 do PCE2.
- ⁸³ Recomendação n.º 6 do PCE2.
- ⁸⁴ Questão também coberta pelo Grupo de Trabalho sobre Alterações Climáticas e Ambiente.
- ⁸⁵ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1 (PCE1): 17, 40, 47; Painéis de cidadãos nacionais (PCN) Países Baixos 1
- ⁸⁶ Ver ligação à recomendação 38 do PCE3, relativa à infraestrutura para veículos elétricos.
- ⁸⁷ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1 (PCE1): 8, 34, 47, Painéis de Cidadãos Nacionais (PCN) Itália 5.2
- ⁸⁸ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1 (PCE1): 39, 46, painéis de cidadãos nacionais (PCN) Lituânia 2.6, Países Baixos 1
- ⁸⁹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1 (PCE1): 42, 43, 44, 45, Painéis de Cidadãos Nacionais (PCN) Países Baixos 2
- ⁹⁰ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 1 (PCE1): 7, 16, 17, Painéis de Cidadãos Nacionais (PCN) Alemanha e Itália 1.3
- ⁹¹ Ver ligação com o Grupo de Trabalho para uma Economia Mais Forte
- ⁹² Alterações GT 3A e 3B
- ⁹³ Recomendações 32, 37 do PCE2, Painéis Nacionais BE, FR e NL
- ⁹⁴ Painel Nacional FR
- ⁹⁵ Alteração GT 8, formulação mais curta
- ⁹⁶ Recomendação 29 do PCE2
- ⁹⁷ Recomendações 19, 32 do PCE2, Painéis Nacionais BE, FR e representante DK dos eventos nacionais.
- ⁹⁸ Painel Nacional BE.
- ⁹⁹ Alteração GT 7B.
- ¹⁰⁰ Painel Nacional BE.
- ¹⁰¹ Relatório final Kantar, pág. 85
- ¹⁰² Recomendação 39 do PCE2, Painel Nacional BE 3.
- ¹⁰³ Alteração GT 10A, formulação mais curta
- ¹⁰⁴ Representante DK dos eventos nacionais
- ¹⁰⁵ Alteração GT 54C
- ¹⁰⁶ Representante DK dos eventos nacionais
- ¹⁰⁷ Representante DK dos eventos nacionais
- ¹⁰⁸ Alteração GT 15A, formulação de compromisso.
- ¹⁰⁹ Recomendações 24, 36 e 38 do PCE2, Painel Nacional BE
- ¹¹⁰ Alteração GT 16 C
- ¹¹¹ PCE2 33, Painéis Nacionais BE FR e NL
- ¹¹² PCE2 26
- ¹¹³ Alteração GT 17
- ¹¹⁴ Painel Nacional BE
- ¹¹⁵ Alteração GT 18A
- ¹¹⁶ Recomendação 25 do PCE2
- ¹¹⁷ Alteração GT 18B.
- ¹¹⁸ Recomendação 31 do PCE2, Painéis Nacionais BE e NL.
- ¹¹⁹ Alterações 19A a 19A, reformulação para redigir um texto mais adequado.
- ¹²⁰ Alteração GT 21, compromisso
- ¹²¹ Painéis Nacionais BE e FR.
- ¹²² Alteração GT 23B.
- ¹²³ Recomendação 27 do PCE2, Painel Nacional BE

- ¹²⁴ Alteração GT 25C
- ¹²⁵ Recomendação 14 do PCE
- ¹²⁶ Recomendação 18 do PCE N.B.: Os representantes dos cidadãos explicaram que deve ser aplicado e utilizado com cuidado
- ¹²⁷ Alterações GT 28 E,G,H
- ¹²⁸ Recomendação 16 do PCE2, recomendação 20 do Painel Nacional NL; o painel nacional foi dividido em «listas transnacionais»
- ¹²⁹ Com base na Recomendação 16 do PCE2, debate no grupo de trabalho.
- ¹³⁰ Recomendação 19 do PCE2 e PDM.
- ¹³¹ Comité Económico e Social Europeu.
- ¹³² Alteração GT 32B.
- ¹³³ Recomendação 36 do PCE2, Painéis Nacionais BE e FR.
- ¹³⁴ Painel Nacional FR («*Eleição do Presidente da Comissão Europeia por sufrágio universal*»), PDM (Relatório Final Kantar: *Grupo de contributos debate a eleição direta do Presidente da Comissão pelos cidadãos*)
- ¹³⁵ Alteração GT 34C
- ¹³⁶ Painel Nacional BE (3.2), Painel Nacional FR (11), – PDM (Relatório final Kantar: «*No que diz respeito ao Parlamento Europeu, os participantes apelam mais frequentemente a que lhe sejam conferidos verdadeiros poderes de iniciativa legislativa*»)
- ¹³⁷ PDM (Relatório Final Kantar: «*Relativamente ao Parlamento Europeu, (...) Há também apelos a que lhe seja atribuída competência orçamental*»)
- ¹³⁸ PDM (Relatório Final Kantar: «*De acordo com outro contributo, as partes devem tornar-se mais acessíveis a pessoas de diferentes origens culturais ou socioeconómicas*»).
- ¹³⁹ Comité das Regiões no grupo de trabalho.
- ¹⁴⁰ Alteração GT 38, formulação de compromisso
- ¹⁴¹ Recomendação 20 do PCE2
- ¹⁴² Recomendação 21 do PCE4:
- ¹⁴³ Alteração GT 43
- ¹⁴⁴ Recomendação 34 do PCE2, Painel Nacional NL
- ¹⁴⁵ Debate do grupo de trabalho baseado na recomendação 34 do PCE2, Painel Nacional NL, PDM (Relatório final Kantar: «*Apoia-se uma maior transparência e uma maior participação dos cidadãos*». Também se apoia o processo decisório da UE.
- ¹⁴⁶ Alteração GT 44A.
- ¹⁴⁷ Debate do grupo de trabalho (apresentação pelos parlamentos nacionais e pelo Comité das Regiões)
- ¹⁴⁸ Alteração GT 45C
- ¹⁴⁹ Alteração GT 46B.
- ¹⁵⁰ Recomendação 15 do PCE2
- ¹⁵¹ Debate do Grupo de trabalho baseado na necessidade expressa no PCE2 15 de «clarificar as funções das instituições da UE», PDM (Relatório Final Kantar: «*Há também (...) sugestões para aprofundar a legislatura bicameral na UE*»)
- ¹⁵² Alteração GT 48B.
- ¹⁵³ Recomendação 15 do PCE2
- ¹⁵⁴ Debates no Grupo de Trabalho
- ¹⁵⁵ Alteração GT 52A
- ¹⁵⁶ CESE, formulação de compromisso
- ¹⁵⁷ Recomendação 35 do PCE, Painel Nacional FR, mais alterações do grupo de trabalho combinadas 51C,D
- ¹⁵⁸ Alteração GT 53D
- ¹⁵⁹ Debate no grupo de trabalho, parlamentos nacionais
- ¹⁶⁰ Debate no grupo de trabalho, no CR e no CESE; Relatório final Kantar, pág. 85
- ¹⁶¹ Alteração GT 58B.
- ¹⁶² Alteração GT 59B.
- ¹⁶³ Debate no grupo de trabalho, parceiros sociais e vários outros membros.
- ¹⁶⁴ Alteração GT 63A, formulação de compromisso.

- ¹⁶⁵ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 4 (PCE4) 6, 7, 9, 28, 30; Lituânia 9
- ¹⁶⁶ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 4 (PCE 4) 8, 27, Lituânia 10, Países Baixos 3
- ¹⁶⁷ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 4 (PCE 4) 10, 35, 38
- ¹⁶⁸ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 4 (PCE 4) 29, 31, 33, 36, 37, 38, 39, 40; Itália 3.8 e 4.4 (p. 15) e 5.6 (p. 11), Lituânia 2 e 3, Países Baixos 1 e 2.
- ¹⁶⁹ Recomendações dos cidadãos em que a proposta se baseia principalmente: Painel de Cidadãos Europeus 4 (PCE 4) 7 e 32, França Alteração 13.
- ¹⁷⁰ Alteração 6 do PCN francês.
- ¹⁷¹ Recomendação n.º 37 do PCE 1.
- ¹⁷² Recomendação n.º 3 do PCE. Alteração 6 do PCN francês.
- ¹⁷³ Recomendação n.º 41 do PCE 1.
- ¹⁷⁴ Abordado mais pormenorizadamente pelo Grupo de Trabalho para a Democracia Europeia. Ver recomendação n.º 24 do PCE 2, recomendações n.ºs 1.1, 1.2 e 2.12 do PCN belga e recomendação do PCN italiano sobre «políticas de inclusão».
- ¹⁷⁵ Recomendação do PCN italiano sobre «políticas de inclusão».
- ¹⁷⁶ Abordado de forma mais pormenorizada pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital. Ver recomendações n.ºs 8 e 34 do PCE 1.
- ¹⁷⁷ Recomendação do PCN italiano sobre «Incentivar os jovens a estudar disciplinas científicas».
- ¹⁷⁸ Recomendações n.ºs 33 e 48 do PCE 1. Também abrangido pelo Grupo de Trabalho sobre a Transformação Digital. Ver recomendação n.º 47 do PCE 1 sobre a utilização saudável da Internet.
- ¹⁷⁹ Recomendação n.º 5 do PCE 1.
- ¹⁸⁰ Recomendações n.ºs 15 e 18 do PCE 1.
- ¹⁸¹ Recomendação do PCN italiano sobre «A Europa no mundo».
- ¹⁸² Recomendações n.ºs 18 e 41 do PCE 1 e recomendação do PCN italiano sobre «Investir na formação de formadores».
- ¹⁸³ Recomendação n.º 17 do PCE 1, atribuída no seu conjunto ao grupo de trabalho sobre o digital.
- ¹⁸⁴ Recomendação n.º 15 do PCE 1. Recomendação do PCN alemão sobre «Plataforma de informação para um intercâmbio de conhecimentos e experiências à escala da UE».
- ¹⁸⁵ PCN belga, recomendação 6, PCN francês, alteração 7.
- ¹⁸⁶ No que se refere à segunda frase, PCN belga, recomendação 7.2.
- ¹⁸⁷ Recomendação n.º 4 do PCE 1.
- ¹⁸⁸ Sugestão para complementar as recomendações n.ºs 1 e 30 do PCE 1 abrangidas pelo Grupo de Trabalho para uma Economia mais Forte, Justiça Social e Emprego.
- ¹⁸⁹ Sugestão para complementar a recomendação n.º 25 do PCE 1 abrangida pelo Grupo de Trabalho para uma Economia mais Forte, Justiça Social e Emprego.
- ¹⁹⁰ Recomendação n.º 28 do PCE 4. PCN dos Países Baixos («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»), recomendação n.º 1. PCN francês, alteração 6.
- ¹⁹¹ Recomendação n.º 6 do PCE 1.
- ¹⁹² PCN dos Países Baixos («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»), recomendação n.º 2.
- ¹⁹³ Recomendação n.º 36 do PCE 1. PCN francês, alteração 6. Recomendações n.ºs 2.10 e 2.11 do PCN belga. PCN alemão: «Criar mais oportunidades de intercâmbio para estudantes na Europa». PCN dos Países Baixos («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»), recomendações n.ºs 1 e 3. PCN italiano, recomendação sobre «Agir como uma confluência entre o Leste e o Ocidente, promover intercâmbios culturais e iniciativas culturais conjuntas».
- ¹⁹⁴ Recomendações n.ºs 32 e 38 do PCE 1. Recomendação n.º 3 do PCN dos Países Baixos («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»).
- ¹⁹⁵ Recomendação do PCN italiano sobre «A Europa no Mundo».
- ¹⁹⁶ PCN francês, alteração 7. PCN belga, recomendações n.ºs 2.5, 6.1 e 8.7, PCN italiano, recomendação sobre o «Reforço dos valores europeus, das características culturais e das especificidades regionais».
- ¹⁹⁷ PCN dos Países Baixos («A nossa visão da cultura, da juventude e do desporto»), recomendação n.º 2.
- ¹⁹⁸ Recomendação do PCN italiano sobre «ultrapassar o modelo de produção do século XX».
- ¹⁹⁹ Recomendação n.º 29 do PCE 1.
- ²⁰⁰ Recomendação n.º 36 do PCE 1.



Stream 3: Redirecting our economy and consumption

26

Substream 3.1: Regulating overproduction and overconsumption

We recommend that the EU takes more actions that enable and incentivise consumers to use products longer. The EU should combat planned obsolescence by lengthening products' warranty and setting a maximum price for spare parts after the warranty period. All member states should introduce a tax break on repair services as is the case in Sweden. Manufacturers should be required to declare the expected lifespan of their products. The EU should provide information on how to re-use and repair products on an internet platform and through education.

Our throw-away and single-use based society is not sustainable because it generates too much waste. By implementing the proposed measures we act towards a society that reuses, repairs and reduces the waste it consumes, thereby reducing overconsumption.

Anexos

ANEXOS

I – Recomendações dos quatro painéis de cidadãos europeus



Conferência
sobre o **Futuro**
da **Europa**

Conferência sobre o Futuro da Europa

Painel de Cidadãos Europeus 1: «Uma economia mais forte, justiça social e emprego / Educação, cultura, juventude e desporto / Transformação digital»

Recomendações

Fotografia © Union européenne, 2021 — PE/Kenton Thatcher

Conferência sobre o Futuro da Europa
Painel de Cidadãos Europeus 1:
"Uma economia mais forte, justiça social e emprego / Educação, cultura, juventude e desporto / Transformação digital"

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR NA SESSÃO PLENÁRIA)

Vertente 1: Trabalhar na Europa

Subvertente 1.1 Mercado de trabalho

- 1. Recomendamos a introdução de um salário mínimo para assegurar uma qualidade de vida semelhante em todos os Estados-Membros. Reconhecemos os esforços envidados no âmbito da proposta de diretiva da UE [COM(2020) 682 sobre salários mínimos na Europa] para normalizar o modo de vida. O salário mínimo deve garantir um rendimento líquido mínimo para alcançar um objetivo essencial: todas as pessoas necessitadas deveriam poder ter mais dinheiro para viver. O salário mínimo deve ter em conta os seguintes aspetos:**
 - **A UE deve assegurar a aplicação efetiva da legislação sobre proteção dos trabalhadores, uma vez que atualmente nem todos os Estados-Membros a aplicam adequadamente.**
 - **Deve ser dada especial atenção ao acompanhar da evolução da melhoria do nível de vida.**
 - **O salário mínimo deve ter em conta o poder de compra nos diferentes países. É necessário um ciclo de revisão regular para o ajustar à evolução do custo de vida (por exemplo, à inflação).**

Apresentamos esta recomendação porque um salário mínimo reforça a justiça social no mercado de trabalho e melhora as condições de vida concretas dos trabalhadores em todos os Estados-Membros. Este aspeto é especialmente importante no contexto do atual ambiente de trabalho em rápida mutação (por exemplo, devido à digitalização).

- 2. Já existe legislação da UE (Diretiva 2003/88/CE relativa ao tempo de trabalho). No entanto, não é suficiente para assegurar um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar. Como primeiro passo, consideramos que o quadro existente carece de revisão, na medida adequada às circunstâncias atuais. Em segundo lugar, a UE deve instituir um mecanismo de controlo mais rigoroso para assegurar a aplicação da diretiva em todos os Estados-Membros. Há que prestar especial atenção aos diferentes setores, com diferentes níveis de pressão e responsabilidade, tanto do ponto de vista psicológico como físico. Por outro lado, ao mesmo tempo, há outros setores que dependem de uma maior flexibilidade por parte dos seus trabalhadores para se adaptarem às necessidades específicas das empresas.**

Apresentamos esta recomendação porque um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar é importante, uma vez que reforça a coesão social e contribui para condições de concorrência equitativas entre os trabalhadores. Além disso, afeta positivamente o bem-estar individual dos trabalhadores.

Subvertente 1.2 Os jovens e o emprego

- 3. Recomendamos a harmonização do nível de todos os diferentes programas educativos na UE, com a aceitação dos conteúdos nacionais. O Tribunal recomenda pois que os diplomas profissionais sejam validados e mutuamente reconhecidos em todos os Estados-Membros da UE.**

Apresentamos esta recomendação porque queremos facilitar a mobilidade laboral europeia e reduzir os encargos administrativos.

- 4. Recomendamos que os estudantes do ensino secundário (a partir dos 12 anos) tenham uma visão do seu futuro mercado de trabalho, sendo-lhes dada a oportunidade de realizar várias visitas de observação de elevada qualidade em organizações com ou sem fins lucrativos. Propomos que as empresas sejam incentivadas a aceitar essas visitas de estudantes, concedendo-lhes subsídios. Em zonas remotas onde as oportunidades são menos, as escolas, os governos, as organizações e as empresas locais terão de trabalhar em estreita colaboração para terem a certeza que essas visitas de observação também são eficazes.**

Apresentamos esta recomendação porque queremos que os jovens tenham conhecimento das diferentes possibilidades existentes no mercado de trabalho, para que possam fazer uma melhor escolha curricular para o seu futuro profissional e compreender a importância dos estudos adequados. Além disso, essas visitas de observação não só ensinam aos jovens a responsabilidade e o respeito pelo mercado de trabalho, como os ajudarão a integrar-se no mercado de trabalho. Trata-se de uma situação vantajosa para ambas as partes.

- 5. Recomendamos que a prática de competências sociais seja integrada em todos os cursos dos programas escolares. Por competências sociais entende-se a escuta dos outros, o incentivo o diálogo, a resiliência, a compreensão, o respeito e a apreciação dos outros, o pensamento crítico, o autoestudo, a curiosidade permanente e a orientação para os resultados. Os professores devem receber formação sobre a transmissão destas competências, colaborando estreitamente com assistentes sociais e/ou psicólogos. Outras sugestões de aplicação seria a organização de programas de intercâmbio para estudantes entre escolas, a participação em eventos desportivos e culturais entre escolas, etc.**

Apresentamos esta recomendação porque as competências sociais são competências básicas necessárias, que se perdem na era digital e são absolutamente necessárias na vida futura dos nossos jovens. Por conseguinte, salientamos a sua inclusão no currículo para os ajudar a ser resilientes, a evitar e a superar problemas mentais que possam vir a surgir na sua vida futura. As competências sociais reforçam as relações humanas e, por conseguinte, ajudam as pessoas a encontrar o seu lugar na sociedade.

- 6. Recomendamos que, em caso de crise grave (por exemplo, crise sanitária, guerra, etc.), haja planos já prontos e bem preparados com cenários detalhados para aplicar de forma flexível, a fim de minimizar o impacto nos nossos jovens e nos seus estudos, na sua formação profissional e no seu bem-estar mental, etc. Por impacto entende-se o aumento dos custos dos estudos ou da formação, a sua duração acrescida, a impossibilidade de realizar estágios, por exemplo, ou o aumento dos problemas de saúde mental. Os cenários têm de ser treinados para minimizar o impacto nos jovens e na sua transição para o mercado de trabalho.**

Apresentamos esta recomendação porque os jovens são muito vulneráveis em tempos de crise.

Subvertente 1.3 Digitalização no trabalho

- 7. Recomendamos que a UE introduza ou reforce a legislação em vigor que regula o chamado "trabalho inteligente" [ou seja, trabalho em linha e à distância, por exemplo, trabalho no domicílio ou outro local com ligação em linha]. Além disso, recomendamos que a legislação da UE incentive as empresas a serem socialmente responsáveis e a manterem empregos de "trabalho inteligente" de elevada qualidade na UE. Os incentivos podem ser financeiros e/ou de ligados à reputação das organizações e devem ter em conta os critérios ambientais, sociais e de governação reconhecidos internacionalmente. Para tal, a UE deve criar um grupo de trabalho composto por peritos de todas as partes interessadas, a fim de explorar e reforçar essa legislação.**

Apresentamos esta recomendação porque temos de promover empregos de "trabalho inteligente" de elevada qualidade e evitar a sua deslocalização para países terceiros com custos mais baixos. A pandemia de COVID-19 e as tendências económicas mundiais aumentaram a urgência de proteger o emprego na UE e de regulamentar o "trabalho inteligente".

- 8. Recomendamos que a UE garanta o direito à formação digital para todos os cidadãos da UE. Em especial, as competências digitais dos jovens poderiam ser reforçadas com a introdução de uma certificação da UE nas escolas que os preparasse para o futuro mercado de trabalho. Recomendamos também formação específica a nível da UE para a reconversão e a melhoria das competências dos trabalhadores, para que se mantenham competitivos no mercado de trabalho. Por último, recomendamos que a UE sensibilize mais para as plataformas digitais existentes que ligam as pessoas aos empregadores e as ajudam a encontrar emprego na UE, como a rede EURES, por exemplo.**

Apresentamos esta recomendação porque as competências digitais certificadas são fundamentais para as pessoas entrarem no mercado de trabalho e para os trabalhadores se reconverterem e se manterem competitivos.

Vertente 2: Uma economia para o futuro

Subvertente 2.1 Inovação e competitividade europeia

- 9. Recomendamos que a UE crie oportunidades para que diferentes entidades (universidades, empresas, institutos de investigação, etc.) invistam em investigação e inovação com vista a desenvolver:**
- **novos materiais, mais sustentáveis e ricos em biodiversidade, destinados a servir de alternativas aos atualmente utilizados,**
 - **utilizações inovadoras dos materiais existentes (também com base na reciclagem e nas técnicas de ponta que tenham a menor pegada ambiental).**

Recomendamos que se trate de um compromisso permanente a longo prazo por parte da UE (pelo menos até 2050).

Apresentamos esta recomendação porque vivemos num planeta com recursos finitos. Se quisermos ter futuro, temos de proteger o clima e procurar alternativas respeitadoras do planeta. Conviria também que a UE se tornasse líder neste domínio e gozasse de uma forte vantagem competitiva na cena internacional. A intenção da recomendação é produzir resultados inovadores que possam ser amplamente aplicados e realizados em vários domínios e diferentes países. O impacto seria também positivo na economia e no mercado de trabalho, ao criar novas oportunidades de emprego no domínio da inovação sustentável. A aplicação desta recomendação poderia contribuir para combater as injustiças sociais, substituindo os atuais meios de produção de exploração de recursos por novos meios de produção mais éticos.

10. Recomendamos que a UE assuma um compromisso permanente a longo prazo no sentido de aumentar em grande medida a sua quota de energia proveniente de fontes sustentáveis, utilizando uma gama diversificada de fontes renováveis com a menor pegada ambiental possível (com base numa avaliação holística do ciclo de vida). Além disso, a UE deve investir na melhoria e manutenção da qualidade da rede e das infraestruturas elétricas. Recomendamos igualmente que o acesso à energia a preços acessíveis seja reconhecido como um direito fundamental dos cidadãos.

Apresentamos esta recomendação porque:

- a diversificação das fontes de energia (nomeadamente solar, eólica, hidrogénio, água do mar ou quaisquer métodos sustentáveis futuros) tornaria a UE mais independente do ponto de vista energético,
- reduziria os custos da eletricidade para os cidadãos da UE,
- criaria postos de trabalho e reestruturaria o mercado da energia (especialmente em regiões até agora dependentes dos combustíveis fósseis),
- poderia incentivar o desenvolvimento científico de técnicas inovadoras de aprovisionamento energético,
- a qualidade da infraestrutura elétrica e da rede elétrica são tão importantes como as fontes de energia, permitindo uma distribuição e transporte de energia fluidos, eficientes e a preços acessíveis.

11. Recomendamos que a UE promova ativamente processos de produção mais ecológicos, subvencionando ou de outra forma recompensando as empresas que investem na redução dos custos ambientais da sua produção. Além disso, é necessário envidar esforços para recultivar as zonas pós-industriais e criar zonas verdes protegidas em torno de instalações existentes. As empresas devem ser obrigadas a financiar estes esforços do seu próprio bolso, pelo menos em parte.

Apresentamos esta recomendação porque os processos de produção são um elemento importante da cadeia de abastecimento. Torná-los mais respeitadores do ambiente poderia reduzir consideravelmente o nosso impacto climático. Consideramos que as empresas e as indústrias devem ser responsabilizadas pela forma como produzem os seus produtos (incluindo medidas de recultivo e de proteção do ambiente). Tornar os processos de produção mais ecológicos também prepara as empresas para o futuro e torna-as mais resilientes (o que protege os postos de trabalho).

- 12. Recomendamos que as embalagens de plástico sejam abandonadas e se generalizem as reutilizáveis. Devem existir incentivos para os consumidores e as empresas, de modo a que não nos saia mais caro a cada um de nós comprar bens a granel ("en vrac" em francês ou "sfuso" em italiano) em vez de embalados. As empresas que contribuem para esta transição devem ter benefícios fiscais e as outras devem pagar mais impostos. Os produtos que não possam ser reutilizados devem ser recicláveis e/ou biodegradáveis. É necessária uma instituição pública ou de supervisão que controle, estabeleça as regras e as divulgue junto de todos. Recomenda-se a educação e a comunicação – também através das redes sociais – sobre estas ações, tanto para as empresas como para os consumidores, a fim de alterar os seus comportamentos a longo prazo. As empresas devem ser incentivadas e ajudadas a encontrar as melhores soluções para os próprios resíduos (por exemplo, as empresas de construção).**

Apresentamos esta recomendação porque todos temos de ser responsáveis pelas nossas ações. Por conseguinte, temos de repensar todos os processos de produção. A reciclagem exige muitos recursos (água, energia), pelo que não pode ser a única resposta. É por esta razão que propomos a comercialização de produtos a granel. A reciclagem só deve ser utilizada para materiais facilmente recicláveis. O exemplo finlandês mostra que é possível fazê-lo.

- 13. Recomendamos a adoção das mesmas regras orçamentais na Europa e a harmonização da política orçamental em toda a UE. A harmonização fiscal deve permitir a cada Estado-Membro uma margem de manobra para estabelecer as suas próprias regras fiscais, mas continuar a prevenir a evasão fiscal. Acabará com as práticas fiscais prejudiciais e a concorrência fiscal. Os impostos devem dizer respeito às transações comerciais no local onde ocorrem. Quando uma empresa vende num país, deve pagar impostos nesse país. Estas novas regras visariam evitar a deslocalização e assegurar que as transações e a produção sejam realizadas entre países europeus.**

Apresentamos esta recomendação para proteger e desenvolver o emprego, as atividades económicas na Europa e a equidade entre os Estados-Membros. Esta medida proporcionará um entendimento comum do sistema fiscal na Europa. Com ela pretende pôr-se termo à situação absurda de monopólio das empresas gigantes que não pagam impostos suficientes em comparação com as empresas mais pequenas. Além disso, permitirá angariar verbas para a realização de atividades comerciais.

- 14. Recomendamos a eliminação do sistema de obsolescência programada de todos os dispositivos eletrônicos. A mudança deve ocorrer tanto a nível individual como comercial, a fim de garantir a aquisição, reparação e modernização a longo prazo. Recomendamos a promoção de dispositivos renovados. Deveria haver regulamentação para obrigar as empresas a garantir o direito à reparação, incluindo melhorias e atualizações de software, e a reciclar todos os dispositivos a longo prazo. Recomenda-se igualmente que todas as empresas utilizem conectores normalizados.**

Apresentamos esta recomendação porque, no mundo moderno, os produtos tendem a durar dois anos e queremos que tenham um período de vida muito mais longo, de cerca de 10 anos. Esta proposta terá um impacto positivo nas alterações climáticas e na ecologia. Reduzirá também os custos para os consumidores e diminuirá o consumismo.

- 15. Recomendamos que todos sejam ajudados a aprender sobre o nosso ambiente e a sua ligação à nossa saúde individual através da educação. Os cursos educativos ajudar-nos-ão a todos a definir as nossas próprias estratégias pessoais para integrar estes temas nas nossas vidas. Esta educação deve começar na escola com temas específicos que abordem todas as questões ecológicas, e devemos continuar a ser educados ao longo de toda a nossa vida (por exemplo, no trabalho). Este esforço educativo contribuirá para reduzir os resíduos e proteger o ambiente e a saúde humana, e para promover o consumo local de produtos saudáveis e não transformados, provenientes de produtores locais. Os que não agirem no sentido de reduzir os resíduos terão de frequentar um curso de formação gratuito sobre a questão. Para permitir esta adaptação do estilo de vida, os preços devem ser justos para o produtor e para o consumidor. Por conseguinte, propomos que os pequenos produtores locais e respeitadores do ambiente beneficiem de isenções fiscais.**

Apresentamos esta recomendação porque acreditamos que muitas pessoas ainda não se sentem preocupadas com estas questões. É por esta razão que precisamos de educação para todos. Além disso, os produtos locais e saudáveis tendem a ser inoportáveis para muitos. Temos de garantir que os produtos fabricados a nível local sejam mais amplamente acessíveis a todos.

- 16. Recomendamos a aplicação de um sistema europeu comum de rotulagem para os produtos de consumo e nutrição que seja de fácil compreensão (a informação incluiria alergénios, país de origem, etc.). Recomendamos igualmente a transparência dos processos de aprovação em curso e a digitalização da informação sobre os produtos, criando uma aplicação normalizada europeia que permitiria um acesso mais fácil aos consumidores e forneceria informações adicionais sobre os produtos e a cadeia de produção. Constatamos igualmente a necessidade de um organismo verdadeiramente independente que regule as normas alimentares em toda a UE e seja dotado de poderes legislativos para poder aplicar sanções.**

Apresentamos esta recomendação porque todos os cidadãos da UE devem esperar o mesmo nível de alimentação. A integridade dos produtos alimentares é uma necessidade para garantir a segurança dos cidadãos. Estas recomendações são apresentadas para reforçar a monitorização da aprovação e a transparência da produção alimentar de forma harmonizada.

- 17. Recomendamos que as infraestruturas sejam um ativo do Estado para evitar o aumento dos monopólios das telecomunicações e dos serviços Internet. O acesso à Internet deve ser um direito e instalar a ligação à Internet em "zonas brancas/zonas mortas" (zonas sem acesso à Internet) deve ser uma prioridade. As crianças e as famílias devem ter prioridade no acesso à Internet e ao material informático, sobretudo em termos de educação e especialmente em tempos de pandemia. É necessária uma iniciativa para ajudar a apoiar o trabalho à distância, como espaços de escritórios com acesso a uma ligação à Internet fiável e rápida e formação digital.**

Apresentamos esta recomendação porque temos de garantir que a transformação digital é realizada de forma equitativa. O acesso à Internet é fundamental para a democracia e é um direito de todos os cidadãos europeus.

- 18. Recomendamos que os insetos locais sejam respeitados e protegidos contra espécies invasoras. Propomos igualmente incentivar e defender os novos projetos de construção que incluam espaços verdes obrigatórios. Apelamos à introdução da biodiversidade como tema obrigatório nas escolas através da utilização de atividades curriculares, por exemplo, através de atividades práticas. É importante destacar a sensibilização para a biodiversidade através da utilização de campanhas nos meios de comunicação social e fomentando o desenvolvimento de concursos locais em toda a UE. Recomendamos o estabelecimento de objetivos nacionais vinculativos em todos os Estados-Membros da UE para a replantação de árvores autóctones e da flora local.**

Apresentamos esta recomendação porque a biodiversidade é fundamental para o ambiente, a qualidade de vida e a luta contra as alterações climáticas.

Vertente 3: Uma sociedade justa

Subvertente 3.1. Segurança social

- 19. Recomendamos a promoção de políticas sociais e de igualdade de direitos, incluindo a saúde, harmonizadas para toda a UE, que tenham em conta a regulamentação acordada e os requisitos mínimos em todo o território.**

Apresentamos esta recomendação porque as disparidades existentes entre os Estados-Membros no que diz respeito às políticas sociais são grandes e têm de ser reduzidas para darmos uma vida digna a todos os cidadãos e para prestar os cuidados e o apoio necessários às pessoas vulneráveis por várias razões (saúde, idade, orientação sexual, etc.).

- 20. Recomendamos a promoção da investigação em matéria social e de saúde na UE, seguindo linhas prioritárias consideradas de interesse público e acordadas pelos Estados-Membros, e a disponibilização do financiamento adequado. Temos de reforçar a colaboração entre domínios de especialização, entre países, centros de estudos (universidades, etc.).**

Apresentamos esta recomendação porque há muitos domínios em que temos de avançar e aprofundar os nossos conhecimentos. A experiência pandémica mostra-nos um exemplo em que a investigação é essencial para melhorar a vida e em que a colaboração entre os setores público e privado e entre governos é essencial, bem como o necessário apoio financeiro.

- 21. Recomendamos que a UE tenha mais competências em matéria de políticas sociais, para harmonizar e estabelecer regras mínimas de prestações de reforma em toda a UE, com base num diagnóstico exaustivo. A pensão mínima tem de ser superior ao limiar de pobreza do país. A idade de reforma deve ser diferente em função da categorização das profissões, sendo que as profissões mentais e fisicamente exigentes devem poder reformar-se mais cedo. Ao mesmo tempo, deve ser garantido o direito ao trabalho para os idosos que desejem continuar a trabalhar numa base voluntária.**

Apresentamos esta recomendação porque a esperança de vida está a aumentar e a natalidade está a diminuir. A população europeia está a envelhecer, razão pela qual temos de tomar medidas adicionais para evitar o risco de marginalização dos idosos e garantir-lhes uma vida digna.

- 22. Recomendamos um conjunto de medidas acordadas para incentivar o aumento da taxa de natalidade, bem como para assegurar estruturas adequadas de acolhimento de crianças. Estas medidas incluem, nomeadamente, estruturas de acolhimento de crianças acessíveis e a preços comportáveis (no local de trabalho, de noite, reduzindo o IVA sobre o equipamento infantil), habitação, trabalho estável, apoio à maternidade, apoio específico, proteção do trabalho de jovens e pais, e ajudando as mães e os pais dando-lhes acesso ao conhecimento no regresso ao trabalho.**

Fazemos esta recomendação porque as baixas taxas de natalidade na UE contribuem ainda mais para o envelhecimento da população europeia e para o qual devem ser tomadas medidas imediatas. O conjunto de medidas proposto visa assegurar a estabilidade das famílias jovens, necessária para poderem ter filhos.

- 23. Recomendamos que se garanta a prestação de cuidados sociais e de saúde aos idosos em casa, bem como em lares de terceira idade. É igualmente necessário melhorar o apoio às pessoas que cuidam de idosos (familiares).**

Apresentamos esta recomendação porque a esperança de vida está a aumentar e a natalidade está a diminuir, e porque a população europeia está a envelhecer, pelo que temos de tomar medidas adicionais para evitar o risco de marginalização dos idosos e garantir-lhes uma vida digna.

- 24. Recomendamos que a UE apoie os cuidados paliativos e a morte assistida [eutanásia] seguindo um conjunto concreto de regras e regulamentos.**

Apresentamos esta recomendação porque esta medida reduziria a dor dos doentes e das famílias e garantiria um fim de vida digno.

Subvertente 3.2 Igualdade de direitos

- 25. Recomendamos à UE que apoie o acesso específico dos cidadãos a uma habitação social digna, de acordo com as suas necessidades específicas. O esforço financeiro deve ser partilhado entre os financiadores privados, os senhorios, os beneficiários da habitação, os governos dos Estados-Membros a nível central e local e a União Europeia. O objetivo deve ser facilitar a construção/reparação do parque habitacional social existente, nomeadamente por associação cooperativa, arrendamento e compra. O apoio deve ser concedido com base em critérios claros (por exemplo, superfície máxima/pessoa a subvencionar, rendimentos dos beneficiários, etc.).**

Apresentamos esta recomendação porque um melhor acesso à habitação garantiria que os cidadãos da UE beneficiariam de uma igualdade de direitos tangível e porque cremos que contribuiria para aliviar as tensões sociais. Embora a UE seja principalmente chamada a supervisionar o mecanismo de apoio, as autoridades nacionais e locais devem resolver mais ativamente os problemas de habitação.

- 26. Recomendamos que a UE melhore a regulamentação e a aplicação uniforme das medidas de apoio às famílias com crianças em todos os Estados-Membros. Estas medidas incluem o aumento da duração da licença parental, do subsídio de nascimento e do subsídio de guarda dos filhos.**

Apresentamos esta recomendação porque pensamos que estas medidas permitiriam atenuar o problema demográfico com que a UE se depara. Além disso, melhorariam a igualdade entre mães e pais.

- 27. Recomendamos que a UE tome medidas para garantir que todas as famílias beneficiem de direitos familiares iguais em todos os Estados-Membros. Esses direitos incluem o direito ao casamento e à adoção.**

Apresentamos esta recomendação porque pensamos que todos os cidadãos da UE devem gozar de direitos iguais, incluindo os direitos familiares. A família é a forma básica de organização social. Uma família feliz contribui para uma sociedade saudável. A recomendação visa garantir que todos os cidadãos gozam de direitos familiares, independentemente do seu género, idade adulta, etnia ou condição física de saúde.

- 28. O Tribunal recomenda que a Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025 seja fortemente prioritária e incentivada como uma questão urgente efetivamente abordada pelos Estados-Membros. A UE deve a) definir indicadores (ou seja, atitudes, disparidades salariais, emprego, liderança, etc.), acompanhar a estratégia anualmente e ser transparente com os resultados alcançados; e b) criar um Provedor de Justiça para obter informações diretamente dos cidadãos.**

Apresentamos esta recomendação porque pensamos que a igualdade entre homens e mulheres está longe do que desejamos alcançar na UE. Deve haver uma harmonia na igualdade de género e nos direitos cívicos a nível europeu, para que sejam alcançados em todos os países e não apenas nos países com um compromisso mais forte com o tema. Valorizamos a presença e o contributo das mulheres em cargos de poder e em qualquer tipo de profissão, a fim de ter uma UE diversificada e plenamente respeitadora. As mulheres são desfavorecidas em muitas situações (mesmo no caso de terem um bom nível de estudos ou um diploma de estudos superiores ou de outros privilégios), pelo que essa estratégia é extremamente necessária.

- 29. Recomendamos que a UE promova e sensibilize para o desporto e a atividade física em todos os Estados-Membros porque geram benefícios para a saúde. O desporto e a atividade física devem ser incluídos nas políticas sociais, de saúde física e mental, de educação e de trabalho (ou seja, promover o desporto e/ou a prescrição de exercício físico por médicos e, depois, garantir o acesso às instalações desportivas; dedicar uma hora de trabalho/semana à atividade física, etc.).**

Apresentamos esta recomendação porque se trata de um investimento a longo prazo. O investimento no desporto e na atividade física reduz os custos e os encargos para os serviços de saúde. Por exemplo, o desporto e a atividade física como intervenção sanitária reduziriam o tempo do tratamento e aumentariam a sua eficácia. Esta medida já está a ser aplicada com êxito em alguns países, como a Alemanha. O desporto é uma forma de construir valores como o empenho, o esforço, a autoestima, o respeito ou a camaradagem. Os estilos de vida sedentários são agora mais comuns do que nas gerações anteriores devido ao aumento dos empregos de escritório e/ou a mudanças de hábitos de lazer, entre outros.

30. Recomendamos que a UE obrigue todos os Estados-Membros a fixar um salário mínimo definido, relacionado com o custo de vida no país, e que seja considerado um salário justo que permita condições mínimas de vida, acima do limiar de pobreza. Cada Estado-Membro deve acompanhar a evolução desta matéria.

Apresentamos esta recomendação porque não é justo que quem trabalha não consiga ter dinheiro para chegar ao final do mês. Os salários justos devem contribuir para a qualidade de vida a nível social. Os salários injustos têm custos elevados para os Estados (segurança, elisão fiscal, custos sociais mais elevados, etc.).

31. Recomendamos a harmonização fiscal nos Estados-Membros da UE (para evitar paraísos fiscais na UE e combater a deslocalização dentro da Europa), bem como a aplicação de um incentivo fiscal para desencorajar a deslocalização de postos de trabalho para fora da Europa.

Apresentamos esta recomendação porque estamos preocupados com o impacto da deslocalização dos postos de trabalho para fora da Europa e para impedir a concorrência fiscal entre os Estados-Membros da UE.

Vertente 4: Aprender na Europa

Subvertente 4.1 Identidade europeia/Subvertente 4.2 Educação digital

32. Recomendamos a promoção do multilinguismo desde tenra idade, por exemplo, desde o jardim de infância. A partir do ensino básico, deve ser obrigatório que as crianças atinjam um nível C1 numa língua ativa da UE diferente da sua.

Apresentamos esta recomendação porque o multilinguismo é um instrumento que liga as pessoas e é uma ponte com outras culturas, uma vez que torna os outros países e as suas culturas mais acessíveis. O multilinguismo reforça a identidade europeia e o intercâmbio intercultural. É importante conhecer as outras culturas no contexto da União Europeia. Por conseguinte, poder conversar fluentemente em duas línguas ajudaria a criar uma identidade europeia comum e a compreender outras culturas europeias. A UE deve assegurar uma estreita cooperação entre si e os estabelecimentos de ensino para obter bons resultados educativos. Além disso, é necessário um programa específico (por exemplo, plataformas digitais, programas Erasmus+ alargados, etc.) para promover exclusivamente o multilinguismo. As atuais Escolas Europeias podem servir de modelo para isto. A UE deve criar mais escolas deste tipo e promovê-las ativamente.

33. Recomendamos que a UE sensibilize mais para os perigos da Internet e da digitalização para os jovens através da criação de uma disciplina obrigatória na escola básica. A UE deve criar ferramentas e criar espaços comuns de formação para os jovens aprenderem em conjunto.

Apresentamos esta recomendação porque as atuais iniciativas ou os programas neste domínio não são suficientes. Além disso, muitos cidadãos da UE não têm conhecimento das iniciativas da UE existentes nestes domínios. As crianças não estão suficientemente conscientes dos perigos da Internet, pelo que devemos fazer muito mais para promover e sensibilizar as gerações mais jovens.

34. Recomendamos que a UE envide esforços no sentido de tornar a tecnologia mais acessível às gerações mais velhas, promovendo programas e iniciativas, por exemplo, na forma de aulas adaptadas às suas necessidades. A UE deve garantir o direito de utilizar a digitalização para quem o desejar e propor alternativas para aqueles que não o desejem.

Apresentamos esta recomendação porque a UE deve garantir que as pessoas mais velhas possam participar no mundo digital e que ninguém seja discriminado. Devem ser introduzidos instrumentos simplificados para as gerações que não são tão experientes na utilização de determinadas tecnologias, a fim de as integrar no mundo de hoje. Recomendamos que as iniciativas já existentes sejam mais bem promovidas, para que os cidadãos estejam cientes dessas oportunidades. A UE não deve discriminar as gerações mais velhas no que diz respeito à utilização de ferramentas informáticas. (Isto significa que os cidadãos devem poder viver as suas vidas sem serem obrigados a passar por uma rede Internet). A UE deve organizar e disponibilizar assistência permanente gratuita às gerações mais velhas, a fim de facilitar o acesso a ferramentas digitais.

[Subvertente 4.3 Identidade europeia/Subvertente 4.4 Educação ambiental](#)

35. Recomendamos que a UE crie uma plataforma para a disponibilização de material didático sobre as alterações climáticas, a sustentabilidade e as questões ambientais para fins educativos. Estas informações devem basear-se em factos, ser verificadas por peritos e adaptadas a cada Estado-Membro. A plataforma

- **deve incluir aulas para vários grupos-alvo; por exemplo, pessoas que vivem num contexto urbano ou rural, para todos os grupos etários e para todos os níveis de conhecimento prévio;**
- **deve estar à disposição de todos os Estados-Membros e ser facilmente acessível;**
- **a sua realização deve incluir um plano de divulgação e deve ser feita em colaboração com as empresas pertinentes;**

- **poderá ser disponibilizada juntamente com um programa de financiamento para apoiar a utilização e a execução das informações nela disponibilizadas. Este financiamento deve também prestar apoio a viagens de campo para mostrar exemplos relevantes da vida real.**

Apresentamos esta recomendação porque as pessoas de todas as idades precisam de ter acesso a informações factuais sobre a forma de abordar as alterações climáticas, a sustentabilidade e as questões ambientais. Conceitos importantes, como, por exemplo, a pegada ecológica, devem ser entendidos por todos, em especial pelos jovens, uma vez que o que aprendemos enquanto crianças é utilizado ao longo da nossa vida. Estes temas são complexos e a desinformação é generalizada. Precisamos de uma fonte de confiança e a UE dispõe da credibilidade e dos recursos necessários para o fazer. Este aspeto é igualmente importante porque os níveis de conhecimento e o acesso fácil a informações credíveis diferem entre os Estados-Membros.

36. Recomendamos que a UE dê prioridade a programas de intercâmbio acessíveis a todos (grupos etários, Estados-Membros, níveis de ensino e pessoas com diferentes capacidades financeiras) e permita intercâmbios ou estágios entre setores, países, instituições de ensino, cidades e empresas. A UE deve ser responsável por iniciar, mediar e financiar intercâmbios culturais e sociais em toda a UE – tanto física como digitalmente. A UE deve promover ativamente estas iniciativas e visar pessoas que ainda não estão ao corrente dos programas de intercâmbio cultural e social. A Conferência sobre o Futuro da Europa, na qual as pessoas foram selecionadas aleatoriamente, é o exemplo perfeito de um intercâmbio europeu. Queremos mais iniciativas deste tipo, mas também iniciativas de menor escala, bem como intercâmbios no âmbito do desporto, música, estágios (sociais), etc.

Apresentamos esta recomendação porque é importante criar um sentimento de união e coesão e promover a tolerância perante as nossas diferenças magníficas e perspetivas variadas, bem como para o desenvolvimento de competências individuais. Este processo permitirá o desenvolvimento de amizades, a compreensão mútua e o pensamento crítico. Gostaríamos de promover a participação de todos os membros das nossas comunidades, mesmo daqueles que, até à data, não participaram em tais iniciativas.

37. Recomendamos que todos os Estados-Membros fixem e adotem de comum acordo um nível mínimo certificado de educação nas disciplinas essenciais, a começar no ensino primário. O objetivo é garantir a igualdade de acesso de todos os cidadãos a uma educação de qualidade, garantindo a equidade e a igualdade.

Apresentamos esta recomendação porque:

- a existência de um padrão mínimo daria aos pais, professores e estudantes uma maior confiança nos seus sistemas de ensino, sem tocar na capacidade de iniciativa e na diversidade.
- a aplicação da nossa recomendação reforçaria e promoveria uma identidade europeia comum, incentivando a união, a unidade e o sentimento de pertença.
- a aplicação desta recomendação geraria uma maior cooperação e intercâmbio entre escolas em toda a UE, o que melhoraria as relações entre o pessoal docente e os alunos e contribuiria grandemente para os programas de intercâmbio.

38. Recomendamos que o inglês seja ensinado, de acordo com uma norma certificável, como matéria central nas escolas primárias de todos os Estados-Membros da UE, a fim de facilitar e reforçar a capacidade dos cidadãos europeus para comunicarem eficazmente.

Apresentamos esta recomendação porque:

- ela proporcionaria uma maior unidade e igualdade através do aumento das capacidades dos cidadãos para comunicar entre si e apoiaria uma identidade europeia comum mais forte.
- permitiria um mercado de trabalho mais amplo, flexível e mais acessível, permitindo aos cidadãos trabalhar e comunicar em todos os outros Estados-Membros, proporcionando maiores oportunidades pessoais e profissionais.
- poderíamos ter uma língua europeia de utilização comum em muito pouco tempo se esta recomendação fosse implementada.
- a utilização de uma língua comum acelera a partilha de informações que beneficiaria a cooperação, reagindo em conjunto às crises, ajudando os esforços humanitários e aproximando a Europa e os europeus.

Vertente 5: Uma transformação digital ética e segura

Subvertente 5.1 Democratização da digitalização/Subvertente 5.2 Cibersegurança

- 39. Recomendamos que a UE tenha mais poderes para combater os conteúdos ilegais e a cibercriminalidade. Recomendamos o reforço das capacidades da Europol/Centro Europeu da Cibercriminalidade, nomeadamente:**
- aumentando os recursos financeiros e humanos
 - assegurando uma uniformização das penas em cada país
 - garantindo que a aplicação da lei seja rápida e eficaz

Recomendamos que se garanta a liberdade na Internet, assegurando simultaneamente que a discriminação, os abusos e o assédio sejam punidos. Apoiamos a ideia de ter um organismo público europeu porque não queremos deixar a regulamentação das plataformas em linha apenas às empresas privadas. As plataformas em linha têm de assumir a responsabilidade pelos conteúdos distribuídos, mas queremos garantir que os seus interesses não estejam em primeiro lugar. A regulamentação do conteúdo e da ação penal contra os responsáveis deve ser eficaz e rápida, de modo a ter igualmente um efeito dissuasor sobre os criminosos.

- 40. Recomendamos que a UE invista em infraestruturas digitais inovadoras e de elevada qualidade (como a tecnologia 5G que está a ser desenvolvida na Europa), a fim de assegurar a autonomia da Europa e evitar a dependência de outros países ou empresas privadas. A UE deve também prestar atenção ao investimento em regiões menos desenvolvidas da UE.**

Apresentamos esta recomendação porque as infraestruturas digitais desempenham um papel vital na economia europeia e na facilitação da vida quotidiana na Europa. Por conseguinte, a Europa necessita de infraestruturas digitais de elevada qualidade. Se a Europa estiver dependente dos outros, pode ser vulnerável a influências negativas de empresas privadas ou de países estrangeiros. Portanto, a Europa deve investir em infraestruturas digitais para melhorar a sua autonomia. É igualmente importante assegurar a inclusão digital, assegurando que as regiões menos desenvolvidas do ponto de vista digital recebem investimento.

- 41. Recomendamos que a UE promova a educação sobre notícias falsas, desinformação e segurança em linha em todas as escolas europeias. Para tal, deve basear-se em exemplos de boas práticas de toda a UE. A UE deve criar uma organização especificamente destinada a promover este trabalho e a formular recomendações aos sistemas educativos. Deve também promover a educação não formal, bem como técnicas de ensino inovadoras e criativas (por exemplo, jogos participativos).**

Apresentamos esta recomendação porque a introdução de lições sobre segurança em linha e literacia digital em matéria de segurança (combate a burlas em linha, informações falsas, etc.) na escola é importante para proporcionar a todos os cidadãos os instrumentos necessários para se protegerem das ameaças em linha. É importante visar as gerações mais jovens, uma vez que estão muito expostas a ameaças em linha. As escolas também podem comunicar com os pais para promover boas práticas. Este tipo de cursos pode inspirar-se em exemplos de boas práticas em toda a Europa (por exemplo, na Finlândia), ao mesmo tempo que é adaptável às necessidades de cada país.

Subvertente 5.3 Proteção de dados

- 42. Recomendamos uma maior limitação da utilização abusiva de dados por parte dos gigantes de dados através de uma melhor aplicação do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a criação de mecanismos mais normalizados em toda a UE, garantindo que mesmo as empresas não europeias que operam na UE cumprem as mesmas normas. A melhoria deve exigir uma explicação clara e sucinta das condições de utilização dos dados, a fim de evitar ambiguidades, fornecer mais informações sobre como e por quem serão utilizados e evitar o consentimento por defeito da reutilização e revenda de dados. Deve ainda assegurar que os dados sejam permanentemente apagados quando for solicitado pelo seu titular. Deve também melhorar o cumprimento coerente da lei em matéria de definição de perfis das pessoas com base nas respetivas atividades em linha. Propomos dois tipos de sanções: uma coima proporcional ao volume de negócios da empresa e a limitação das atividades da empresa.**

Apresentamos esta recomendação porque atualmente é pouca a transparência sobre o tipo de dados recolhidos, a forma como são tratados e a quem são vendidos. Temos de limitar ainda mais o abuso de poder por parte das gigantes de dados e garantir que o consentimento dado pelos titulares para o tratamento de dados é bem informado.

- 43. Recomendamos a criação de uma agência pan-europeia independente que defina claramente o comportamento intrusivo (por exemplo, o spam) e crie orientações e mecanismos para a não participação das pessoas ou a revogação de dados, especialmente face a terceiros. Esta agência deve ter um mandato para identificar e sancionar os autores de fraudes e as organizações não cumpridoras. Deve trabalhar no sentido de assegurar o cumprimento da regulamentação da UE para as entidades sediadas fora da UE que operam na UE. Um tal mecanismo seria financiado pelas instituições da UE e composto por um conselho misto de organismos independentes (ou seja, peritos de universidades e entidades representativas de profissionais). A presidência deve ser rotativa. Propomos dois tipos de sanções: uma coima proporcional ao volume de negócios da empresa e a limitação das atividades da empresa.**

Apresentamos esta recomendação porque não existe uma agência central com um mandato forte que possa ajudar os cidadãos, especialmente quando têm problemas e necessitam de ajuda, aconselhamento ou apoio. Não existem regras claras e obrigatórias para as empresas e as sanções não lhes são aplicadas ou são negligenciáveis.

- 44. Recomendamos a criação de um sistema de certificação da UE que reflita a conformidade com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) de forma transparente e que assegure que as informações sobre proteção de dados são apresentadas de forma acessível, clara e simples. Esse certificado seria obrigatório e visível em sítios e plataformas Web. A sua emissão seria feita por um certificador independente a nível europeu, já existente ou especialmente criado, que não esteja ligado aos governos nacionais ou ao setor privado.**

Apresentamos esta recomendação porque atualmente é pouca ou nenhuma a transparência sobre o grau de proteção atribuído aos dados por cada empresa, pelo que os utilizadores/clientes não podem fazer escolhas informadas.

- 45. Recomendamos uma melhor explicação do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e uma melhor comunicação em torno do mesmo, através da criação de um texto normalizado em matéria de conformidade que utilize uma linguagem simples, clara e compreensível por todos. Este texto deve apresentar uma mensagem fundamental e/ou princípios fundamentais. O processo de concessão do consentimento deve ser mais visual (ou seja, como uma aplicação que solicita autorização explícita de acesso por telefone). Todas estas medidas devem ser acompanhadas de uma campanha de informação (incluindo na televisão) e da oferta coerente de cursos obrigatórios (pelo menos aos que trabalham com dados) e de aconselhamento às pessoas que necessitam de assistência.**

Apresentamos esta recomendação porque, atualmente, a linguagem do RGPD é demasiado vaga e técnica, a quantidade de informação é esmagadora e não é acessível a todos. A comunicação também difere entre os países e, muitas vezes, exclui grupos diferentes pessoas, principalmente idosos e os que nasceram antes da era digital.

46. Recomendamos que a UE aborde o problema das "notícias falsas" de duas maneiras:

- **com legislação para que as empresas de redes sociais implementem algoritmos de aprendizagem automática que possam realçar a fiabilidade das informações nas redes sociais e nos novos meios de comunicação social, fornecendo ao utilizador fontes de informação verificadas. O Tribunal recomenda que os algoritmos sejam mantidos sob controlo pelos peritos, a fim de assegurar o seu bom funcionamento;**
- **com a criação de uma plataforma digital que classifique as informações provenientes dos meios de comunicação tradicionais (por exemplo, televisão, imprensa escrita e rádio) independentemente dos interesses políticos e económicos e informe os cidadãos sobre a qualidade das notícias sem aplicar qualquer tipo de censura. A plataforma deve estar aberta ao escrutínio público e respeitar os mais elevados padrões de transparência, e a UE deve assegurar que o financiamento específico é utilizado para os fins previstos.**

Apresentamos esta recomendação porque é necessário abordar diferentes tipos de meios de comunicação social e acreditamos que as sanções ou a remoção de conteúdos podem conduzir à censura e violar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. O Tribunal recomenda que os peritos verifiquem e acompanhem o correto funcionamento do algoritmo, a fim de assegurar o seu bom funcionamento. Por último, recomendamos que a plataforma seja apolítica e independente, a fim de garantir a transparência e a liberdade de expressão. Uma vez que é impossível eliminar completamente as notícias falsas, a disponibilização destes instrumentos aos cidadãos contribuirá para diminuir os seus efeitos na Europa.

47. Recomendamos que a UE implemente diferentes ações a fim de assegurar uma utilização saudável da Internet:

- **em primeiro lugar, a UE deve dar resposta à falta de infraestruturas e de dispositivos que impedem os cidadãos de aceder à Internet.**
- **em seguida, recomendamos também que a UE incentive os Estados-Membros a ministrarem formação sobre a Internet e os seus riscos a todos os grupos etários. Essa formação poderia ser feita através da introdução de aulas nas escolas para crianças e jovens e criando diferentes programas e programas curriculares para chegar junto dos cidadãos adultos e idosos. O conteúdo destas aulas deve ser decidido a nível europeu por um grupo de peritos independentes.**
- **por último, solicitamos à UE que tome todas as medidas necessárias para garantir que a digitalização da sociedade não exclua as pessoas idosas, garantindo que os serviços essenciais também possam ser acedidos fisicamente.**

- **A UE deve assegurar que o financiamento específico seja utilizado pelos Estados-Membros para os fins previstos.**

Apresentamos esta recomendação porque há falta de infraestruturas e de material informático (por exemplo, equipamento) em alguns locais da Europa e que é necessário assegurar a ligação à Internet antes de educar os cidadãos para ela, uma vez que sabemos que existem certas regiões e perfis que têm limitações de acesso à Internet. Recomendamos as aulas, a fim de ajudar as crianças a alcançar a literacia digital, a incluir outros programas para ajudar as gerações mais velhas na transformação digital e a tomar as medidas necessárias para garantir que os direitos da população idosa não sejam prejudicados pela transformação digital.

- 48. Recomendamos que a União Europeia promova a educação dos cidadãos em todos os Estados-Membros para melhorar o pensamento crítico, o ceticismo e a verificação de factos, a fim de lhes ensinar como avaliar de forma independente se um elemento de informação é ou não fiável. A educação nesta matéria deve começar no ensino básico, com aulas específicas, e deve também ser oferecida noutros espaços públicos a cidadãos de todas as idades que queiram voluntariamente beneficiar desta formação. A UE deve assegurar que o financiamento específico seja utilizado pelos Estados-Membros para os fins previstos.**

Apresentamos esta recomendação porque pensamos que é impossível eliminar completamente as notícias falsas, pelo que esta formação ajudará os cidadãos a reconhecê-las por si próprios. Deste modo, os efeitos das notícias falsas na sociedade e nos próprios cidadãos serão atenuados. As pessoas teriam também maior capacidade de ação para obterem informações fiáveis, em vez de dependerem das instituições.

Vertente 3: Uma sociedade justa

Subvertente 3.2 Igualdade de direitos

Recomendamos que a UE crie um mecanismo que assegure o controlo e o exercício efetivo dos direitos das minorias (por exemplo, um portal ou um gabinete onde as pessoas possam apresentar queixas).

Apresentamos esta recomendação porque acreditamos que cada pessoa deve poder expressar a sua opinião e tem o direito de procurar e receber ajuda. Um tal gabinete é necessário para reduzir a tensão entre as minorias e a maioria.

Subvertente 3.3 Equidade/Subvertente 3.4 Acesso ao desporto

Recomendamos que a UE sensibilize para a atividade física através da "modelização de papéis" feita por figuras públicas (por exemplo, os eventos do Parlamento devem incluir alguma forma de atividade física ou movimento durante alguns segundos, como alongamentos, andar ou saltar).

Apresentamos esta recomendação porque a participação de figuras públicas a favor da atividade física aumentará a sensibilização para o tema.

Vertente 5: Uma transformação digital ética e segura

Subvertente 5.3 Proteção de dados

Recomendamos a criação de um identificador Web que armazenará dados pessoais e sensíveis, mas que só os disponibilizará às autoridades e à polícia. As plataformas em linha e os vendedores utilizarão um código em linha associado a um ID Web e aos dados pertinentes para uma determinada atividade. A definição por defeito para a partilha de dados através desta ID deve ser a de não consentimento. Os dados só devem ser transmitidos às partes diretamente envolvidas e não a terceiros. Se os dados forem transmitidos a terceiros, a pessoa deve poder optar facilmente por não participar. Os dados só devem estar disponíveis durante um período limitado ou uma transação específica. A autorização para utilizar os dados deve ter um prazo de expiração ou comportar uma definição clara do tratamento que as empresas lhes podem dar.

Apresentamos esta recomendação porque, neste momento, as empresas podem recolher todos os dados, incluindo dados pessoais e sensíveis, e utilizá-los para muitos fins sem divulgar exatamente quais nem porquê. Na verdade, os prestadores de serviços obtêm mais informações do que realmente necessitam e, em seguida, podem revender ou reutilizar esses dados sem o nosso consentimento. Ao mesmo tempo, a aplicação da recomendação garantirá a responsabilização dos utilizadores da Internet, preservando simultaneamente o seu relativo anonimato.



Conferência
sobre o **Futuro**
da **Europa**

Conferência sobre o Futuro da Europa

Painel de cidadãos europeus 2: «Democracia europeia/Valores e direitos, Estado de direito, segurança»

Recomendações

Fotografia © União Europeia, 2021 — PE/Kenton Thatcher

Conferência sobre o Futuro da Europa
Painel de cidadãos europeus 2:
"Democracia europeia/Valores e direitos, Estado de direito, segurança"

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO)

Vertente 1 Garantir os direitos e a não discriminação

Subvertente 1.1 Não discriminação/Subvertente 1.2 Igualdade de género

1. "Recomendamos que a UE estabeleça critérios sobre antidiscriminação no mercado de trabalho (quotas para jovens, idosos, mulheres, minorias). Se as empresas preencherem os critérios, ganham subsídios ou incentivos fiscais.

Recomendamos que se reforce a sensibilização dos trabalhadores em relação a:

- **Instituições supranacionais e nacionais (por exemplo, sindicatos).**
- **Mecanismos que garantam às empresas o respeito das regras existentes em matéria de não discriminação no local de trabalho.**
- **Programas de qualificação para grupos sociais que sofrem discriminação no mercado de trabalho (jovens, idosos, mulheres, minorias).**

Recomendamos a adoção de legislação da UE em duas fases. Em primeiro lugar, conceder subsídios para a contratação de trabalhadores de certas categorias suscetíveis de discriminação. Em segundo lugar, a legislação deve obrigar as entidades patronais a empregar esses grupos por um período mínimo."

O motivo desta recomendação prende-se com a responsabilidade da UE em manter um equilíbrio entre os interesses do mercado livre e a proteção das categorias vulneráveis, que devem ser legalmente salvaguardadas. Os grupos heterogéneos são desejáveis para as empresas, visto que oferecem qualificações diversas. Os subsídios são um incentivo adicional a ser concedido às empresas.

2. "Recomendamos que a UE crie um programa de incentivos que facilite a criação de infantários e parques infantis comportáveis em termos de preços, em grandes e pequenas empresas. As instalações partilhadas são igualmente uma opção viável para que as empresas mais pequenas obtenham o subsídio.

Recomendamos que a UE obrigue as empresas a criar jardins infantis de forma proporcional ao número de empregados."

Esta recomendação é feita por considerarmos que a conjugação da vida familiar com a vida profissional melhora o desempenho profissional, reduz o desemprego, e proporciona aos pais, especialmente às mulheres, uma situação que lhes permite prosseguir a sua carreira. Ao salientar a dimensão social, a solução proposta garante a segurança das crianças e diminui a ansiedade dos pais.

3. "Recomendamos a salvaguarda do bem-estar dos animais e a sustentabilidade na atividade agrícola, através da alteração da Diretiva 98/58 CE *relativa à proteção dos animais nas explorações pecuárias*. Devem ser definidos critérios mínimos mais detalhados. Devem ser específicos, mensuráveis, e limitados no tempo. Os critérios mínimos devem ser estabelecidos de modo a se poder alcançar padrões de bem-estar animal mais elevados e, ao mesmo tempo, a poder permitir uma transição para uma sustentabilidade climática e ambiental e uma agricultura ecológica."

Como cidadãos, consideramos que é importante ter normas mínimas mais fortes a serem harmonizadas no seio da UE no que diz respeito à criação de animais. Estamos conscientes de que a transição pode colocar problemas em alguns setores agrícolas que beneficiam de subsídios, assim como para aqueles que estão em transição para uma agricultura ecológica e sustentável. No entanto, consideramos muito importante assegurar que esta transição ocorra.

4. "Recomendamos a promoção de uma agricultura respeitadora do ambiente e do clima na Europa e em todo o mundo, tributando todas as emissões negativas, pesticidas e utilização excessiva de água etc., com base na sua sobrecarga ambiental. Os direitos aduaneiros sobre todos os bens agrícolas importados para a UE devem eliminar as vantagens competitivas de países terceiros sem os mesmos padrões que existem na UE. A fim de promover uma agricultura que respeite os animais, recomendamos que as emissões causadas pelo transporte de animais a longa distância sejam tributadas."

Ao estabelecer um sistema desse tipo, acreditamos que é possível apoiar a transição para uma agricultura respeitadora do clima e do ambiente.

5. "No contexto atual de proliferação de notícias falsas, recomendamos a promoção de uma cobertura mais independente, objetiva e equilibrada, dos meios de comunicação social através das seguintes ações: 1. Desenvolver, a nível da UE, uma diretiva de normas mínimas para a independência dos meios de comunicação social. 2. Promover, a nível da UE, o desenvolvimento de competências no domínio dos meios de comunicação social para todos os cidadãos."

A UE deve elaborar uma diretiva para garantir a independência dos meios de comunicação social e a liberdade de expressão.

6. "Recomendamos que se deixe de subsidiar a produção agrícola em massa se esta não conduzir à transição para uma agricultura ecológica e sustentável em termos de ambiente e clima. Em vez disso, recomendamos que se redirecionem os subsídios para apoiar uma transição sustentável."

Consideramos que em vez de subsidiar o setor agrícola das culturas em larga escala, os subsídios deveriam ser redirecionados para as explorações agrícolas em transição para cumprir as novas normas mínimas em matéria de bem-estar animal.

Subvertente 1.4 Direito à privacidade

7. "Recomendamos o licenciamento a nível da UE para as entidades que tratam dados pessoais. As referidas entidades são igualmente sujeitas a uma auditoria externa anual e independente sobre a proteção de dados. Devem ser punidas por violações da proteção de dados proporcionalmente ao seu volume de negócios anual, de forma mais rigorosa do que acontece ao abrigo do regulamento em vigor. A licença deve ser suspensa após duas violações consecutivas, e imediatamente após uma violação grave.

Esta recomendação é importante porque os regulamentos atuais (RGPD) não são suficientes e as entidades devem ser mais bem controladas e sancionadas para garantir que não violam a proteção de dados e o direito à privacidade.

8. "Recomendamos que se reforce a competência da UE em: 1) educação em matéria de proteção de dados, 2) sensibilização para a proteção de dados e 3) proteção de dados pessoais de menores. Recomendamos o estabelecimento de regras mais claras e rigorosas sobre o tratamento de dados de menores no RGPD, incluindo regras de consentimento, verificação da idade e controlo por tutores legais. Recomendamos também a introdução no RGPD de uma categoria especial para dados sensíveis relativos a menores (por exemplo, registo criminal, informação sobre saúde, exposição de nudez) de forma que os menores sejam protegidos de qualquer forma de abuso e discriminação."

Esta recomendação é necessária visto que os menores são especialmente vulneráveis à proteção de dados e às violações da privacidade e não existe atualmente uma sensibilização adequada da população em geral, nomeadamente, menores, professores e tutores legais. Todos estes intervenientes precisam de aprender como utilizar serviços relacionados com dados em linha e fora de linha e como proteger os direitos de privacidade das crianças. Além disso, os tutores legais podem muitas vezes consentir no tratamento dos dados das crianças sem estarem plenamente conscientes ou informados e as crianças podem falsificar o consentimento parental. Por último, mas não menos importante, esta recomendação é necessária porque, apesar da sua importância crucial, não existe uma campanha de sensibilização adequada a nível da UE para a proteção de dados dirigida especificamente a menores, tutores legais e professores.

9. "Recomendamos a introdução de políticas de privacidade uniformizadas e formulários de consentimento facilmente compreensíveis, concisos e de fácil utilização, que indiquem claramente qual o tratamento de dados estritamente necessário e qual é opcional. Recomendamos que a eliminação do consentimento deve ser fácil, rápida e permanente. Recomendamos que as entidades sejam proibidas de limitar os seus serviços mais do que o necessário se não houver consentimento para o tratamento opcional de dados."

Esta recomendação é feita por considerarmos que as atuais regras da UE não são suficientemente precisas, a retirada do consentimento é longa, temporária e complexa, e que as entidades não têm interesse em oferecer os seus serviços aos cidadãos que reclamam os seus direitos de proteção de dados.

Vertente 2: Defender a democracia e o Estado de direito

Subvertente 2.1 Defesa do Estado de direito

10. "Recomendamos que o regulamento relativo a um regime geral de condicionalidade (2020/2092, adotado em 16 de dezembro de 2020) seja alterado para que se aplique a todas as violações do Estado de direito e não apenas às violações que afetam o orçamento da UE."

O regulamento relativo a um regime geral de condicionalidade permite a suspensão dos fundos da UE aos Estados-Membros que violam o Estado de direito. No entanto, de acordo com a formulação atual, aplica-se apenas a infrações que afetem, ou corram o risco de afetar, o orçamento da UE. Além disso, a atual formulação do regulamento relativo a um regime geral de condicionalidade constitui uma forma de autoproteção do orçamento da UE e das instituições da UE, e não dos cidadãos dos Estados-Membros em causa. Por conseguinte, recomenda-se que seja alterado o texto atual do regulamento de modo a abranger todo o tipo de violações do Estado de direito.

11. "Recomendamos que a UE organize conferências anuais sobre o Estado de direito na sequência da publicação do relatório anual sobre o Estado de direito (mecanismo da Comissão para o controlo do cumprimento do Estado de direito pelos Estados-Membros). Os Estados-Membros devem ser obrigados a enviar delegações nacionais socialmente diversificadas para as conferências que incluam cidadãos e funcionários públicos."

Estas conferências promoveriam o diálogo entre cidadãos da UE sobre questões relacionadas com o Estado de direito, bem como o diálogo entre cidadãos e os peritos que elaboram os relatórios anuais sobre o Estado de direito. Consideramos que numa atmosfera de apreciação mútua e partilha, os participantes podem levar as boas práticas e ideias de regresso aos seus países de origem. Além disso, as conferências trariam consciência e compreensão para o princípio do Estado de direito e para as conclusões e processo por detrás do relatório anual sobre o Estado de direito. Chamaria também a atenção dos meios de comunicação social, bem como permitiria aos cidadãos partilhar as suas experiências e compará-las com as conclusões do relatório.

Subvertente 2.2. Defesa e reforço da democracia/Subvertente 2.4 Meios de comunicação social e desinformação

12. "Recomendamos que a UE aplique as suas regras de concorrência no setor dos meios de comunicação social para assegurar que o pluralismo dos meios de comunicação social seja protegido em todos os Estados-Membros. A UE deve evitar grandes monopólios dos meios de comunicação social e processos de nomeação política para os órgãos de comunicação social. Também recomendamos que a próxima Lei da Liberdade dos Meios de Comunicação Social da UE inclua regras que impeçam os políticos de serem proprietários dos meios de comunicação social ou de exercerem uma forte influência no seu conteúdo."

Recomendamos esta medida porque o reforço das regras de concorrência da UE fomenta um panorama pluralista dos meios de comunicação social onde os cidadãos têm uma opção. Uma vez que a Comissão está atualmente a desenvolver uma lei (Lei da Liberdade dos Meios de Comunicação Social da UE) para a integridade do mercado dos meios de comunicação social da UE, esta lei deve também refletir que os meios de comunicação social não devem ser detidos ou influenciados por políticos.

Subvertente 2.3 Segurança

13. "Recomendamos às instituições da UE que desempenhem um papel mais forte com todos os instrumentos à sua disposição, incluindo os centros nacionais de cibersegurança e a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), para proteger indivíduos, organizações e instituições contra novas ameaças provenientes de violações de cibersegurança e a utilização de inteligência artificial para fins criminosos. Recomendamos ainda que as diretivas provenientes da Europa e das suas agências sejam corretamente aplicadas e divulgadas em todos os Estados-Membros."

Esta recomendação é feita por considerarmos que os cidadãos se sentem impotentes e não estão conscientes com o que é feito pela União Europeia para combater estas ameaças. Consideramos que estas ameaças são uma grave preocupação de segurança nacional e europeia. Esta recomendação é importante porque a Europa deve ser um autêntico agente inovador neste domínio.

14. "Recomendamos que, nas suas relações com os países externos, a União Europeia deve, em primeiro lugar, reforçar os valores democráticos comuns nas suas fronteiras. Recomendamos que, somente após ter alcançado este objetivo, a União Europeia pode agir como embaixadora do nosso modelo democrático nos países que estão preparados e dispostos a aplicá-lo, através da diplomacia e do diálogo."

O motivo desta recomendação prende-se com o dever que nós temos de olhar primeiro para nós próprios antes de nos virarmos para o mundo exterior e para os outros. Consideramos que a Europa pode e deve apoiar os Estados-Membros a reforçar as suas democracias. Acreditamos também que é dando o exemplo e apoiando os esforços dos países externos em direção à democracia que nos protegemos.

Vertente 3: Reformar a UE

Subvertente 3.1 Reformas institucionais

15. "Recomendamos a alteração dos nomes das instituições da UE para clarificar as suas funções. Por exemplo, o Conselho da União Europeia poder-se-ia designar "Senado da União Europeia". E a Comissão Europeia poderia alterar a sua designação para "Comissão Executiva da União Europeia"."

Esta recomendação é feita por considerarmos que é atualmente difícil para os cidadãos compreender os papéis e funções de cada instituição da União Europeia. As suas designações não refletem as respetivas funções. Não se pode esperar que os cidadãos distingam o Conselho da União Europeia do Conselho Europeu, e do Conselho da Europa. É, pois, importante evitar a sobreposição.

16. "Recomendamos a adoção de uma lei eleitoral para o Parlamento Europeu que harmonize as condições eleitorais (idade de voto, data da eleição, requisitos para os distritos eleitorais, candidatos, partidos políticos e respetivo financiamento). Os cidadãos europeus devem ter o direito de votar em diferentes partidos a nível da União Europeia, cada um composto por candidatos de vários Estados-Membros. Durante um período de transição suficiente, os cidadãos poderiam ainda votar tanto nos partidos nacionais como transnacionais."

Esta recomendação ocorre por considerarmos que a União Europeia precisa de formar um sentido de unidade, que poderia ser alcançado através de uma eleição verdadeiramente unificada do Parlamento Europeu. Uma eleição comum responsabilizará os deputados ao Parlamento Europeu e centrará a campanha eleitoral em temas europeus comuns.

Subvertente 3.2 Tomada de decisões

17. "Recomendamos a criação de uma plataforma em linha onde os cidadãos possam encontrar e solicitar informações assentes em factos verificados. A plataforma deverá ser claramente associada às instituições da UE, deverá ser estruturada por tópicos e ser facilmente acessível (por exemplo, incluindo uma linha telefónica direta). Os cidadãos deverão conseguir fazer perguntas críticas a especialistas (por exemplo, académicos, jornalistas) e obter respostas factuais munidas das respetivas fontes."

Dispor de livre acesso à informação factual é algo do mais alto valor para a nossa sociedade, para que os cidadãos estejam bem informados e protegidos contra notícias falsas e desinformação. Precisamos de uma fonte de informação credível e independente que não seja influenciada por interesses políticos, económicos e nacionais. Além disso, a plataforma poderá estabelecer uma ponte (ou seja, uma relação direta) entre os cidadãos e a UE.

18. "Recomendamos a realização de um referendo a nível de toda a UE para casos excepcionais de assuntos extremamente importantes para todos os cidadãos europeus. O referendo deverá ser lançado pelo Parlamento Europeu e deve ser juridicamente vinculativo."

É necessária uma influência mais direta dos cidadãos da UE em decisões importantes sobre assuntos de toda a UE. No entanto, os referendos só devem ser realizados em circunstâncias excepcionais uma vez que os custos são demasiado elevados para haver uma realização regular. Temos a noção de que esta recomendação pode exigir uma alteração do Tratado e a adaptação das constituições nacionais.

19. "Recomendamos a criação de uma plataforma digital multifuncional onde os cidadãos possam votar em eleições e sondagens em linha. Os cidadãos deverão ter capacidade para explicitar as suas razões, fundamentando o seu voto em questões importantes e propostas legislativas provenientes das instituições europeias. A plataforma deve ser segura, amplamente acessível e perfeitamente visível para todo e qualquer cidadão."

O objetivo desta plataforma é aumentar a participação na política europeia e facilitar o acesso dos cidadãos aos processos de consulta e votação. As ferramentas e processos existentes não são suficientemente visíveis, e é por isso que precisamos de uma nova ferramenta integrada para estas diferentes funções. Mais participação leva a melhores decisões, mais confiança entre os cidadãos europeus, e a um melhor funcionamento da União Europeia em geral.

20. "Recomendamos que os sistemas de votação nas instituições da UE sejam reavaliados, concentrando-se na questão da votação por unanimidade. O "peso" da votação deve ser calculado de forma justa, para que os interesses dos pequenos países sejam protegidos."

O voto por unanimidade representa um desafio significativo para a tomada de decisões na UE. O grande número de Estados-Membros torna muito difícil chegar a um acordo. Se necessário, os Tratados europeus devem mudar para abordar a questão da unanimidade.

Subvertente 3.3 Integração mais estreita

21. "Recomendamos que a UE faça investimentos públicos que conduzam à criação de empregos apropriados e à melhoria e harmonização da qualidade de vida em toda a UE, entre os Estados-Membros e no território dos Estados-Membros (ou seja, a nível regional). Existe uma necessidade de assegurar a supervisão, transparência e comunicação eficaz com os cidadãos na aplicação dos investimentos públicos e de permitir aos cidadãos acompanhar todo o processo de investimento. Os investimentos em qualidade de vida incluem educação, saúde, habitação, infraestruturas físicas, cuidados aos idosos e pessoas com deficiência, tendo em conta as necessidades de cada Estado-Membro. Investimentos adicionais devem procurar estabelecer um bom equilíbrio entre trabalho apropriado e vida pessoal, a fim de permitir um estilo de vida saudável."

Esta recomendação é importante porque a harmonização do nível de vida em toda a UE irá melhorar o progresso económico em toda a UE, o que conduzirá a uma UE unificada. Trata-se de um indicador fundamental face a uma maior integração da UE. Embora alguns destes mecanismos já estejam em vigor, sentimos que ainda há espaço para mais melhorias.

22. "Recomendamos o estabelecimento de uma base comum, de acordo com um conjunto de indicadores económicos e indicadores de qualidade de vida, para todos os Estados-Membros, com as mesmas oportunidades e com todos ao mesmo nível para alcançar uma estrutura económica comum. É importante que o estabelecimento de uma base comum siga uma linha temporal clara e realista estabelecida pelas instituições por recomendação de peritos. Os peritos também devem ser consultados sobre o aspeto dessa estrutura económica comum. É também importante que os indicadores que definem a base comum sejam definidos com a ajuda de peritos."

Fazemos esta recomendação porque se tivermos uma UE justa, teremos uma Europa mais unida. Para sermos justos, precisamos de oferecer igualdade de oportunidades e uma base comum a toda a UE. Uma estrutura económica comum só pode ser alcançada quando uma base comum estiver estabelecida.

23. "Recomendamos a tributação das grandes empresas e dos respetivos rendimentos de forma a contribuir para os investimentos públicos, e a utilizar a tributação para investir na educação e no desenvolvimento de cada país (I&D, bolsas de estudo – Erasmus, etc.). É também importante concentrarmo-nos na eliminação da existência de paraísos fiscais na UE."

Esta recomendação é feita por considerarmos que ajudará a prevenir a evasão fiscal e a criação de paraísos fiscais e permitirá ajudar no cumprimento da legislação.

Vertente 4: Criar uma identidade europeia

Subvertente 4.1 Educação sobre a democracia

24. "Recomendamos que na área da educação para a democracia na União Europeia se envidem esforços para melhorar e alcançar um padrão mínimo de conhecimento em todos os Estados-Membros. Esta educação deve incluir processos democráticos, sem, contudo, se cingir aos mesmos, e informações gerais sobre a UE que devem ser ensinadas em todos os seus Estados-Membros. Deve ser ainda mais enriquecida por um conjunto de conceitos diferentes que instruem o processo democrático, o qual deverá ser envolvente e apropriado à idade."

Esta recomendação e as razões que a justificam são importantes porque, se implementada, conduzirá a uma vida mais harmoniosa e democrática na União Europeia. As justificações são as seguintes: os jovens seriam instruídos relativamente a processos democráticos; este tipo de educação poderia reduzir o populismo e a desinformação no debate público; conduziria a menos discriminação; e finalmente poderia educar e envolver os cidadãos na democracia, não os limitando apenas ao seu dever de voto.

25. "Recomendamos que as tecnologias de tradução existentes e emergentes, como a inteligência artificial, sejam mais desenvolvidas, melhoradas e tornadas mais acessíveis de modo a reduzir as barreiras linguísticas e reforçar a identidade comum e a democracia na União Europeia."

Esta recomendação e as razões que a justificam são importantes porque, se for aplicada, ajudará a construir uma identidade europeia comum, melhorando a comunicação entre os cidadãos de todos os Estados-Membros.

26. "Recomendamos que a informação verificável seja facilmente acessível aos cidadãos, em termos compreensíveis, através de uma aplicação de dispositivo móvel, a fim de melhorar a transparência, a deliberação pública e a democracia. Essa aplicação poderia divulgar informações relativas, por exemplo, à legislação, debates no seio da UE, alterações de tratados, etc."

Esta recomendação e as razões que a justificam são importantes porque, se for aplicada, facilitará a comunicação, permitindo deliberações mais informadas, entre os cidadãos dos respetivos Estados-Membros, através de uma aplicação que poderá ter muitas funções diferentes. Esta aplicação deve ser concebida para ser relevante para todos, bem como para estimular mais curiosidade e tornar a informação técnica mais acessível e envolvente. A aplicação móvel deve ser entendida como uma fonte suplementar, que divulga informação oficialmente verificada diretamente pela UE para melhorar a confiança, a transparência no debate público e para ajudar a construir uma identidade europeia comum.

Subvertente 4.2 Valores europeus e identidade europeia

27. "Recomendamos que a UE crie um fundo especial para interações em linha e fora de linha (ou seja, programas de intercâmbio, painéis, reuniões) de curta e longa duração entre cidadãos da UE, a fim de reforçar a identidade europeia. Os participantes devem ser representativos da sociedade da UE, o que incluiria grupos-alvo com base em vários critérios, ou seja, demográficos, socioeconómicos e profissionais. Os objetivos deste fundo devem ser claramente especificados a fim de estimular a identidade europeia e o fundo deve ser avaliado numa base regular."

Esta recomendação é feita por considerarmos que este tipo de interações permite aos cidadãos partilhar ideias, e os intercâmbios mais longos permitem-lhes compreender as diferentes culturas e partilhar experiências, incluindo práticas profissionais. É necessário um fundo da UE dado ser importante que todos possam participar, incluindo aqueles que geralmente não participam.

28. "Recomendamos que a UE invista rapidamente na luta contra a desinformação, apoiando as organizações e iniciativas existentes, como o Código de Conduta sobre Desinformação e o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais, e iniciativas semelhantes nos Estados-Membros. As contra-medidas poderiam incluir a verificação dos factos, a sensibilização para a desinformação, o fornecimento de estatísticas facilmente acessíveis, a sanção apropriada daqueles que difundem a desinformação, com base num quadro legal, e o combate às fontes de desinformação."

Esta recomendação é importante porque a informação incorreta e a desinformação, vindas de dentro e de fora da UE, criam conflitos entre os cidadãos da UE, polarizam a sociedade, põem a democracia em risco e prejudicam a economia. Dada a complexidade do tema, são necessários recursos humanos e financeiros significativos.

29. "Recomendamos 1) que se aumente a frequência das interações em linha e fora de linha entre a UE e os seus cidadãos (ou seja, questionando diretamente os cidadãos acerca dos assuntos da UE e criando uma plataforma de fácil utilização para assegurar que todos os cidadãos possam interagir com as instituições e funcionários da UE), e 2) a fim de assegurar que os cidadãos possam participar no processo de elaboração de políticas da UE, exprimir as suas opiniões e obter comentários, recomendamos a criação de uma carta ou um código de conduta ou orientações para os funcionários da UE. Devem existir diferentes meios de interação para que cada cidadão possa participar."

Esta recomendação é importante porque existem vários meios para chegar às instituições da UE (plataformas em linha, órgãos representativos), contudo, esses meios não são conhecidos, não são eficazes nem transparentes. Existem enormes diferenças na acessibilidade entre os países. Interações mais frequentes e de melhor qualidade conduzirão a um sentimento de propriedade da cidadania da UE.

30. "Recomendamos que a identidade e os valores europeus (ou seja, o Estado de direito, a democracia e a solidariedade) devem ter um lugar especial no processo de integração dos migrantes. As medidas possíveis podem incluir a criação de programas ou o apoio a programas já existentes (locais), para encorajar interações sociais entre migrantes e cidadãos da UE, ou envolver empresas nos programas de apoio à integração de migrantes. Ao mesmo tempo, devem ser iniciados programas semelhantes, a fim de criar uma consciência entre os cidadãos da UE sobre questões relacionadas com a migração."

Esta recomendação é importante porque os programas de interação social podem apoiar os migrantes na sua nova vida e permitir que os não migrantes tenham uma visão da vida quotidiana dos migrantes. Se os migrantes vivem em guetos, não há possibilidade de os integrar na sociedade do país e da UE. Uma política comum é necessária já que, assim que os migrantes entram no território da UE, podem ir para qualquer país no seio da UE. As iniciativas locais devem ser apoiadas, uma vez que os governos locais utilizarão os fundos de forma mais eficaz em comparação com o nível nacional.

Subvertente 4.3 Informações sobre a UE

31. "Recomendamos que a UE forneça mais informações e notícias aos cidadãos europeus. A UE deve utilizar todos os meios necessários, respeitando a liberdade e independência dos meios de comunicação social. Deve fornecer os recursos aos meios de comunicação social, bem como uma informação ampla e fiável sobre as atividades e políticas da UE. A UE deve garantir que a informação seja transmitida uniformemente em todos os Estados-Membros pelos meios de comunicação social nacionais e europeus e deve assegurar que os Estados-Membros incentivem os organismos públicos de radiodifusão e as agências noticiosas públicas a cobrir os assuntos europeus."

O motivo desta recomendação prende-se com a nossa experiência pessoal e com base nos dados do Eurobarómetro, pois a maioria dos cidadãos europeus são informados através dos meios de comunicação tradicionais (imprensa, rádio e televisão) e a informação atualmente oferecida nestes canais sobre a UE é muito escassa. Os meios de comunicação social, particularmente o público, têm uma função de serviço público, pelo que a reportagem sobre questões da UE que afetam a população europeia é essencial e indispensável para cumprir essa função. Recomendamos que as informações emitidas nos diferentes Estados-Membros sobre a UE sejam as mesmas, a fim de promover a integração e evitar informações diferentes sobre questões diferentes em cada país. Utilizar os canais dos meios de comunicação social já existentes é mais viável, e menos caro do que criar um novo canal e alcançar o mesmo resultado. Os canais pré-existentes também têm a vantagem de já serem conhecidos pelos cidadãos. Nenhum cidadão deve precisar de escolher entre diferentes canais para poder ter acesso a conteúdos diferentes (nacionais ou europeus).

32. "Recomendamos à UE que crie e anuncie fóruns multilingues em linha, assim como reuniões fora de linha, em que os cidadãos possam iniciar debates com representantes da UE, independentemente do tópico e do âmbito geográfico da questão levantada. Esses fóruns em linha e as reuniões fora de linha devem ter um limite de tempo definido a curto prazo, durante o qual são recebidas as respostas às perguntas. Toda a informação sobre estes espaços deverá ser centralizada num sítio web oficial integrado com diferentes características; por exemplo, como um espaço de perguntas frequentes, a possibilidade de partilhar ideias, propostas ou preocupações com outros cidadãos e com um mecanismo para identificar os mais apoiados. Em qualquer um dos casos, o acesso a esse sítio web oficial deve ser fácil e deve ser utilizada uma linguagem não burocrática."

Esta recomendação é importante porque criará um canal direto entre os cidadãos europeus e os representantes europeus através do qual poderão comunicar e interagir, dando aos cidadãos um acesso fácil à informação sobre a UE e tornando-os mais conscientes da informação existente. Criará, portanto, uma UE mais transparente e aberta e ajudará os cidadãos a partilhar os seus problemas e pensamentos, a receber respostas e soluções políticas e permitir-lhes-á interagir e partilhar perspetivas e experiências com outros cidadãos.

33. "Recomendamos às instituições e aos representantes da UE que utilizem uma linguagem mais acessível e que evitem utilizar termos burocráticos nas suas comunicações, mantendo simultaneamente a qualidade e a especialização das informações fornecidas. A UE deve também adaptar a informação que fornece aos cidadãos com diferentes canais de comunicação e perfis de audiência (por exemplo, jornais, televisão, redes sociais). A UE deve fazer um esforço especial para adaptar a comunicação aos meios digitais, a fim de aumentar a sua capacidade de divulgação junto dos jovens."

Esta recomendação é importante porque consideramos que ter informação compreensível permitirá à UE chegar a mais cidadãos europeus e não apenas aos que já participam. Ao dispor de ferramentas novas e modernas específicas para atingir públicos específicos, os cidadãos compreenderão melhor as atividades e políticas da UE, particularmente os jovens que não se sentem próximos ou ligados à UE.

Vertente 5: Reforçar a participação dos cidadãos

Subvertente 5.1 Participação dos cidadãos

34. "Recomendamos a presença de cidadãos-observadores independentes em todos os processos de tomada de decisões da UE. Deve haver um fórum ou órgão permanente de representantes dos cidadãos para desempenhar a função de transmitir informações pertinentes e importantes a todos os cidadãos da UE, enquanto cidadãos da UE definidos. Esses cidadãos envolver-se-iam com todos os outros cidadãos europeus no espírito de uma ligação descendente/ascendente, o que iria desenvolver ainda mais o diálogo entre os cidadãos e as instituições da UE."

Consideramos que é óbvio que os cidadãos merecem ser informados sobre toda e qualquer questão, e visa garantir que os políticos não venham a esconder certas questões dos cidadãos, sobre as quais prefeririam que estes não tomassem conhecimento. Isto faria a ponte entre cidadãos e representantes eleitos, estabelecendo novas vias de confiança.

35. "Recomendamos que a UE reabra o debate sobre a Constituição da Europa com vista à criação de uma Constituição informada pelos cidadãos da UE. Os cidadãos deverão poder votar na criação de uma tal constituição. Esta constituição, a fim de evitar conflitos com os Estados-Membros, deve dar prioridade à inclusão dos direitos humanos e dos valores democráticos. A criação de uma tal constituição deve considerar esforços anteriores que nunca se materializaram numa constituição."

Esta constituição iria envolver os jovens na política a nível da UE e contrariar as forças crescentes do nacionalismo. Esta recomendação é importante porque daria uma definição comum do que se entende por democracia na Europa, e assegurar-se-ia de que esta é aplicada de forma igual em todos os Estados-Membros. Consideramos que a UE tem valores comuns no que respeita à democracia e aos direitos humanos. Estamos convictos de que permitiria aos cidadãos serem incluídos no processo de tomada de decisões e permitir-lhes-ia identificarem-se mais como sendo da UE – tendo participado no processo.

36. "Recomendamos que os políticos sejam mais responsáveis na representação dos cidadãos pelos quais são eleitos para representar. Os jovens, em particular, estão especialmente desinteressados da política e não são levados a sério sempre que são incluídos. Mas a alienação é uma questão universal e as pessoas de todas as idades deveriam estar mais envolvidas do que estão atualmente."

Esta recomendação prende-se com a necessidade de definir e reavaliar o que é a democracia. Temos de lembrar o que é realmente a democracia. A democracia consiste em representar o povo (cidadãos da UE). Consideramos que os jovens estão cansados e desiludidos com os políticos que veem como elites que não partilham as suas opiniões. É essa a razão pela qual as pessoas devem ser incluídas mais do que estão atualmente, em formas inovadoras e envolventes. O sistema de educação, depois os meios de comunicação social e todas as outras formas de comunicação social poderiam desempenhar este papel durante todo o ciclo de vida e em todas as línguas.

Subvertente 5.2 Participação dos cidadãos

37. "Recomendamos que a UE se aproxime mais dos cidadãos de uma forma mais assertiva, o que significa envolver os Estados-Membros na promoção da participação dos cidadãos na UE. A UE deve promover a utilização dos mecanismos de participação dos cidadãos, desenvolvendo campanhas de comercialização e publicidade. Os governos nacionais e locais devem ser obrigados a participar neste processo. A UE deve garantir a eficácia das plataformas de democracia participativa."

Esta recomendação é importante porque a plataforma já existente deve ser mais forte e eficiente: É necessário que haja mais reações dos cidadãos à UE e vice-versa. Não existe debate suficiente no seio da UE, tanto entre os cidadãos como entre os governos. Consideramos que os cidadãos não se envolvem na apresentação de petições, ou porque não sabem que o processo existe ou porque não acreditam no sucesso de tal petição.

38. "Recomendamos que a UE crie e execute programas para as escolas que falem acerca daquilo que está a ser feito na UE em termos dos mecanismos de participação existentes. Estes programas devem ser incluídos nos currículos escolares que versam sobre cidadania europeia e ética com conteúdos adequados à idade. Também deveriam existir programas para adultos. Deve haver programas de aprendizagem ao longo da vida disponíveis para os cidadãos com vista a aprofundar os seus conhecimentos sobre as possibilidades de participação dos cidadãos da UE."

Esta recomendação é necessária pela sua importância para o futuro das novas gerações. Os cidadãos querem saber como expressar a sua voz. É importante que conheçam os mecanismos exatos e a forma como estes podem ser utilizados, para que a sua voz seja ouvida pela UE. É importante para a igualdade na inclusão de todos os cidadãos europeus. Enquanto cidadãos europeus, precisamos de saber como utilizar os nossos direitos. Por sermos cidadãos europeus, temos direito a esse conhecimento.

Subvertente 5.3 Participação dos cidadãos

39. "Recomendamos que a União Europeia realize assembleias de cidadãos. Recomendamos vivamente que estas sejam desenvolvidas através de uma disposição legal ou regulamento legalmente vinculativo e obrigatório. As assembleias de cidadãos devem ter lugar a cada 12-18 meses. A participação dos cidadãos não deve ser obrigatória, mas sim incentivada, embora organizada com base em mandatos limitados. Os participantes devem ser selecionados aleatoriamente, com critérios de representatividade, não representando também nenhuma organização de qualquer tipo, nem sendo chamados a participar devido ao seu papel profissional quando são membros da assembleia. Se necessário, haverá apoio de peritos para que os membros da assembleia tenham informação suficiente para deliberar. A tomada de decisões estará nas mãos dos cidadãos. A UE deve assegurar o empenho dos políticos nas decisões dos cidadãos tomadas nas assembleias de cidadãos. No caso das propostas dos cidadãos serem ignoradas ou explicitamente rejeitadas, as instituições da UE devem ser responsáveis por isso, justificando as razões pelas quais esta decisão foi tomada."

Recomendamos a concretização das assembleias de cidadãos porque queremos que estes se sintam mais próximos das instituições da UE e que contribuam diretamente para a tomada de decisões em estreita colaboração com os políticos, aumentando o sentimento de pertença e a eficácia direta. Além disso, queremos que os partidos políticos e os seus programas eleitorais sejam responsáveis perante os cidadãos.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES QUE FORAM CONSIDERADAS PELO PAINEL E NÃO FORAM APROVADAS

Vertente 1 Garantir os direitos e a não discriminação

Subvertente 1.1 Não discriminação/Subvertente 1.2 Igualdade de género

"Recomendamos que a UE inclua ativamente as minorias na elaboração de políticas relativas a aspetos cruciais das instituições estatais (por exemplo, polícia e ONG). Recomendamos que a UE estabeleça um conselho consultivo, eleito diretamente pelas minorias. Esse conselho deverá ser constituído predominantemente por representantes de minorias, estando as ONG também presentes. Deve ter um papel formativo na instrução de funcionários públicos para cuidar das necessidades das minorias. Este órgão consultivo deve ter direito de veto em assuntos relacionados com as minorias."

Esta recomendação é importante porque as vozes das minorias não são suficientemente tidas em conta. Os seus elementos devem falar por si próprios, de forma autodeterminada e profissional, e é por esta razão que consideramos que devem ser eleitos por votação e com base no seu conhecimento.

Vertente 2: Defender a democracia e o Estado de direito

Subvertente 2.2. Defesa e reforço da democracia/Subvertente 2.4 Meios de comunicação social e desinformação

"Recomendamos a criação de uma agência de vigilância dos meios de comunicação audiovisuais, impressos e digitais, a nível europeu. Esta agência deve controlar se os meios de comunicação nacionais seguem um processo imparcial e objetivo na produção do seu conteúdo. A fim de prevenir a desinformação, a agência deve fornecer um sistema de pontuação sobre a fiabilidade dos meios de comunicação social nacionais. Este sistema de pontuação deverá ser de fácil compreensão para os cidadãos."

Esta recomendação é feita porque precisamos de uma avaliação dos meios de comunicação social e da sua fiabilidade, mas também da diversidade de tais meios nos países da UE. Uma agência da UE seria a forma mais objetiva para assegurar esse objetivo. Além disso, um sistema de pontuação permite que os cidadãos façam escolhas informadas e incentiva os meios de comunicação a transmitirem notícias fiáveis. Se o sistema de pontuação se revelar insuficiente para assegurar a fiabilidade dos meios de comunicação, a agência deverá também ter poderes para impor sanções.

Vertente 5: Reforçar a participação dos cidadãos

Subvertente 5.1 Participação dos cidadãos

"Recomendamos que seja criado um órgão de representação dos cidadãos com a finalidade de debater e informar sobre a tomada de decisões de uma forma significativa – sempre que houver uma questão a ser decidida a nível da UE, que seja de grande importância para os cidadãos europeus (tal como decidido pelos cidadãos – potencialmente através de inquérito). Deverá ser um grupo diversificado de aproximadamente 100 cidadãos de todos os países da UE, com representação igual por cada país. Deverá também ser um grupo rotativo em que os membros sejam periodicamente alternados."

Consideramos importante evitar problemas como a corrupção, que pode surgir em órgãos representativos permanentes, e que é fundamental que esse órgão tenha representação igual de todos os países, a fim de evitar um processo de decisão injusto. Atuar desta forma evitaria o tipo de desafios que se prendem com o estar constantemente a reunir ou utilizar tecnologia à distância.



Conferência
sobre o **Futuro**
da **Europa**

Conferência sobre o Futuro da Europa

Painel de Cidadãos Europeus 3: «As alterações
climáticas, o ambiente e a saúde»

Recomendações

Fotografia © Union européenne, 2021 — PE/Kenton Thatcher

Conferência sobre o Futuro da Europa
Painel de Cidadãos Europeus 3:
"As alterações climáticas, o ambiente e a saúde"

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR NA SESSÃO PLENÁRIA)

Vertente 1: Melhores estilos de vida

Subvertente 1.1 Estilos de vida saudáveis

- 1. Recomendamos que a UE conceda subsídios à agricultura biológica, incluindo incentivos aos pesticidas biológicos, a fim de tornar os produtos biológicos economicamente mais acessíveis. Recomendamos ainda que a educação dos agricultores para a agricultura biológica e sustentável seja apoiada pela UE e que a monocultura deva ser evitada. E que as pequenas explorações biológicas, as explorações não intensivas e as que têm cadeias de abastecimento curtas sejam apoiadas para se tornarem mais competitivas.**

A concessão de subvenções aos produtos biológicos melhoraria a sua acessibilidade económica. Devemos ajudar os supermercados com cadeias de abastecimento mais curtas e apoiar os pequenos agricultores, dando-lhes a oportunidade de venderem os seus produtos. Os consumidores terão, assim, acesso a produtos mais frescos. Os produtos não biológicos têm desvantagens para a saúde que não se repercutem nos baixos preços a que são vendidos.

- 2. Recomendamos que a inovação na agricultura vertical seja apoiada por investimentos da UE.**

A agricultura vertical permite-nos poupar espaço no solo que poderia antes ser utilizado para a silvicultura. Também não exige pesticidas e permite produzir mais alimentos biológicos. Nem é afetada pelas más condições meteorológicas, que são cada vez mais comuns devido às alterações climáticas, e permite cadeias de abastecimento mais curtas.

- 3. A UE deve estabelecer normas mínimas para a qualidade dos alimentos, bem como para a rastreabilidade dos alimentos e a utilização de alimentos sazonais nas cantinas escolares. Por conseguinte, os ingredientes saudáveis para as cantinas escolares devem ser subsidiados, a fim de garantir aos alunos alimentos a preços acessíveis e de elevada qualidade.**

Os hábitos formam-se desde tenra idade e moldam as nossas atitudes em relação à saúde, pelo que os bons hábitos devem ser encorajados nas escolas para se repercutirem nos alunos e nas suas famílias. Trata-se de uma questão de justiça social: todos os cidadãos da UE devem ter direito a uma boa alimentação na escola.

- 4. Recomendamos o investimento em novos corredores para bicicletas e na melhoria dos já existentes, a fim de tornar a bicicleta segura e atrativa. Recomendamos ainda que se assegure e se disponibilize, junto de todos os grupos etários e em toda a Europa, a formação sobre as regras de trânsito, especialmente sobre bicicletas elétricas e para as pessoas sem carta de condução. Os produtores de bicicletas elétricas devem ser obrigados a fornecer informações sobre a sua utilização e os seus riscos. Deve ser proporcionada proteção jurídica aos ciclistas em caso de acidente com veículos (ver regulamento relativo aos veículos). Apoiamos a criação de zonas sem carros nas cidades (sem prejudicar as zonas comerciais). De um modo geral, recomendamos que se dê prioridade e direitos adicionais aos ciclistas e peões sobre os veículos a motor, garantindo simultaneamente a segurança rodoviária e a conformidade com as regras de trânsito.**

Este aspeto é importante porque a bicicleta traz benefícios para a saúde individual e pública, a qualidade do ar, os níveis de ruído, o clima e o tráfego no interior das cidades. Os ciclistas e peões devem sentir-se seguros, tendo em conta os riscos decorrentes do aumento da utilização de bicicletas elétricas. Os corredores para bicicletas são por vezes inexistentes ou de má qualidade.

- 5. Recomendamos que o tema da produção de alimentos faça parte do ensino público. Que sejam subsidiados e apoiados, se possível, projetos de criação de jardins escolares e urbanos em espaços públicos e privados. A necessidade de espaço, água e infraestruturas de apoio deve fazer parte dos quadros de planeamento urbano. Por exemplo, os antigos parques de estacionamento poderiam ser utilizados para fins de ecologização, jardinagem vertical em edifícios, ou poderia criar-se a obrigação de subordinar as licenças de construção à inclusão de espaços verdes. Devem ser partilhadas as boas práticas inovadoras em todos os Estados-Membros.**

Os projetos de jardinagem promovem a resiliência das cidades e dos habitantes, reunindo pessoas de diferentes idades e grupos sociais. Mais espaço verde melhora a qualidade de vida, a qualidade do ar, a saúde mental e física e o ambiente.

Subvertente 1.2 Educação ambiental

- 6. Recomendamos que a UE adote uma diretiva que exija que os programas de desenvolvimento urbano cumpram requisitos ambientais específicos, com o objetivo de tornar as cidades mais ecológicas. A diretiva deve aplicar-se aos edifícios e espaços privados e públicos, e como aos edifícios novos que se encontram em construção. Essa diretiva deveria impor normas mínimas para garantir que os edifícios e os espaços sejam tão ecológicos quanto possível. Neste contexto, "verde" refere-se à utilização de fontes de energia renováveis, à redução do consumo de energia, aos baixos níveis de emissões de CO₂ e à inclusão de plantas nos projetos arquitetónicos.**

As cidades mais verdes contribuem ativamente para reduzir os impactos das alterações climáticas e das emissões, como o CO₂ e o ozono, que afetam negativamente a saúde dos cidadãos. O investimento em cidades mais ecológicas contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades e produz benefícios económicos e sociais a longo prazo.

- 7. Recomendamos que a UE desenvolva, adote e aplique, em conjunto com os Estados-Membros, uma carta europeia comum que vise as questões ambientais em toda a sua complexidade. A Carta proporcionará um quadro para que os Estados-Membros realizem regularmente campanhas de informação e formação em todos os canais de comunicação social disponíveis e criem um novo portal de informação específico. Estas campanhas devem ser realizadas em toda a UE e a todos os níveis, a fim de promover a sensibilização ambiental de todos os cidadãos.**

A falta de coordenação entre os Estados-Membros está a prejudicar a eficácia das campanhas existentes e a travar os esforços para combater o desafio global das alterações climáticas. Uma carta comum promoverá sinergias entre os planos de ação dos Estados-Membros, assegurando que os esforços são mais eficazes. Além disso, asseguraria a comunicação aos cidadãos de informações coerentes e consistentes sobre o impacto das suas ações quotidianas, tais como os meios de transporte escolhidos e o tratamento de resíduos.

Vertente 2: Proteger o nosso ambiente e a nossa saúde

Subvertente 2.1 Ambiente natural saudável

- 8. Recomendamos um sistema de rotulagem unificado e graduado que mostre toda a pegada ecológica de todos os produtos disponíveis adquiridos na UE. Os produtos provenientes de países terceiros devem respeitar este sistema de rotulagem de forma transparente. O sistema deve basear-se em critérios de rotulagem claros sobre os próprios produtos e utilizar, por exemplo, um código QR que forneça informações mais pormenorizadas sobre o produto.**

Esta informação sobre o ciclo de vida do produto é fundamental para que todos os cidadãos da UE, enquanto consumidores, tenham uma palavra a dizer nas suas opções de compra e tomem decisões responsáveis para contribuir para a proteção do seu ambiente.

- 9. Recomendamos que sejam feitos mais investimentos financeiros para explorar novas fontes de energia respeitadoras do ambiente e, até lá, investimentos adicionais nas melhores soluções de produção de energia já existentes. Recomendamos também que se informe e eduque o público europeu sobre fontes de energia específicas com total transparência. Recomendamos vivamente que sejam tidos em conta todos os impactos ecológicos e sociais do processo de produção de energia para as gerações atuais e futuras.**

Temos níveis muito elevados de emissões de carbono e de outras substâncias tóxicas provenientes da produção de energia que degradam o clima e a qualidade do ar. Para estarmos em conformidade com as diretivas europeias e as recomendações dos relatórios do PIAC e com os objetivos da COP 26, é necessário mais investigação e mais investimento para alcançarmos uma produção de energia cujo impacto no clima seja neutro.

10.Recomendamos uma redução drástica dos pesticidas químicos e dos fertilizantes em todos os tipos de explorações agrícolas, através do controlo da aplicação de normas comuns mais exigentes, da aceleração da investigação sobre as alternativas naturais e do apoio à adoção das novas soluções, incluindo a formação dos agricultores.

Embora se tenham registado progressos em matéria de fertilizantes e pesticidas alternativos, a maioria deles ainda não é utilizável pelas grandes explorações agrícolas. Por conseguinte, é necessário um esforço mais consistente para gerar novas soluções. A investigação deve ser fomentada com o investimento público e devem ser aplicadas normas mais exigentes à utilização de pesticidas e fertilizantes. Os resultados da investigação devem ser rapidamente divulgados à escala da UE.

11.Recomendamos o alargamento das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade (incluindo mamíferos, aves, insetos e plantas) e o reforço do Estado de direito no que diz respeito à intervenção humana nessas zonas. As áreas protegidas serão consideradas não só como ilhas, mas também como um contínuo com zonas urbanas mais verdes, de acordo com as normas harmonizadas da UE.

A desflorestação está a impactar fortemente a biodiversidade. Uma das principais formas de proteger a biodiversidade terrestre consiste na criação de áreas protegidas. No entanto, é difícil manter zonas protegidas perto de cidades poluídas ou evitar interferências humanas quando nas áreas circundantes não se respeita a natureza. Temos de tornar as zonas de vida mais ecológicas e integradas na natureza circundante.

12.Recomendamos que os subsídios genéricos à agricultura sejam reorientados principalmente para projetos relacionados com o desenvolvimento da agricultura sustentável, incluindo o respeito pela natureza e pelos trabalhadores. Os beneficiários devem cumprir normas ambientais claras e ser rigorosamente controlados.

Consideramos que só a agricultura sustentável deve ser incentivada, o que significa redirecionar os fundos agora utilizados em subsídios genéricos. Além disso, a eficiência dos fundos utilizados pode ser aumentada dirigindo-os para projetos de transformação e soluções inovadoras, e não os limitando aos habituais pagamentos anuais. O impacto ecológico das atividades agrícolas e dos projetos deve ser escrutinado com maior rigor. Os direitos humanos dos trabalhadores também devem ser considerados parte integrante da sustentabilidade.

13. Recomendamos que a UE assegure uma concorrência leal para os produtos agrícolas respeitadores do ambiente, estabelecendo normas mais rigorosas tanto para os produtos da UE como para os importados, assegurando a sua rastreabilidade, rotulagem e qualidade.

A menor produtividade dos produtos agrícolas sustentáveis afeta a competitividade dos seus preços. Os produtos importados devem cumprir as mesmas normas rigorosas no que diz respeito ao impacto ecológico da sua produção. Precisamos de autoridades capazes de assegurar a rastreabilidade dos produtos agrícolas importados.

14. Recomendamos uma reflorestação e florestação rápidas e maciças na UE que maximize a utilização dos solos. Deve ser dada especial atenção à reflorestação das florestas exploradas ou destruídas e à florestação das zonas com solos degradados. Devem ser promovidas novas soluções mais responsáveis para uma melhor utilização da madeira, por exemplo, substituindo plásticos e outros materiais químicos, garantindo uma maior eficiência energética a partir da biomassa e reciclando os produtos da madeira.

A reflorestação tem um claro impacto positivo no ambiente e na biodiversidade em geral. Ao mesmo tempo que temos de reduzir a madeira para combustão, ela é fundamental para os produtos de elevado valor acrescentado, por exemplo para substituir os plásticos.

[Subvertente 2.3 Alimentos seguros e saudáveis](#)

15. Recomendamos a eliminação rápida e progressiva de formas não sustentáveis das embalagens de alimentos, incluindo as embalagens de plástico e outros materiais não biodegradáveis. Propomos que seja alcançado este objetivo através de incentivos financeiros às empresas que passem a recorrer a formas de embalagem totalmente biodegradáveis, investindo na investigação de alternativas e introduzindo sanções para as empresas que não utilizem embalagens biodegradáveis.

Os resíduos de plástico, em especial os microplásticos, são cada vez mais abundantes e degradam-se lentamente. O seu consumo prejudica a qualidade e a segurança dos alimentos, pondo simultaneamente em perigo a saúde humana e animal. A legislação europeia em vigor destinada a reduzir as embalagens não biodegradáveis, por outro lado, é insuficiente.

16. Recomendamos que a criação intensiva de animais seja gradualmente eliminada, incluindo a eliminação de condições de vida que não respeitam os animais. Propomos a introdução de normas comuns para a criação de animais (número máximo de animais e espaço adequado ao ar livre, por exemplo) e um maior investimento em métodos não intensivos (agricultura extensiva e sustentável), dando incentivos financeiros e formação às explorações agrícolas para apoiar esta mudança.

A eliminação progressiva da agricultura intensiva reduzirá os níveis de poluição ambiental e reforçará a preservação natural. Além disso, a eliminação progressiva da criação intensiva de animais reduzirá a quantidade de medicamentos necessária para combater as doenças animais e aumentará a qualidade dos nossos alimentos. A criação intensiva de animais também não respeita o bem-estar dos animais, mas existem formas de agricultura mais sustentáveis como as explorações agrícolas extensivas que necessitam de ser subsidiadas para ajudar os agricultores a optar por elas.

17. Recomendamos controlos reforçados sobre a proibição da utilização desnecessária de antibióticos e outros medicamentos para animais nos aditivos para a alimentação animal. Temos de o fazer. Propomos que a utilização de antibióticos só seja autorizada quando absolutamente necessária para proteger a saúde e o bem-estar dos animais, e não de forma preventiva. Além disso, é necessário investir mais na investigação de antibióticos mais eficientes, desenvolvendo alternativas que assentem na investigação existente.

A resistência humana aos antibióticos diminuiu em resultado do consumo de alimentos provenientes de animais aos quais foram administrados antibióticos. É preciso tempo para criar alternativas adequadas aos antibióticos existentes e para garantir que os agricultores estão informados e prontos a utilizá-las. Reconhecemos que existem diretivas europeias sobre antibióticos que não foram aplicadas da mesma forma em todos os Estados-Membros. As drogas animais são utilizadas abusivamente para efeitos de dopagem, pelo que uma legislação mais rigorosa nesta matéria aumentará o bem-estar dos animais e melhorará a sua qualidade de vida.

18. Recomendamos que a legislação europeia exija declarações sobre a utilização de substâncias hormonais e desreguladores endócrinos na produção de alimentos: o tipo, a quantidade e a exposição ao produto final utilizado. Todos os produtos alimentares que incluam estas substâncias devem ostentar rótulos pormenorizados nas respetivas embalagens que prestem essas informações e incluam as razões da sua utilização. Temos, ainda, de acelerar a investigação sobre os efeitos das substâncias hormonais e dos desreguladores endócrinos na saúde humana.

Atualmente, os produtos alimentares carecem de rastreabilidade, em especial no que diz respeito às substâncias hormonais e aos desreguladores endócrinos. Consideramos que a transparência na produção alimentar é necessária para garantir a responsabilização. Os consumidores devem poder conhecer a plena composição dos seus alimentos e poder escolher livremente o que comem. Consideramos que a investigação sobre o impacto nos seres humanos (e os potenciais riscos) do consumo de produtos alimentares com substâncias hormonais e desreguladores endócrinos é insuficiente.

19. Recomendamos que se desencoraje o consumo de alimentos transformados, tributando para esse fim os alimentos não saudáveis e investindo os dinheiros assim angariados em alimentos saudáveis. Propomos a introdução de um sistema de pontuação à escala europeia baseado nas melhores práticas dos Estados-Membros, para rotular os alimentos saudáveis e informar os consumidores sobre as suas propriedades em termos de saúde.

Desta forma, os fundos mobilizados podem ser utilizados como recurso para desenvolver medidas de sensibilização e campanhas promocionais, dar prioridade a alimentos saudáveis na educação e tornar os alimentos não saudáveis menos visíveis nos supermercados. Além disso, o investimento em alimentos saudáveis aumenta a saúde geral da população, reduzindo assim a despesa pública necessária para resolver os problemas de saúde resultantes de uma alimentação pouco saudável. Pensamos que a tributação e os subsídios incentivarão a produção de produtos alimentares mais saudáveis por parte das empresas.

Vertente 3: Reorientar a nossa economia e o nosso consumo

Subvertente 3.1 Regulação da sobreprodução e do consumo excessivo

20. Recomendamos que a UE tome mais medidas que permitam aos consumidores utilizar os bens durante mais tempo e que promovam essa prática. A UE deve combater a obsolescência programada, prolongando o prazo de garantia dos produtos e fixando um preço máximo para as peças sobresselentes após esse prazo. Todos os Estados-Membros devem introduzir um desagravamento fiscal sobre os serviços de reparação, como a Suécia. Os fabricantes devem ser obrigados a declarar o tempo de vida esperado dos seus produtos. A UE deve divulgar informações sobre a reutilização e a reparação de produtos numa plataforma Internet criada para esse efeito e desenvolver ações pedagógicas nesse sentido.

A nossa sociedade de eliminação e de utilização única não é sustentável, uma vez que gera demasiados resíduos. Com a aplicação das medidas propostas, avançaremos para uma sociedade que reutilize, repare e reduza os produtos, e diminua assim o consumo excessivo.

21. Recomendamos que a UE aplique normas ambientais de fabrico mais rigorosas e garanta condições de trabalho justas ao longo de toda a cadeia de produção. As normas de produção da UE devem ser mais sustentáveis, harmonizadas em todos os Estados-Membros e aplicadas aos produtos importados. Devem também incluir-se normas sociais, desde salários que permitam aos trabalhadores viver decentemente às boas normas de trabalho nas fábricas. Os produtos que não cumpram estas normas devem enfrentar as consequências.

É importante estabelecer normas ambientais e sociais de fabrico homogéneas na Europa, a fim de garantir que todos os bens oferecidos são produzidos de forma sustentável. Estas medidas são cruciais para reorientar a nossa economia e alterar os padrões de produção das empresas.

22. Recomendamos que a UE e os Estados-Membros introduzam medidas para limitar a publicidade aos produtos que prejudicam o ambiente. Os produtos com baixa sustentabilidade devem ter uma declaração de responsabilidade obrigatória em todas as formas de publicidade que demonstre que são prejudiciais para o ambiente, devendo a UE proibir a publicidade dos que são totalmente insustentáveis.

Se a publicidade promove o consumo, os produtos que prejudicam o ambiente não devem ter publicidade. Seremos assim menos tentados a comprar produtos nocivos para o ambiente.

23. Recomendamos que a UE crie e/ou expanda a infraestrutura de sistemas de devolução de depósito para todas as embalagens primárias de vidro, plástico, alumínio, etc., de forma homogénea em toda a UE. Sempre que possível, os fabricantes devem reutilizar os contentores devolvidos, esterilizando-os, em vez de os reciclarem. Para além dos recipientes para alimentos e bebidas, o regime deve também incluir outros tipos de garrafas e recipientes, como garrafas de champô, por exemplo.

Atualmente, os consumidores deitam fora demasiadas embalagens que poluem e destroem os nossos ecossistemas. Os regimes de depósito e devolução ajudam a reduzir os resíduos, motivando os cidadãos a devolver as embalagens em vez de as descartar. Ampliando estes regimes utilizaremos menos recursos e reduziremos a quantidade de resíduos produzidos.

[Subvertente 3.2 Redução de resíduos](#)

24. Recomendamos que seja encorajado um maior respeito das políticas de economia circular a nível europeu, visando tanto as empresas como os cidadãos, sob a forma de incentivos financeiros para os cumpridores.

Se as empresas de produção reduzirem o seu pessoal, deixarem de pagar salários ou encerrarem, muitas pessoas acabarão por ficar desempregadas. Dando formação aos desempregados, promoveremos práticas seguras do ponto de vista ambiental e, ao mesmo tempo, reduziremos o desemprego e promoveremos a modernização de uma economia diversificada.

25. Recomendamos que a UE regule a utilização de embalagens seguras do ponto de vista ambiental (ou seja, embalagens feitas a partir de produtos biodegradáveis ou recicláveis, ou de produtos mais duradouros, sempre que possível) e/ou a utilização de embalagens que ocupem menos espaço e que também contenham um código QR com as informações pertinentes para o processo de reciclagem e/ou eliminação das embalagens após a sua utilização.

Esta recomendação conduzirá a menos embalagens, menos produção de resíduos e, por conseguinte, menos poluição, um ambiente mais limpo e, em última análise, uma menor pegada de carbono. Além disso, a carga fiscal sobre os produtores será reduzida.

Subvertente 3.3 Produtos justos, igualdade de acesso e consumo justo

26. Recomendamos à União Europeia que estabeleça um quadro jurídico que garanta a todos os consumidores europeus um melhor acesso a produtos alimentares locais e de qualidade, a preços acessíveis.

Atualmente a UE não tem uma definição comum do que é um alimento local e de qualidade. Esta lacuna tem de ser colmatada.

A importação de produtos de baixa qualidade tem um impacto negativo direto no ambiente. A fim de combater as alterações climáticas, temos de combater todas as suas causas, incluindo a importação de produtos de baixa qualidade: é necessário reduzir a distância de transporte e favorecer os produtos sazonais.

Esta recomendação é promissora, uma vez que também se pode aplicar aos produtos não alimentares.

27. Recomendamos à União Europeia que incentive com financiamento a investigação e o desenvolvimento, a fim de introduzir produtos mais sustentáveis e a preços acessíveis no mercado europeu. A União Europeia deve organizar consultas com os cidadãos, a todos os níveis de decisão, incluindo local, a fim de identificar as suas necessidades em matéria de produtos sustentáveis.

Consideramos que existe uma falta de investigação sobre produtos sustentáveis e que é urgente afetar mais fundos à investigação, a fim de permitir que os europeus tenham acesso a produtos sustentáveis a preços mais acessíveis.

Os cidadãos devem participar no processo de tomada de decisão. A agenda das ações de investigação e inovação deve ser definida em conjunto com os cidadãos.

Os cidadãos têm de ser mantidos informados sobre essa agenda e a sua evolução.

28. Recomendamos à União Europeia que encontre um mecanismo para regulamentar os produtos de moda que entram no mercado comum. Este mecanismo teria por objetivo incentivar um melhor consumo graças a um indicador que garantisse que o produto cumpre os critérios de sustentabilidade.

O setor da moda, que está a produzir produtos de baixa qualidade fora das fronteiras europeias, não segue normas éticas e não é sustentável.

Precisamos de encontrar um mecanismo justo que permita consumir melhor. No entanto, é importante não aumentar os impostos, que teriam um impacto negativo nos consumidores europeus e reduziriam o seu poder de compra.

O consumidor deve conhecer as condições de fabrico dos produtos que compra e saber se cumprem normas de qualidade sustentáveis.

Vertente 4: Rumo a uma sociedade sustentável

Subvertente 4.1 Energias renováveis desde já

29. Recomendamos que a UE tome medidas para tornar obrigatórios os filtros de CO₂, especialmente para as centrais a carvão no período de transição enquanto continuarmos dependentes da energia convencional. Além disso, recomendamos que a UE conceda ajuda financeira aos Estados-Membros que não dispõem de recursos financeiros para implementar filtros de CO₂. O apoio depende do cumprimento das políticas climáticas da UE relacionadas com o Acordo de Paris, o Pacto Ecológico e as novas leis climáticas.

Trata-se de um passo concreto a adotar juntamente com o investimento contínuo na investigação da produção de energia segura, para ajudar os Estados-Membros da UE a alcançarem progressivamente os objetivos comuns de redução já adotados.

Sabemos que a utilização de combustíveis gera gases com efeito de estufa e que os Estados-Membros da UE devem reduzir este tipo de energia para cumprir o Acordo de Paris. Uma vez que não podemos travar imediatamente as emissões de CO₂ e que ainda dependemos do carvão, temos de tomar medidas tanto a curto como a longo prazo.

A redução das emissões de CO₂ é do interesse comum de todos os cidadãos, dentro e fora dos Estados-Membros, pelo que a UE tem as suas próprias responsabilidades enquanto instituição, produzindo recomendações e possibilitando soluções para alcançar este objetivo que não poderia ser atingido pelos Estados-Membros isolados.

30. Recomendamos a redução da criação industrial intensiva de animais para reduzir a produção de metano e a poluição da água. Para o efeito, a UE revê a sua política agrícola comum para orientar os seus subsídios para uma agricultura sustentável e de base local, nomeadamente apoiada por um regime de rotulagem que permita aos consumidores reconhecer os produtos de carne sustentáveis. Além disso, incentivamos a UE a investir em métodos de reutilização dos resíduos provenientes da produção animal e de outras indústrias.

A população está a aumentar, o que significa uma maior procura de carne no futuro. Por conseguinte, temos de reduzir o consumo de carne.

Acreditamos que, uma vez que o metano produz gases com efeito de estufa, é pela redução da criação de animais que temos de começar.

Todos sabemos que é necessário consumir menos carne, o que requer que reduzamos os efetivos.

31. Recomendamos a produção de hidrogénio verde que, conquanto seja dispendiosa dado que é preciso produzir 75 % de energia para obter 25 % de hidrogénio, é um tipo de energia com vários aspetos positivos. Talvez a melhor solução seja a produção de energia sem CO₂ enquanto desenvolvemos o hidrogénio verde. A energia eólica deve ser utilizada para a produção de hidrogénio verde e a UE deve fazer mais investimentos e aumentar a produção de energia eólica, bem como armazenar a energia para fins futuros.

O hidrogénio verde é flexível, podemos armazená-lo e utilizá-lo quando existir procura, porque não implica poluição por CO₂.

32. Recomendamos que a UE crie um sistema de coação e recompensa para combater a poluição da água, do solo, do ar e as radiações. Que sejam aplicadas coimas aos poluidores, em combinação com o apoio obrigatório de uma organização especializada, especificamente criada para ajudar as entidades a eliminar a poluição e a recuperar o ecossistema. Esta organização especializada deve desempenhar um papel de liderança na prevenção e no controlo do nível de poluição.

É importante salientar as responsabilidades dos poluidores e incentivar as entidades a reduzirem a poluição com o objetivo de poluição zero. É fundamental ter um planeta saudável, uma vez que a saúde do planeta está diretamente ligada ao nosso bem-estar e à nossa existência futura.

33. Recomendamos à UE que crie um sítio Web/plataforma especial, com informações científicas sobre o ambiente revistas por vários peritos, regularmente atualizadas e diversificadas, que seja facilmente acessível e transparente para todos os cidadãos. Este sítio/plataforma está ligado a um fórum onde os cidadãos e os peritos podem interagir. Aconselhamos também vivamente o lançamento de uma campanha nos meios de comunicação social para promover este sítio Web/plataforma (por exemplo, através de redes sociais como o YouTube, o TikTok, o LinkedIn).

Todos os cidadãos devem dispor de fontes de informação independentes baseadas em dados científicos para compreender as questões relacionadas com as alterações climáticas (as suas consequências e as medidas necessárias para as inverter), bem como para fazer face às notícias falsas. A campanha nos meios de comunicação social informará as pessoas sobre a existência desta plataforma/sítio Web. É igualmente importante que as informações fornecidas pelo sítio Web/plataforma sejam compreensíveis para todos e facultem o acesso às fontes, caso se pretenda aprofundar o tema.

34. Recomendamos que a UE reduza a quantidade de bens importados que não cumprem as normas da UE em termos de pegada ecológica.

Ao fazê-lo, garantimos que os bens importados para a UE têm uma pegada mais ecológica. O objetivo é reduzir a poluição mundial. É igualmente importante mostrar aos restantes países quais as normas que devem ser cumpridas se quiserem exportar para a UE.

35. Recomendamos que a UE incentive, promova e facilite o diálogo sobre as alterações climáticas entre todos os níveis de decisão, da escala local (cidadãos) à mundial (nacional, internacional e intercontinental), a fim de responder às preocupações de todas as partes envolvidas.

O diálogo e o consenso são a melhor forma de enfrentar os desafios das alterações climáticas: se as partes se compreenderem mutuamente, é mais provável que encontrem pontos comuns.

Subvertente 4.3 Transportes respeitadores do ambiente

36. Recomendamos que a UE apoie financeiramente os Estados-Membros a fim de melhorar a conectividade das zonas rurais. Para tal, deverá ser desenvolvida uma rede europeia de transportes públicos, com preços acessíveis (dando prioridade aos caminhos de ferro) e com incentivos à sua utilização. Para o efeito, a conectividade à Internet num prazo curto mas realista também deve ser desenvolvida nas zonas rurais.

Esta recomendação justifica-se porque não existe igualdade de acesso aos transportes públicos e à conectividade à Internet entre as zonas rurais e urbanas. Assim seria reforçado o projeto europeu comum, uma vez que todos os cidadãos sentiriam que têm os mesmos direitos. O reforço da rede de transportes públicos e da conectividade à Internet levaria a população a mudar-se para as zonas rurais, o que reduziria a poluição, uma vez que menos pessoas viveriam em cidades sobrelotadas.

37. Recomendamos a melhoria das infraestruturas de transporte existentes que podem estar em desuso ou que ainda podem ser melhoradas do ponto de vista ecológico (para implementar comboios elétricos). Este processo deve ser realizado com a intenção de não prejudicar as zonas protegidas do ponto de vista ambiental.

A melhoria das infraestruturas existentes evitaria gastar demasiados recursos e causar danos a zonas protegidas importantes para a conservação da biodiversidade. Dispor de mais infraestruturas ferroviárias provocaria uma redução das emissões de CO₂ e um aumento da mobilidade da população das zonas urbanas para as zonas rurais.

38. Recomendamos que a UE promova a aquisição de veículos elétricos que cumpram boas normas de duração de vida das baterias. Tal poderia ser feito através de incentivos da UE aplicáveis a todos os Estados-Membros e da melhoria das infraestruturas elétricas. Ao mesmo tempo, deve-se investir no desenvolvimento de outras tecnologias não poluentes, como os biocombustíveis e o hidrogénio para os veículos cuja eletrificação é difícil de alcançar, como os barcos e os camiões.

Recomendamos que a eletricidade seja a forma mais rápida de reduzir as emissões dos veículos, acompanhada de outras fontes de energia, como o hidrogénio e os biocombustíveis. Com efeito, a solução mais rápida, económica e viável é a eletricidade, seguida dos biocombustíveis. A longo prazo, o hidrogénio verde deve desempenhar um papel complementar para abranger modos de transporte que não possam ser eletrificados.

Vertente 5: Cuidar de todos

Subvertente 5.1 Reforço do sistema de saúde

39. Recomendamos que a União Europeia salvaguarde normas de saúde comuns, mas também promova salários mínimos dignos, um número máximo de horas de trabalho e as mesmas normas de formação, para as mesmas certificações, aplicáveis aos profissionais de saúde em toda a União Europeia.

Se não houver normas comuns em matéria de cuidados de saúde, salários comuns e formação comum para os trabalhadores do setor da saúde, as diferenças entre os Estados-Membros poderão conduzir a situações desequilibradas em toda a União Europeia. A normalização dos cuidados de saúde poderia ajudar a dispor de um sistema mais forte, mais eficiente e mais resiliente (veja-se o impacto da crise da COVID sobre a estabilidade dos nossos sistemas de saúde). Além disso, a normalização dos cuidados de saúde facilitaria a partilha de conhecimentos e de informações entre os profissionais de saúde.

40. Recomendamos que a União Europeia assegure que os tratamentos em toda a UE tenham a mesma qualidade e tenham um custo local justo. Este objetivo poderia ser assegurado, por exemplo, graças a um alargamento das competências da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) ou à criação de uma nova agência europeia de contratação pública especializada, que seria competente para negociar e obter preços mais adequados para os medicamentos em todos os Estados-Membros. O risco de monopólios da indústria farmacêutica deve ser minimizado.

A igualdade de disposições e tratamentos médicos garante a igualdade de direitos de todos os cidadãos europeus na UE em matéria de saúde. O alargamento das capacidades de aquisição garante melhores acordos em matéria de contratos públicos. No entanto, tal não deve conduzir a estruturas monopolistas nem a pressões por parte do setor farmacêutico. A gestão da crise da COVID tem sido um bom exemplo de gestão colaborativa da saúde em toda a União Europeia.

41. Recomendamos a criação de uma base de dados europeia de cuidados de saúde, na qual seriam disponibilizados registos médicos em caso de emergência ou de doença. A participação deve ser facultativa e a proteção dos dados pessoais deve ser assegurada.

O acesso aos dados e a sua utilização permitem uma resposta rápida a situações de perigo de vida. A pirataria informática ou a utilização abusiva são grandes ameaças de um sistema europeu de bases de dados de cuidados de saúde, pelo que os dados têm de ser protegidos, enquanto a participação continua a ser facultativa e as ameaças relacionadas com a segurança têm, obviamente, de ser evitadas.

42. Recomendamos que a União Europeia continue a desenvolver e sincronize os programas de investigação e inovação no domínio da saúde já existentes, tal como acontece no âmbito do atual programa Horizonte Europa. As conclusões e os resultados da investigação académica devem ser disponibilizados gratuitamente em todos os Estados-Membros.

A cooperação científica ao nível da UE poderia enriquecer as capacidades e os conhecimentos científicos dos investigadores individuais. A partilha de conhecimentos pode, por exemplo, conduzir a um diagnóstico precoce e a melhores tratamentos para reduzir as doenças graves e mortais em toda a Europa. Além disso, promoveria a autossuficiência europeia em termos de medicamentos e equipamentos.

43. Recomendamos que a União Europeia aumente o seu orçamento dedicado a projetos conjuntos de investigação e inovação no domínio da saúde (sem cortes orçamentais noutros programas da UE relacionados com a saúde), o que reforçaria também as instituições científicas e de investigação europeias em geral.

A investigação e os investimentos relacionados com a saúde reforçarão a longo prazo a medicina preventiva e reduzirão os custos relacionados com a saúde. Um maior financiamento poderia impedir a fuga de cérebros para outros países desenvolvidos com orçamentos mais elevados nos setores da I&D e da saúde. Este financiamento não deve provir de recursos financeiros já existentes no setor da saúde.

Subvertente 5.2 Uma compreensão mais ampla da saúde

44. Recomendamos que a UE realize uma iniciativa – A semana da saúde – em todos os Estados-Membros e na mesma data, sobre todas as questões de saúde, com especial destaque para a saúde mental. Essa iniciativa permitiria abordar e promover todos os principais temas relacionados com a saúde mental, em conjunto com outras iniciativas já existentes como as da organização Mental Health Europe.

Fazemos esta recomendação para que todos os cidadãos europeus se sintam aceites e incluídos, especialmente se sofrerem de problemas de saúde mental. É ainda necessário melhorar a aceitação e a informação sobre a saúde mental, bem como prevenir questões sociais conexas, como a discriminação. Uma vez que os problemas de saúde mental aumentaram com a pandemia e são suscetíveis de continuar, esta iniciativa torna-se ainda mais importante.

45.Recomendamos que os produtos de higiene feminina deixem de ser tributados como produtos de luxo, uma vez que são produtos essenciais. Recomendamos também que os produtos contraceptivos hormonais utilizados por razões médicas, como no caso da fibromialgia e da endometriose, sejam tributados como tratamento médico regular. Recomendamos igualmente que a União Europeia incentive a harmonização dos tratamentos reprodutivos medicamente assistidos para todas as mulheres (solteiras ou casadas) em todos os Estados-Membros.

Em alguns países europeus, os produtos de higiene feminina são tributados como produtos de luxo, o que é injusto. Certos contraceptivos hormonais são utilizados para fins médicos, pelo que devem ser tributados em conformidade. Uma vez que os tratamentos de reprodução medicamente assistida, como a fertilização *in vitro* e os métodos de congelação dos ovos, têm condições de elegibilidade diferentes consoante os Estados-Membros, a União Europeia deve envidar esforços para os harmonizar.

46.Recomendamos que a União Europeia insista firmemente junto de todos os Estados-Membros para que incluam nos seus programas escolares os temas da saúde mental e da educação sexual, em função dos programas nacionais. Para ajudar os Estados-Membros a adotar essas questões nos programas escolares, a União Europeia deve desenvolver e disponibilizar um programa normalizado sobre saúde mental e questões sexuais.

É necessário reduzir a discriminação e os tabus no que diz respeito às questões de saúde mental. É igualmente necessário evitar a desinformação e as abordagens não científicas. Além disso, a educação sexual é fundamental para uma vida e uma comunidade saudáveis e evita problemas como a gravidez na adolescência.

47.Recomendamos que a União Europeia desenvolva um melhor sistema de comunicação de todas as suas iniciativas em matéria de saúde mental, nomeadamente o Portal de Saúde Pública sobre boas práticas, nos Estados-Membros e para todos os cidadãos. Os deputados ao Parlamento Europeu poderiam fazer o intercâmbio das boas práticas nacionais, a fim de as dar a conhecer melhor em todos os Estados-Membros.

Como os cidadãos não estão bem informados sobre as iniciativas da União Europeia, a partilha de boas práticas permitir-nos-ia aprender uns com os outros.

48. Recomendamos que a UE estabeleça e promova normas mínimas em matéria de saúde dentária de qualidade, incluindo profilaxia, para todos os Estados-Membros da UE. As crianças, os grupos com baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis devem beneficiar de cuidados de saúde dentária gratuitos. Dentro de 15 a 20 anos, a UE deve garantir que todos tenham acesso a cuidados de saúde dentária a preços comportáveis.

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, os cuidados de saúde dentária não são acessíveis a muitas pessoas que vivem na UE. A falta de cuidados de saúde dentária e de profilaxia dentária prejudica a saúde e as perspetivas de vida. A UE deve começar por estabelecer uma norma mínima para os cuidados de saúde dentária e exigir cuidados de saúde dentária gratuitos para as crianças e os grupos com baixos rendimentos. Em última análise, todas as pessoas devem ter direito a cuidados de saúde dentária de qualidade.

49. Recomendamos que a saúde e os cuidados de saúde sejam incluídos nas competências partilhadas entre a UE e os Estados-Membros da UE. A fim de incluir esta nova competência partilhada, é necessário alterar o artigo 4.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, a União Europeia não dispõe de competências suficientes para legislar em matéria de cuidados de saúde. A pandemia de COVID-19 demonstrou a necessidade de uma presença mais forte da UE nas políticas de saúde. Esta alteração do Tratado permitirá à UE envidar mais esforços para garantir cuidados de saúde a todos os cidadãos da UE e produzir regulamentos e decisões vinculativos.

50. Recomendamos que a UE disponibilize gratuitamente cursos sobre a prestação de primeiros socorros a todos os cidadãos da UE. A UE poderia considerar a possibilidade de tornar esses cursos obrigatórios para os estudantes e nos locais de trabalho (tanto no setor público como no setor privado). Estes cursos devem também ser práticos, frequentes e adaptados à idade dos alunos. Deve também existir um número mínimo de desfibrilhadores disponíveis em locais públicos em todos os Estados-Membros da UE.

Fazemos esta recomendação porque muitas pessoas na União Europeia não estão preparadas para agir quando alguém precisa de ajuda nem sabem ministrar os primeiros socorros. É por esta razão que muitas vidas se perdem. Em alguns locais públicos, os desfibrilhadores não estão disponíveis.

51. Recomendamos que a União Europeia assegure que os prestadores de cuidados de saúde privados não beneficiem injustamente dos fundos públicos e não retirem recursos aos sistemas de saúde públicos. A União Europeia deve formular recomendações firmes aos Estados-Membros no sentido de aumentar o financiamento dos cuidados de saúde públicos.

Fazemos esta recomendação porque a União Europeia e os Estados-Membros da União Europeia têm a obrigação de garantir que todos os seus cidadãos tenham acesso aos cuidados de saúde. Além disso, um sistema de saúde público mais forte significa também que estaremos mais bem preparados para futuras pandemias.

Vertente 1: Melhores estilos de vida

Subvertente 1.1 Estilos de vida saudáveis

Recomendamos que a UE emita uma recomendação a todos os Estados-Membros sobre as melhores práticas em matéria de proibição ou restrição da publicidade ao álcool e ao tabaco em todas as formas de comunicação social para todos os grupos etários, mas com ênfase no público jovem. A UE deve assegurar a aplicação da legislação que restringe a venda destes produtos a menores. Todos os Estados-Membros devem aplicar legislação, com sanções, relativa ao tabagismo em zonas públicas, em especial estabelecimentos de ensino, e criar zonas específicas para fumadores.

Os estilos de vida pouco saudáveis não podem aparecer na publicidade e devem ser menos visíveis na vida pública. O álcool e o tabaco são algumas das substâncias nocivas mais utilizadas, pelo que aplicação das presentes recomendações evitaria o seu consumo abusivo.

Recomendamos que a UE apoie os Estados-Membros na inclusão de lições sobre cozinhar de forma sustentável, saudável e saborosa nos programas curriculares nacionais. A UE pode apoiar este processo com a publicação de guias de cozinha saudáveis em linha e em papel, e com a respetiva publicidade proativa nas redes sociais tradicionais e nas redes sociais, a fim de chegar a um público jovem. Devemos também educar os pais para que aprendam qual é a melhor forma de utilizar os alimentos para adotar um estilo de vida saudável. A investigação neste domínio deve ser estimulada e enriquecedora.

Os cursos de cozinha e nutrição nas escolas melhorariam a saúde dos jovens e desencorajariam o consumo de produtos de cadeias de restauração rápida. A educação das crianças permite-lhes fazer eco do que aprenderam junto dos pais. Além disso, a educação dos pais sobre estilos de vida saudáveis constituiria um bom precedente para as crianças.

Recomendamos que se intensifique a campanha pública da Comissão Europeia "HealthyLifestyle4All" sobre estilos de vida saudáveis e os benefícios da atividade social, com exemplos concretos e utilizando uma abordagem holística. As campanhas de informação devem ser definidas em função de grupos-alvo bem estruturados e devem ser escolhidos meios de comunicação adequados para cada um dos grupos-alvo. Além disso, é importante prever sistemas de recompensas e incentivos para promover comportamentos positivos. As campanhas devem incluir influenciadores, celebridades ou autoridades e devem destacar os duplos benefícios desses comportamentos tanto para a saúde como para o ambiente e o clima. Recomendamos que existam subsídios para o desporto público gratuito em todos os Estados-Membros.

Ao reduzir os problemas de saúde, os estilos de vida mais saudáveis têm um efeito positivo nos sistemas de saúde. A saúde física tem impacto na saúde mental e na felicidade. As campanhas atuais não são suficientemente conhecidas. Se puderem incluir exemplos de referência e influenciadores sociais tornar-se-ão mais eficazes e motivadoras.

Recomendamos uma campanha de informação sobre alimentação e nutrição saudáveis. A UE deve promover a adoção de impostos mais elevados sobre a carne e o açúcar nos Estados-Membros. Deve explorar opções para diferenciar alimentos saudáveis e alimentos não saudáveis e colocá-los em diferentes escalões de IVA. Recomendamos a colocação de sinais de aviso muito claros nos produtos prejudiciais (como os do tabaco). Além disso, recomendamos uma pontuação nutricional à escala europeia, com informações pertinentes e um código QR para que os consumidores tomem decisões mais informadas. Explorar opções para tornar os alimentos saudáveis mais baratos do que os produtos isentos de valor nutricional e tornar a produção de alimentos saudáveis mais atraente para os agricultores.

Uma alimentação saudável é a base para uma vida saudável. É necessário abordar tanto o lado da produção como o dos consumidores. A produção de alimentos saudáveis também tem efeitos positivos no ambiente e pode ajudar a apoiar os agricultores locais. Se houver mais produção de alimentos saudáveis, os preços diminuirão e a procura aumentará.

Subvertente 1.2 Educação ambiental

Recomendamos que a UE estabeleça um regime de financiamento para incentivar a inclusão de um programa de educação ambiental a longo prazo nos sistemas nacionais de ensino básico e secundário. Este regime de financiamento deve incluir fundos destinados aos países que necessitem de assistência financeira.

Os atuais sistemas educativos não contêm elementos práticos suficientes que promovam interações diretas e profundas entre as crianças e o ambiente. Os programas existentes, elaborados numa perspetiva de curto prazo, são heterogéneos e não conseguem promover a necessária mudança de atitudes. Os pais devem ser ajudados para que todas as crianças possam beneficiar do programa em pé de igualdade e nenhuma delas seja excluída por razões financeiras.

Vertente 2: Proteger o nosso ambiente e a nossa saúde

Subvertente 2.1 Ambiente natural saudável

Recomendamos que a água passe imediatamente a ter a maior qualidade possível em toda a UE. Para poupar água, sugerimos um sistema de recompensa baseado na tarifação da água de uma forma que encoraje e incentive um menor consumo; por exemplo: 1) através da criação de um sistema dinâmico que incentive os consumidores a permanecerem abaixo da quantidade média de consumo de água (ou seja, um aumento do consumo de água de 10 % aumentará o preço em 11 %) 2) através da criação de um sistema de mercado das licenças de emissão para a água poluída pelas empresas transformadoras, que é um sistema semelhante ao mercado das licenças de carbono já em vigor.

Esta recomendação justifica-se pelo facto de o aumento dos preços constituir um incentivo para que todos os utilizadores tomem decisões mais conscientes sobre o seu consumo. Tendo em conta as diferentes realidades dos países da UE e procurando dispor de um sistema socialmente justo, podemos apoiar as populações mais pobres na gestão da água através do coinvestimento em infraestruturas e investigação no domínio da água.

Vertente 3: Reorientar a nossa economia e o nosso consumo

Subvertente 3.1 Regulação da sobreprodução e do consumo excessivo

Recomendamos que a UE aplique coimas às empresas que eliminam produtos não vendidos gerados pela sobreprodução.

Em alguns casos, as empresas consideram mais rentável eliminar os produtos não vendidos em vez de os reciclar ou reutilizar. Por conseguinte, é importante desencorajar o excesso de produção através de coimas, de modo a que esta prática deixe de ser rentável para os produtores.

Subvertente 3.2 Redução de resíduos

O Tribunal recomenda que a UE desenvolva e aplique uma política de gestão de resíduos para os agregados familiares/cidadãos centrada na quantidade real de resíduos que geram, complementada por medidas necessárias para sensibilizar os cidadãos para os benefícios da redução da produção e da recolha seletiva de resíduos. Devem igualmente ser aplicadas medidas que visem as famílias socialmente desfavorecidas (por exemplo, famílias jovens com crianças, idosos, etc.), de acordo com o princípio "ninguém fica para trás".

A medida visa desenvolver uma abordagem unificada da gestão dos resíduos domésticos, facilita igualmente a proteção do ambiente através da redução dos resíduos, estimula ainda mais a economia circular e aumenta a eficiência da recolha de resíduos. Aumenta ainda a sensibilização das pessoas e o seu sentido de responsabilidade ambiental.

Recomendamos que a UE promova a livre concorrência no mercado e incentive o setor privado a participar mais ativamente no tratamento dos resíduos, incluindo as águas residuais, e nas atividades de reciclagem e de sobreciclagem.

Convém que a presente recomendação seja aplicada ao nível da UE, uma vez que complementa a Diretiva-Quadro Resíduos e o Plano de Ação para a Economia Circular. Além disso, a aplicação da recomendação fomentará as soluções inovadoras e a qualidade da gestão de resíduos, bem como o volume de resíduos tratados, uma vez que mais empresas participarão nestas atividades.

Subvertente 3.3 Produtos justos, igualdade de acesso e consumo justo

Recomendamos a deslocalização das indústrias no interior da União Europeia para obter produtos justos e de elevada qualidade e dar resposta às questões climáticas.

A União Europeia dispõe de um saber-fazer que tem de ser promovido no seu próprio mercado.

Devido à deslocalização de indústrias para fora da UE, nomeadamente a Ásia, algumas competências profissionais também são deslocalizadas. Esta recomendação implica a formação profissional dos trabalhadores europeus.

Insistimos na necessidade de evitar a deslocalização entre diferentes Estados-Membros, a fim de evitar a concorrência desleal.

O Tribunal observou que a deslocalização maciça das indústrias em todo o mundo afeta as indústrias europeias. A produção local conduzirá a uma maior saúde dos cidadãos e do ambiente.

Vertente 4: Rumo a uma sociedade sustentável

Subvertente 4.3 Transportes respeitadores do ambiente

Recomendamos que as grandes cidades sejam objeto de sanções ou recebam subsídios em função dos resultados ambientais dos seus transportes públicos e da maior ou menor poluição por eles gerada (veículos elétricos, transportes públicos ecológicos, peões, incentivo à utilização de bicicletas, etc.). As sanções ou subsídios que visam as autoridades locais devem aplicar-se, em especial, com base nas alterações introduzidas pelas cidades no transporte ecológico, tendo em conta o seu ponto de partida. É a União Europeia, através da sua legislação, que deve estabelecer alguns indicadores de desempenho no que diz respeito às medidas para redução da poluição. A legislação deve ter em conta a situação inicial de cada cidade.

Recomendamos esta medida porque a poluição que afeta as cidades suscita questões de saúde. O desenvolvimento de transportes ecológicos melhoraria a vida e a saúde das pessoas e reduziria o efeito de estufa. Os subsídios e as sanções são medidas eficazes para promover mudanças e suscitar as adaptações necessárias às diferentes situações existentes nas diferentes cidades.

Recomendamos que a legislação da UE limite e regule os voos de curta distância e os navios de cruzeiro. Devem ser fornecidas alternativas ecológicas de transporte às pessoas. Uma dessas alternativas deve ser a normalização das vias ferroviárias, a fim de ligar as capitais europeias. Recomendamos igualmente que a UE conceda subsídios para alterar o transporte de mercadorias, a fim de o tornar mais respeitador do ambiente, como é o transporte por comboio e por barco (em viagens de curta distância).

Esta recomendação justifica-se porque os voos de curta distância são demasiado frequentes, poluentes e fáceis de substituir. A limitação dos navios de cruzeiro reduziria a poluição marítima (um problema ambiental crítico) e o impacto negativo nas cidades costeiras. Por conseguinte, precisamos de criar alternativas mais baratas do que os transportes mais poluentes. Implementar uma mesma largura de via via-férrea melhoraria as ligações ferroviárias entre as capitais europeias.

Vertente 5: Cuidar de todos

Subvertente 5.2 Uma compreensão mais ampla da saúde

Recomendamos que a União Europeia, em consonância com a sua campanha "HealthyLife4All", promova igualmente iniciativas como eventos sociais desportivos, atividades desportivas nas escolas, olimpíadas bianuais abertas a todos os grupos etários, todos os desportos e exclusivamente para amadores. Recomendamos igualmente o desenvolvimento de uma aplicação desportiva europeia gratuita para incentivar as atividades desportivas coletivas. Esta aplicação deverá ajudar as pessoas a estabelecer contactos entre si através do desporto. Recomendamos que iniciativas como estas sejam amplamente divulgadas e comunicadas.

Para ter uma população europeia mais saudável, a União Europeia deve promover o desporto e os estilos de vida saudáveis. Muitas vezes as pessoas não conhecem a relação que existe entre o desporto e uma vida saudável. A aplicação é importante porque as pessoas são mais facilmente levadas a praticar desporto se o fizerem coletivamente.



Conferência
sobre o **Futuro**
da **Europa**

Conferência sobre o Futuro da Europa

Painel de Cidadãos Europeus 4: «A UE no mundo
/ Migração»

Recomendações

Fotografia © União Europeia, 2021 — PE/Kenton Thatcher

Conferência sobre o Futuro da Europa
Painel de Cidadãos Europeus 4:
"A UE no mundo / Migração"

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO)

Tema 1 Autossuficiência e estabilidade

Subtema 1.1 Autonomia da UE

- 1. Recomendamos que produtos estratégicos de fabrico europeu (tais como produtos agrícolas, semicondutores, produtos médicos, tecnologias digitais e ambientais inovadoras) sejam melhor promovidos e apoiados financeiramente, com vista a mantê-los disponíveis e acessíveis aos consumidores europeus e a reduzir ao máximo as dependências de fora da Europa. Este apoio poderia incluir políticas estruturais e regionais, apoio para manter indústrias e cadeias de aprovisionamento dentro da UE, benefícios fiscais, subsídios, uma política ativa a favor das PME, bem como programas de educação para manter as qualificações pertinentes e os empregos na Europa. No entanto, a política industrial ativa deve ser seletiva e centrada em produtos inovadores ou que sejam relevantes para assegurar as necessidades e serviços básicos.**

A presente recomendação deve-se ao facto de a Europa ter entrado em demasiadas dependências de fora da Europa em áreas chave que têm potencial para conflitos diplomáticos e podem resultar na escassez de produtos ou serviços básicos ou estrategicamente relevantes. Como os custos de produção na UE são frequentemente mais elevados do que noutras partes do mundo, uma política de promoção e apoio mais ativa destes produtos permitirá aos europeus comprar produtos europeus competitivos e incentivá-los-á a fazê-lo. Esta situação reforçará também a competitividade europeia e ajudará a manter indústrias e empregos orientados para o futuro na Europa. Uma regionalização mais forte da produção reduzirá também os custos de transporte e os danos ambientais.

- 2. Recomendamos que a UE reduza as dependências das importações de petróleo e gás. Essa redução deve ser feita apoiando ativamente projetos de transportes públicos e de eficiência energética, uma rede ferroviária e de transporte de mercadorias de alta velocidade à escala europeia, a expansão do fornecimento de energia limpa e renovável (em particular nos sectores solar e eólico) e tecnologias alternativas (tais como hidrogénio ou valorização de resíduos). A UE deve também promover a mudança cultural do automóvel individual para o transporte público, a partilha de automóveis elétricos e o ciclismo.**

Esta recomendação prende-se com a criação de uma situação vantajosa tanto para a autonomia da Europa relativamente às dependências externas, como para objetivos climáticos ambiciosos e de redução de CO₂. Também permitirá à Europa tornar-se um forte interveniente em matéria de tecnologias orientadas para o futuro, bem como reforçar a sua economia e criar empregos.

- 3. Recomendamos que seja aprovada uma lei a nível da UE a fim de assegurar que todos os processos de produção e abastecimento da União, bem como os bens que são importados, respeitem os padrões europeus qualitativos, éticos, sustentáveis e todos os direitos humanos aplicáveis, oferecendo certificação para produtos que cumpram esta lei.**

Esta recomendação é feita por ajudar tanto os consumidores como os comerciantes a acederem facilmente a informações sobre os produtos que estão a comprar/transacionar. Para tal, basta consultar o sistema de certificação; a certificação também ajuda a reduzir o fosso entre produtos baratos e produtos caros disponíveis no mercado. Os produtos baratos não cumprirão o padrão exigido e, portanto, não podem passar por ser de boa qualidade. A qualificação para esta certificação serviria para proteger o ambiente, poupar recursos e promover o consumo responsável.

- 4. Recomendamos a implementação de um programa à escala europeia para apoiar os pequenos produtores locais de sectores estratégicos em todos os Estados-Membros. Estes produtores seriam formados profissionalmente, apoiados financeiramente através de subsídios e encorajados a produzir (sempre que as matérias-primas estejam disponíveis na UE) mais bens que satisfaçam os requisitos, em detrimento das importações.**

Esta recomendação é feita porque, ao apoiar os produtores baseados na UE em sectores estratégicos, a União pode alcançar autonomia económica em todos esses sectores, o que permitiria reforçar todo o processo de produção, promovendo assim a inovação. Esta situação conduziria a uma produção mais sustentável de matérias-primas na UE, reduzindo os custos de transporte e contribuindo para proteger o ambiente.

- 5. Recomendamos que se melhore a implementação dos direitos humanos a nível europeu através: da sensibilização nos países que não cumprem, na medida exigida, a CEDH (Convenção Europeia dos Direitos Humanos) ou a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais; de um controlo rigoroso, coordenado pela UE e pelo Painel de Avaliação da Justiça, da medida em que os direitos humanos são respeitados entre os Estados-Membros e de da garantia de que estes são estritamente respeitados através de diferentes tipos de sanções.**

Esta recomendação deve-se ao facto de os Estados-Membros terem já chegado a acordo em matéria de direitos humanos ao ratificarem a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, sendo agora necessário aumentar a aceitação em cada Estado individual para garantir que estes direitos são ativamente conhecidos e implementados nestes Estados-Membro.

- 6. Recomendamos uma revisão e uma intensa campanha de comunicação a nível europeu, a fim de que o EURES (Serviços Europeus de Emprego), o Portal de Imigração da UE e a Ferramenta de Definição de Perfis de Competências da UE para Nacionais de Países Terceiros sejam mais conhecidos pelos cidadãos europeus e mais frequentemente acedidos pelas empresas da UE para publicitarem e divulgarem as suas vagas.**

Recomendamos que não seja criada uma nova plataforma em linha que anuncie oportunidades de emprego para a juventude europeia. São mais do que suficientes as iniciativas semelhantes a nível europeu. Acreditamos que a valorização do que já existe é a chave para promover a mão de obra e as oportunidades de emprego a nível europeu.

Subtema 1.2 Fronteiras

- 7. Recomendamos que seja criado um sistema de migração laboral para a UE que se baseie nas necessidades reais dos mercados de trabalho europeus. Deve haver um sistema unificado de reconhecimento de diplomas profissionais e académicos de fora e dentro da UE. Deve haver também ofertas de qualificação profissional, bem como ofertas de integração cultural e linguística para migrantes qualificados. Os requerentes de asilo com qualificações relevantes devem ter acesso ao mercado de trabalho. Deve haver uma agência integrada constituída com base na Rede Europeia de Cooperação de Serviços de Emprego.**

Esta recomendação prende-se com o facto de a Europa necessitar de mão de obra qualificada em algumas áreas que não podem ser totalmente cobertas a nível interno. À data, não existem meios suficientes para requerer legalmente uma autorização de trabalho na UE. Um sistema europeu de reconhecimento de diplomas profissionais e académicos facilitará o suprimento destas necessidades e permitirá uma migração laboral mais simplificada dentro e fora da UE. As disparidades no emprego poderiam ser colmatadas de forma mais eficaz e a migração descontrolada mais bem gerida. A abertura do sistema de migração laboral aos requerentes de asilo poderia ajudar a acelerar a sua integração nas economias e sociedades europeias.

- 8. Recomendamos que a União Europeia expanda a sua legislação para atribuir mais poder e independência à Frontex, o que lhe permitiria intervir em todos os Estados-Membros, a fim de assegurar a proteção de todas as fronteiras externas da UE. Contudo, a UE deveria organizar auditorias de processo sobre a organização da Frontex, uma vez que é necessária total transparência sobre o seu funcionamento para evitar todo o tipo de abusos.**

Esta recomendação é feita por considerarmos inaceitável que se possa negar à Frontex o acesso às fronteiras, particularmente em situações em que os direitos humanos são violados. Queremos garantir que a Frontex implementa a legislação europeia. A própria Frontex deve ser controlada e verificada a fim de se evitar comportamentos inadequados dentro da organização.

- 9. Recomendamos que a União Europeia, no que respeita especificamente aos migrantes económicos, avance com a possibilidade de triagem os cidadãos (em função das competências comprovadas, antecedentes, etc.) no país de origem; servirá esta medida para determinar quem é elegível para trabalhar na UE, em função das necessidades económicas/vagas do país de acolhimento. Estes critérios de triagem devem ser públicos e consultáveis por todos, o que pode ser concretizado através da criação de uma Agência Europeia para a Imigração (online).**

A adoção desta recomendação permitiria que as pessoas não tivessem de atravessar a fronteira ilegalmente. Haveria um fluxo controlado das pessoas que entram na UE, o que resultaria numa diminuição da pressão nas fronteiras. Ao mesmo tempo, isso facilitaria o preenchimento de vagas de emprego nos países de acolhimento.

- 10. Recomendamos que a União Europeia assegure que a política de acolhimento e as instalações em cada fronteira sejam as mesmas, respeitando os direitos humanos e garantindo a segurança e saúde de todos os migrantes (por exemplo, mulheres grávidas e crianças).**

Recomendamo-lo porque valorizamos muito o tratamento justo e igualitário dos migrantes em todas as fronteiras. Queremos evitar que os migrantes permaneçam demasiado tempo nas fronteiras e que os Estados-Membros fiquem sobrecarregados com o afluxo de migrantes. Todos os Estados-Membros devem estar bem equipados para os acolher.

Tema 2: A UE como parceiro internacional

Subtema 2.1 Comércio e relações numa perspetiva ética

11. Recomendamos que a UE imponha restrições à importação de produtos de países que permitem o trabalho infantil. Essas restrições devem basear-se numa lista negra de empresas, periodicamente atualizada de acordo com as condições do momento. Além disso, recomendamos que se garanta o acesso gradual à escolarização das crianças que deixam de trabalhar e que se promova a sensibilização dos consumidores para o trabalho infantil através de informação divulgada por canais oficiais da UE, por exemplo, através de campanhas e narrativas.

Esta recomendação deve-se à ligação que estabelecemos entre a falta de acesso à escolarização e a presença de trabalho infantil. Através desta recomendação queremos sensibilizar os consumidores e reduzir a procura de produtos fabricados por crianças, de modo a que esta prática seja um dia abolida.

12. Recomendamos que a UE estabeleça parcerias com países em desenvolvimento, apoiando as suas infraestruturas e partilhando competências em troca de acordos comerciais mutuamente favoráveis, a fim de os ajudar na transição para fontes de energia verdes.

Esta recomendação procura facilitar a transição para fontes de energia renováveis nos países em desenvolvimento através de parcerias comerciais e acordos diplomáticos. Esta situação contribuiria para estabelecer boas relações a longo prazo entre a UE e os países em desenvolvimento, bem como para a luta contra as alterações climáticas.

13. Recomendamos que a UE introduza um "eco-score" obrigatório, a exibir na parte da frente de todos os produtos que podem ser comprados pelo consumidor em geral. O "eco-score" seria calculado de acordo com as emissões causadas pela produção e pelo transporte, bem como com o conteúdo nocivo, com base numa lista de produtos perigosos. O "eco-score" deve ser gerido e controlado por uma autoridade da UE.

Esta recomendação visa tornar o consumidor da UE mais consciente da pegada ambiental dos produtos que compra. O "eco-score" constituiria um método de escalonamento a nível da UE, com vista a mostrar facilmente de que forma o produto é amigo do ambiente. O "eco-score" deveria incluir um código QR na parte de trás do produto, fornecendo mais informações sobre a sua pegada ambiental.

14. Recomendamos que a União Europeia adote uma estratégia com vista a ser mais autónoma na sua produção de energia. Um organismo europeu que integre as instituições energéticas europeias deverá coordenar o desenvolvimento das energias renováveis em função das necessidades, capacidades e recursos dos Estados-Membros, respeitando a sua soberania. As instituições promoveriam a partilha de conhecimentos entre elas para implementar esta estratégia.

Recomendamo-lo porque a nossa atual dependência nos torna vulneráveis em situações de tensão política com países de onde importamos. A atual crise de eletricidade mostra-nos isso mesmo. No entanto, esta coordenação deve respeitar a soberania de cada país.

15. Recomendamos padrões ambientais mais ambiciosos para a exportação de resíduos para dentro e fora da UE, bem como controlos e sanções mais rigorosos para impedir as exportações ilegais. A UE deve incentivar mais os Estados-Membros a reciclarem os seus próprios resíduos e a utilizarem-nos para a produção de energia.

Esta recomendação visa acabar com os danos ambientais verificados quando alguns países se livram dos seus resíduos à custa de outros, especialmente quando o fazem desrespeitando todas as normas ambientais.

16. Recomendamos que a UE encoraje, de forma mais veemente, a transição ambiental em curso, estabelecendo o objetivo eliminar as embalagens poluentes. Isto envolveria a promoção de menos embalagens ou de embalagens mais ecológicas. Para garantir que as empresas mais pequenas são capazes de se adaptar, é necessário prestar-lhes ajuda e proceder a ajustamentos.

Recomendamo-lo porque precisamos de reduzir a utilização de recursos naturais, especialmente de matérias-primas provenientes de fora da UE. Precisamos também de reduzir os danos provocados pelos europeus ao nosso planeta e ao clima. O reforço do apoio às pequenas empresas é fundamental para garantir que estas são capazes de se adaptar sem aumentar os preços.

17. Recomendamos que os países da União Europeia, em conjunto, analisem mais seriamente a questão da energia nuclear. Deve haver uma maior colaboração em torno da avaliação do uso da energia nuclear e do seu papel na transição que a Europa deve realizar para a energia verde.

Recomendamo-la porque a questão nuclear não pode ser resolvida por um único país. Existe atualmente mais de uma centena de reatores em metade dos Estados-Membros, e mais estão em construção. Visto que a nossa rede elétrica é partilhada, a eletricidade com baixo teor de carbono produzida beneficia todos os europeus e aumenta a autonomia energética do nosso continente. Além disso, resíduos nucleares expostos ou um acidente nuclear afetaria vários países. Independentemente da escolha de utilizar ou não energia nuclear, os europeus devem discuti-la em conjunto e construir estratégias mais convergentes, respeitando, simultaneamente, as soberanias nacionais.

Subtema 2.3 Promoção dos valores europeus

18. A UE deve estar mais próxima dos seus cidadãos. Recomendamos que a UE crie e reforce laços com os seus cidadãos e instituições locais, tais como governos, escolas e municípios, procurando melhorar a transparência, chegar aos cidadãos e comunicar melhor com eles sobre iniciativas concretas e informação geral da UE.

Fazemos esta recomendação porque a informação atual da UE não é suficientemente acessível a todos os grupos da sociedade e não chega ao cidadão comum. A informação é, frequentemente, aborrecida, difícil de compreender e de difícil utilização. Tal deve ser alterado, de modo a assegurar que os cidadãos tenham uma visão clara do papel e da ação da UE. Para despertar o interesse, a informação da UE precisa de ser mais fácil de encontrar, mais motivadora, excitante e redigida em linguagem corrente. As nossas sugestões são as seguintes: visitas escolares de políticos da UE, rádio, *podcasts*, correio direto, imprensa, campanhas em autocarros, redes sociais, assembleias de cidadãos e criação de um grupo de trabalho especial para melhorar a comunicação da UE. Estas medidas permitirão aos cidadãos obter informações sobre a UE que não são filtradas pelos meios de comunicação nacionais.

19. Recomendamos uma participação mais forte dos cidadãos na política da UE. Propomos eventos que envolvam diretamente os cidadãos, como a Conferência sobre o Futuro da Europa. Tais eventos devem ser organizados a nível nacional, local e europeu. A UE deve fornecer uma estratégia coerente e orientações centrais para estes eventos.

Recomendamo-lo porque eventos de democracia participativa fornecerão informação correta sobre a UE e melhorarão a qualidade das políticas da UE. Os eventos devem ser organizados de modo a promoverem os valores fundamentais da UE – democracia e participação dos cidadãos. Estes eventos constituiriam uma oportunidade para os políticos mostrarem aos cidadãos que consideram importante que estes estejam cientes dos acontecimentos atuais e que devem estar envolvidos na configuração dos mesmos. Orientações centralizadas darão às Conferências nacionais e locais uma forma coerente e uniforme.

Tema 3: Uma UE forte num mundo pacífico

Subtema 3.1 Segurança e defesa

20. Recomendamos que futuras "Forças Armadas Conjuntas da União Europeia" sejam predominantemente utilizadas para fins de autodefesa. Está excluída qualquer ação militar agressiva. Na Europa, tais Forças Armadas implicariam a capacidade de prestar apoio em tempos de crise, como no caso de catástrofes naturais. Fora das fronteiras europeias, poderiam ser implantadas em territórios, em circunstâncias excepcionais e apenas ao abrigo de um mandato legal do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, portanto, em conformidade com o direito internacional.

A ser implementada, esta recomendação permitiria que a União Europeia fosse vista como um parceiro credível, responsável, forte e pacífico na cena internacional. Espera-se assim que a sua maior capacidade de resposta a situações críticas, tanto interna, como externamente, proteja os seus valores fundamentais.

Subtema 3.2 Tomada de decisões e política externa da UE

21. Recomendamos que todas as questões decididas por unanimidade possam ser decididas por uma maioria qualificada. As únicas exceções devem ser a admissão de novos membros na UE e as alterações aos princípios fundamentais da UE, tal como se afirma no artigo 2.º do Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Tal consolidará a posição da UE no mundo, ao apresentar uma frente unida em relação a países terceiros, e agilizará a sua resposta em geral e, em particular, em situações de crise.

22. Recomendamos que a União Europeia reforce a sua capacidade de sancionar os Estados-Membros, governos, entidades, grupos ou organizações, bem como indivíduos que não cumpram os seus princípios, acordos e leis fundamentais. É imperativo assegurar que as sanções já existentes sejam rapidamente implementadas e aplicadas. As sanções contra países terceiros devem ser proporcionais à ação que as desencadeou, devendo ainda ser eficazes e aplicadas em tempo útil.

Para que a UE seja credível e fiável, tem de aplicar sanções àqueles que infringem os seus princípios. Estas sanções devem ser pronta e ativamente aplicadas e verificadas.

Subtema 3.3 Países vizinhos e alargamento

23. Recomendamos que a União Europeia afete um orçamento específico ao desenvolvimento de programas educativos sobre o funcionamento da UE e os seus valores. Será depois proposto aos Estados-Membros que os integrem, caso desejem, nos seus programas escolares (escolas primárias, secundárias e universidades). Além disso, poderia ser oferecido um curso específico sobre a UE e o seu funcionamento aos estudantes que desejem estudar noutro país europeu através do programa Erasmus. Os estudantes que escolhessem esse curso teriam prioridade na atribuição dos referidos programas Erasmus.

Esta recomendação visa reforçar o sentimento de pertença à UE, o que permitirá aos cidadãos identificarem-se mais com a UE e transmitirem os valores da União. Além disso, também melhorará a transparência no que diz respeito ao funcionamento da UE, aos benefícios de fazer parte da mesma e à luta contra os movimentos antieuropeus. Poderia ainda funcionar como um dissuasor para os Estados-Membros que abandonam a UE.

24. Recomendamos que a UE faça maior uso do seu peso político e económico nas relações com outros países, a fim de impedir que certos Estados-Membros sejam sujeitos a pressões económicas, políticas e sociais bilaterais.

Fazemos esta recomendação por três razões. Em primeiro lugar, porque reforçará o sentimento de unidade no seio da UE. Em segundo lugar, uma reação unilateral dará uma resposta clara, forte e mais rápida, a fim de evitar qualquer tentativa por parte de outros países de intimidar e conduzir políticas repressivas contra os membros da UE. Em terceiro lugar, reforçará a segurança da União e garantirá que nenhum Estado-Membro se sinta excluído ou ignorado. As respostas bilaterais dividem a UE e esta é uma fraqueza utilizada por países terceiros contra nós.

25. Recomendamos que a União Europeia melhore a sua estratégia de comunicação social. Por um lado, a UE deve reforçar a sua visibilidade nos meios de comunicação social e promover ativamente o seu conteúdo. Por outro lado, a UE deve continuar a organizar conferências como a Conferência sobre o Futuro da Europa, numa base anual e presencial. Recomendamos também que a UE continue a encorajar a inovação, através da promoção de uma plataforma europeia de comunicação social acessível.

Recomendamos o acima exposto, uma vez que não só poderia chegar aos mais jovens, mas também gerar mais interesse e envolvimento entre os cidadãos europeus através de um instrumento de comunicação mais envolvente e eficaz. Eventos como a Conferência sobre o Futuro da Europa devem permitir que os cidadãos se envolvam mais no processo de tomada de decisões e fazer com que a sua voz seja ouvida.

26. Recomendamos que os Estados-Membros cheguem a acordo sobre uma visão forte e uma estratégia comum, a fim de harmonizar e consolidar a identidade e a unidade da UE antes de permitir a adesão a outros países.

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que é essencial reforçar a UE e consolidar a relação entre os Estados-Membros antes de considerar a integração de outros países. Quanto mais Estados integrarem a UE, mais difícil será o processo de tomada de decisões dentro da União; daí a importância de reavaliar o voto por unanimidade nos processos de decisão.

Tema 4: A migração de um ponto de vista humano

Subtema 4.1 Remediar as causas da migração

27. Recomendamos que a União Europeia participe ativamente no desenvolvimento económico de países fora da UE e a partir dos quais existe um elevado afluxo de migrantes. A UE, com a ajuda dos organismos relevantes (por exemplo, ONG locais, políticos locais, trabalhadores no terreno, peritos, etc.), deve procurar formas de intervir pacificamente, e de modo eficiente e ativo, em países com fluxos migratórios importantes que tenham previamente concordado com as condições exatas de cooperação com as autoridades locais. Estas intervenções devem ter resultados tangíveis com efeitos mensuráveis. Ao mesmo tempo, esses resultados e efeitos tangíveis devem ser claramente delineados para que os cidadãos da UE possam compreender a política de ajuda ao desenvolvimento empreendida pela União. Neste sentido, as ações da UE de ajuda ao desenvolvimento devem tornar-se mais visíveis.

Fazemos esta recomendação porque, embora a UE já trabalhe no desenvolvimento internacional, deve continuar a fazê-lo, bem como a investir na transparência e na visibilidade da política e das ações que empreende.

28. Recomendamos o desenvolvimento de um quadro de trabalho europeu comum, harmonizando assim as condições de trabalho em toda a União (ex. salário mínimo, horários de trabalho, etc.). A UE deve tentar criar normas básicas comuns sobre trabalho para evitar a migração de cidadãos que deixam os seus países de origem em busca de melhores condições de trabalho. Como parte destas normas, a UE deve reforçar o papel dos sindicatos a nível transnacional. Ao fazê-lo, a UE estará a considerar a migração económica interna (migração de cidadãos da UE) uma questão fundamental.

Recomendamo-lo porque identificámos que muitas pessoas na UE migram devido a razões económicas, uma vez que existem disparidades entre as condições de trabalho dos Estados-Membros europeus. Esta situação leva a um efeito "fuga de cérebros" em vários países, o que deve ser evitado para que os Estados-Membros possam manter o talento e a mão de obra. Embora apoiemos a livre circulação de cidadãos, pensamos que a migração de cidadãos da UE entre Estados-Membros, se não for voluntária, se deve a razões económicas. Por conseguinte, é importante estabelecer um quadro de trabalho comum.

Subtema 4.2 Considerações humanas

29. Recomendamos a implementação de uma política de migração conjunta e coletiva na UE, baseada no princípio da solidariedade. Queremos concentrar-nos no problema dos refugiados. A definição de um procedimento comum em todos os Estados-Membros da União deve basear-se nas melhores práticas e nos costumes bem-sucedidos em todos os países da União. Este procedimento deve ser pró-ativo e ativamente executado tanto pelas autoridades nacionais, como pela administração da UE.

A questão dos refugiados diz respeito a todos os países da UE. Atualmente, as práticas nos Estados são demasiado diversificadas, o que tem consequências negativas tanto para os refugiados, como para os cidadãos da União. Por conseguinte, é necessária uma abordagem coerente e consistente.

30. Recomendamos que a UE aumente os seus esforços para informar e educar os cidadãos dos Estados-Membros sobre os temas relacionados com a migração. Este objetivo deve ser alcançado através da educação das crianças, o mais cedo possível, desde o início da escola primária, com disciplinas como migração e integração. Se combinarmos esta educação precoce com as atividades das ONG e das organizações juvenis, bem como com campanhas mediáticas de grande alcance, poderemos atingir plenamente o nosso objetivo. Além disso, deve ser utilizada uma vasta gama de canais de comunicação, desde folhetos até à televisão e meios de comunicação social.

É importante mostrar às pessoas que a migração tem muitos aspetos positivos, tais como mão de obra adicional. Queremos enfatizar a importância de sensibilizar para ambos os processos, para que as pessoas compreendam as razões e as consequências da migração e eliminar o estigma que advém do facto de alguém ser visto como migrante.

Subtema 4.3 Integração

31. Recomendamos que a Diretiva 2013/33/UE relativa a normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros seja substituída por um regulamento comunitário obrigatório, uniformemente aplicável em todos os Estados-Membros. Uma das prioridades deve ser a melhoria das instalações de receção e alojamento. Recomendamos a criação de um organismo de controlo específico da UE para a implementação do regulamento.

Com efeito, a diretiva existente não é implementada uniformemente em todos os Estados-Membros. Condições como as dos campos de refugiados de Moria têm de ser evitadas. Por conseguinte, o regulamento recomendado deve ser implementado e prever sanções obrigatórias. Quanto ao organismo de controlo, este deve ser forte e fiável.

32. Recomendamos que a UE assegure que todos os requerentes de asilo e refugiados, durante o processo de residência, frequentem cursos de língua e integração. Os cursos devem ser obrigatórios, gratuitos e incluir assistência pessoal para as primeiras fases da integração. Devem começar no prazo de duas semanas após a apresentação do pedido de residência. Além disso, devem ser estabelecidos incentivos e mecanismos sancionatórios.

A aprendizagem da língua, assim como a compreensão da cultura, história e ética do país de chegada, é um passo fundamental para a integração. A longa espera pelo desenvolvimento do processo de integração inicial tem um impacto negativo na assimilação social dos migrantes. Os mecanismos sancionatórios podem ajudar a identificar a vontade de integração de um migrante.

Tema 5: Responsabilidade e solidariedade em toda a UE

Subtema 5.1 Distribuição da migração

33. Recomendamos a substituição do Sistema de Dublin por um tratado juridicamente vinculativo, que assegure uma distribuição justa, equilibrada e proporcional dos requerentes de asilo na UE, com base na solidariedade e na justiça. Atualmente, os refugiados são obrigados a apresentar os seus pedidos de asilo ao Estado-Membro da UE a que chegam primeiro. A transição entre sistemas deve ser realizada o mais rapidamente possível. A proposta da Comissão Europeia relativa um Novo Pacto da UE sobre Migração e Asilo a partir de 2020 é um bom ponto de partida e deve assumir forma jurídica, uma vez que inclui quotas sobre a distribuição de refugiados entre os Estados-Membros da UE.

Recomendamo-lo porque o atual sistema de Dublin não respeita os princípios de solidariedade e justiça. Coloca, aliás, um pesado fardo sobre os países situados na

fronteira da UE, onde a maioria dos requerentes de asilo entra pela primeira vez em território da União. Todos os Estados-Membros têm de assumir a responsabilidade de gerir os fluxos de refugiados para a UE. A UE é uma comunidade de valores partilhados e deve agir em conformidade.

34. Recomendamos que a UE preste apoio aos seus Estados-Membros, a fim de processar os pedidos de asilo a um ritmo mais rápido e de acordo com normas comuns. Além disso, deve ser providenciado alojamento humanitário aos refugiados. Para aliviar os países de chegada, recomendamos que os refugiados sejam realojados dentro da UE rápida e eficientemente após a sua primeira chegada à União, para que o seu pedido de asilo possa ser processado noutra lugar dentro da UE. Para tal, é necessário apoio financeiro da UE, bem como apoio organizacional através da Agência da UE para o Asilo. As pessoas cujos pedidos de asilo forem recusados devem ser reenviadas para os seus países de origem de forma eficaz – desde que o seu país de origem seja considerado seguro.

Recomendamo-lo porque os procedimentos de asilo demoram atualmente demasiado tempo e podem diferir de um Estado-Membro para outro. Ao acelerar os processos de asilo, os refugiados passam menos tempo à espera da sua decisão final de asilo em instalações de alojamento temporário. Do mesmo modo, os requerentes de asilo que são admitidos podem ser integrados mais rapidamente no seu país de destino final.

35. Recomendamos um forte apoio financeiro, logístico e operacional da UE para a gestão do primeiro acolhimento, conduzindo a uma possível integração ou repatriamento de migrantes em situação irregular. Os beneficiários do apoio serão os Estados fronteiriços da UE que suportam o fardo do afluxo migratório.

Recomendamos um forte apoio, visto que alguns Estados fronteiriços da UE suportam o maior fardo do fluxo migratório devido à sua localização geográfica.

36. Recomendamos que o mandato da Agência da UE para o Asilo seja reforçado, a fim de se coordenar e gerir a distribuição dos requerentes de asilo nos Estados-Membros da UE e alcançar uma distribuição justa. Uma distribuição justa exige que se tenha em conta as necessidades dos requerentes de asilo, bem como as capacidades logísticas e económicas dos Estados-Membros da UE e as suas necessidades em termos de mercado de trabalho.

Fazemos esta recomendação porque uma coordenação e uma gestão centralizadas da distribuição dos requerentes de asilo que seja considerada justa, tanto pelos Estados-Membros, como pelos seus cidadãos, evita situações caóticas e tensões sociais, contribuindo assim para uma maior solidariedade entre os Estados-Membros da UE.

Subtema 5.2 Abordagem comum do asilo

37. Recomendamos a criação de uma instituição de longo alcance da UE ou o reforço da Agência da UE para o Asilo, com vista a processar e decidir sobre pedidos de asilo para toda a União Europeia com base em normas uniformes. Deve também ser responsável por uma distribuição justa dos refugiados. Esta instituição deve ainda definir quais os países de origem que são seguros e quais os que não o são, e deve ser responsável pelo reenvio dos requerentes de asilo rejeitados.

Recomendamo-lo porque a atual política de asilo se caracteriza por responsabilidades pouco claras e normas diferentes entre os Estados-Membros da UE. Esta situação leva a um tratamento incoerente dos procedimentos de asilo na UE. Além disso, atualmente, a Agência da UE para o Asilo dispõe apenas de capacidade de influência. Limita-se a aconselhar os Estados-Membros sobre questões de asilo.

38. Recomendamos a criação, sem demora, de centros de asilo para menores não acompanhados em todos os Estados-Membros da UE. Esta recomendação tem como fim acolher e prestar cuidados aos menores de acordo com as suas necessidades particulares e com a maior brevidade possível.

Assim, fazemos esta recomendação por considerarmos que:

- 1) Muitos menores estarão provavelmente traumatizados (uma vez que vêm de zonas de conflito).
- 2) Diferentes crianças terão necessidades diferentes (de acordo com a sua idade, saúde, etc.).
- 3) A ser implementada, esta recomendação asseguraria que os menores vulneráveis e traumatizados receberiam todos os cuidados necessários com a maior brevidade possível.
- 4) Os menores são futuros cidadãos europeus e, como tal, se tratados adequadamente, deverão contribuir positivamente para o futuro da Europa.

39. Recomendamos o estabelecimento de um sistema comum e transparente para lidar com o tratamento expedito dos requerentes de asilo. Este processo deve prever uma norma mínima e deve ser aplicado em todos os Estados-Membros de forma igual.

Assim, fazemos esta recomendação por considerarmos que:

- 1) A ser implementada, esta recomendação conduziria a um tratamento mais rápido e transparente dos pedidos de asilo.
- 2) A incapacidade de acelerar o processo de asilo conduz à ilegalidade e à criminalidade.
- 3) As normas mínimas referidas na nossa recomendação devem incluir o respeito pelos direitos humanos, pela saúde e pelas necessidades educativas dos requerentes de asilo.
- 4) A implementação desta recomendação conduziria ao acesso ao emprego e à autossuficiência, permitindo uma contribuição positiva para a sociedade da UE. A regularização do estatuto laboral evita os abusos de que os requerentes de asilo possam ser alvo no ambiente de trabalho. Estas medidas só poderiam beneficiar uma integração mais bem-sucedida de todos os afetados.
- 5) As estadias prolongadas em centros de asilo têm consequências negativas em termos de saúde mental e bem-estar dos ocupantes.

40. Recomendamos veementemente uma revisão completa de todos os acordos e legislações que regem o asilo e a imigração na Europa. Recomendamos ainda que seja adotada uma abordagem para "toda a Europa".

Assim, fazemos esta recomendação por considerarmos que:

- 1) Desde 2015, os acordos atuais são inexecutáveis, impraticáveis e já não se adequam ao objetivo.
- 2) A UE deve ser a primeira "agência" a gerir todas as outras agências e ONG que lidam diretamente com questões de asilo.
- 3) Os Estados-Membros afetados são os que, em grande medida, ficam sozinhos a lidar com esta questão. A atitude "à la carte" de alguns Estados-Membros é um fraco reflexo da unidade da UE.
- 4) Uma nova legislação específica permitiria um futuro melhor para todos os requerentes de asilo e conduziria a uma Europa mais unificada.
- 5) As lacunas na legislação atual estão a gerar conflitos e desarmonia em toda a Europa e estão a causar uma intolerância crescente entre os cidadãos europeus em relação aos migrantes.
- 6) Uma legislação mais forte e relevante levaria a uma redução da criminalidade e dos abusos do atual sistema de asilo.

Tema 1 Autossuficiência e estabilidade

Subtema 1.1 Autonomia da UE

Recomendamos, sempre que os países em desenvolvimento o solicitem, programas de intervenção para o desenvolvimento económico baseados em parcerias adaptadas às necessidades de cada Estado e/ou acordos comerciais, após um estudo inicial do seu potencial económico e posterior concessão de apoio económico e garantia de formação profissional.

Fazemos esta recomendação por considerarmos que conduz ao desenvolvimento da independência industrial, criando locais de trabalho que melhoram a situação/o estado global da migração, o que também pode servir para ajudar a melhorar os acordos comerciais nos países em desenvolvimento.

Tema 2: A UE como parceiro internacional

Subtema 2.1 Comércio e relações numa perspetiva ética

Recomendamos que a UE inclua regulamentos que obriguem as empresas a controlar a sua cadeia de abastecimento, fornecendo periodicamente um relatório (de auditoria) completo, e estabeleça condições que recompensem e restrinjam a importação, de acordo com critérios éticos. Dependendo da dimensão, a empresa deve fornecer um relatório de auditoria interna e/ou externa.

Recomendamo-lo a fim de alargar a perspetiva ética no comércio com a UE, através da monitorização da atividade das empresas na cadeia de abastecimento em todos os países, incentivando as empresas a comportarem-se de acordo com critérios éticos, por exemplo em matéria de utilização de produtos perigosos, direitos e condições laborais, possível utilização de trabalho infantil e proteção ambiental. Esta recomendação não se aplicaria aos produtos em linha comprados diretamente pelo consumidor.

Tema 3: Uma UE forte num mundo pacífico

Subtema 3.1 Segurança e defesa

Recomendamos que a atual arquitetura de segurança europeia seja repensada como uma estrutura supranacional mais eficiente, eficaz e capaz. Tal levará, em última análise, à criação das "Forças Armadas Conjuntas da União Europeia". Este desenvolvimento implica a integração gradual e subsequente conversão das forças armadas nacionais. A unificação das capacidades e dos recursos militares em toda a União Europeia deve também promover uma integração europeia duradoura. A criação das Forças Armadas Conjuntas da União Europeia exige também um novo acordo de cooperação com a NATO, bem como com os Estados membros da NATO não europeus.

Na sequência desta recomendação, esperamos que as estruturas militares no seio da União Europeia sejam mais eficientes em termos de custos e capazes de responder e agir quando necessário. Como consequência desta abordagem integrada, a União Europeia estará numa melhor posição para agir de forma decisiva e coordenada em situações críticas.

Tema 4: A migração de um ponto de vista humano

Subtema 4.1 Remediar as causas da migração

Recomendamos que a UE crie um protocolo de ação relativamente à crise de refugiados que irá resultar da crise climática. Como parte deste protocolo, a UE deve expandir a definição de refugiados e requerentes de asilo, de modo a ser mais abrangente e a incluir as pessoas afetadas pelas alterações climáticas. Uma vez que muitos migrantes não terão a oportunidade de regressar aos seus países de origem devido à sua inabitabilidade, outra parte do protocolo deverá garantir que as instituições encontrem novos usos para as áreas afetadas pelas alterações climáticas, a fim de apoiar os migrantes que deixaram estes territórios. Por exemplo, as zonas inundadas poderiam ser utilizadas para criar parques de energia eólica.

Recomendamo-lo porque todos nós somos responsáveis pela crise climática. Por conseguinte, temos uma responsabilidade para com os mais afetados. Embora não tenhamos previsões nem dados concretos sobre os futuros refugiados climáticos, as alterações climáticas afetarão, com certeza, a vida de milhões de pessoas.

Subtema 4.2 Considerações humanas

Recomendamos o reforço e o financiamento imediatos e organizados de estradas e meios de transporte legais e humanitários para os refugiados provenientes de zonas de crise. O sistema especial de Vias Europeias de Segurança (SER) deve ser estabelecido e regulado pelo organismo criado especificamente para esse fim. Esta agência, constituída através de processo legislativo, seria dotada das suas próprias competências especiais, consagradas no seu regulamento interno.

O tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes são questões sérias que precisam de ser tratadas. A nossa recomendação conduziria certamente à redução destas preocupações.

Subtema 4.3 Integração

Recomendamos a introdução de uma diretiva europeia que garanta que cada área habitável dos Estados-Membros não possa ter mais de 30% de habitantes de países terceiros. Este objetivo deve ser alcançado até 2030 e os Estados-Membros europeus devem obter apoio para a sua implementação.

Recomendamo-lo porque uma distribuição geográfica mais equilibrada levará a uma melhor aceitação dos migrantes por parte da população local e, por conseguinte, a uma melhor integração. O valor percentual apresentado tem por base um novo acordo político na Dinamarca.

II – Recomendações dos quatro painéis de cidadãos nacionais



Segue-se o conjunto de recomendações apresentadas pelos 50 cidadãos do painel de cidadãos organizado sob os auspícios da vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus, Sophie Wilmès, como contributo do governo federal belga para a Conferência sobre o Futuro da Europa. Este painel estava subordinado ao tema "Como envolver mais os cidadãos na democracia europeia". Embora não haja dúvida que a Conferência extravasa o âmbito dos assuntos relacionados com a UE, o tema deste painel é esclarecedor das razões pelas quais são feitas tantas referências explícitas à UE e às suas instituições. Sempre que adequado, faz-se referência à Europa em geral.

A fim de refletir a totalidade dos contributos dos cidadãos, o presente relatório apresenta todas as recomendações, inclusivamente as que não obtiveram maioria simples durante a sessão de votação final de todas as recomendações. Estas últimas são claramente identificáveis pela percentagem assinalada a **vermelho e negrito**. Além disso, algumas recomendações contradizem-se e, mesmo durante os debates finais, a respetiva posição dos cidadãos permanecia inconclusiva. Estas recomendações são assinaladas a *itálico*. No caso de uma única recomendação, a discordância foi tão clara que a votação terminou empatada, o que está assinalado a **laranja e negrito**. Os cidadãos concordam na apreciação de que as opiniões sobre estas recomendações se dividem. Por conseguinte, propõem que os órgãos da Conferência sobre o Futuro da Europa e as instituições da UE sejam vigilantes na aplicação destas recomendações, uma vez que a votação revela uma forma de divisão.

1. Comunicação

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. A comunicação sobre a UE não é satisfatória.	1.1 Propomos que, a partir do terceiro ciclo do ensino primário, sejam integradas aulas sobre a União Europeia no programa curricular escolar. O objetivo é alcançar todos os cidadãos e melhorar os conhecimentos sobre a União Europeia.	88,4 %
	1.2 A União Europeia, e em especial a Comissão, deverá fornecer material didático sobre o funcionamento da Europa aos Ministérios da Educação dos Estados-Membros. Além de explicar o funcionamento, a composição e as competências das instituições, esta formação deverá também incluir uma breve panorâmica da História da integração europeia. Importa prestar especial atenção à utilização de uma linguagem clara, compreensível e acessível, bem como de ferramentas educativas como documentários, vídeos ou programas de televisão escolar, difundidos nas 24 línguas.	95,0 %

2. Os cidadãos continuam alheios ao projeto europeu.	2.1 Propomos que as instituições europeias assegurem que na sua comunicação expliquem melhor tanto o que se enquadra como o que não se enquadra nas competências da UE.	97,6 %
	2.2 A União Europeia deverá integrar na sua comunicação exemplos concretos da vida quotidiana dos europeus. Tais explicações deverão ser difundidas nos Estados-Membros por meio de acordos entre as instituições europeias e os canais públicos de televisão nacionais, a fim de alcançar um vasto público.	80,5 %
	2.3 Além disso, os nacionais de todos os Estados-Membros deverão ser regularmente informados sobre o papel da União Europeia nos outros Estados-Membros – por exemplo, em vídeos. Desta forma, as vantagens e desvantagens da Europa poderiam ser mais bem enquadrados nos debates sobre o futuro da Europa.	85,7 %
	2.4 A fim de reforçar a identidade europeia, propomos que sejam disponibilizadas e comunicadas periodicamente informações sobre como seria a vida dos europeus sem a UE e as suas realizações concretas.	92,7 %
	2.5 Propomos igualmente que o Dia da Europa (9 de maio) passe a ser feriado europeu para todos os cidadãos da UE.	81,4 %
	2.6 Recomendamos que as instituições europeias prestem ainda mais atenção à simplificação, inteligibilidade e acessibilidade da informação sobre temas prioritários tratados a nível europeu.	97,6 %
	2.7 Recomendamos que a União Europeia disponibilize um painel que discrimine os recursos afetados pela UE por país e por tema prioritário. Todas estas informações deverão estar disponíveis nos sítios Web da UE.	93,0 %
	2.8 Recomendamos que a UE apresente de forma clara o trabalho legislativo em curso. Todas estas informações deverão estar disponíveis nos sítios Web da UE.	90,7 %
	2.9 Queremos tornar as instituições europeias mais acessíveis aos europeus. Deverá ser facilitada a sua participação em debates durante as sessões do Parlamento Europeu.	79,0 %
	2.10 Recomendamos que a participação no programa Erasmus seja alargada a todos os estudantes, independentemente do seu percurso educativo (formação profissional e técnica, alternância trabalho e estudos). Todos deverão poder participar em intercâmbios europeus.	79,5 %
	2.11 Recomendamos que a população ativa possa beneficiar de programas de intercâmbio europeus, independentemente do setor de atividade e acessível também às empresas locais. Todos deverão poder participar em intercâmbios europeus.	83,7 %
	2.12 Recomendamos a criação de cursos de cidadania europeia para todos os cidadãos europeus.	83,7 %

<p>3. A legislação europeia não é aplicada da mesma forma em todos os Estados-Membros.</p>	<p>3.1 Recomendamos que a União Europeia recorra mais frequentemente à legislação diretamente aplicável nos Estados-Membros. Assim se reduziriam as diferenças nacionais de aplicação da legislação europeia, que tanto prejudicam o projeto europeu. Desta forma, a UE estará em melhores condições para salvaguardar e de promover a integridade das suas realizações, como o mercado interno, o euro e o espaço Schengen.</p>	<p>81,4 %</p>
--	--	---------------

4. A democracia europeia está ameaçada.	4.1 Recomendamos que, na sua comunicação sobre a democracia europeia, a UE recorde permanente e inequivocamente o que a Europa significa para os europeus.	78,0 %
	4.2 Os valores e princípios dos Tratados UE, subscritos pelos Estados-Membros aquando da adesão, são irreversíveis e importa continuar a assegurar a sua defesa.	81,0 %
	4.3 A defesa dos valores e princípios dos Tratados é assegurada pelo Tribunal de Justiça Europeu e não pode ser posta em causa pelos Estados-Membros.	81,0 %
5. As informações sobre a UE não são facilmente acessíveis e compreensíveis.	5.1 Recomendamos que seja reforçada a verificação de factos sobre questões europeias. Estas informações, divulgadas e verificadas pelas instituições, deverão ser facilmente acessíveis ao público europeu e aos média nacionais de cada Estado-Membro.	83,3 %
6. Os média nacionais veiculam frequentemente uma imagem negativa da UE.	6.1 A UE tem igualmente de estar mais presente na vida quotidiana dos europeus, mediante uma comunicação mais proativa (por exemplo, patrocinando eventos, em particular, eventos culturais, que reúnam os cidadãos e os encham de orgulho de serem cidadãos da UE, produzindo relatórios e vídeos que despertem a curiosidade dos europeus e lhes permitam aceder a informações contextualizadas sobre a UE).	85,7 %

7. Os cidadãos não conhecem as pessoas que os representam no Parlamento Europeu.	7.1 Recomendamos que os deputados do Parlamento Europeu se façam conhecer melhor nos seus países de origem, especialmente fora dos períodos eleitorais. Têm de estar mais acessíveis. As motivações por detrás das suas votações no Parlamento Europeu deverão poder ser consultados mais facilmente pelos cidadãos europeus no sítio Web do Parlamento Europeu.	92,7 %
	7.2 Recomendamos que os partidos políticos nacionais assegurem que as suas listas para as eleições para o Parlamento Europeu também incluam candidatos mais jovens. Mandatos deste tipo não deverão ser vistos como uma recompensa por bons e leais serviços prestados no contexto da política nacional.	74,4 %

8. A comunicação vinda da UE é demasiado uniforme e não tem em conta a diversidade da população.	8.1 Para chegar a um <u>público suficientemente vasto e variado</u> , recomendamos que a UE tenha em conta o nível de instrução do grupo-alvo e eventuais inaptidões que possa ter, por meio de uma comunicação inclusiva, desde a fase de conceção. Além disso, recomendamos também que as pessoas e organizações (educadores de rua, agentes de bairro, assistentes sociais, sociedade civil) participem na transmissão dessa comunicação.	73,2 %
	8.2 Para alcançar a <u>população ativa</u> , recomendamos que se invista mais na utilização dos canais de comunicação existentes para fornecer periodicamente informações adequadas sobre a UE, por exemplo através de programas explicativos. Recomendamos ainda que se recorra a embaixadores (tanto indivíduos como organizações) que promovam o projeto da UE.	83,7 %
	8.3 Para chegar aos <u>jovens e os estudantes</u> , recomendamos que, além dos canais existentes, como a educação e os movimentos juvenis relevantes, se recorra a embaixadores, sobretudo a influenciadores que conseguem alcançar os jovens por meio das redes sociais. Outra recomendação seria a organização de um concurso pan-europeu para a criação de um personagem de banda desenhada que cativasse os jovens e lhes transmitisse mensagens sobre a Europa.	69,8 %
	8.4 Para os <u>seniores</u> , recomendamos a utilização dos mesmos canais propostos para a população ativa. Paralelamente, recomendamos estabelecer o justo equilíbrio entre a comunicação digital e a comunicação não digital (imprensa, rádio, eventos presenciais) para satisfazer as necessidades de todos, nomeadamente daqueles que se sentem menos confortáveis num ambiente digital e dos que têm menos mobilidade na sociedade.	85,7 %
	8.5 Recomendamos que, por intermédio dos cursos de integração que já existem em muitos Estados-Membros, a UE se comprometa a incluir " <u>novos europeus</u> " (pessoas que residam na UE graças a algum procedimento de imigração legal) e a sensibilizá-los para outros canais tradicionais através dos quais a UE comunica. Finalmente, recomendamos também que se atribua um papel importante às associações locais.	76,7 %
	8.6 Além disso, recomendamos que a UE mostre presença nas ruas com uma comunicação inclusiva. Por exemplo, poderão ser utilizados painéis (digitais) e média tradicionais e modernos, como os códigos QR.	62,8 %
	8.7 Outras recomendações vão no sentido de tornar a UE mais visível (em curtas-metragens ou infografias), fundar um movimento desportivo europeu para criar uma ligação e uma sensação de pertença e tornar o hino europeu mais conhecido.	68,2 %

2. Desinformação

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. O risco de desinformação está cada vez mais presente nos média.	1.1 Recomendamos uma revisão do modelo de financiamento dos média, nomeadamente a publicação obrigatória das fontes de receitas, de forma clara e acessível. O modelo de financiamento dos média leva-os a enveredar pelo sensacionalismo na informação, descontextualizando-a e transformando-a em desinformação.	73,8 %
	1.2 Recomendamos que os média sejam obrigados a citar as suas fontes e a fornecer ligações para que possam ser verificadas. Caso contrário, as informações deverão ser assinaladas como não verificadas.	90,2 %
	1.3 Recomendamos que a entidade reguladora europeia responsável pelo combate à desinformação (ver ponto 2) também seja responsável pela acreditação das organizações que verificam os factos.	85,4 %
	1.4 Recomendamos a criação de uma autoridade independente em cada Estado-Membro para monitorizar a neutralidade dos média. Essa autoridade deverá ser financiada e controlada pela União Europeia.	75,6 %
	1.5 Recomendamos a divulgação de informações sobre os URL dos sítios Web oficiais da UE para que os cidadãos possam ter a certeza quanto à origem das informações.	90,2 %

2. Muitos cidadãos duvidam da neutralidade dos média.	2.1 Recomendamos a criação de um regulador europeu responsável pela luta contra a desinformação. Essa entidade reguladora teria por missão definir os critérios para a atribuição de um "rótulo de neutralidade" e estabelecer, se necessário, um sistema de sanções ou incentivos ligados ao cumprimento de normas de neutralidade. Em alternativa, poderia ponderar-se a adesão a uma carta ética. O rótulo seria concedido pela autoridade nacional independente e teria em conta as medidas aplicadas pelos média para combater a desinformação.	87,5 %
	2.2 Recomendamos a criação de uma "linha direta" europeia que permita aos cidadãos participar qualquer desinformação relativa às competências políticas e económicas europeias.	82,1 %
3. Os cidadãos ignoram os riscos a que estão expostos devido à desinformação.	3.1 Recomendamos que as plataformas sejam obrigadas a publicar informações claras e compreensíveis sobre os riscos de desinformação a que os seus utilizadores estão expostos. Essa informação deverá ser automaticamente comunicada aquando da abertura de uma conta.	85,7 %
	3.2 Recomendamos a formação obrigatória em literacia mediática, a partir de uma idade precoce e adaptada aos diferentes níveis do sistema de ensino.	74,4 %
	3.3 Recomendamos que a União Europeia lance diversas campanhas sobre a desinformação. Essas campanhas poderiam ser identificadas através de um logótipo ou de uma mascote. A UE poderia obrigar as redes sociais a transmiti-las em anúncios publicitários.	87,5 %
4. Os meios para combater a desinformação são insuficientes.	4.1 Recomendamos que sejam publicadas informações claras e fáceis de compreender sobre os algoritmos que organizam as mensagens recebidas pelos utilizadores das plataformas.	83,3 %
	4.2 Recomendamos que os utilizadores tenham a possibilidade de desativar de uma forma simples os algoritmos que reforçam enviesamentos comportamentais. Também pode ser ponderada a obrigação de facultar aos utilizadores o acesso a outras fontes que apresentem pontos de vista diferentes sobre o mesmo tema.	80,0 %
	4.3 Recomendamos que a União Europeia apoie a criação de uma plataforma de redes sociais que cumpra os seus próprios padrões de neutralidade e combata a desinformação. Em alternativa, poderiam ser acrescentadas novas funcionalidades à plataforma digital multilingue criada para apoiar a Conferência sobre o Futuro da Europa.	56,4 %

3. Painéis de cidadãos

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. Dificuldade em assegurar a representatividade de um painel de cidadãos. Em última análise, apenas uma pequena parte da população está envolvida.	1.1. Recomendamos que se siga o que o mais recente trabalho científico sobre democracia deliberativa sugere em termos de amostragem, conceção e validação científica do método de seleção, a fim de assegurar a melhor representatividade possível.	89,7 %
	1.2 Recomendamos que haja um número suficiente de pessoas envolvido neste debate para garantir uma diversidade de opiniões e perfis, inclusive – mas não em exclusivo – pessoas às quais o tema diga diretamente respeito.	90,2 %
	1.3 Recomendamos que se acrescente o critério da parentalidade (se a pessoa tem ou não filhos) aos critérios de amostragem governamentais, para além de critérios mais tradicionais como o sexo, a idade, o local de residência ou o nível de instrução.	33,3 %
	1.4 Recomendamos o estabelecimento de quotas por área geográfica, ou seja, especificar que um painel de cidadãos europeus deve ser composto por um determinado número de pessoas por área geográfica europeia (a determinar) para poder ser qualificado como verdadeiramente europeu e deliberar de forma legítima.	73,2 %
	1.5 Recomendamos que os registos demográficos (ou o seu equivalente, consoante o país) sejam utilizados como principal base de dados para a triagem, a fim de dar a todas as pessoas igualdade de oportunidades de serem selecionadas e de suscitar interesse por um tópico entre a população.	70,0 %
	1.6 Recomendamos que os participantes sejam compensados, a fim de reconhecer o valor do seu investimento e de atrair pessoas que de outro modo não participariam.	87,5 %
	1.7 Recomendamos que os participantes sejam previamente informados por meio de apresentações por peritos – de uma forma relativamente minimalista, sem informação excessiva nem demasiado complicada – para garantir que mesmo quem não tem conhecimento prévio se sinta confortável ao participar nos debates.	82,9 %

	1.7.2. Recomendamos que o tema do painel de cidadãos seja comunicado com antecedência para que as pessoas saibam qual o tema que irão debater.	78,6 %
	1.8 Recomendamos que a participação dos cidadãos não tenha caráter obrigatório.	97,6 %
2. Dificuldade de organizar painéis a nível europeu.	2.1 Recomendamos que as reuniões do painel de cidadãos europeus se realizem num formato híbrido (presencial/virtual), o que permitiria a participação de pessoas fisicamente impossibilitadas de viajar.	70,0 %
	2.2 Recomendamos que, para maior facilidade de acesso e organização, a UE delegue no nível nacional a organização de painéis de cidadãos sobre questões europeias.	69,0 %
	2.3 Recomendamos que seja escolhido um único tema para cada painel organizado a nível europeu. Desta forma, todos os participantes podem debater o mesmo tema, independentemente do seu local de proveniência na Europa.	80,5 %
3. Impedir que o painel de cidadãos seja utilizado para outros fins que não os declarados.	3.1 Recomendamos que qualquer cidadão possa apresentar um tema para debate e, por conseguinte, que este direito não seja reservado a políticos ou lobistas.	82,1 %
	3.2 Recomendamos que o direito de iniciativa caiba ao Parlamento Europeu, para que este defina o tema a debater e adote posteriormente os textos necessários para dar seguimento às recomendações resultantes das deliberações.	63,4 %

4. Dificuldade em decidir qual a melhor forma de organizar o processo para melhor representar os cidadãos.	4.1.1 <i>Recomendamos a criação de um ou mais painéis de cidadãos europeus permanentes encarregados de tarefas específicas juntamente com o Parlamento. Esses painéis seriam renovados periodicamente. Tal permitiria reunir os cidadãos a longo prazo e dedicar o tempo necessário para esses debates. Esse período permitiria debates diversificados e a formação de consensos. Paralelamente a este painel permanente, painéis de cidadãos ad-hoc debateriam tópicos escolhidos pelo painel permanente. Propomos que seja seguido o modelo da Comunidade Germanófona da Bélgica.</i>	54,8 %
	4.1.2 <i>Recomendamos a criação de um ou mais painéis de cidadãos europeus não permanentes, que se reuniram apenas para debater um tema específico durante um determinado período.</i>	58,5 %
	4.2 <i>Recomendamos que não sejam organizados painéis de cidadãos europeus para questões urgentes, uma vez que é necessário tempo suficiente para garantir a qualidade dos debates.</i>	63,4 %
5. É deveras frequente que os cidadãos que participam em iniciativas de democracia participativa, como os painéis de cidadãos, não recebam informação sobre o seguimento dado ao seu trabalho, a curto ou a longo prazo.	5.1 <i>Recomendamos que seja dado retorno de informação aos cidadãos sobre o seguimento dado (ou não) às recomendações emanadas dos painéis de cidadãos europeus. Se as recomendações não forem seguidas, as instituições europeias pertinentes deverão fundamentar a sua decisão (por exemplo, falta de competências). Para o efeito, recomendamos que sejam elaborados resumos regulares ao longo de todo o processo, na sequência de um painel.</i>	97,5 %
	6.1 <i>Recomendamos a organização de painéis de cidadãos também com crianças (por exemplo, com idades entre os 10 e os 16 anos), a fim de as sensibilizar para a participação e o debate. Tais painéis podem ser organizados nas escolas.</i>	59,5 %

4. Referendos

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
	0.1 Recomendamos que seja possível organizar referendos a nível europeu sobre questões europeias.	73,3 %
1. A cultura em matéria de referendos varia fortemente de um Estado-Membro para outro.	1.1 Recomendamos que sejam encomendados estudos sobre a forma de criar uma cultura comum em matéria de referendos na Europa.	70,7 %
	1.2 Recomendamos que um painel independente analise se é adequado realizar um referendo europeu sobre uma questão específica.	77,5 %
2. A formulação da pergunta colocada num referendo pode ter um impacto negativo, tal como o facto de a resposta ser apenas "sim" ou "não", o que frequentemente polariza debates e sociedades. A escolha do tema é igualmente sensível.	2.1 Recomendamos a criação de um comité científico incumbido de determinar a forma mais neutra possível de fazer as perguntas que seriam objeto de um referendo europeu.	87,2 %
	2.2 Recomendamos que sejam feitas perguntas de escolha múltipla, indo além da simples alternativa de "sim" ou "não" para prever nuances, até mesmo associando condições ao "sim" e ao "não" (ou seja, "sim, se...", "não, se...").	65,0 %
	2.3 Recomendamos que os votos em branco não sejam incluídos no cálculo de qualquer maioria, seja maioria simples ou absoluta. No entanto, tem de haver votos suficientes (há que respeitar o quórum).	75,0 %
	2.4.1 Recomendamos que uma pergunta formulada num referendo europeu possa incidir sobre qualquer assunto da competência da União Europeia.	87,5 %
	2.4.2 Recomendamos a exclusão de matérias suscetíveis de constituir uma fonte de conflito entre os Estados-Membros.	39,0 %
	2.5 Recomendamos que também possam ser colocadas perguntas técnicas e difíceis, redigidas de forma clara, uma vez que as pessoas têm capacidade para estar suficientemente informadas.	77,5 %

3. Os referendos não são um instrumento democrático se apenas puderem ser organizados ao nível da esfera política.	3.1 Recomendamos que o Parlamento Europeu tenha o direito de iniciativa para organizar referendos europeus e que seja capaz de pôr em prática os resultados (a Comissão Europeia e o Conselho deverão acompanhar o processo, sem possibilidade de bloquear essa iniciativa).	67,5 %
	3.2 Recomendamos que a iniciativa de organizar um referendo também possa provir dos próprios cidadãos (segundo, por exemplo, regras semelhantes às da Iniciativa de Cidadania Europeia).	77,5 %
	3.3 Recomendamos que a organização prática de um referendo europeu seja da responsabilidade de um organismo neutro.	75,0 %
4. Deverá ser claramente definido se um referendo tem ou não carácter vinculativo.	4.1.1 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu só seja vinculativo se estiverem preenchidas determinadas condições em termos de taxa de participação.	92,7 %
	4.1.2 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu só seja vinculativo se forem alcançadas certas maiorias (51/49, 70/30). Estas condições deverão ser determinadas antes de cada referendo.	72,5 %
	4.2 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu seja vinculativo se a iniciativa de o organizar for tomada por cidadãos (que tenham conseguido recolher um certo número de assinaturas para esse efeito), mas não vinculativo se a iniciativa for tomada por uma instituição política.	47,5 %
	4.3 Recomendamos que o resultado de um referendo seja vinculativo apenas para determinadas questões, mas não para aquelas em que as consequências da votação possam ser muito graves.	40,0 %
5. O público é muitas vezes mal informado antes de ser chamado a votar num referendo. Ao mesmo tempo, é importante controlar as informações fornecidas para evitar influências negativas (nacionais ou estrangeiras) na votação.	5.1 Recomendamos que, antes de qualquer referendo europeu, a população seja claramente informada sobre o impacto do resultado da votação na sua vida quotidiana por meio de panfletos, como acontece na Suíça, e/ou de sessões de esclarecimento.	97,5 %
	5.2 Recomendamos a criação de um comité científico para cada referendo europeu, a fim de garantir a neutralidade das informações fornecidas.	87,2 %

6. Embora um referendo convide toda a população a participar diretamente (ao contrário de um painel de cidadãos), há sempre uma certa percentagem de pessoas que não votam.	<i>6.1.1 Recomendamos que a votação num referendo europeu seja obrigatória.</i>	43,6 %
	<i>6.1.2 Recomendamos que a votação num referendo europeu seja voluntária.</i>	52,5 %
	6.2 Para reduzir o número de não votantes, recomendamos que se autorize o voto eletrónico para além da votação em papel (ou mesmo para além de outros meios de votação, como o voto por correspondência). O voto eletrónico é particularmente interessante para as pessoas que vão de férias e também incentiva as pessoas menos interessadas em votar, uma vez que se suprimem os condicionalismos da deslocação até ao local de votação.	90,0 %
7. É deveras frequente que os cidadãos que participam em iniciativas de democracia participativa, como os referendos, não recebam informação sobre o seguimento dado ao seu trabalho, a curto ou a longo prazo.	7.1 Recomendamos que seja dado retorno de informação aos cidadãos sobre o seguimento dado (ou não) às decisões tomadas num referendo europeu.	92,5 %

5. Instrumentos existentes

5.1 Eleições

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. Existem regras diferentes nos diferentes Estados-Membros.	<i>1.1 Propomos que o voto seja obrigatório para as eleições para o Parlamento Europeu, mas facultando informações suficientes para que os cidadãos compreendam as razões.</i>	50,0 %
	1.2 Recomendamos que as regras (nomeadamente a idade mínima) das eleições para o Parlamento Europeu se tornem tão uniformes quanto possível em todos os países.	87,2 %

2. Não existe diversidade suficiente de deputados do Parlamento Europeu em critérios como a idade, a origem e o género.	2.1.1 Propomos que os deputados sejam de todas as idades e proveniências.	82,1 %
	2.1.2 Propomos que os deputados europeus escolham deliberadamente uma carreira europeia, não apenas por estarem em fim de carreira.	82,5 %
	2.1.3 Propomos que se procure uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, por exemplo, com alternância de género nas listas eleitorais. A UE tem de estabelecer estes critérios e respeitá-los na composição de acordo com as quotas. Se um candidato recusar assumir o seu mandato, o candidato seguinte por preferência e com o mesmo género assume o mandato.	82,5 %
	2.1.4 Recomendamos que, caso sejam eleitos, os candidatos inscritos nas listas europeias exerçam o seu mandato.	89,2 %
3. Votamos para o Parlamento Europeu mas não temos voto quanto à composição da Comissão.	3.1 Propomos uma alteração do Tratado para que o maior grupo partidário do Parlamento Europeu possa nomear o presidente da Comissão Europeia.	48,6 %
	3.2 Recomendamos que a composição da Comissão Europeia seja mais transparente, de acordo com algumas regras básicas, para que reflita a voz dos cidadãos e os cidadãos saibam como foi feita a seleção.	88,9 %
4. Existe falta de conhecimento sobre os candidatos às eleições europeias, o seu programa ou o grupo político a que pertencerão no Parlamento Europeu.	4.1 Propomos que os próprios candidatos europeus se apresentem, revelem os seus objetivos e o programa de forma mais concreta, a nível local e nos diferentes canais de comunicação.	84,2 %

5.2 Provedor de Justiça

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. A página Web não inglesa contém apenas informações em inglês nas duas primeiras páginas. Esta situação constitui um obstáculo para os cidadãos que não dominam o inglês.	1.1 Propomos que, na página inicial, sejam facultadas informações em todas as línguas europeias e, se a tradução não for possível, que sejam publicadas notícias em inglês noutra parte do sítio.	89,2 %
2. O provedor de Justiça não está envolvido na sanção nem na eventual compensação do queixoso.	2.1 Propomos que o provedor de Justiça participe no processo de procura e aplicação da solução, sanção ou compensação, e que tenha voz ativa no processo.	71,1 %
3. A validação da inscrição no sítio Web pode demorar muito tempo (até 24 horas), o que desencoraja o cidadão de prosseguir.	3.1 Propomos a instalação de um sistema de validação imediata.	47,4 %
4. Quando é apresentada uma queixa, é feita a pergunta sobre se já foram tentados todos os procedimentos possíveis. O cidadão não conhece todos esses procedimentos, pelo que não sabe responder à pergunta.	4.1 Propomos a inclusão de uma ligação para uma apresentação simples dos demais procedimentos.	89,5 %
5. O sítio Web do provedor de Justiça está bem elaborado, mas não exibe uma imagem realmente europeia, o que suscita dúvidas ao cidadão ("Estarei no sítio certo?", "Será este sítio Web credível?").	5.1 Propomos a revisão da conceção gráfica do sítio Web para o tornar mais alinhado pelo da UE. Uma primeira sugestão seria colocar a bandeira europeia no topo da página. Para o cidadão tem de ser claro, logo à partida, que entrou no sítio oficial do provedor de Justiça.	78,4 %

5.3 Consulta pública

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. O sítio Web das consultas mudou e, o cidadão começa por ser dirigido para um sítio desatualizado. É necessário efetuar uma pesquisa para encontrar o URL do novo sítio.	1.1 Propomos a supressão do antigo sítio e a remissão imediata para o novo sítio.	81,6 %
2. O roteiro (em inglês) e os conselhos (língua do "cidadão editor") das consultas não são traduzidos para a língua de leitura do cidadão.	2.1 Recomendamos vivamente que o roteiro seja traduzido para a língua do cidadão. O facto de o roteiro só estar disponível em inglês impede a participação de cidadãos que não falem inglês.	81,6 %
	2.2 Propomos a inserção de um separador ou de um ícone "Tradução automática" em cada contributo, que ligaria a um motor de tradução de fonte aberta, como o Google Translate ou o DeepL.	65,8 %
3. É necessária uma inscrição para receber informações sobre o seguimento dado ao processo.	3.1 Propomos o envio automático do seguimento dado ao processo a todas as pessoas que respondam, com a possibilidade de anulação dessa inscrição.	89,5 %
4. Não sabemos se o número de pareceres num sentido influencia a Comissão, ou se os pareceres são considerados um ponto de vista (ponderado ou não). Se o número de pareceres num sentido se for somando, preocupa-nos o peso que os lobistas, os ativistas e as grandes empresas têm na consulta e, conseqüentemente, nas ações empreendidas pela UE, em comparação com o peso que a voz dos cidadãos e das ONG possa ter.	4.1 Recomendamos a prestação de informações claras sobre o assunto no sítio Web.	81,6 %
	4.2 Se o número de pareceres num sentido tiver impacto, recomendamos a criação de um sistema que permita filtrar os lobistas, ativistas ou grandes empresas para que não lhes seja atribuído um peso indevido.	60,5 %
	4.3 Recomendamos a criação de software de inteligência artificial que classifique os diferentes pareceres e contabilize os pareceres opostos ou favoráveis.	47,4 %

	4.4 Propomos a organização de reuniões entre cidadãos e associações (ativistas): locais onde os cidadãos possam exprimir as suas opiniões, sob a forma de "Casas da Europa", que possam ajudar a divulgar os pontos de vista dos cidadãos a nível europeu. Deverão existir em diferentes pontos e a nível local.	62,2 %
5. O formulário para apresentar o parecer não é claro: existe uma pergunta aberta e um questionário. para que serve cada documento, o que tem de ser preenchido?	5.1. Estas informações deverão ser esclarecidas no sítio Web.	81,6 %
6. Existem demasiados níveis de competências no que respeita aos instrumentos.	6.1 Propomos a criação de um centro de envio para encaminhar os pedidos para o nível de autoridade adequado.	78,9 %

5.4 Iniciativa de Cidadania Europeia

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. É mais difícil chegar aos cidadãos sem Internet.	1.1 Sugerimos que as autoridades locais ou as bibliotecas que sejam independentes da administração pública possam participar na divulgação de iniciativas e na recolha de assinaturas, tanto eletronicamente como em papel. A UE deveria elaborar um inventário desta rede por país e disponibilizá-lo aos cidadãos que iniciam a ICE.	71,1 %
2. O número de países a participar é demasiado reduzido para granjear apoio suficiente.	2.1 Propomos que se aumente para 13 o número de países a partir dos quais são recolhidas assinaturas, a fim de obter maior apoio para a proposta. O número de assinaturas deverá ser respeitado proporcionalmente ao número de habitantes.	64,9 %
3. O custo e o esforço de recolha de assinaturas são elevados.	3.1 Propomos que haja financiamento da UE para apoiar estas iniciativas.	71,1 %
	3.2 Propomos a criação de um organismo para facilitar a coordenação entre os países.	75,7 %
4. O procedimento é complexo para os cidadãos.	4.1 Propomos a criação de um serviço de assistência para ajudar os cidadãos a concluir os procedimentos.	83,8 %

5. Não é claro qual é o resultado de uma iniciativa de cidadania.	5.1 Propomos que a Comissão Europeia seja obrigada a debater e a dar seguimento à proposta, e não limitar-se a responder e a acusar a receção. Se a Comissão decidir não atuar sobre a proposta, deverá justificá-lo.	100,0 %
	5.2 Quando é recebida uma Iniciativa de Cidadania Europeia, propomos organizar uma consulta aos cidadãos para solicitar a sua opinião antes de a Comissão lhe dar seguimento. Isto evitaria ter apenas opiniões ou votações extremas e incluiria a opinião de pessoas que não assinaram a ICE. Além disso, se todos os cidadãos exprimirem a sua opinião, a sugestão terá mais peso a nível da UE e no seu seguimento.	55,3 %

5.5 Direito de petição

Questões	Recomendações	Apoiada por (%)
1. A Comissão Europeia toma a decisão final, sem qualquer certeza quanto ao resultado.	1.1 Propomos que a recomendação do Parlamento Europeu seja seguida pela Comissão.	81,1 %
2. Existe falta de transparência no processo e na motivação da decisão.	2.1 Propomos que a pessoa que apresenta a petição seja regularmente mantida informada do andamento e das decisões. Deverão igualmente justificar-se as razões para a conclusão final.	94,4 %
3. É difícil para os cidadãos pronunciar-se sobre a necessidade de nova legislação.	3.1 Recomendamos que seja igualmente utilizada uma petição como instrumento para demonstrar a necessidade de nova legislação.	78,4 %



Conferência
sobre o **Futuro**
da **Europa**

L'avenir est **entre** **vos mains**

Contribution citoyenne à
la Conférence sur l'avenir
de l'Europe

O presente documento é uma tradução do resumo do relatório "Contributo dos cidadãos para a Conferência sobre o Futuro da Europa" organizado pela França. A versão integral do relatório em francês está disponível no seguinte endereço: <https://participation-citoyenne.gouv.fr/sites/default/files/2021-11/20211126%20-%20COFE%20-%20Rapport%20final.pdf>

Índice

Introdução	213
Apresentação dos principais resultados.....	217
Apresentação dos painéis das conferências regionais.....	219
Compromissos e pressupostos metodológicos.....	221
Primeira parte: apresentação dos resultados das conferências regionais sobre o futuro da Europa.....	229
Segunda parte: apresentação dos resultados da consulta "Voz aos jovens".....	247
Conclusão	251

Introdução

A Conferência sobre o Futuro da Europa é um exercício inédito de participação cívica que permite consultar os cidadãos dos 27 Estados-Membros da União Europeia a fim de os tornar a pôr no centro das decisões que serão tomadas nos próximos anos e décadas. Os cidadãos da UE são assim convidados a fazer ouvir a sua voz, propondo mudanças e formas de ação concretas que permitam à Europa definir uma nova ambição e dar resposta aos desafios mundiais que enfrenta atualmente.

O Governo francês apoia as iniciativas do Trio de Presidências no que respeita à Conferência sobre o Futuro da Europa, nomeadamente incentivando os seus cidadãos a dar um contributo importante para a plataforma em linha e a organizar eventos em todo o território.

Paralelamente a estas iniciativas europeias, o Governo quis realizar um exercício participativo a nível nacional.

Apoiado pelo Ministério das Relações com o Parlamento e da Participação dos Cidadãos (MRPCC) e aconselhado pelo Centro Interministerial para a Participação dos Cidadãos (CIPC), o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (MEAE) organizou um exercício cívico baseado em pressupostos metodológicos fortes (ver mais abaixo "Compromissos assumidos e pressupostos metodológicos"). Para pôr em prática este dispositivo, o MEAE contou com o apoio de um consórcio de prestadores de serviços constituído pelas empresas Roland Berger, Wavestone, Missions Publiques e Harris Interactive. As prefeituras regionais desempenharam também um papel fundamental na organização das 18 conferências em todo o território.

No âmbito desta consulta, foi feita uma única pergunta aos participantes: "*Enquanto cidadãos franceses, que mudanças querem para a Europa?*" (ver anexo IV, "Mandato de participação").

Este exercício nacional tomou a forma de 18 conferências regionais que decorreram nas 13 regiões metropolitanas e nas 5 regiões ultramarinas francesas ao longo de três fins de semana em setembro e outubro de 2021, e que reuniram, cada uma, entre 30 e 50 cidadãos selecionados por sorteio (746 no total). Procedeu-se depois à síntese destes 18 painéis regionais numa conferência nacional que teve lugar de 15 a 17 de outubro de 2021 no Conselho Económico, Social e Ambiental (CESE) em Paris, e que reuniu 98 cidadãos voluntários de entre os participantes nas conferências regionais.

Além disso, e a fim de pôr em destaque a voz dos jovens franceses na perspetiva do Ano Europeu da Juventude de 2022, o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros organizou, em parceria com a organização Make.org, uma consulta em linha intitulada "*Voz aos jovens*". Mais de 50 000 jovens com idades entre os 15 e os 35 anos formularam as suas ideias e prioridades para a Europa de 2035.

O presente relatório inclui os principais resultados das duas consultas realizadas pelo Governo.

Metodologia de consulta

O recrutamento dos cidadãos participantes nas conferências regionais conjugou uma seleção aleatória de participantes por sorteio de números de telefone com uma seleção direcionada de perfis a fim de compor um painel o mais representativo possível da diversidade de cada território.

Nos painéis regionais, os participantes exprimiram-se alternadamente nos trabalhos em grupo (mesas de 6 a 8 cidadãos acompanhados por um facilitador) e nas apresentações em sessão plenária. Durante os períodos de reflexão estiveram presentes peritos que, mantendo uma posição de neutralidade, respondiam às perguntas dos cidadãos e prestavam esclarecimentos.

Os cidadãos foram primeiramente convidados a trocar pontos de vista sobre a sua percepção atual da Europa. Em seguida, exprimiram os seus **desejos para a Europa de 2035** em grupo e, posteriormente, em sessão plenária. Estas discussões permitiram identificar entre 3 e 8 desejos por região. Para cada um destes desejos, os cidadãos definiram as **mudanças** que consideravam necessárias para realizar a Europa almejada e, em seguida, ilustraram essas mudanças com propostas concretas a aplicar. Deste processo resultou um total de 515 mudanças e 1 301 propostas concretas a nível nacional.

Cada conferência regional elaborou um relatório de síntese regional enviado a todos os participantes antes da conferência nacional.

A conferência nacional de síntese reuniu 98 cidadãos selecionados por sorteio de entre os participantes nas 18 conferências regionais. A fim de assegurar a diversidade do painel nacional, foram selecionados por sorteio 6 cidadãos de entre os voluntários das conferências regionais organizadas nas regiões metropolitanas e na ilha da Reunião e 4 cidadãos de entre os participantes nas conferências realizadas nas regiões ultramarinas, respeitando a paridade e a diversidade etária em cada sorteio regional (ver anexo II).

Para preparar a conferência nacional, as 515 mudanças identificadas nas conferências regionais foram analisadas e congregadas nos casos em que a sua intenção subjacente se afigurava semelhante ou próxima, o que levou à constituição de 14 grupos de mudanças que refletem um desejo comum para a Europa (ver ponto 6). Os 14 desejos para a Europa serviram de base ao trabalho dos 98 participantes na conferência nacional, cuja missão consistia em enriquecer os trabalhos realizados nas regiões e confrontar os desejos para a Europa, as mudanças e as propostas, com a ajuda de cerca de vinte peritos, para elaborar uma lista de mudanças prioritárias. Por último, cada grupo selecionou 3 mudanças-chave; a primeira das quais foi submetida a votação pelo conjunto dos 98 cidadãos, estabelecendo-se deste modo uma classificação final das 14 mudanças prioritárias. Os trabalhos desta conferência estão consolidados num relatório de síntese.

A consulta em linha intitulada "Voz aos jovens", realizada em parceria com a organização Make.org, teve lugar entre maio e julho de 2021 e contou com mais de 50 000 participantes, que apresentaram quase 3 000 propostas para a Europa. Com base no conjunto das reações dos jovens cidadãos, foram identificadas 35 grandes ideias, das quais 22 foram amplamente plebiscitadas e 13 foram objeto de controvérsias entre os participantes (ver ponto 11).

Ponto de saída e dever de seguimento

Em 29 de novembro de 2021, os cidadãos transmitiram o presente relatório ao Governo na presença dos membros franceses do Plenário da Conferência sobre o Futuro da Europa. O relatório será transmitido ao Trio de Presidências da Conferência durante a Presidência francesa do Conselho da União Europeia.

Na sequência da Conferência nacional de síntese, realizada no CESE, e a fim de dar resposta às grandes expectativas dos cidadãos selecionados por sorteio, foi criado um comité de seguimento constituído por cidadãos que encarna o direito de seguimento dos participantes. Esse comité, composto por 15 membros – 14 representantes das conferências regionais e um representante da consulta "Voz aos jovens" – terá por missão informar os cidadãos sobre o futuro dado às suas propostas. Todas as reuniões do plenário da Conferência contarão com a participação de um ou mais membros do comité de seguimento, na qualidade de representante do exercício francês, com o objetivo dar destaque às propostas apresentadas no presente relatório, construindo ao mesmo tempo uma posição comum com o conjunto de cidadãos europeus representados.

Todos os documentos da consulta francesa serão públicos e universalmente acessíveis na Plataforma de Participação dos Cidadãos do Estado francês: mandato de participação, sínteses regionais, síntese nacional, relatório dos garantes e relatório final.

Apresentação dos principais resultados



L'avenir est
entre vos mains

Panorama do contributo da França para a Conferência
sobre o Futuro da Europa

Os cidadãos selecionados por sorteio tinham de responder à seguinte pergunta:

"Enquanto cidadãos franceses, que mudanças querem para a Europa?"

AS 10 PRINCIPAIS MUDANÇAS PRIORITÁRIAS PARA A EUROPA DE 2035



1. Desenvolver a **sobriedade energética** para consumir menos, eliminando o supérfluo



2. Reforçar a **defesa e a segurança comuns** da União Europeia



3. Favorecer o **desempenho económico coletivo** através de uma indústria da UE autónoma, competitiva e valorizada



4. Estabelecer um **poder dos cidadãos** a vários níveis: participação, decisão, controlo



5. Visar uma **federação dos Estados da Europa** dotada de competências fortes nos domínios de interesse comum



6. Propor **programas de intercâmbios** ao longo da vida

Fonte: Mudanças que reuniram mais votos na conferência nacional sobre o Futuro da Europa (15 a 17 de outubro de 2021)



7. Partilhar as culturas europeias através de **manifestações e eventos unificadores**



8. Harmonizar a **saúde** e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde



9. Desenvolver e orientar a nível europeu os **setores estratégicos** para assegurar a nossa soberania



10. Melhorar a **proteção dos ambientes e dos ecossistemas** e criar **zonas protegidas** no centro das zonas urbanas, periurbanas e rurais

Consulta em linha "Voz aos jovens"



A 9 de maio de 2021, o secretário de Estado responsável pelos Assuntos Europeus lançou uma consulta intitulada "**Voz aos Jovens**", que foi conduzida pela organização [Make.org](#) e decorreu entre maio e julho de 2021.

Cinquenta mil jovens entre os 15 e os 30 anos responderam à pergunta: "**Quais são as vossas prioridades para a Europa de amanhã?**", tendo sido apresentadas 2 918 propostas.

As **ideias mais votadas pelos jovens franceses** no âmbito da consulta em linha fazem parte do contributo da França para a Conferência sobre o Futuro da Europa (ver informações pormenorizadas no ponto 11 do presente relatório).

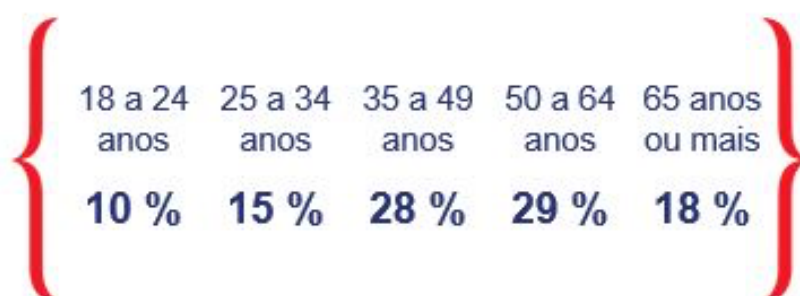
Apresentação dos painéis das conferências regionais

Um painel diversificado de **746** cidadãos

Panorama dos participantes nas 18 conferências regionais



60 % 40 %



Conferências sobre o futuro da Europa em toda a França

18 conferências regionais, 13 na metrópole e 5 no ultramar



Compromissos e pressupostos metodológicos



Pressupostos metodológicos



Territorialização e proximidade

- > Consultas organizadas nas **13 regiões metropolitanas** e nas **5 regiões ultramarinas**
- > Uma **consulta nacional** de síntese



Diversidade de perfis e seleção por sorteio

- > **Sorteio** por marcação aleatória de números de telefone
- > **Painéis representativos** da diversidade da população e dos pontos de vista sobre a Europa



Transparência da abordagem

- > Supervisão por um **colégio de 3 garantes**
- > **Publicação** em linha do conjunto de documentos de síntese



Debate aberto sem imposição de tema

- > **Liberdade total** dos cidadãos na escolha dos temas a tratar
- > **Ausência de enquadramento temático**



Inversão das competências

- > **Não disponibilização** de informações prévias
- > **Reflexão coletiva** com base na experiência e nas opiniões dos cidadãos, disponibilização de **informações especializadas a pedido** dos cidadãos



Colegialidade e governação ágil

- > **Governação semanal** com todas as partes interessadas



Dever de seguimento

- > Criação de um **comité de seguimento** constituído por cidadãos
- > **Compromisso** do governo de veicular a palavra dos cidadãos no exercício europeu

a. Compromissos do Estado em matéria de democracia participativa

A componente francesa da Conferência sobre o Futuro da Europa inscreve-se no quadro dos compromissos assumidos pelo Estado em matéria de democracia participativa, que se baseiam em três princípios: **a transparência, a neutralidade e o dever de seguimento.**

Uma abordagem participativa obriga o organizador a respeitar uma metodologia rigorosa. O método de participação cívica deverá permitir aos cidadãos participar nas melhores condições possíveis e exprimir os seus pontos de vista de forma livre e fundamentada.

Transparência

A equipa organizadora da conferência comprometeu-se a tornar acessíveis aos cidadãos todas as informações sobre a concertação:

- O quadro em que se inscreve a concertação;
- Os compromissos assumidos em relação aos cidadãos;
- Os objetivos da concertação;
- Os resultados da concertação.

A metodologia da Conferência sobre o Futuro da Europa foi assim estabelecida com o objetivo constante de garantir junto dos cidadãos a transparência do processo. Foram claramente explanados o método de seleção de cidadãos por sorteio, os pressupostos metodológicos e o tratamento a dar à intervenção dos cidadãos. Na sequência de cada uma das conferências regionais, os participantes receberam igualmente por correio eletrónico a respetiva síntese. Além disso, todos os documentos de trabalho e documentos finais serão publicados depois de terminado o exercício na Plataforma de Participação dos Cidadãos do Estado¹³.

¹³ www.participation-citoyenne.gouv.fr

Neutralidade

Nos exercícios de concertação, a equipa organizadora deve manter-se neutra na dinamização das trocas de pontos de vista e na elaboração das sínteses que apresentam os resultados. As partes interessadas no exercício – dinamizadores, facilitadores, peritos – não devem exprimir os seus pontos de vista nem tentar orientar o debate de forma subjetiva.

O objetivo da neutralidade foi visado em todas as fases de preparação da consulta, nomeadamente através da garantia de uma seleção imparcial dos participantes, de uma total liberdade dos debates e do não exercício de influência pelo organizador ou pelas partes interessadas sobre as intervenções dos cidadãos. Este imperativo de neutralidade materializou-se num processo objetivo e transparente de recrutamento dos participantes, em pressupostos metodológicos coerentes (inversão das competências, ausência de enquadramento temático dos debates) e numa atenção especial à posição dos diversos intervenientes (animadores, facilitadores, peritos). Por último, a equipa organizadora assegurou a valorização de todas as intervenções e não sujeitou as propostas dos cidadãos a nenhum tipo de filtragem.

Um **grupo de 3 garantes**, nomeado pelos presidentes da Assembleia Nacional e do Parlamento Europeu e pelo Governo, velou igualmente por que todas as opiniões pudessem ser expressas e tidas em conta.

Dever de seguimento

Os cidadãos, independentemente de terem ou não participado na concertação, têm o direito de ser informados do que foi decidido sobre as suas propostas e dos pareceres que delas resultaram, e por que razões.

É aquilo a que se chama **dever de seguimento**, definido pelo Centro Interministerial para a Participação dos Cidadãos (CIPC) e pela Direção Interministerial da Transformação Pública (DITP) como o compromisso do decisor público de dar aos cidadãos uma resposta clara e legível sobre o seguimento previsto da concertação. Concretamente, o dever de seguimento consiste em dirigir-se novamente aos cidadãos para lhes explicar de que forma os seus contributos são tidos em conta e qual o seu impacto nas decisões e nas práticas da administração.

O Governo assumiu este dever de seguimento na Conferência sobre o Futuro da Europa e anunciou um ambicioso mecanismo de seguimento da conferência nacional, descrito no próximo ponto do presente relatório (ver "*Pressupostos metodológicos*").

b. Pressupostos metodológicos

Estes três compromissos assumidos pelo Estado foram refletidos na metodologia de consulta sob a forma de **sete fortes pressupostos metodológicos**.

1. Territorialização e proximidade

A componente nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa tomou a forma de 18 conferências regionais que decorreram nas 13 regiões metropolitanas e nas 5 regiões ultramarinas francesas, a que se seguiu uma conferência nacional em Paris. Quando se optou por organizar estes painéis a nível local, a intenção foi a de **ouvir os cidadãos de tão perto quanto possível**. Este pressuposto enriqueceu igualmente a consulta ao revelar as linhas de consenso e de divergência entre os territórios sobre os diferentes temas.

2. Diversidade dos perfis de cidadãos e recurso ao sorteio

Fixou-se previamente o objetivo de recrutar 50 cidadãos para cada uma das conferências regionais, com exceção das conferências ultramarinas da Martinica, de Maiote, da Guadalupe e da Guiana Francesa, que contaram, cada uma, com 30 a 40 cidadãos, e da conferência do Grande Leste, na qual estiveram também presentes 5 cidadãos alemães dos três *Länder* fronteiriços. Os cidadãos convidados a participar nas conferências regionais foram sorteados por **marcação aleatória** de números de telefone.

Para serem elegíveis, os cidadãos selecionados por sorteio tinham de ter mais de 18 anos de idade e ser franceses ou residentes permanentes em situação regular. Cada painel regional de cidadãos devia ser **representativo da diversidade da população regional** e reunir uma **diversidade de pontos de vista sobre a Europa**. A metodologia exata para o recrutamento por sorteio é descrita no anexo II.

3. Transparência da abordagem

Um **colégio constituído por 3 garantes** nomeados pelo secretário de Estado responsável pelos Assuntos Europeus, pelo presidente da Assembleia Nacional e pelo presidente do Parlamento Europeu acompanhou todo o processo a fim de assegurar a sua neutralidade e regularidade. Em particular, os garantes controlaram a veracidade do recrutamento de cidadãos por sorteio, formularam recomendações quanto à escolha de peritos e verificaram presencialmente o bom desenrolar dos debates. Depois de concluído o exercício, os garantes tornarão público o seu parecer sobre a consulta. O documento em causa será disponibilizado em linha na Plataforma estatal de Participação dos Cidadãos.

Serão também publicados na Plataforma estatal de Participação dos Cidadãos as sínteses das 18 conferências regionais, o documento recapitulativo de todas as mudanças identificadas nas conferências regionais, a síntese da conferência nacional e, por último, o relatório final transmitido ao Governo.

4. Um debate aberto sem imposição de tema

No âmbito da consulta nacional, foi feita uma única pergunta aos cidadãos participantes: "*Enquanto cidadãos franceses, que mudanças querem para a Europa?*".

Graças ao procedimento e à metodologia adotados, os cidadãos puderam determinar por si próprios as mudanças que desejavam incluir na ordem de trabalhos, sem serem condicionados por uma temática específica nem por um quadro normativo prévio.

Pretendia-se, assim, permitir aos cidadãos participantes nas conferências regionais que beneficiassem de total liberdade na escolha dos temas a tratar. Nesta componente nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa, o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros optou por desenvolver uma abordagem complementar do exercício europeu, o qual se articula em torno de nove tópicos: alterações climáticas e ambiente; saúde; uma economia mais forte, justiça social e emprego; a UE no mundo; valores e direitos, Estado de direito, segurança; transformação digital; democracia europeia; migração; educação, cultura, juventude e desporto; outras ideias¹⁴.

Por conseguinte, os temas a debater nas conferências regionais foram definidos pelos próprios cidadãos e não pelo organizador do exercício.

5. Inversão das competências

Para influenciar o menos possível os participantes no processo de identificação dos seus desejos para a Europa, optou-se por **não fornecer previamente informações nem conhecimentos especializados** (por exemplo, sobre o atual projeto da União Europeia, as suas competências ou o funcionamento das instituições), e sim tomar como ponto de partida as interrogações dos próprios cidadãos. Este pressuposto metodológico baseia-se no princípio da "*inversão das competências*", segundo o qual a **reflexão coletiva** se constrói a partir das experiências e opiniões dos cidadãos, que, em seguida, interrogam os peritos para fundamentar os debates e consolidar as suas hipóteses de trabalho.

Para alcançar este objetivo, foram mobilizados em média três **peritos** por região, provenientes nomeadamente do meio académico e dos centros de informação Europe Direct dos territórios em causa. Os peritos estiveram presentes nos sábados e domingos para responder às perguntas dos cidadãos, intervindo apenas a seu pedido. Estavam igualmente disponíveis **verificadores de factos** (*fact checkers*) para verificar rapidamente as questões factuais levantadas pelos cidadãos.

Na conferência nacional de síntese, que teve lugar no CESE, estiveram presentes nos grupos de trabalho 19 peritos de alto nível provenientes do meio académico, de grupos de reflexão e do corpo diplomático. Estes peritos acompanharam um dos grupos ao longo de todo o fim de semana, permitindo-lhe aprofundar as mudanças identificadas nas regiões.

¹⁴ <https://futureu.europa.eu/processes?locale=pt>

6. Colegialidade e governação ágil

Todo o processo foi **coconstruído** pelo Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (MEAE), tendo a estratégia participativa contado com o apoio do Centro Interministerial para a Participação dos Cidadãos (CIPC) da Direção Interministerial da Transformação Pública (DITP) e do Ministério das Relações com o Parlamento e da Participação dos Cidadãos (MRPC). Este dispositivo foi posto em prática por um consórcio de prestadores de serviços constituído pelas empresas Roland Berger, Wavestone, Missions Publiques e Harris Interactive, que orientaram o processo, animaram as conferências, sortearam os cidadãos e redigiram relatórios e sínteses, em colaboração com as prefeituras regionais para a organização local das conferências regionais.

Foi estabelecida uma **governação específica** em torno de uma equipa de projeto presidida pelo MEAE, que reuniu o CIPC, o MRPC e o consórcio de prestadores de serviços.

7. Dever de seguimento e articulação com o exercício europeu

Na conferência nacional foram anunciados vários elementos constitutivos do **dever de seguimento** que incumbe às instituições francesas na sequência do exercício realizado para a Conferência sobre o Futuro da Europa:

- **Disponibilização de todas as informações** sobre a abordagem (do presente documento e dos relatórios de síntese das conferências regionais e da conferência nacional) de forma transparente e acessível a todos na nova Plataforma de Participação dos Cidadãos lançada por ocasião da transmissão ao Governo;
- Organização de um **evento para a transmissão ao Governo** do relatório final da componente nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa, em novembro de 2021;
- Criação de um **comité de seguimento constituído por cidadãos** para assegurar a coerência do seguimento dado à iniciativa com as propostas formuladas. O referido comité será composto por 15 cidadãos, dos quais 14 participaram nas conferências regionais e um na consulta "*Voz aos jovens*";
- **Transmissão do contributo da França para a Conferência sobre o Futuro da Europa às instituições europeias** em janeiro de 2022;

As propostas dos cidadãos franceses serão submetidas à reflexão coletiva dos Estados-Membros e das instituições europeias. Enquanto país que exerce a Presidência do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2022, caberá à França veicular a palavra dos seus cidadãos, trabalhando ao mesmo tempo para definir uma posição comum a nível do continente.

Primeira parte: apresentação dos resultados das conferências regionais sobre o futuro da Europa

Em cada uma das 18 conferências regionais, os cidadãos exprimiram os seus desejos para a Europa de 2035, primeiro individualmente e depois em grupo. Surgiram assim em cada região entre três e oito grupos de desejos, perfazendo um total de **101 cenários desejados para a Europa em todo o território francês**. Subsequentemente, os cidadãos formularam as mudanças que consideravam necessárias para alcançar a Europa almejada e, em seguida, traduziram-nas em ações concretas a empreender. Este processo resultou na apresentação de um total de **515 mudanças e 1 301 ações concretas** em toda a França.

Nas semanas que mediaram entre as conferências regionais e a conferência nacional, a equipa do projeto agrupou as 515 mudanças em grupos coerentes. Todas as mudanças expressas a nível regional foram submetidas a uma análise lexicológica e congregadas quando a sua intenção subjacente se afigurava semelhante ou próxima, de modo a constituir para a conferência nacional grupos de trabalho com um desejo comum para a Europa. Por último, **as mudanças identificadas a nível regional foram agrupadas em 14 desejos distintos para a Europa**.



Desejos
para a Europa de 2035

Mudanças
necessárias para
concretizar essa Europa

Propostas concretas
para realizar essas mudanças

Pergunta feita aos cidadãos

O que é que **deseja** para a Europa de 2035?

Que **mudanças** são necessárias para concretizar essa Europa?

Que **propostas concretas** tem a fazer para conseguir essas mudanças?

Resultado das conferências regionais

101 desejos

515 mudanças

1 301 propostas concretas

Classificação, pela equipa organizadora, das 515 mudanças regionais em 14 desejos coerentes

Reagrupamento, definição de prioridades e pormenorização das mudanças pelos participantes durante a conferência nacional

Resultado da conferência nacional

14 desejos

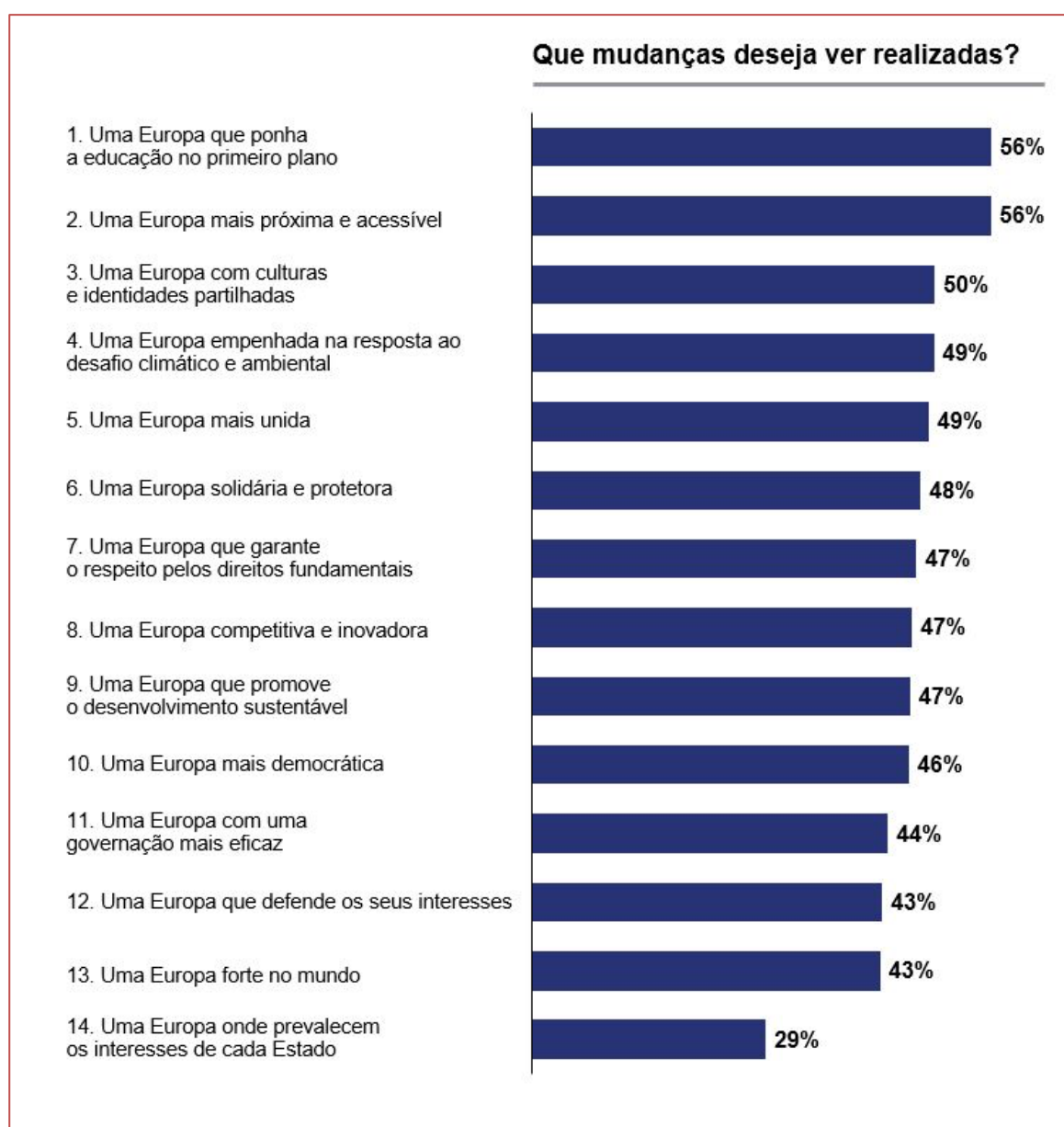
80 mudanças

Etapas-chave de realização e **critérios de sucesso** para cada mudança

a. Classificação dos 14 desejos para a Europa

No final de cada conferência regional, os cidadãos participantes votaram para expressar o seu apoio às mudanças identificadas pelos diferentes grupos de trabalho.

Com base no trabalho de agrupamento efetuado antes da conferência nacional de síntese, é possível determinar – graças à votação sobre as mudanças realizada em cada região – que desejos para a Europa foram mais plebiscitados pelos cidadãos. Os desejos de "uma Europa que ponha a educação em primeiro plano" e de "uma Europa mais próxima e acessível" foram assim amplamente plebiscitados, tendo uma média de 56 % dos cidadãos votado a favor das mudanças nas conferências regionais.



Classificação dos desejos para a Europa por taxa de popularidade

b. Apresentação das 14 mudanças prioritárias identificadas na conferência nacional

Na conferência nacional de síntese, os 100 cidadãos participantes trabalharam num dos 14 grupos de desejos estabelecidos. No termo dos trabalhos, cada grupo selecionou **uma mudança prioritária a concretizar até 2035** para representar o seu desejo para a Europa. Essas 14 mudanças prioritárias foram então votadas pelos 100 cidadãos no último dia da conferência nacional. O resultado da votação é apresentado em seguida, por ordem decrescente do número de votos obtidos por cada mudança.

A mudança que obteve o maior número de votos dos 100 cidadãos participantes na conferência nacional foi "*Desenvolver a sobriedade energética para consumir menos, eliminando o supérfluo*".

14 mudanças-chave para a Europa de 2035

- 1 Desenvolver a sobriedade energética para consumir menos, eliminando o supérfluo
- 2 Reforçar a defesa e a segurança comuns da União Europeia
- 3 Favorecer o desempenho económico coletivo através de uma indústria da União Europeia autónoma, competitiva e valorizada
- 4 Estabelecer um poder dos cidadãos a vários níveis: participação, decisão, controlo
- 5 Visar uma federação dos Estados da Europa dotada de competências fortes nos domínios de interesse comum
- 6 Propor programas de intercâmbios ao longo da vida
- 7 Partilhar as culturas europeias através de manifestações e eventos unificadores
- 8 Harmonizar a saúde e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde
- 9 Desenvolver e orientar a nível europeu os setores estratégicos para assegurar a nossa soberania
- 10 Melhorar a proteção dos ambientes e dos ecossistemas e criar zonas protegidas no centro das zonas urbanas, periurbanas e rurais
- 11 Criar pontos de contacto europeus nos territórios para escutar e aconselhar os cidadãos
- 12 Unificar o sistema de eleição do Parlamento Europeu entre os 27 Estados e aumentar a proximidade dos cidadãos, substituindo o escrutínio atual por um escrutínio uninominal ao nível das regiões
- 13 Definir uma política comum que permita melhorar o acolhimento e a integração social e profissional dos migrantes (incluindo os migrantes em situação irregular)
- 14 Preservar as especificidades (denominações de origem, produções artesanais, tradições) das diferentes regiões europeias, de modo a evitar a uniformização dos modos de vida e assegurar a rastreabilidade e a qualidade dos produtos

Para cada mudança prioritária, os cidadãos do grupo em causa apresentaram uma definição da mudança, propuseram ações concretas a empreender para a sua concretização e definiram os critérios de sucesso no horizonte de 2035.

Mudança 1 – Desenvolver a sobriedade energética para consumir menos, eliminando o supérfluo

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa empenhada no desafio climático e ambiental

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: desenvolvimento das energias renováveis, redução do consumo de energia

Esta mudança visa incentivar a redução do consumo de energia na Europa e o desenvolvimento das energias renováveis. O facto de os cidadãos atribuírem prioridade a esta mudança traduz o seu desejo de que a Europa e os seus habitantes adotem uma **abordagem resoluta** face ao desafio climático e ambiental.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Esta mudança materializa-se no desenvolvimento de **programas de investigação** ambiciosos sobre fontes de energia renováveis e na **mobilização de fundos de investimento** europeus com participações diretas em empresas do setor.

Para os cidadãos, esta mudança seria bem sucedida se fossem introduzidas **metas vinculativas** de redução do consumo de energia e **indicadores-chave de sobriedade**, como a redução do parque automóvel europeu ou do consumo de carne. Ambiciona-se também fixar **quotas de consumo por setor**, tendo em conta as flutuações do consumo das empresas e respeitando a confidencialidade dos seus dados.

Mudança 2 – Reforçar a defesa e a segurança comuns da União Europeia

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa forte no mundo

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: exército europeu, autonomia estratégica

Esta mudança responde ao desejo unânime dos cidadãos de alcançar a **autonomia** em matéria de defesa e segurança na Europa, de modo a não depender de potências estrangeiras.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Para os cidadãos, o êxito desta mudança traduzir-se-ia antes de mais na nomeação de um **comissário europeu** responsável pela defesa e segurança.

No domínio da defesa, a criação de um **exército permanente**, reativo e projetável em todo o mundo permitiria à Europa proteger as suas fronteiras e intervir, se necessário, a pedido de países terceiros.

No que respeita à segurança, os cidadãos consideram que a Europa deveria garantir a **segurança dos aprovisionamentos** e proteger a sua **investigação estratégica** em setores prioritários como o setor espacial, a cibersegurança, o setor médico ou ainda o ambiente. Uma melhor **proteção das fronteiras** externas permitiria igualmente conter a imigração ilegal e os tráficos.

Mudança 3 – Favorecer o desempenho económico coletivo através de uma indústria da União Europeia autónoma, competitiva e valorizada

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa que defende os seus interesses

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: preferência europeia, proteção do saber-fazer, desenvolvimento de líderes europeus

Esta mudança visa alcançar três objetivos: reforçar uma política de "**preferência europeia**" no seio da União, garantir a **proteção dos bens e do saber-fazer** essenciais e criar "**líderes europeus**".

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

A realização destes objetivos passa, em primeiro lugar, pela aplicação de uma **política de "preferência europeia"** no contexto dos concursos públicos e pela introdução de um **imposto sobre as emissões de carbono** nas importações.

A proteção do saber-fazer traduzir-se-ia num controlo acrescido das aquisições e dos investimentos estrangeiros e no desenvolvimento de auxílios à **relocalização**.

Por último, a criação de "líderes europeus" implica incentivar as **alianças industriais** europeias nos setores estratégicos e dinamizar o investimento público em capital de risco.

Para os cidadãos, o sucesso desta mudança materializa-se no desenvolvimento de alianças industriais europeias em setores-chave, no aumento do número de relocalizações de empresas e na melhoria da balança comercial.

Mudança 4 – Garantir um poder dos cidadãos a vários níveis: participação, decisão, controlo

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa mais democrática

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: aumento da participação eleitoral, barómetro europeu de satisfação, generalização das consultas aos cidadãos

Com esta mudança, os cidadãos propõem desenvolver uma "experiência de cidadania completa" para os europeus, aumentando a sua **participação** em todas as etapas do processo de decisão. Esta mudança traduz a vontade dos cidadãos de **fazer ouvir a sua voz** e influenciar as políticas públicas que afetam a sua vida quotidiana.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Para os cidadãos, esta mudança consiste principalmente em desenvolver e perpetuar as iniciativas de participação cívica. Para esse fim, poderiam ser implementadas várias alavancas: a constituição de uma **câmara consultiva permanente**, a inscrição de um **poder dos cidadãos** nos tratados europeus ou ainda a criação de um **rótulo** de certificação das leis que foram objeto de consulta aos cidadãos.

O sucesso desta mudança concretizar-se-ia na progressão de indicadores como a **participação eleitoral**, o **interesse** e a **confiança** na União Europeia manifestados pelos cidadãos e a **utilização dos sítios Web europeus**. O aumento do número de decisões tomadas na sequência de uma consulta aos cidadãos e o recurso acrescido às **iniciativas de cidadania europeias** afiguram-se igualmente indicadores de sucesso.

Mudança 5 – Visar uma federação dos Estados da Europa dotada de competências fortes nos domínios de interesse comum

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa mais unida

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: unificação institucional, presidente eleito, reforço das competências da UE

Esta alteração reflete a ambição dos cidadãos de **unificar** as instituições políticas europeias. O modelo sugerido é o de uma federação de Estados com o objetivo de **reforçar as competências** partilhadas ou exclusivas da União Europeia, sem, no entanto, caminhar no sentido de um Estado federal.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

A nível interno, esta mudança poderia passar pelo desenvolvimento da **participação cívica**, pela criação de **ministérios da Europa** nos Estados-Membros e, a mais longo prazo, pela **eleição** do presidente da Comissão Europeia por **sufrágio universal**.

A nível externo, o reforço da voz europeia no estrangeiro concretizar-se-ia por meio da **corporização** num **representante único da Europa** no plano internacional.

Esta federação de Estados beneficiaria igualmente de um **orçamento europeu** acrescido, ambicionando-se atingir 10 % do PIB (em vez dos atuais 2 %).

Mudança 6 – Propor programas de intercâmbios ao longo da vida

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa que coloque a educação em primeiro plano

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: intercâmbios escolares, Erasmus

Esta mudança, amplamente plebiscitada, reflete a importância para os cidadãos dos encontros e das experiências vividas no estrangeiro enquanto fortes catalisadores do sentimento europeu. O objetivo fixado é o de transitar "*de um conhecimento académico para uma **abordagem vivida, experimentada e sensível da Europa***" e entender a educação em sentido lato como **aprendizagem ao longo da vida**.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

O sucesso desta mudança reside essencialmente na introdução de uma **oferta de mobilidade alargada**, incluindo, nomeadamente, os intercâmbios escolares, a geminação, as viagens e a mobilidade profissional. Para os cidadãos, esta oferta deve ser acessível a todos, em especial às pessoas com baixos rendimentos ou portadoras de deficiência. Por exemplo, o programa Erasmus poderia estar aberto a todos os europeus sem limites de idade ou de recursos. Estes programas devem ser concebidos de modo a serem **diversificados, inclusivos e acessíveis**, com procedimentos administrativos simplificados.

Além da mobilidade, foi igualmente mencionada a importância de **desenvolver pontes entre os sistemas educativos** (equivalência de diplomas, etc.) e de reforçar a atratividade da Europa a fim de evitar a fuga de talentos para o estrangeiro.

Mudança 7 – Partilhar as culturas europeias através de manifestações e eventos unificadores

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa com partilha de culturas e identidades

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: festival europeu, feriado europeu, exposição universal da Europa

Esta mudança tem por objetivo **fazer nascer e perdurar um espírito europeu** através de experiências comuns, eventos e ocasiões festivas.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Os eventos idealizados pelos cidadãos pretendem-se **lúdicos, federadores e populares** para serem partilhados pelo maior número possível de pessoas. Para tal, deverão envolver **todos os públicos** (nomeadamente crianças, público escolar, jovens e estudantes Erasmus) e ter lugar em **locais diversificados** (lares de terceira idade, escolas, administrações públicas, prisões, etc.).

Para aproximar os europeus, foram propostos em particular dois eventos: uma **exposição universal da Europa** que permitiria representar todos os Estados-Membros e uma **reformulação do Dia da Europa**, assinalado a 9 de maio, que incluiria, em especial, um evento pedagógico para "*que não esqueçamos a paz associada à Europa e os seus valores*". Em paralelo, os representantes europeus poderiam encontrar-se com as crianças em idade escolar do continente nos seus estabelecimentos de ensino, a fim de reforçar a proximidade e a compreensão da Europa dos cidadãos desde a mais tenra idade.

Mudança 8 – Harmonizar a saúde e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa solidária e protetora

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: cobertura de saúde universal, harmonização dos serviços de saúde, saúde como direito fundamental

Para garantir o acesso à saúde de todos os europeus e responder à "*necessidade de proteção e de solidariedade*", foi unanimemente proposta a criação de um **sistema de saúde supranacional** que assentaria num financiamento equitativamente repartido entre os Estados-Membros e se inspiraria nos melhores sistemas da União. Esta mudança traduz a vontade dos cidadãos de ver a Europa assumir um papel mais ativo na proteção dos seus habitantes, especialmente no domínio da saúde, onde as ações empreendidas até à data são consideradas demasiado tímidas.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Para pôr em marcha esta mudança, foi aprovado por maioria o princípio de uma **segurança social universal europeia**. No entanto, não se chegou a uma conclusão sobre as modalidades práticas desse sistema. Enquanto alguns cidadãos defendem "*uma centralização dos dados que permita aos profissionais de saúde [europeus] aceder a toda a história clínica do doente*", outros, pelo contrário, consideram essa medida como "*mais uma privação de liberdade e um sistema de controlo*".

A **transparência** e a **harmonização dos requisitos regulamentares** nesta matéria a nível do continente, bem como um **plano europeu de saúde**, foram ainda assim identificados como pré-requisitos para qualquer transformação significativa.

Mudança 9 – Desenvolver e orientar a nível europeu os setores estratégicos para assegurar a nossa soberania

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa competitiva e inovadora

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: desenvolvimento de líderes europeus, controlo dos investimentos estrangeiros, autonomia digital e energética

A orientação a nível europeu dos setores considerados estratégicos como a saúde, a alimentação, a energia, o digital, a defesa, os transportes ou ainda os novos materiais responde à **necessidade de soberania** identificada pelos cidadãos. Esta orientação permitiria limitar a concorrência entre as empresas europeias, favorecer a **emergência de líderes continentais e reindustrializar a Europa** através de uma preferência europeia.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Para alcançar essa soberania, poderia incumbir-se uma **autoridade europeia** de orientar esses setores mediante a emissão de autorizações de aquisição de empresas europeias por concorrentes estrangeiros e a garantia de que os produtos importados cumprem as mesmas normas que a produção da União. A médio prazo, **30 % a 50 %** do consumo europeu nesses setores estratégicos deveria ser **produzido no continente** e, a longo prazo, até **70 %**. O cumprimento destes critérios permitiria assegurar a **autossuficiência** e a **projeção** do modelo industrial europeu, ou até a sua **exportação**.

Mudança 10 – Melhorar a proteção dos ambientes e dos ecossistemas e criar zonas protegidas no centro das zonas urbanas, periurbanas e rurais

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa que promove o desenvolvimento sustentável

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: urbanização mais respeitadora do ambiente, respeito e proteção dos solos

O objetivo é **limitar o impacto negativo da urbanização nos solos**. Uma ação enérgica permitiria **limitar as catástrofes** relacionadas com a desestruturação dos solos, como os deslizamentos de terras, e **melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas**, nomeadamente graças à plantação de árvores.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Foi proposto agir a dois níveis: em primeiro lugar, **inverter a tendência de construção de novos edifícios** para reduzir o ritmo de impermeabilização dos solos e, em segundo lugar, **favorecer a restauração dos solos** para "*devolver à natureza o que lhe pertence*".

Mudança 11 – Criar pontos de contacto europeus nos territórios para escutar e aconselhar os cidadãos

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa mais próxima e acessível

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: Casas da Europa, ponto de contacto local sobre a Europa, melhor acesso à informação

O objetivo desta mudança é dar respostas concretas à **ausência de corporização da União Europeia** na vida quotidiana, assinalada por muitos participantes, e trabalhar no sentido de aproximar a Europa dos seus cidadãos.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Para colmatar esta distância entre a UE e os cidadãos, poderia ser nomeado um **ponto de contacto especializado** em cada câmara municipal, com a missão de escutar e aconselhar os cidadãos. A informação fornecida por este ponto de contacto poderia ser de natureza socioeconómica, nomeadamente sobre o acesso aos apoios europeus, ou de natureza informativa, por exemplo sobre o papel dos lóbis. As informações prestadas destinar-se-iam tanto ao grande público como aos profissionais, designadamente para aconselhar as PME e ajudar os promotores de projetos a aceder aos fundos europeus. A prazo, esta mudança poderia conduzir à criação de **locais dedicados à Europa**, semelhantes às atuais Casas da Europa, mas a nível municipal, gerando uma rede territorial densa.

O sucesso desta mudança seria total se cada cidadão estivesse ciente – "*como coisa óbvia*" – da existência deste ponto de contacto e deste local de recursos dedicados à Europa, que proporcionariam recursos, escuta, informação e aconselhamento.

Mudança 12 – Unificar o sistema de eleição do Parlamento Europeu entre os 27 Estados e melhorar a proximidade dos cidadãos, substituindo o escrutínio atual por um escrutínio uninominal ao nível das regiões

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa com uma governação mais eficaz

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: modificação institucional, acompanhamento pelos cidadãos das ações ao longo de todo o mandato

Esta mudança reflete o desejo dos cidadãos de reforçar a sua **proximidade em relação aos representantes eleitos** e de acompanhar as ações destes ao longo do seu mandato. Dá resposta à constatação amplamente partilhada de que as preocupações dos cidadãos não se traduzem em ações concretas por parte dos representantes eleitos no Parlamento Europeu.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

A alteração do sistema eleitoral consistiria na **unificação do modo de escrutínio** a nível europeu e na transição dos círculos eleitorais nacionais para círculos eleitorais regionais, que se estima ser possível concretizar até 2035.

Mudança 13 – Definir uma política comum que permita melhorar o acolhimento e a integração social e profissional dos migrantes (incluindo os migrantes em situação irregular)

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa que garante o respeito pelos direitos fundamentais

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: serviço europeu da migração, garantia de um acolhimento digno em toda a Europa

O objetivo desta mudança é melhorar o acolhimento dos migrantes na União Europeia, problemática unanimemente identificada pelos cidadãos como tendo **caráter urgente**. Em rutura com a situação atual, a instauração de uma **política de imigração comum, concertada e solidária** afigura-se um importante vetor da paz.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

O sucesso de tal mudança traduzir-se-ia na aplicação progressiva de uma política comum em matéria de acolhimento de migrantes.

O assunto poderia ser submetido à Comissão mediante uma **iniciativa de cidadania**, permitindo, a médio prazo, a adoção de uma **norma comum** que definisse um quadro para o acolhimento e a integração social dos migrantes. A longo prazo, essa norma seria apoiada pela criação de um **serviço europeu de imigração especializado** e pelo reconhecimento da política de migração como competência da União Europeia.

Mudança 14 – Preservar as especificidades (denominações de origem alimentares, produções artesanais, tradições) das diferentes regiões europeias, de modo a evitar a uniformização dos modos de vida e assegurar a rastreabilidade e a qualidade dos produtos

Desejo para a Europa conexo: Uma Europa onde prevalecem os interesses de cada Estado

Em que consiste esta mudança?

Palavras-chave: rótulos europeus, valorização da diversidade das culturas e tradições

A intenção subjacente a esta mudança é preservar a **diversidade das tradições e produções** europeias e **evitar a uniformização** dos modos de vida, frequentemente apontada como crítica à União Europeia.

Quais são as etapas-chave e os critérios de sucesso?

Para os cidadãos, o principal objetivo é tornar mais acessível a base de dados existente que compila os diferentes **rótulos europeus e nacionais**. Para o efeito, é proposta a criação de um sítio Web "*em três cliques*": um clique para aceder ao sítio Web, um segundo clique para visualizar um mapa das regiões da União Europeia e um último clique para consultar a descrição dos rótulos de cada região.

O sucesso desta mudança consistiria numa **comunicação** reforçada sobre as realizações existentes, o que daria lugar a um melhor **conhecimento** por parte dos cidadãos da diversidade das culturas europeias.



Segunda parte: apresentação dos resultados da consulta "Voz aos jovens"

Datas da consulta

de 9/5/2021 a 18/7/2021

Números relativos à participação

50 008 participantes

2 918 propostas

338 330 votos

A consulta intitulada "Voz aos jovens" foi lançada por iniciativa da Secretaria de Estado para os Assuntos Europeus. Esta consulta inscreve-se no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, um exercício inédito de democracia participativa conduzido pelas instituições europeias, cujo objetivo é permitir a todos os cidadãos europeus exprimirem os seus pontos de vista sobre o que esperam da União Europeia. Os resultados da consulta alimentarão os trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa e da Presidência francesa do Conselho da União Europeia.

Quatro ensinamentos principais

1. Uma mobilização maciça dos jovens: mais de **50 000 jovens cidadãos franceses** de todos os territórios participaram na consulta.
2. Os maiores **consensos** dizem respeito às políticas europeias de combate às **alterações climáticas**, à **relocalização** da produção na Europa, à **revitalização da democracia europeia** e ao **peso da UE no mundo** (economia, investigação, direitos humanos, diplomacia).

3. **A ideia de uma Europa mais forte e unida está presente em toda a consulta** e reúne consenso em vários pontos:
- Uma Europa mais forte em termos económicos (nomeadamente graças à relocalização) para fazer face à China e aos EUA
 - Uma Europa diplomática com mais peso no plano internacional
 - Uma Europa que lidera os esforços mundiais de luta contra as alterações climáticas
 - Uma Europa unida pelos seus jovens
 - Uma Europa unida na investigação e inovação
4. **Quatro ideias complementares** das que resultaram dos painéis de cidadãos foram também plebiscitadas pelos jovens:
- Uma economia europeia ambientalmente e socialmente responsável
 - Uma Europa geograficamente mais interligada pelos caminhos de ferro
 - Uma Europa mais justa em termos fiscais
 - Uma ação vigorosa da União Europeia em prol dos direitos das mulheres

22 ideias plebiscitadas e 13 ideias controversas repartidas pelas nove temáticas da Conferência sobre o Futuro da Europa

As ideias plebiscitadas foram formuladas com base nas propostas apoiadas pela maioria dos participantes na consulta. As propostas plebiscitadas são as propostas que suscitam maior adesão, reunindo, em média, 79 % de votos a favor.

As ideias controversas foram formuladas com base nas propostas mais debatidas pelos participantes durante a consulta, com um equilíbrio entre os votos a favor e os votos contra. As propostas controversas são as propostas mais intensamente debatidas durante a consulta, reunindo, em média, 40 % de votos a favor e 38 % de votos contra.

A análise destas propostas permitiu identificar 22 ideias plebiscitadas e 13 ideias controversas. As 22 ideias plebiscitadas e as 13 ideias controversas foram repartidas por nove eixos correspondentes às temáticas principais da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Síntese das ideias plebiscitadas e controversas

Alterações climáticas e ambiente

- Definir uma política ecológica europeia mais forte
- Avançar para uma agricultura mais sustentável
- Atuar mais firmemente na proteção da biodiversidade
- Desenvolver o transporte ferroviário na UE
- Acelerar a transição energética
- Limitar as embalagens e melhorar a gestão dos resíduos
- Aumentar a sensibilização para o ambiente
- Favorecer métodos de construção ecorresponsáveis
- ⚡ Investir mais na energia nuclear

Democracia europeia

- Comunicar melhor sobre o papel e o trabalho da UE
- Fazer evoluir o funcionamento democrático da União Europeia
- Combater a desinformação
- ⚡ Fazer da Europa uma federação
- ⚡ Dar mais autonomia aos Estados-Membros
- ⚡ Estabelecer um poder executivo europeu mais forte
- ⚡ Dar aos jovens um lugar nas instituições europeias

Economia, justiça social e emprego

- Relocalizar a produção na Europa para uma maior autonomia
- Tornar as práticas empresariais e o comércio mais responsáveis
- Combater a evasão e a otimização fiscais
- ⚡ Harmonizar os salários europeus
- ⚡ Instaurar um rendimento universal
- ⚡ Reorientar a Europa para um modelo anticapitalista

Educação, cultura, juventude e desporto

- Aumentar as possibilidades de intercâmbio dos jovens com outros países da UE
- ⚡ Incentivar a aprendizagem de outras línguas além do inglês
- ⚡ Tornar obrigatórias para os jovens as estadias na Europa

Transformação digital

- Investir na investigação científica, digital e ambiental
- Sensibilizar para a digitalização e para os seus perigos
- ⚡ Desenvolver as criptomoedas na Europa

Valores e direitos, Estado de direito, segurança

- Reforçar a ação da UE a favor do respeito pelos direitos humanos
- Reforçar os direitos das mulheres

Saúde

- Investir na saúde
- Melhorar a qualidade dos nossos produtos alimentares

A UE no mundo

- Tornar a UE capaz de pesar no plano internacional
- ⚡ Criar uma força armada europeia

Imigração

- ⚡ Reduzir ou acompanhar a imigração na Europa

- Ideia preponderante (> 10 propostas plebiscitadas)
- Ideia singular (< 10 propostas plebiscitadas)
- ⚡ Ideia controversa (> 3 propostas controversas)

Painel de cidadãos nacionais sobre o Futuro da Europa em Berlim

– Recomendações dos cidadãos –

A Alemanha realizou o seu painel de cidadãos nacionais sobre o Futuro da Europa em 5, 8, 15 e 16 de janeiro. O processo de seleção dos cidadãos seguiu a escolha aleatória estratificada utilizada para os participantes nos painéis de cidadãos europeus. Doze mil cidadãos alemães foram convidados a participar e, de entre os candidatos, foram selecionados cerca de 100, tendo em conta os atuais dados do recenseamento da República Federal da Alemanha, a fim de refletir a diversidade da sociedade alemã e da população no seu conjunto. No decurso da sessão do painel de cidadãos nacionais, os participantes debateram cinco tópicos: A UE no mundo, Uma economia mais forte e justiça social, Alterações climáticas e ambiente, Valores europeus e Estado de direito. Em seguida, elaboraram recomendações concretas subordinadas a estes títulos, que foram adotadas na sessão plenária final de 16 de janeiro: www.youtube.com/watch?v=cefqmarZXzY

Quadro 1:

Associação dos interesses do comércio externo às medidas de política climática

Recomendamos que a UE (em especial a Comissão Europeia) lance um pacote de investimento destinado às tecnologias e inovações respeitadoras do clima que inclua programas de financiamento. Esse pacote deverá ser financiado por taxas de importação relacionadas com o clima, que serão afetadas e repercutidas como compensação monetária pelos danos climáticos causados. Neste contexto, para determinados produtos seria introduzido um sistema baseado em pontos para classificar a sua sustentabilidade. Uma posição clara da UE e uma Europa forte e inovadora seriam úteis para alcançar as metas mundiais em matéria de clima. Tal contribuiria para consolidar o papel da União Europeia enquanto pioneira e modelo responsável a nível mundial, que garante riqueza e é capaz de provocar mudanças globais sustentáveis. Estes objetivos são importantes para nós, uma vez que a UE está a dar um contributo duradouro na luta contra as alterações climáticas, o que, a longo prazo, poderá traduzir-se numa contribuição importante para a consolidação da paz mundial.

Quadro 2:

Criação de incentivos para que a produção, em especial de bens essenciais, tenha a sua base na UE

A fim de facilitar a produção de bens essenciais na UE, recomendamos a aceleração e normalização dos procedimentos de autorização, reduzindo a burocracia e concedendo subsídios às empresas que se deslocalizam para a UE e/ou criam locais de produção na UE. A UE deverá promover as energias renováveis em larga escala, a fim de reduzir os custos da energia.

Com estas medidas, pretendemos encurtar as cadeias de abastecimento e torná-las mais respeitadoras do clima, ajudar a reforçar a UE e criar postos de trabalho nos quais os direitos humanos sejam respeitados.

Estes objetivos são importantes para nós, uma vez que a deslocalização da produção para a UE tornaria a UE mais autónoma a nível internacional e politicamente menos vulnerável.

Quadro 1:

Digi-Score – Pontos para uma economia digital forte à escala da UE

Propomos a introdução de um painel de pontuação, o Digi-Score, acessível ao público e gerido pela Comissão Europeia (DG Connect). Trata-se de um sistema de classificação exaustivo que indica e compara o atual nível de digitalização das empresas da UE. Com a presente proposta, pretendemos criar um incentivo para aumentar a digitalização em toda a Europa. As empresas com uma pontuação digital baixa teriam direito a receber um apoio específico para as ajudar a recuperar o atraso.

Este objetivo é importante para nós, uma vez que ajudaria a abrir caminho ao aumento da produtividade, da eficiência e das vendas, reforçando assim a Europa como base de produção.

Quadro 2:

Plataforma de informação para um intercâmbio de conhecimentos e experiências à escala da UE

Recomendamos que a UE crie uma plataforma de informação que sirva para intercâmbio de conhecimentos e experiências à escala da UE. O nosso objetivo é reunir informações sobre cursos transnacionais de educação e formação na UE, apresentar exemplos de boas práticas e oferecer aos cidadãos a oportunidade de apresentarem novas ideias para o intercâmbio transfronteiras. Além disso, poderiam ser prestadas mais informações sobre os fóruns de peritos técnicos disponíveis (por exemplo, sobre energia, ambiente, digitalização).

Consideramos que essa medida seria importante para dar resposta à necessidade dos cidadãos de terem transparência sobre os cursos de formação e de educação transfronteiras disponíveis. Deverão receber uma melhor orientação a nível da UE sobre os fóruns e as plataformas existentes.

Quadro 1:

Regulamento relativo à duração de vida garantida dos produtos

Recomendamos que a UE introduza legislação que garanta um ciclo de vida alargado, garantido e específico para os produtos fabricados e vendidos na UE, e que a torne transparente para os consumidores.

Os recursos são finitos e poderiam ser poupados com esta medida, que também evitaria o desperdício, o que beneficiaria o ambiente, o clima e os consumidores.

Desta forma, queremos incentivar os fabricantes a colocar no mercado produtos mais duradouros e reparáveis.

Quadro 2:

Campanha da UE a longo prazo para um consumo e um estilo de vida sustentáveis

Recomendamos que um organismo europeu, o qual inclua sucursais nos países da UE, seja provido de recursos próprios e lidere a campanha.

Pretendemos garantir que todas as pessoas na UE tenham uma identidade comum, se tornem mais conscientes da necessidade de um consumo sustentável e adotem este modo de vida.

Esses objetivos são importantes para nós, uma vez que queremos gerar uma motivação intrínseca para uma vida sustentável.

Quadro 1:

Criação de mais oportunidades de intercâmbio para estudantes na Europa

Recomendamos que a União Europeia adote – paralelamente ao atual programa ERASMUS – um regulamento relativo a um programa de intercâmbio para estudantes entre os 14 e os 25 anos, independentemente da sua origem, género e nível de ensino. Este programa de intercâmbio deverá ser sistematicamente estabelecido e comunicado pelas escolas locais. Qualquer estudante deverá ter a possibilidade de utilizar o programa de intercâmbio a qualquer momento durante a sua carreira escolar. Para o efeito, a Comissão Europeia deverá apresentar uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu.

O nosso objetivo é que os alunos, independentemente do seu desempenho escolar e do apoio financeiro dos pais, tenham a possibilidade de participar em programas de intercâmbio em toda a Europa. Deverá ser promovida uma cultura de intercâmbio europeu desde a idade escolar. Acima de tudo, é importante que os programas de intercâmbio tenham um baixo limiar de exigências e sejam isentos de burocracia. Através do programa de intercâmbio, queremos estabelecer a solidariedade europeia e reduzir as barreiras linguísticas. Isso deverá ocorrer tendo em mente a justiça no domínio da educação e a participação educativa, a fim de reforçar as competências interculturais e de comunicação.

Estes objetivos são importantes para nós por poderem ajudar a promover a coesão europeia, a reforçar o respeito e a cooperação e a transmitir os valores europeus desde tenra idade, de forma a que a diversidade da Europa possa ser encarada como uma oportunidade.

Quadro 2:

Introdução de um salário de base específico por emprego

Recomendamos que o comissário da UE responsável pelo Emprego e os Direitos Sociais apresente ao Parlamento Europeu uma proposta para a introdução de um salário de base específico por emprego em todos os Estados-Membros. O salário de base deverá ser composto por um salário mínimo suficiente para garantir a subsistência e por um suplemento específico por emprego.

O nosso objetivo é que o desempenho profissional e os salários sejam comparáveis dentro da UE, a fim de reforçar a justiça social. Este objetivo é importante para nós para que se garanta que o princípio básico da UE seja refletido no mercado de trabalho: condições de vida e de trabalho comparáveis, independentemente do local de residência e da profissão.

Quadro 1:

Incorporação dos valores europeus e comunicação desses valores de forma cativante

Recomendamos que os valores europeus sejam mais tangíveis e comunicados de forma mais cativante. Tal seria possível de alcançar, por exemplo, criando um pacote de iniciação que contemplasse os meios de comunicação social, os elementos interativos e uma maior participação dos cidadãos.

É nosso objetivo que todas as pessoas que vivem na UE conheçam os valores comuns e se identifiquem com eles.

Damos importância a este objetivo por constituir a base da nossa coexistência na nossa comunidade de valores. Existe muito pouca sensibilização para estes valores por falta de ligação pessoal, pelo que é necessário estabelecermos esta ligação.

Quadro 2:

"Vida na UE"

Recomendamos que a UE crie o seu próprio programa de televisão educativo e informativo, a fim de reforçar a sensibilização de todos os cidadãos da UE para os nossos valores comuns e garantir um acesso fácil e sem barreiras para todos. Estes objetivos são importantes para nós, uma vez que queremos conhecer a opinião pública em todos os países da UE. Desta forma, pretendemos reforçar a base comum e ajudar a aproximar as pessoas, a fim de promover uma maior solidariedade e de formar pessoas no domínio do Estado de direito, com o intuito de salvaguardar a democracia.



Painel de cidadãos para formulação de recomendações para a Conferência sobre o Futuro da Europa, 11-12 de março de 2022

Relatório de síntese

Roma, 16 de março de 2022



Índice

Índice	259
1. Princípios orientadores do processo de organização do painel	260
2. Procedimentos de seleção e envolvimento dos participantes	261
3. Organização do painel	264
4. Agenda de trabalho	264
5. Recomendações recolhidas	266
Uma economia mais forte, justiça social e emprego	266
1. Ultrapassar o modelo de produção do século XX	266
2. Regulamentação generativa e inclusiva da produção	267
3. Medir o crescimento pela felicidade das pessoas, e não pela quantidade de produtos	267
4. Maior integração entre os Estados	268
5. Políticas de inclusão	269
6. Emprego	270
A Europa no mundo	271
1. Reforçar a identidade europeia	271
2. Reforçar a economia e as instituições	272
3. Cooperação e parcerias	273
4. Ponto de referência político e cultural	274
6. Avaliação final pelos participantes	274

1. Princípios orientadores do processo de organização do painel

Todo o processo de execução do painel foi concebido para respeitar as indicações constantes das orientações para os painéis de cidadãos nacionais no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa. Mais concretamente:

- **Finalidade:**
Todos os convidados a participar no painel preencheram um questionário de participação, indicando os objetivos e as finalidades do projeto, com referências específicas à Conferência sobre o Futuro da Europa, aos tópicos abrangidos e aos métodos de participação.
- **Transparência:**
Todos os materiais de apresentação da iniciativa foram disponibilizados aos participantes por diversos meios, entre eles o correio eletrónico, e remetendo sempre para o sítio Web oficial da Conferência.
- **Inclusividade:**
O convite à participação foi transmitido de diversas formas, nomeadamente por correio eletrónico enviado aos membros da comunidade SWG e divulgando hiperligações, através do Twitter e do LinkedIn, para o preenchimento do formulário de candidatura. Este método gerou um total de mais de 400 acessos ao formulário de candidatura e 245 pedidos. A seleção dos participantes (com base na aleatoriedade) foi efetuada de forma a assegurar a presença de pessoas de diferentes géneros, idades, contextos sociais, locais de residência e estatutos profissionais.
- **Representatividade:**
Embora a dimensão da amostra não seja estatisticamente representativa, o mecanismo usado para a sua constituição foi concebido para conseguir a máxima heterogeneidade entre os participantes, a fim de reproduzir um microcosmo do público-alvo.
- **Informação:**
Foi fornecido a todos os participantes um vasto conjunto de informações sobre a Conferência e os tópicos a debater durante o painel. Na secção introdutória, os objetivos e as modalidades do projeto foram reiterados de acordo com os princípios da neutralidade e da exaustividade. Foi dada a todos os participantes a oportunidade de solicitar mais informações e pormenores sobre o evento pelos números de telefone diretos dos gestores de projeto da SWG.
- **Grupos de deliberação:**
O principal objetivo de todo o processo foi a formulação de recomendações concretas, amplamente partilhadas pelos participantes, a dirigir à União Europeia. A abordagem de trabalho e a forma como os grupos foram conduzidos deu origem a um processo centrado na recolha, elaboração e síntese das indicações dos participantes, bem como à sua verificação e validação pelos próprios grupos numa sessão de trabalho posterior.
- **Calendário:**
Durante as sessões de trabalho, viveu-se um ambiente descontraído que deu aos participantes muito tempo para explorarem as questões sobre as quais foram convidados a deliberar, a expressar as suas opiniões e a ouvir as opiniões dos outros. Pela mesma razão, foi decidido dividir os dois grupos principais em outros tantos subgrupos. O trabalho foi igualmente repartido por dois dias, de modo a que fosse possível sedimentar devidamente as considerações que iam surgindo.

- **Seguimento:**
No último dia de trabalho, todos os painéis participaram num processo de verificação e validação do primeiro projeto de recomendações elaborado durante a primeira fase do trabalho. A versão final das recomendações foi distribuída a todos os participantes no painel logo que o relatório dos resultados foi entregue ao Departamento de Políticas Europeias da Presidência do Conselho de Ministros e a respetiva autorização foi concedida. Em todos os casos, os participantes foram convidados a continuar a acompanhar as atividades da Conferência através do sítio Web e das atualizações que seriam publicadas.
- **Integridade:**
Todo o processo de trabalho foi conduzido com total autonomia pela **SWG**, de acordo com a missão que lhe foi confiada. O Departamento de Políticas Europeias da Presidência do Conselho de Ministros foi permanentemente informado das diferentes etapas da iniciativa e dos resultados que iam sendo alcançados.
- **Privacidade:**
Foi totalmente garantida a privacidade dos participantes. Para serem admitidos ao painel, todos os candidatos tiveram de assinar o consentimento esclarecido exigido por lei.
- **Avaliação:**
No final do processo, todos os participantes responderam a um questionário para avaliar a sua experiência, cujos resultados são resumidos no presente relatório.



2. Procedimentos de seleção e envolvimento dos participantes

A seleção

Na fase de comunicação que antecedeu o evento, o objetivo era recrutar pelo menos 50 cidadãos italianos interessados em participar na iniciativa.

Para o efeito, foi criado um breve formulário de autocandidatura, que consistia num questionário a preencher em linha na plataforma própria da **SWG**, pelo qual todos os interessados em participar na iniciativa se podiam candidatar, indicando os dados mínimos necessários para serem atribuídos aos grupos dos quais se sorteavam os participantes. Dispor de ligação à Internet, de um dispositivo equipado com microfone e câmara de vídeo, bem como a assinatura da Carta da Conferência eram as condições necessárias para a participação.

O formulário de candidatura foi divulgado a partir das contas da **SWG** nas redes sociais. Para o efeito, foram feitas seis publicações no Twitter e uma no LinkedIn, com os seguintes resultados:

Redes sociais	Datas	Número de visualizações	Acesso à hiperligação da candidatura
 Twitter	6 publicações entre 8 e 10 de março	889	31
 LinkedIn	1 publicação em 8 de março	410	25

Ao mesmo tempo, os membros da comunidade **SWG** foram convidados a candidatar-se, de acordo com uma estratégia de convite que visava garantir uma representação máxima da população italiana, não só em termos de características socioanagráficas, mas também em termos de ideias, orientações e valores culturais.

As candidaturas decorreram entre as 8 horas de 8 de março e as 16 horas de 10 de março de 2022, tendo-se registado um total de 420 acessos ao formulário e 225 candidaturas preenchidas.

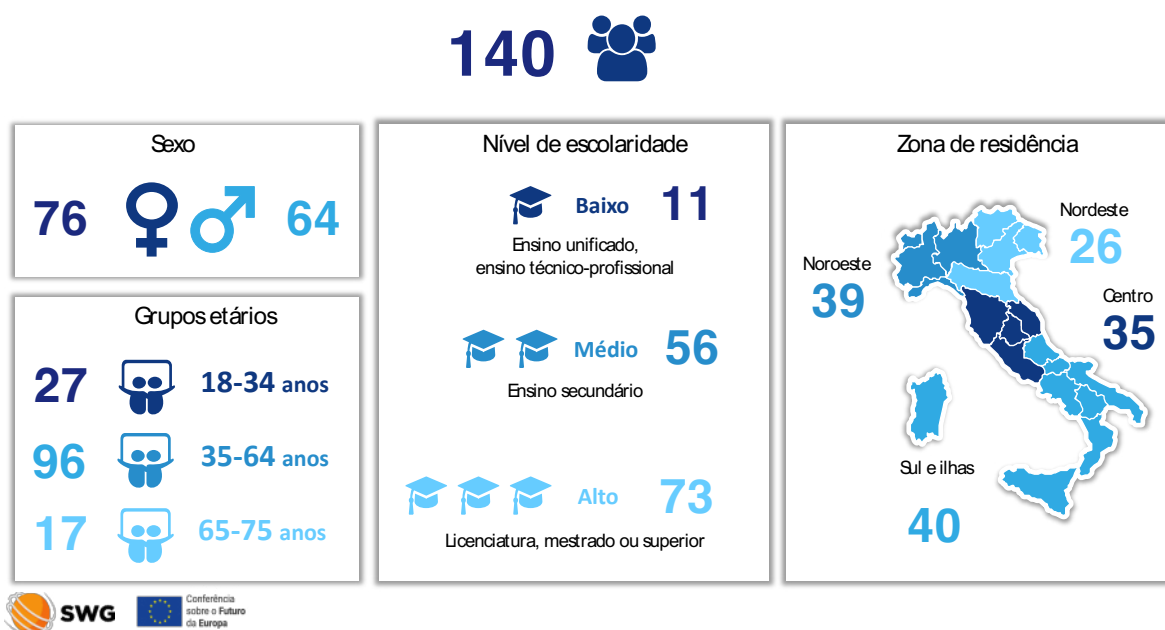
Um total de **140** pessoas foram consideradas elegíveis, das quais 70 foram selecionadas de acordo com um critério que garantisse uma presença equilibrada de participantes em termos de género, distribuição geográfica, idade e habilitações literárias.

Para a seleção dos candidatos, houve especial cuidado em proceder de acordo com um princípio de probabilidade equitativa à seleção entre os participantes, com base num critério de aleatorização condicional.

A aleatoriedade do sorteio foi fundamental para a equidade do processo de acesso. Contudo, dentro do espírito da iniciativa e a fim de promover a máxima inclusividade, afigurou-se importante pôr em prática uma estratégia que garantisse não só o envolvimento do maior número possível de pessoas, como também a máxima heterogeneidade dos participantes selecionados.

Em resumo, a distribuição das pessoas elegíveis para participar foi a seguinte:

Distribuição dos candidatos elegíveis



Após o sorteio dos 70 candidatos, na manhã do evento, as pessoas identificadas foram contactadas por telefone para confirmar a sua participação. Os contactos foram feitos pelo Centro de Contacto CATI próprio da SWG. Globalmente, no final desta fase, foram registadas 59 pessoas, que confirmaram a sua participação. **Destas 59, 55 participaram ativamente no painel.**

A composição social e etária do painel foi a seguinte:

Distribuição dos participantes efetivos

55 



Em síntese, são estes os resultados do processo de recrutamento:

O processo de candidatura



Materiais para comunicação

A fim de assegurar um elevado nível de motivação e participação desde o início, foram disponibilizados a todos os participantes os seguintes materiais:

- **Fichas de apresentação da Conferência sobre o Futuro da Europa e dos painéis nacionais;**
- **Carta da Conferência sobre o Futuro da Europa;**
- **Temas dos tópicos que seriam debatidos nos painéis;**
- **Informações técnicas e organizativas necessárias para a participação.**

3. Organização do painel

A fim de permitir o máximo nível de participação das pessoas com compromissos profissionais, o painel foi estruturado em dois meios dias consecutivos, incluindo um dia de fim de semana, de acordo com o seguinte calendário:

- **Sexta-feira, 11 de março, das 16 às 20 horas**
- **Sábado, 12 de março, das 10 às 12 horas**

Com esta decisão pretendeu-se, por um lado, facilitar a participação de trabalhadores na iniciativa e, por outro, repartir o compromisso de participação, incentivando uma maior atenção e envolvimento, bem como uma deliberação mais sólida sobre as questões e as propostas apresentadas.

Os participantes no painel acederam às duas sessões de trabalho através da plataforma GoToMeeting e foram divididos em quatro grupos (dois para cada domínio temático), liderados por um moderador da **SWG**, e na presença de um transcritor, que redigiu as atas das intervenções. Os moderadores orientaram os grupos por duas vias de debate diferentes (uma para cada domínio temático), com o objetivo de, tanto quanto possível, envolver todos os participantes e assegurar uma abordagem baseada na máxima inclusão e neutralidade.

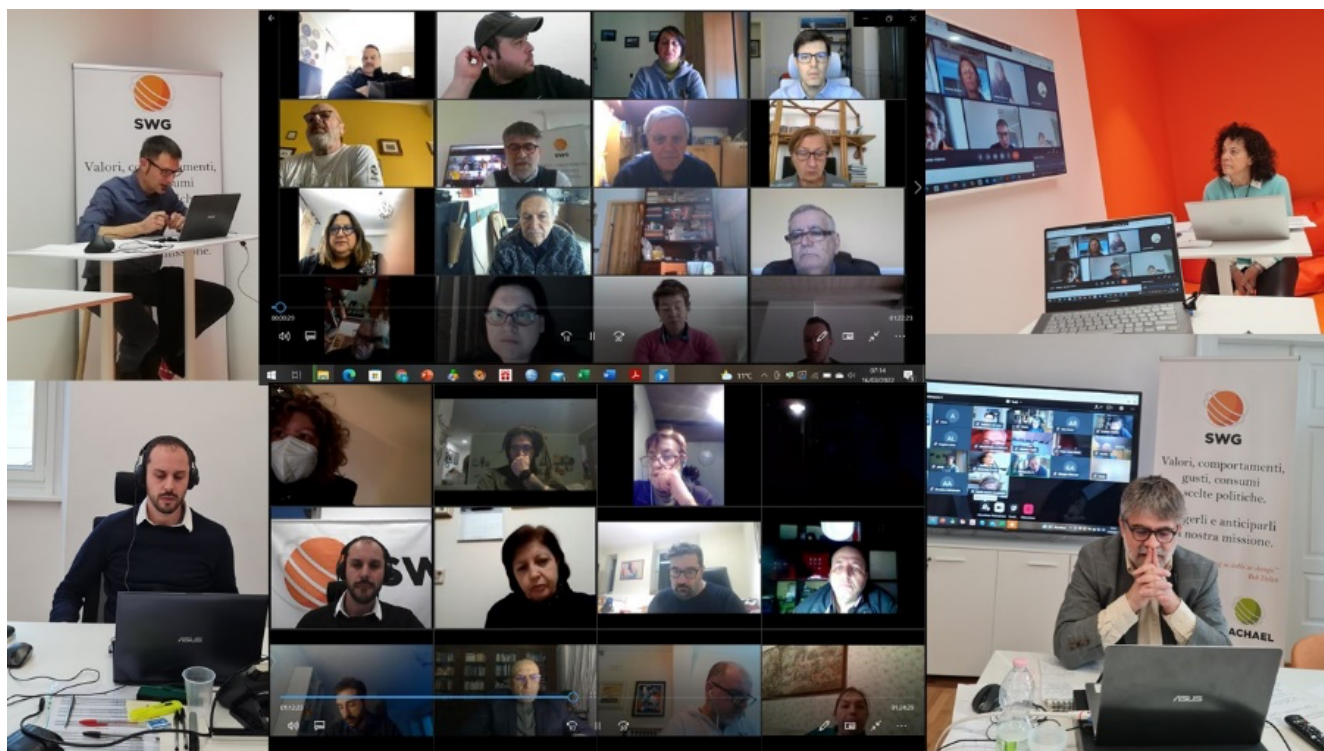
4. Agenda de trabalho

Primeira sessão (sexta-feira, 11 de março de 2022)

- 15h00 – Início da sessão e oportunidade para os participantes se ligarem à plataforma, bem como para confirmarem o funcionamento dos seus sistemas áudio e vídeo
- 16h00 – Apresentação pelo moderador: explicação das razões da iniciativa e da estrutura do trabalho
- 16h15 – Repartição dos participantes por grupos, em função das preferências indicadas na fase de candidatura
- 16h20 – Início dos debates dos grupos
- 20h00 – Encerramento da sessão

Segunda sessão (sábado, 12 de março de 2022)

- 10h00 – Continuação dos trabalhos com a leitura dos resultados do primeiro dia.
- 10h15 – Continuação do debate, pontos de vista e comentários dos participantes.
- 12h00 – Encerramento dos trabalhos.



5. Recomendações recolhidas

€ Uma economia mais forte, justiça social e emprego

1. Ultrapassar o modelo de produção do século XX

A perceção dos participantes no painel é de que os últimos acontecimentos mundiais (a pandemia de COVID-19 e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia) mostraram à sociedade os limites do atual modelo produtivo europeu e evidenciaram a necessidade de se reanalisar a abordagem que muitos descrevem como sendo do "século XX".

A evidente dependência da Europa relativamente à energia e aos alimentos provenientes de países fora da União Europeia, bem como a constatação (durante a pandemia) de que não somos capazes de produzir a quantidade de dispositivos médicos e vacinas necessários para combater sozinho o avanço do vírus, levaram à perceção da fragilidade fundamental do nosso sistema económico associada à falta de autossuficiência.

Ao mesmo tempo, existe a noção clara de que uma economia mais forte, capaz de criar emprego num contexto de justiça social, deve apresentar fortes vantagens em termos tecnológicos. Para que tal seja possível, é essencial apoiar um sistema educativo cada vez mais voltado para as disciplinas CTEM.

A inovação tecnológica, a energia sustentável, mas também o turismo e a cultura, surgem como três direções fundamentais para o desenvolvimento da economia europeia do futuro, com especial destaque para a conservação da produção de base, a fim de evitar o risco de dependência excessiva de países terceiros para o abastecimento de produtos e matérias-primas essenciais.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Tomar medidas eficazes no domínio das alterações climáticas e das energias alternativas;**
- 2. Investir numa economia baseada no turismo e na cultura, incluindo os inúmeros pequenos destinos na Europa;**
- 3. Dar relevância à tecnologia e à inovação enquanto motores de crescimento;**
- 4. Reduzir a dependência de outros países no que diz respeito às matérias-primas, às fontes de energia e à agricultura;**
- 5. Incentivar os jovens a estudar disciplinas científicas.**

2. Regulamentação generativa e inclusiva da produção

Ultrapassar a organização económica do século XX exige igualmente uma revisão das regras e dos procedimentos em matéria de regulação da atividade empresarial. Foram feitas quatro recomendações neste sentido, que têm uma lógica comum: por um lado, simplificar as regras e, por outro, manter um elevado nível de vigilância contra a má conduta (nomeadamente no que diz respeito à contrafação e à concorrência desleal).

É dada grande atenção à necessidade de as regras económicas serem, antes de mais, generativas, reduzindo, tanto quanto possível, as opções que imponham tanto a normalização dos processos de produção (pondo em causa produtos locais específicos com raízes culturais profundas) como também a destruição de bens agrícolas resultante da necessidade de manter quantidades de produção predefinidas.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

1. Reduzir a burocracia (licenças, certificações);
2. Reduzir a normalização dos produtos e reconhecer as particularidades culturais e produtivas locais e regionais (respeito pelas tradições de produção);
3. Ultrapassar a lógica das "quotas fixas" na produção agrícola, que acarreta a destruição dos produtos excedentários;
4. Combater a contrafação e a concorrência desleal.

3. Medir o crescimento pela felicidade das pessoas, e não pela quantidade de produtos

Ultrapassar o modelo de produção do século XX implica não só mudar os métodos de produção, mas também encetar uma nova cultura em que os indicadores de crescimento não se baseiem apenas na quantidade de bens produzidos, mas também na capacidade de garantir que os cidadãos alcancem um objetivo de felicidade. Nesse novo modelo de economia, o principal fator em torno do qual se avalia o impacto e o investimento não poderão ser os bens, mas terão de ser as pessoas. Tal mudança implica a necessidade de abandonar um sistema de indicadores baseado na quantidade de bens produzidos (PIB), passando a um sistema capaz de medir o bem-estar das pessoas (FIB – felicidade interna bruta).

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

1. Desenvolver uma economia mais centrada na produção de felicidade (felicidade interna bruta) do que de bens (produto interno bruto).

4. Maior integração entre os Estados

O que é evidente para todos, mesmo para aqueles que estão menos satisfeitos com a atual estrutura da União Europeia e com os resultados por esta alcançados até à data, é que não basta que haja uma união monetária – a Europa tem de conseguir progredir com crescente força enquanto entidade política coesa, capaz de negociar externamente a uma só voz e de agir com maior solidariedade a nível interno. Condição fundamental para essa crescente força política, comercial e produtiva da União Europeia é conseguir uma maior união, graças à homogeneidade das leis fundamentais, bem como a um sistema integrado e coeso de tributação das empresas e dos cidadãos, que harmonize os salários e os serviços prestados aos cidadãos. Só assim teremos uma Europa capaz de reduzir as diferenças sociais e de promover a qualidade de vida.

Tal premissa implica não retroceder relativamente às realizações dos últimos anos e preservar o conceito de bem-estar, identificado pelos participantes no painel como sendo o mais avançado do mundo e o mais zeloso da igualdade de oportunidades e da justiça social para os seus cidadãos.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Não fazer concessões a nível dos direitos sociais (saúde pública, educação pública, políticas laborais);**
- 2. Consolidar o que foi feito em termos da moeda única e de interconexão dos sistemas de pagamento e de telecomunicações.**

No entanto, nada do que foi feito parece ser suficiente hoje em dia, e a Europa do futuro tem de dar um salto definitivo em frente no que toca à integração entre os Estados-Membros, seguindo uma visão interna que deixe de assentar na concorrência e passe a assentar na cooperação, que coloque todos os cidadãos europeus em condições de usufruir dos mesmos sistemas de garantias e oportunidades em todos os Estados-Membros da União.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Ultrapassar o interesse próprio de cada Estado e a tendência para procurar vantagens individuais em detrimento dos outros;**
- 2. Estabelecer um sistema que preveja as mesmas leis, sistemas fiscais, direitos e deveres em todos os países;**
- 3. Coordenar os regimes fiscais entre os diferentes Estados, especialmente no que diz respeito às empresas (fim das zonas francas ou de baixa tributação);**
- 4. Praticar preços coerentes dos produtos e garantir a igualdade de poder de compra entre os diferentes Estados;**
- 5. Reduzir as disparidades salariais entre os diferentes Estados e as respetivas regiões geográficas;**
- 6. Tornar a dívida pública de vários Estados-Membros uma responsabilidade comum.**

5. Políticas de inclusão

Uma Europa justa e capaz de proporcionar felicidade aos seus cidadãos é uma Europa inclusiva, que dedica à luta contra as desigualdades um elevado nível de atenção. As recomendações definem um rumo alcançar objetivos há muito acarinhados (como a igualdade de género) e identificam novos requisitos associados às transformações culturais das sociedades contemporâneas (combater as desigualdades digitais e direito a viver num ambiente saudável).

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Alcançar a plena igualdade entre homens e mulheres, nomeadamente através do reforço da licença parental paterna e das estruturas de acolhimento de crianças;**
- 2. Combater as desigualdades digitais;**
- 3. Garantir que todos os cidadãos europeus vivam num ambiente saudável e sustentável;**
- 4. Garantir a oportunidade da mobilidade social e, por conseguinte, de ter todas as hipóteses de autorrealização e autodeterminação;**
- 5. Promover a renovação geracional a todos os níveis;**
- 6. Gerir o acolhimento de refugiados e migrantes de forma equilibrada nos diferentes Estados.**

Uma vez mais, o papel das escolas e das políticas educativas parece ser fundamental, não só para dar aos jovens as competências de que necessitam para entrar no mercado de trabalho, mas também para construir uma cultura europeia. Após construir uma Europa das instituições, é essencial construir uma Europa dos povos. Deste ponto de vista, salienta-se o carácter central que uma língua comum teria para o diálogo entre os cidadãos de diferentes países e a igualdade de acesso aos serviços. Depois de se ter esfumado sonho do esperanto, a saída do Reino Unido da União Europeia suscitou dúvidas quanto à possibilidade de o inglês ser adotado como língua comum, um idioma fundamental nas relações internacionais, bem como no sistema científico e económico.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Promover a adoção de uma língua comum;**
- 2. Investir nas escolas e no ensino da História da Europa em vez da História de cada nação, bem como na economia política e na educação cívica;**
- 3. Franquear o acesso à cultura, à educação e aos intercâmbios entre estudantes e cidadãos dos diferentes Estados-Membros.**

As políticas de inclusão constituem um elemento essencial para garantir o acesso dos cidadãos às oportunidades que se apresentem. Partindo deste pressuposto, os participantes no painel sublinharam a forma como a Itália tem sido muitas vezes incapaz de aproveitar os fundos europeus disponibilizados para o efeito. A inclusão e a acessibilidade significam que as instituições europeias estão mais próximas dos seus cidadãos, e que há mais informação e consciência dos direitos que assistem aos cidadãos europeus enquanto tal. Deste ponto de vista, surgiu a importância de criar uma relação direta entre as instituições da União e os cidadãos, sem que seja necessariamente mediada pelos Estados-Membros.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Promover a utilização dos fundos europeus para reduzir as desigualdades;**
- 2. Tornar as instituições europeias acessíveis e próximas dos cidadãos.**
- 3. Incentivar o acesso direto dos cidadãos e informá-los claramente dos seus direitos e oportunidades.**

6. Emprego

A questão do emprego surgiu sistematicamente como um elemento transversal e um efeito direto da capacidade da União Europeia para dar seguimento às suas recomendações. No debate entre os participantes, ficou claro que a questão do emprego é fundamental para a vida das pessoas, mas que tem de estar associada ao reforço das questões económicas e sociais. A forte expectativa é de uma União Europeia em que as políticas laborais ativas continuem a ser centrais e cada vez mais coordenadas.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

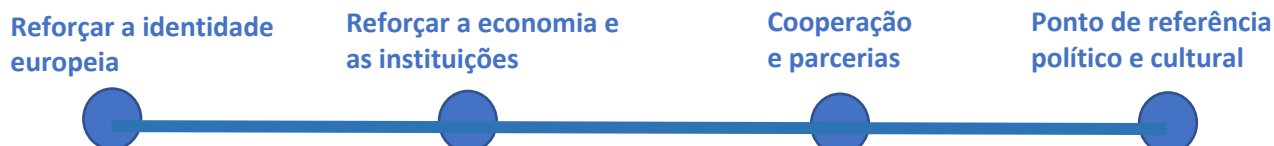
- 1. Promover intercâmbios entre trabalhadores na Europa, por intermédio de um Centro Europeu de Emprego;**
- 2. Integrar as políticas de emprego a nível da UE;**
- 3. Conceder incentivos às empresas que ofereçam emprego.**



A Europa no mundo

Os recentes acontecimentos internacionais e, em particular, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tiveram um impacto profundo na perceção do papel que a Europa deve desempenhar a nível internacional.

As recomendações recolhidas articularam-se essencialmente em torno de um eixo que visa reforçar a União (tanto em termos de identidade como de força económica) e posicioná-la como um modelo de referência e estímulo nas suas relações com outros países.



1. Reforçar a identidade europeia

Para que seja reconhecida fora das suas fronteiras, a União Europeia deve, antes de mais, ser coerente a nível interno, não só do ponto de vista económico e financeiro, mas também em termos de identidade e de valores. Uma identidade que não seja criada por decreto de harmonização, mas sim reforçando as especificidades locais num quadro de valores fundamentais partilhados.

A este respeito, há também que considerar um eventual alargamento da União, que, segundo alguns dos participantes no painel, não deve ser feito indiscriminadamente, mas antes dando mais atenção ao reconhecimento mútuo da cultura e dos valores do que aos padrões económicos.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Reforçar os valores europeus, as características culturais e as especificidades regionais;**
- 2. Criar um instituto da cultura europeia, que promova uma cultura de respeito e de miscigenação entre cidadãos de diferentes Estados;**
- 3. Para novos países candidatos, redefinir os princípios de pertença, com o reforço de fatores como a identidade e os valores culturais;**

2. Reforçar a economia e as instituições

A Europa do futuro é chamada a desempenhar um papel de liderança a nível internacional, e este papel só pode ser assumido quando a União for forte e independente de terceiros. Há uma consciência generalizada de que os países da União são pobres em matérias-primas, mas parece essencial que a União seja capaz de garantir uma maior independência no plano do aprovisionamento energético, da agricultura e dos produtos tecnológicos.

Tal objetivo pressupõe investimentos bem definidos para recuperar o atraso em domínios como a tecnologia (em que a União Europeia não parece atualmente ocupar um lugar dianteiro), mas também nos setores alimentar e energético.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia voltou também a colocar no centro do debate a importância de uma política europeia de defesa integrada, com uma identidade própria e uma maior autonomia em relação à OTAN, sem pôr em causa esta filiação.

Por último, implica escolhas bem determinadas para o futuro, com um forte investimento na ciência e na investigação a fim de aumentar as competências dos jovens europeus.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

- 1. Reforçar a capacidade de produção interna: cadeia alimentar (especialmente trigo) e tecnologia (circuitos integrados);**
- 2. Valorizar os produtos regionais e europeus típicos;**
- 3. Reforçar os polos industriais europeus (por exemplo, aço);**
- 4. Reforçar a produção local de energia numa perspetiva ecológica (gás, energia solar, energia eólica);**
- 5. Desenvolver tecnologias aeroespaciais;**
- 6. Criar laboratórios científicos europeus (banco europeu de vírus);**
- 7. Criar um exército europeu comum que atue no âmbito da OTAN, mas também ajude a ir mais além;**
- 8. Investir na formação de formadores (intercâmbios europeus de professores, Erasmus para professores);**
- 9. Aumentar a mobilidade dos investigadores europeus, desenvolvendo novas instituições científicas comunitárias;**
- 10. Promover empresas inovadoras em fase de arranque.**

3. Cooperação e parcerias

Não se vislumbra a Europa do futuro como uma fortaleza a defender a sua riqueza, mas sim como uma protagonista na cena internacional capaz de dialogar com todos os países do mundo. Um diálogo que parte de uma potência comercial e deverá visar a liderança económica, a qual pode ser consolidada com a criação de parcerias e projetos de grande alcance internacional.

Tudo isto tendo em vista a cooperação e a atenção às zonas menos seguras do mundo, com projetos *ad hoc* de promoção dos países mais pobres, bem como intercâmbios culturais e económicos com os países do Leste.

A questão da migração também merece uma atenção especial, com uma maior coordenação entre os diferentes Estados e a utilização de procedimentos comuns de gestão dos pedidos e das pessoas.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

1. Estimular as exportações;
2. Promover rotas turísticas europeias transnacionais;
3. Desenvolver um sistema comercial de negociações a nível europeu (não como Estados ou empresas individuais, mas como União) para conseguir maior poder de negociação, mas que também obedeça a restrições associadas ao respeito pelos direitos humanos;
4. Levar a cabo importantes projetos internacionais, como a Estação Espacial Internacional;
5. Financiar projetos em África para construir escolas e hospitais sem uma atitude colonial e visando antes o respeito pelos direitos e valores europeus;
6. Investir na formação *in loco* (especialmente para as mulheres) nos países mais pobres;
7. Promover o intercâmbio de técnicos e formadores;
8. Criar um sistema de regras comuns (de recenseamento e de controlo do comportamento e do emprego) aplicáveis ao acesso dos migrantes, com processos diferenciadores de migrações de natureza humanitária e económica, e uma distribuição equitativa entre os diferentes Estados.

4. Ponto de referência político e cultural

No cenário acima descrito, a Europa é chamada a representar um ponto de referência político e cultural claro a nível mundial, do ponto de vista dos direitos e da ética, dando o exemplo ao tomar decisões que visem garantir um ambiente saudável, o respeito pelos direitos das pessoas e o diálogo entre o Oriente e o Ocidente.

RECOMENDAÇÕES EM SÍNTESE

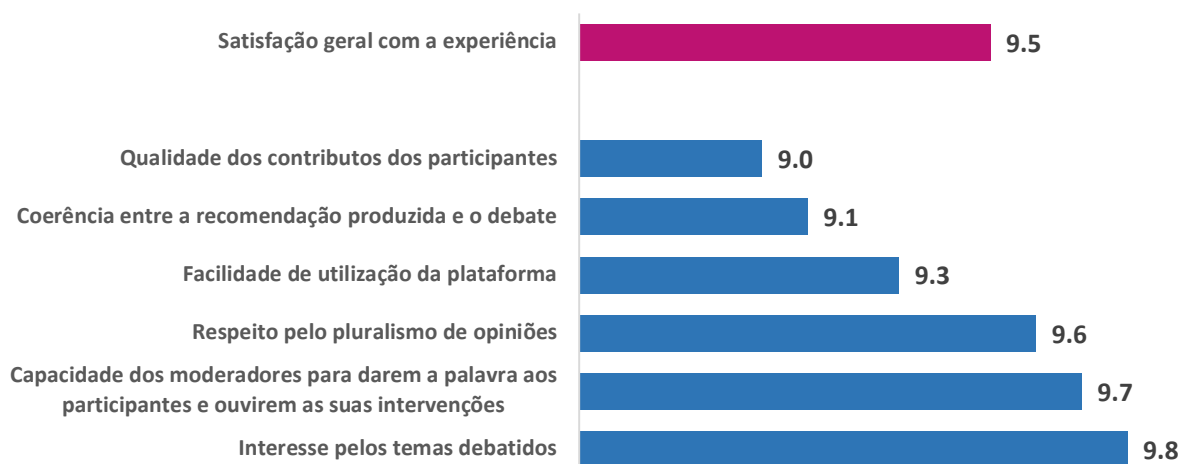
- 1. Dar o exemplo de um continente verde, ser a primeira a alcançar as emissões nulas e aumentar a produção de energia limpa (eólica e solar);**
- 2. Exportar tecnologias para produzir bens com impacto nulo;**
- 3. Atuar como uma confluência (uma praça pública, uma ágora) entre o Oriente e o Ocidente, promovendo intercâmbios culturais e iniciativas culturais conjuntas (à semelhança das Jornadas Mundiais da Arte, a realizar rotativamente nas várias capitais europeias e com um programa artístico que inclua artistas ocidentais e orientais);**
- 4. Criar um modelo ético europeu para gerir os processos de migração, que deve ser partilhado a nível internacional.**

6. Avaliação final pelos participantes

No final dos dois dias de trabalho, todos os participantes foram convidados a preencher um breve questionário para avaliarem a sua experiência. O questionário de avaliação foi enviado dois dias após o final do painel, a fim de dar tempo a que todos interiorizassem a experiência e reagissem de uma forma equilibrada.

Os resultados recolhidos revelam um nível de satisfação particularmente elevado, tanto com o interesse despertado como com a facilidade de participação, o sentimento de terem sido ouvidos e a inclusão sentida.

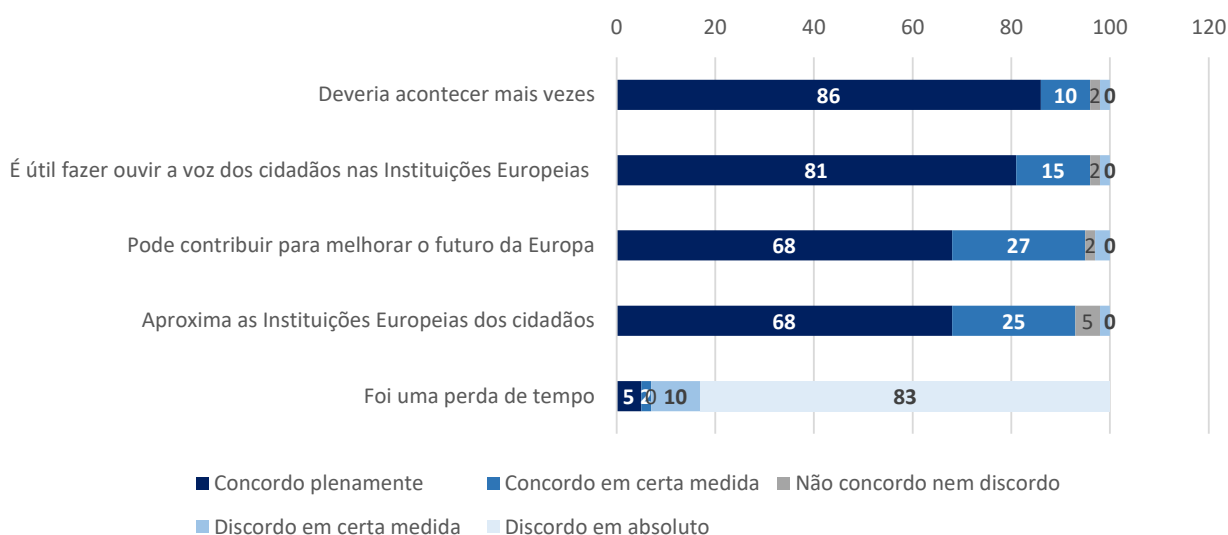
SATISFAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO NO PAINEL



Embora partindo de diferentes experiências, competências e motivações, os participantes sentiram-se fortemente envolvidos: 98 % dos inquiridos no questionário de avaliação consideraram que tinham participado ativamente e dado um contributo positivo para o debate.

Em geral, constatou-se uma perceção muito forte da utilidade desta experiência, que foi vista sobretudo como uma oportunidade de participação ativa e gerou um sentimento de maior proximidade com as instituições comunitárias. Esse facto levou quase todos os inquiridos a pedir que este tipo de iniciativa se repetisse mais vezes.

AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO "PAINEL NACIONAL ITALIANO PARA A CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA"



Todos os participantes declararam que, se fosse novamente organizada uma iniciativa deste tipo, não só participariam voluntariamente, como também recomendariam aos amigos que participassem.

Painel dos cidadãos lituanos sobre o Futuro da Europa

Relatório

O presente relatório divide-se em quatro partes. A primeira apresenta sucintamente a forma como o evento foi organizado. A segunda apresenta as recomendações para as políticas da UE e as políticas nacionais da Lituânia formuladas pelos participantes no painel de cidadãos. A terceira faz uma breve análise dos debates dos grupos e dos principais resultados do painel. A quarta compara os resultados do painel de cidadãos com os resultados dos inquéritos aos cidadãos lituanos sobre o estado e o futuro da Europa.

1. *Organização do painel de cidadãos nacional*

Na sequência das orientações da Conferência sobre o Futuro da Europa para a organização de painéis de cidadãos nacionais, em dezembro de 2021, a sucursal lituana da agência de investigação Kantar TNS elaborou, em nome do Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma metodologia para a seleção aleatória, estratificada e representativa de cidadãos lituanos, com base na qual a agência Kantar TNS selecionou 25 cidadãos lituanos com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, em representação de diferentes grupos socioeconómicos e de todas as regiões geográficas da Lituânia¹⁵.

Em 4 de janeiro, os cidadãos selecionados foram convidados para uma sessão virtual de abertura, durante a qual foi apresentado o conceito subjacente ao painel de cidadãos nacional e foram debatidos os tópicos mais relevantes para o futuro da Europa. Após o evento, foi distribuído aos participantes um documento com uma descrição mais pormenorizada das questões debatidas e a indicação de fontes de informação.

Em 15 de janeiro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros acolheu o painel de cidadãos nacional sobre o Futuro da Europa. O evento foi organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Centro de Estudos da Europa Oriental (CESE) e pela agência de investigação Kantar TNS. Os 25 cidadãos selecionados participaram presencialmente.

Os participantes no painel debateram duas questões estratégicas da UE: qual deve ser o **papel e as competências da UE em matéria de política externa** e qual deve ser o seu **papel económico**. Durante o evento, foi dedicada uma sessão em separado a cada um destes temas, no início das quais os especialistas em políticas da UE, Linas Kojala (CESE) e Ramūnas Vilpišauskas (Universidade de Vilnius), apresentaram brevemente aos cidadãos as informações e questões relevantes para o tema da sessão. Os cidadãos tiveram oportunidade de fazer perguntas e partilhar os seus pontos de vista. Após a introdução feita pelo perito, os participantes foram divididos em três grupos mais pequenos, cada um dos quais formando uma amostra representativa e tendo por tarefa debruçar-se sobre uma questão diferente relacionada com o tópico da sessão. Na sessão dedicada à política externa, foram debatidas as seguintes questões:

- 1.1. Será necessária uma política externa e de defesa autónoma da UE?
- 1.2. Que tipo de relação deverá a UE ter com os seus vizinhos da Europa Oriental, com o Norte de África e com a Turquia?
- 1.3. Que tipo de política de migração deverá a UE adotar?

Na sessão dedicada ao papel económico da UE, foram tratadas as seguintes questões:

- 2.1. É necessário redistribuir melhor os fundos do orçamento da UE e que a UE contraia empréstimos em conjunto?
- 2.2. As normas sociais deverão ser regulamentadas a nível da UE?
- 2.3. Como será possível reforçar a economia da UE?

¹⁵ Foram selecionados cidadãos que representam as cidades de Vilnius, Kaunas, Klaipėda, Šiauliai e Panevėžys e os distritos de Vilnius, Kaunas, Klaipėda, Šiauliai, Panevėžys, Alytus, Marijampolė, Tauragė, Telšiai e Utena, de acordo com dados do Instituto de Estatística da Lituânia.

No final da sessão, cada grupo foi incumbido de formular as principais conclusões do seu debate, sob a forma de declarações de princípio ou de propostas mais concretas sobre as atuais questões de política da UE. Em seguida, durante o debate geral, essas conclusões foram apresentadas aos outros participantes no painel por um representante de cada grupo, tendo os participantes dos outros grupos podido fazer perguntas e apresentar sugestões para complementar as propostas. Após as apresentações e os debates, os cidadãos votaram individualmente a favor de duas conclusões: a proposta ou declaração mais importante para o reforço do papel da Lituânia na UE e para o êxito da própria UE em toda a Europa; e a declaração ou proposta que pareceu mais importante para o bem-estar pessoal do participante enquanto residente da UE. À votação seguiu-se um debate que resumiu as principais ideias apresentadas durante o painel de cidadãos nacional. Na semana a seguir ao evento, os peritos analisaram o conteúdo dos debates e apuraram as ideias apresentadas pelos cidadãos. Em 25 de janeiro, realizou-se uma sessão de síntese em modo virtual, durante a qual foram apresentadas aos cidadãos as recomendações resultantes dos seus debates. Os cidadãos tiveram a oportunidade de dizer se apoiavam as recomendações, de completar o seu conteúdo e de as classificar. Esta oportunidade esteve aberta a todos os participantes durante uma semana após a sessão de síntese, durante a qual os cidadãos tiveram a possibilidade de enviar por escrito aos organizadores do painel os seus pontos de vista e observações.

2. *Resultados do painel de cidadãos nacional*

Nesta secção do relatório apresentam-se os resultados do painel de cidadãos nacional, ou seja, as recomendações e declarações formuladas pelos grupos de trabalho sobre o papel da UE na política externa e na economia.

Primeira sessão: O papel e as competências da UE no domínio da política externa

1. Convidamos a UE a desenvolver uma política mais eficaz em relação à China. É necessário prestar maior apoio à Lituânia, mas este país deve também alinhar melhor a sua posição com os seus parceiros da UE. A fim de assegurar uma harmonização mais eficaz dos interesses no interior da UE e uma política unificada em relação à China, bem como em relação a outras questões de política externa, recomendamos que se pondere a possibilidade de criar o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros da UE.
2. Recomendamos que se regresse, a nível da UE, à questão do estabelecimento de um sistema de quotas para os migrantes.
3. Recomendamos a criação, a nível da UE, de uma comissão encarregada de se ocupar da problemática da migração, de assegurar uma resposta mais rápida às crises migratórias, de garantir o direito de os Estados-Membros exporem e defenderem os seus interesses nacionais e de elaborarem e aplicarem orientações comuns na gestão da migração.
4. Recomendamos o reforço dos laços económicos e humanitários com os países do Norte de África, tendo em mente a sua situação política, em especial com vista a diminuir a influência da China, da Rússia e de outros países na região.
5. Recomendamos o reforço dos laços com a Europa Oriental, promovendo medidas económicas cujos resultados cheguem aos cidadãos.
6. Apelamos a que as sanções da UE contra entidades estrangeiras sejam mais rigorosas, mais específicas e incluam indivíduos de importância determinante do Estado sancionado (por exemplo, dirigentes políticos).
7. Apelamos a que a política externa e de segurança comum da UE assente no princípio fundamental da solidariedade entre os diferentes Estados-Membros da UE, as regiões e as sociedades europeias.
8. Recomendamos que a UE reveja a sua política de migração, até agora aberta, que está a causar problemas de segurança, a fazer crescer a criminalidade e a criar comunidades isoladas dentro da sociedade.
9. Convidamos a Lituânia a intervir de forma mais ativa na política de migração e a lançar debates sobre os desafios da migração.
10. Recomendamos que a UE aplique uma política ativa e rigorosa em relação aos Estados que se servem dos fluxos migratórios como instrumento de ataques híbridos, aplicando por unanimidade sanções mais severas, mas dialogando também com esses Estados com vista a desanuviar a situação.

Segunda sessão: O papel económico da UE

1. Recomendamos que a UE tome várias medidas para reforçar a segurança do aprovisionamento de bens importantes: dar prioridade ao comércio intra-UE, promover o fabrico de produtos de alta tecnologia e diversificar mais as fontes de importação. Recomendamos igualmente que se continue a procurar novos mercados de exportação.
2. Recomendamos que se reveja a abordagem dos contratos de gás natural, a fim de obter contratos de longo e de curto prazo. Recomendamos uma maior diversificação das fontes de aprovisionamento energético.
3. Recomendamos que se avaliem as medidas do Pacto Ecológico Europeu e a sua aplicação, tendo em conta as eventuais consequências socioeconómicas adversas. Na prossecução dos objetivos do Pacto Ecológico, recomendamos que se recorra à energia nuclear e ao gás natural para além das fontes de energia renováveis.
4. Salientamos que é essencial que todos os Estados-Membros respeitem o primado do direito da UE. Apelamos a que a Lituânia assuma uma posição clara e assente em princípios a este respeito.
5. Recomendamos que a Lituânia faça mais uso das melhores práticas dos países da UE, a fim de alcançar os seus objetivos de alcançar padrões sociais mais elevados, o desenvolvimento empresarial e um desenvolvimento equilibrado e sustentável.
6. Recomendamos que seja dada maior ênfase ao reforço da cibersegurança, incluindo a proteção das infraestruturas de dados.
7. Recomendamos que a UE e os seus Estados-Membros deem prioridade à promoção da literacia económica entre os cidadãos, à educação e à divulgação da informação.
8. Recomendamos que os novos acordos comerciais da UE incluam normas ambiciosas em matéria social, laboral e sanitária. Recomendamos o estabelecimento de orientações a nível da UE sobre o que as plataformas de redes sociais são obrigadas a fazer e o que não podem fazer na sua gestão das informações e dos dados pessoais dos utilizadores.
9. Recomendamos que seja dada mais atenção à questão da contração comum de empréstimos a nível da UE, com o objetivo de criar condições mais favoráveis à contração de empréstimos. Recomendamos igualmente o desenvolvimento de políticas financeiramente sustentáveis e responsáveis que reduzam a necessidade de os Estados-Membros contraírem empréstimos.
10. Recomendamos que se reforce o controlo da absorção e utilização dos fundos da UE, a começar pelos municípios, e a consolidação da prática atual de ajustamento da utilização dos fundos. Uma vez que as circunstâncias objetivas dos beneficiários dos fundos da UE podem mudar, é muito importante equilibrar a necessidade de transparência com a necessidade de flexibilidade.
11. Recomendamos que a Lituânia continue a fomentar ativamente o desenvolvimento empresarial e o investimento nas suas regiões.

3. *Análise dos debates e resultados do painel de cidadãos nacional*

Os participantes no painel de cidadãos nacional avaliaram as questões mais importantes e atualmente relevantes para a Lituânia (as que são amplamente debatidas na política nacional e nos meios de comunicação social) e as suas eventuais soluções. A votação das conclusões mais importantes do painel revelou que quase 45 % do total de votos em ambas as sessões foram atribuídos a propostas sobre dois tópicos: relações com a China e gestão dos fluxos migratórios (ver quadro infra). A questão da política energética foi também alvo de grande atenção: embora tenha havido apenas uma proposta sobre esta matéria, esta obteve quase 10 % dos votos de todos os participantes. Os resultados da votação sugerem que a perceção que os cidadãos têm do futuro da Europa pode ser condicionada pelos problemas políticos (nacionais) existentes e pelos assuntos da atualidade.

Recomendação	Votações
Primeira sessão: O papel e as competências da UE no domínio da política externa	
1. Convidamos a UE a desenvolver uma política mais eficaz em relação à China. O apoio que a Lituânia atualmente recebe Lituânia não é suficiente, mas o país também não harmonizou suficientemente a sua posição com a dos seus parceiros da UE. A fim de assegurar uma harmonização mais eficaz dos interesses no interior da UE e uma política unificada em relação à China, bem como em relação a outras questões de política externa, recomendamos que se pondere a possibilidade de criar o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros da UE.	11 (22,9 %) <i>8 – importante para toda a Europa; 3 – pessoalmente</i>
2. Recomendamos que se regresse, a nível da UE, à questão do estabelecimento de um sistema de quotas para os migrantes.	9 (18,8 %) <i>9 – importante para toda a Europa</i>
3. Recomendamos a criação, a nível da UE, de uma comissão encarregada de lidar com os desafios da migração, de assegurar uma resposta mais rápida às crises migratórias, de garantir o direito de os Estados-Membros exporem e defenderem os seus interesses nacionais e elaborarem e aplicarem orientações comuns na gestão dos migrantes.	7 (14,6 %) <i>3 – importante para toda a Europa; 4 – pessoalmente</i>
4. Recomendamos o reforço dos laços económicos e humanitários com os países do Norte de África, tendo em mente a sua situação política, em especial com vista a diminuir a influência da China, da Rússia e de outros países na região.	6 (12,5 %) <i>6 – importante pessoalmente</i>
5. Recomendamos o reforço dos laços com a Europa Oriental, tomando medidas económicas cujos resultados cheguem aos cidadãos.	5 (10,4 %) <i>5 – importante pessoalmente</i>
Segunda sessão: O papel económico da UE	
1. Recomendamos que a UE tome várias medidas para reforçar a segurança do aprovisionamento de bens importantes: dar prioridade ao comércio intra-UE, promover o fabrico de produtos de alta tecnologia dentro da UE e diversificar ainda mais as fontes de importação. Recomendamos igualmente que se explorem novos mercados para exportação.	9 (19,6 %) <i>3 – importante para toda a Europa; 6 – pessoalmente</i>
2. Recomendamos que se reveja a abordagem dos contratos de gás natural, a fim de obter contratos de longo e de curto prazo. Recomendamos uma maior diversificação das fontes de aprovisionamento energético.	9 (19,6 %) <i>9 – importante para toda a Europa</i>
3. Recomendamos que se avaliem as medidas do Pacto Ecológico Europeu e a sua aplicação, tendo em conta as eventuais consequências socioeconómicas adversas. Na prossecução dos objetivos do Pacto Ecológico, recomendamos que se recorra à energia nuclear e ao gás natural para além das fontes de energia renováveis.	6 (13 %) <i>6 – importante pessoalmente</i>
4. Salientamos que é importante que todos os Estados-Membros respeitem o primado do direito da UE. Apelamos a que a Lituânia assumira uma posição clara e assente em princípios a este respeito.	4 (8,7 %) <i>2 – importante para toda a Europa; 2 – pessoalmente</i>

Além disso, as questões que se revestem de maior importância para os cidadãos – relações com a China, migração e energia – não são de natureza *ad hoc*: a sua resolução terá um grande impacto no futuro da Europa a longo prazo. Por conseguinte, não é problemático o facto de os cidadãos darem provavelmente prioridade aos assuntos da atualidade quando refletem sobre o futuro. Uma vez que o futuro se constrói numa miríade de pequenas etapas que começam hoje, compreender as expectativas básicas dos cidadãos no curto prazo é condição prévia para poder gerir processos a longo prazo e resolver problemas de forma sustentável. Este raciocínio está subjacente à análise que se segue dos principais resultados do painel de cidadãos nacional.

O maior número total de votos (11, ou seja, cerca de 12 %) foi atribuído à declaração de que **a UE precisa de uma política mais eficaz em relação à China**. Nesta conclusão global enquadrou-se uma série de afirmações mais específicas. Em primeiro lugar, os participantes salientaram que o apoio prestado até à data pela UE à Lituânia, face à pressão económica da China, tinha sido insuficiente. Em segundo lugar, os representantes do grupo que apresentaram a conclusão salientaram que a Lituânia tinha também de coordenar melhor com os seus parceiros da UE a sua política em relação à China, especialmente porque o comércio com a China continua a ser importante para a UE no seu conjunto. Em terceiro lugar, os cidadãos apresentaram a proposta da criação do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, que poderia ajudar a coordenar posições e a definir políticas comuns face à China e outras questões de forma mais eficaz. Oito participantes consideraram esta conclusão particularmente importante para a Europa no seu conjunto e três como sendo importante em termos pessoais.

A questão das relações com a China está estreitamente relacionada com duas outras propostas que obtiveram um elevado número de votos dos cidadãos. Nove participantes votaram a favor da conclusão formulada durante a segunda sessão, **segundo a qual a UE tem de reforçar a segurança do aprovisionamento** (três participantes indicaram que se tratava de um objetivo de grande importância para a Europa no seu conjunto e seis outros que era pessoalmente importante para eles). Também nesta conclusão se enquadraram várias facetas. Em primeiro lugar, os cidadãos salientaram a necessidade de dar prioridade aos mercados da UE, que se caracterizam pela fiabilidade dos seus fornecedores e por normas mais elevadas em matéria de qualidade dos produtos. Em segundo lugar, os participantes salientaram a necessidade de fomentar as capacidades de produção de alta tecnologia na própria Europa. Em terceiro lugar, os cidadãos manifestaram-se a favor de uma maior diversificação das fontes de importação. Na formulação destas recomendações, os participantes no debate referiram constantemente a China como um fator a ter em conta: as ameaças à segurança associadas aos produtos chineses, a dependência do fornecimento de matérias-primas provenientes da China para o fabrico de produtos de alta tecnologia e a prática chinesa de copiar ou roubar tecnologias de empresas ocidentais que operam no seu mercado. Outros seis votos ("pessoalmente importantes") foram para a proposta de **desenvolver a cooperação económica e humanitária da UE com os países do Norte de África**, uma vez que foi considerado importante reduzir a influência da China nesses países, bem como a da Rússia e de outros Estados hostis.

Os resultados da votação revelaram igualmente a preocupação dos cidadãos com as questões relacionadas com a migração. No domínio da política externa, duas das três conclusões que obtiveram mais votos incidiam sobre a migração. Nove participantes votaram a favor da proposta de que **a UE revise a possibilidade de criar um sistema de quotas obrigatórias de migrantes para os Estados-Membros** (todos salientaram a especial importância desta proposta para toda a Europa). Os participantes que formularam a conclusão manifestaram-se a favor de definir quotas nacionais com base na população e de atribuir cofinanciamento da UE a favor dos migrantes distribuídos de acordo com as quotas. Outros sete participantes votaram a favor da proposta de **criação de uma comissão funcional permanente a nível da UE para abordar as questões da migração, a qual seria constituída por delegados representantes dos Estados-Membros** (três consideraram a proposta de particular importância para a Europa no seu conjunto e quatro consideraram-na pessoalmente importante). Os participantes salientaram que esse órgão poderia agilizar a resposta da UE às crises migratórias, assegurando simultaneamente um equilíbrio adequado entre o respeito pelos princípios comuns da UE e o direito de os Estados-Membros defenderem os seus interesses nacionais e a sua segurança.

Durante os debates sobre a política de migração, os participantes debateram duas crises diferentes no âmbito da gestão dos fluxos migratórios: a crise migratória de 2016 no Mediterrâneo e o ataque híbrido bielorrusso de 2021 contra a Lituânia, a Letónia e a Polónia, em que Minsk se aproveitou dos fluxos de migrantes do Médio Oriente e de África. Vários participantes no painel afirmaram que a crise de 2016 lhes tinha parecido distante e irrelevante, tanto para eles como para a Lituânia em geral, e que a proposta nessa altura apresentada no sentido de criar um sistema de quotas de migrantes não se afigurava adequada. De acordo com os participantes, a experiência do ataque híbrido pôs em evidência a questão da migração na Europa Oriental e levou a uma nova avaliação das quotas enquanto instrumento de política de migração adequado, eficaz e solidário. Vários participantes salientaram que, durante a crise de 2021, se tornou difícil distinguir, dos que entravam no território do país, entre refugiados, migrantes e pessoas que representavam ameaças à segurança. Todos os participantes no debate concordaram que a atual política de migração "aberta" da UE não tinha suficientemente em conta as ameaças colocadas pela migração, os interesses nacionais dos Estados-Membros, a capacidade de integrar os migrantes, etc. Os cidadãos criticaram igualmente a UE pela sua resposta lenta ou negativa às necessidades da Lituânia, incluindo a sua recusa de financiar a construção de um muro na fronteira externa.

Em conclusão, as duas questões políticas mais importantes para a Lituânia em 2021 – as relações com a China e a gestão dos fluxos migratórios – levam os cidadãos lituanos a exigir uma maior implicação da UE e uma política comum mais eficaz. Os cidadãos estão preocupados com a política seguida pela China e a sua crescente influência na Europa e na vizinhança da UE. Há que reconhecer que a influência económica da China obriga a Europa a procurar medidas políticas adequadas e equilibradas. A principal solução, de acordo com os cidadãos, consiste em reforçar os instrumentos comuns da UE em matéria de política externa, a política industrial e a cooperação com os países vizinhos. Do mesmo modo, os cidadãos identificaram uma intervenção unida a nível da UE, incluindo um eventual novo sistema de quotas para os migrantes, como provavelmente a forma mais adequada de evitar as ameaças à segurança decorrentes da migração e de gerir os fluxos migratórios para a Europa de forma rápida e eficaz. Os participantes no painel de cidadãos consideraram que uma política comum da UE mais forte e mais estreitamente coordenada funcionaria como a melhor resposta à pressão crescente da China e ao ataque híbrido da Bielorrússia.

Os pontos de vista dos participantes no painel sobre estas crises podem ser comparados com as suas propostas sobre questões de política energética e climática. No final de 2021, muitos cidadãos lituanos foram diretamente confrontados com o problema do aumento dos custos do aquecimento, e a crise dos preços da energia tornou-se rapidamente uma das questões atuais mais prementes na Lituânia. A preocupação com os preços da energia também se refletiu na forma como os participantes no painel votaram: nove cidadãos até votaram nesta conclusão como sendo o tema mais importante para a Europa no seu conjunto. A principal recomendação dos participantes consistiu em **rever as atuais práticas dos Estados-Membros em matéria de celebração de contratos de fornecimento de energia com diferentes fornecedores, tendo em vista a celebração de contratos de longo e de curto prazo**. Por outras palavras, os cidadãos apoiaram uma política de diversificação energética, mas não formularam quaisquer recomendações no sentido de uma política comum da UE nem recomendaram uma maior integração da política energética.

No que diz respeito à política climática, os cidadãos recomendaram que se **avaliassem as medidas do Pacto Ecológico Europeu em termos da sua ambição e do seu esperado impacto socioeconómico**. Seis participantes votaram a favor desta proposta, e todos a consideraram pessoalmente importante. Alguns participantes mostraram-se preocupados com o facto de a "transição ecológica" estar a ser executada com demasiada rapidez e argumentaram que a Lituânia teria de avaliar mais cuidadosamente se essas políticas poderiam ser prejudiciais para as necessidades do país e dos seus cidadãos. Vários participantes chamaram igualmente a atenção para a necessidade de utilizar a energia nuclear e o gás natural a par das fontes de energia renováveis. Para apoiarem a sua posição, referiram a decisão da Alemanha no sentido de continuar a utilizar o gás natural e explorar o potencial da nova geração das chamadas centrais nucleares de reatores modulares. Nos seus debates sobre a política climática, os participantes no painel deram assim prioridade às políticas dos Estados-Membros concebidas para satisfazer as necessidades nacionais, em vez de visarem uma política comum da UE ambiciosa em matéria de governação do clima.

Tendo em conta o número relativamente reduzido de participantes no painel e as diferentes respostas dos cidadãos (ação mais unida ou maior flexibilidade) a diferentes tipos de crises, não será adequado ponderar neste contexto medidas generalizadas e mais amplamente aplicadas. No entanto, esta tendência verificadas nas opiniões pode suscitar temas interessantes para aprofundar a investigação das atitudes dos cidadãos lituanos em relação às questões de integração da UE, que devem ter em conta as mudanças e as diferenças de atitudes dos cidadãos em relação às políticas autónomas e medidas institucionais da UE.

4. *Resultados do painel de cidadãos no contexto mais vasto da opinião pública lituana*

Para contextualizar os resultados do painel de cidadãos nacional, esta última secção do relatório compara-os sucintamente com os resultados de duas sondagens de opinião pública pertinentes e com os resultados intercalares de outras atividades preparatórias da Conferência sobre o Futuro da Europa. A primeira sondagem de opinião analisada nesta parte do relatório é um [inquérito](#) aos cidadãos realizado pelo Eurobarómetro em outubro e novembro de 2020 sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa. O segundo é o [inquérito](#) Eurobarómetro Standard mais recente, realizado no verão de 2021. Dado que secções destes inquéritos incidiram sobre outras questões políticas e sobre as expectativas dos cidadãos em relação à própria Conferência, são feitas as seguintes comparações no que diz respeito às questões da atualidade abrangidas pelo painel. A análise das atividades preparatórias da Conferência sobre o Futuro da Europa baseia-se num primeiro relatório do CESE sobre essas atividades, que descreve os pontos de vista dos cidadãos participantes a respeito de uma vasta gama de questões políticas da UE.

Os resultados dos inquéritos Eurobarómetro sugerem que os debates e os padrões de votação dos participantes no painel de cidadãos refletem equitativamente os pontos de vista prevalentes na sociedade lituana. As recomendações dos participantes no painel para que se reforce a política externa e de migração comum e algumas decisões a nível da UE estão em consonância com as sondagens de opinião pública em geral:

- Os cidadãos lituanos são mais favoráveis a uma política de defesa comum do que a média da UE (90 % e 78 %, respetivamente);
- Os cidadãos lituanos são mais favoráveis a uma política de migração comum do que a média da UE (76 % e 71 %; deverá ser indicada uma eventual margem de erro com esta diferença);
- Os cidadãos lituanos encaram a migração como um dos dois principais desafios da UE;
- Os cidadãos lituanos são mais favoráveis a que se encontrem soluções a nível da UE (49 % contra 42 %).

Os cidadãos lituanos que participaram nos eventos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa salientaram também que a Lituânia estaria interessada numa maior implicação da UE nos domínios da cooperação em matéria de defesa, de uma política comum em matéria de migração e de uma política externa comum da UE.

Os dados dos inquéritos Eurobarómetro podem explicar os pontos de vista dos participantes no painel sobre as relações com a China e sobre os preços da energia: Os lituanos mostraram-se mais preocupados do que a média da UE com a deterioração das relações entre os países a nível mundial e as tensões geopolíticas daí resultantes (33 % contra 18 %). As conclusões dos participantes no painel sobre a necessidade de desenvolver uma política comum mais ambiciosa em relação à China estão em consonância com estes resultados e com o apoio acima referido à tomada de decisões a nível da UE e a uma política de defesa comum da UE. Por outro lado, as preocupações dos participantes no painel quanto à procura de várias soluções para reduzir os preços da energia podem estar relacionadas com o facto de os lituanos estarem muito mais preocupados do que a média da UE com a subida da inflação e dos preços (53 % e 23 %). A sensibilidade à subida da inflação levou a que fosse dada maior importância à contenção dos aumentos de preços do que ao desenvolvimento de políticas comuns da UE ou de outros objetivos políticos.

Os dados do Eurobarómetro revelam igualmente uma mudança interessante nas atitudes dos cidadãos lituanos em relação à migração enquanto problema político. No inquérito de 2020, houve menos lituanos do que a média da UE a identificar a migração como o desafio mais importante para o futuro da UE (16 % contra 27 %); porém, no inquérito de 2021, a percentagem de inquiridos lituanos que identificaram a migração como o principal problema para a UE subiu para 32 % (média da UE: 25 %). Embora essa mudança de opinião possa ser atribuída a diferenças na redação da pergunta, também está em consonância com os pontos de vista partilhados pelos participantes nos debates do painel de cidadãos sobre a forma como evoluíram as suas perspetivas sobre as questões da migração.

Além disso, uma comparação entre os resultados do painel de cidadãos e os dados do inquérito Eurobarómetro revela uma diferença entre a atitude bastante cautelosa dos participantes no painel em relação à política climática da UE e as preocupações dos cidadãos lituanos com as alterações climáticas. Embora os participantes no painel tenham solicitado que fosse realizada uma avaliação para determinar se o Pacto Ecológico Europeu é demasiado ambicioso e pode prejudicar os interesses da Lituânia, os lituanos referiram sistematicamente as alterações climáticas como um dos desafios mais importantes para a UE, de acordo com os inquéritos Eurobarómetro. No inquérito de 2020, 47 % dos inquiridos lituanos referiram o clima como o principal desafio mundial para o futuro da UE (média da UE: 45 %); no inquérito de 2021, a percentagem foi de 28 % dos inquiridos lituanos (média da UE: 25 %). Importa salientar que os cidadãos que participaram noutros eventos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa também referiram a política climática como um dos domínios em que a Lituânia estaria mais interessada numa maior implicação da UE. Esta diferença pode ser explicada pela motivação de voto dos participantes no painel: todos aqueles que votaram a favor da recomendação de reavaliar as medidas do Pacto Ecológico Europeu indicaram que o tema era importante para eles pessoalmente. Isto significa que a oposição a nível pessoal pode não ser incompatível com a ideia de que as alterações climáticas são um dos desafios políticos mais importantes que a UE enfrenta.



Rijksoverheid



A nossa perspetiva da Europa

Opiniões, ideias e recomendações

Tópicos

Valores e direitos, Estado de direito, segurança

Uma economia mais forte, justiça social e emprego
democracia europeia

Transformação digital

Educação, cultura, juventude e desporto

3 de dezembro de 2021

O presente documento é uma tradução do relatório intitulado "A nossa perspetiva da Europa; opiniões, ideias e recomendações" publicado em neerlandês em 3 de dezembro de 2021 em www.kijkopeuropa.nl. A presente versão traduzida é uma reprodução simplificada da qual foi suprimida a apresentação original (ilustrações e formatação) para efeitos de tradução.

A nossa perspetiva de...

Relatório de síntese: todas as recomendações alinhadas

Com o Diálogo com os Cidadãos "Uma perspetiva da Europa" recolhemos pontos de vista e ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa, o que resultou na apresentação à União Europeia das seguintes recomendações relativas aos cinco primeiros tópicos.

Valores e direitos, Estado de direito, segurança

É importante que a UE defenda o Estado de direito. Em simultâneo, os neerlandeses consideram que devem ser tomadas em consideração as diferentes tradições e culturas na Europa. A cooperação na UE pode ter muitas vantagens e assumir formas diferentes, mas deve trazer valor acrescentado a todas as partes interessadas. O mesmo se aplica à partilha de informações em matéria de segurança. A partilha de tudo entre todos leva rapidamente a que a cooperação se torne ineficaz.

Velar por que todas as pessoas se sintam livres e seguras
Alargar a UE apenas se tal representar valor acrescentado
Cooperar principalmente na luta contra a criminalidade internacional e o terrorismo

Uma economia mais forte, justiça social e emprego

Os neerlandeses consideram que há muitas oportunidades para reforçar a economia europeia. Mas os países nem sempre podem ser comparados uns com os outros. Em particular, o regime fiscal tem que ser mais justo e claro. E a Europa deve concentrar-se mais nos seus pontos fortes, como a qualidade e a diversidade. Os países da UE podem trabalhar em conjunto para assegurar a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho europeu.

1. Ter em conta as semelhanças e as diferenças
2. Tirar maior partido dos pontos fortes da Europa
3. Desenvolver um regime fiscal justo e claro
4. Garantir que ninguém fica para trás

democracia europeia

Os neerlandeses não precisam de saber tudo sobre a UE, mas querem mais transparência e compreensão. O ponto de vista de outros países da UE pode, por exemplo, proporcionar uma perspetiva mais ampla. Além disso, os neerlandeses consideram que o diálogo da UE com os cidadãos deve ser mais frequente e, de preferência, permanente. A este respeito, não só é importante ter em conta os diferentes interesses, mas também que se tomem decisões mais depressa do que acontece atualmente.

1. Dar uma perspetiva mais ampla da Europa
2. Encontrar formas novas e permanentes de ouvir os cidadãos
3. Assegurar a transparência e a clareza das decisões
4. Garantir que os problemas sejam resolvidos com mais rapidez

Transformação digital

A sociedade está cada vez mais dependente da Internet e as grandes empresas tecnológicas são cada vez mais poderosas, o que suscita a preocupação dos neerlandeses. Por isso, recomenda-se que a UE estabeleça regras e normas europeias relativas à privacidade. É importante que estas regras e normas sejam compreensíveis e exequíveis por todos. Os neerlandeses preferem que o apoio e os esclarecimentos sejam dados pelas autoridades nacionais, na sua própria língua.

1. Garantir uma Internet rápida, segura e estável em toda a parte
2. Estabelecer regras e normas claras para as empresas da Internet
3. Combinar as regras de privacidade com uma aplicação na prática e uma explicação

Educação, cultura, juventude e desporto

Os jovens que estudam no estrangeiro deveriam poder aprender mais sobre o país anfitrião do que atualmente. E os países com níveis de conhecimento mais baixos não devem perder todos os seus talentos para o estrangeiro. Os neerlandeses consideram que os assuntos relacionados com a cultura e as situações de abuso no desporto são mais da competência dos Estados-Membros. E que uma língua nacional própria é muito valiosa. Em geral, todas as pessoas na Europa devem acima de tudo sentir-se livres e poder ser elas próprias.

1. Incentivar os estudos no estrangeiro de forma sensata
2. Deixar a cultura e o desporto na esfera de competências dos Estados-Membros
3. Assegurar que os europeus se possam conhecer melhor e respeitar mutuamente

Introdução

O Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa", que decorreu entre 1 de setembro e meados de novembro, permitiu a todos os neerlandeses partilhar as suas ideias sobre o futuro da Europa. Os Países Baixos apresentam à União Europeia (UE) as recomendações que dele decorreram, juntamente com as opiniões e ideias recolhidas. No presente relatório debruçamo-nos sobre os cinco primeiros tópicos e os restantes quatro serão abordados no próximo relatório no início de 2022.

O que foi o Diálogo "Perspetiva da Europa"

A União Europeia quer saber o que os seus cidadãos pensam sobre a Europa. Por esse motivo, a UE organizou a Conferência sobre o Futuro da Europa. As opiniões e ideias dos cidadãos de toda a União Europeia deverão vir a ser incorporados nos planos para o futuro da Europa. No âmbito da Conferência, os Países Baixos organizaram o Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa".

O diálogo "Perspetiva da Europa" teve início em 1 de setembro com a recolha em linha de opiniões e ideias por meio do estudo de um painel representativo. A fim de aprofundar as primeiras informações recolhidas com o estudo do painel e a fim de elaborar recomendações concretas, foram organizados diálogos temáticos em linha, abertos a todos os que desejassem participar. Seguidamente, percorremos o país para dialogar com os jovens e com outros grupos (de difícil acesso).

Alunos do ensino básico, alunos do ensino profissional, estudantes universitários, agricultores e migrantes em contacto com o ministro.

Em outubro e novembro realizaram-se oito diálogos temáticos em linha com uma média de 30 participantes por reunião. Organizámos também um diálogo temático em linha e sete diálogos temáticos presenciais com diferentes grupos de cidadãos neerlandeses, o que nos deu a oportunidade de dialogar com a comunidade turca em Schiedam e de sermos recebidos pelos voluntários da Fundação Piëzo em Zoetermeer. Nesta última ocasião, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ben Knapen, também esteve presente, depois de concluído o diálogo. O ministro conversou com os participantes a respeito do diálogo e as opiniões expressas sobre o futuro da Europa. Por último, organizámos seis reuniões com diferentes grupos de jovens. Fomos acolhidos, por exemplo, numa escola secundária em Helmond, numa escola secundária de formação profissional em Doetinchem e na Universidade de Leiden.

"É sempre com prazer que dou a minha opinião crítica junto da máquina do café. Por isso, achei que tinha de participar nesta iniciativa."

Participante num diálogo temático

O presente relatório

Com base nas opiniões e ideias que recolhemos nos últimos meses, foram elaboradas recomendações dirigidas à União Europeia por parte dos cidadãos neerlandeses. Dos diálogos entre os cidadãos neerlandeses nasceram debates interessantes e foram apresentadas ideias inovadoras. Em consequência do estudo do painel e da investigação aberta foram também emitidas sugestões. Algumas destas ideias foram incluídas no presente relatório, cujo conteúdo representa a voz dos Países Baixos: a nossa perspetiva da Europa.

Tal como existem diferenças entre os países e os cidadãos da Europa, também os cidadãos dos Países Baixos, naturalmente, nem sempre estão de acordo. As diferenças são valiosas: são uma característica importante da democracia. As recomendações decorrem das opiniões e ideias mais frequentemente apresentadas pelos participantes na Perspetiva da Europa. Além disso, descrevemos as preocupações, os pensamentos e os sentimentos que, embora menos comuns, nos chamaram a atenção durante os diálogos e no estudo em linha.

"Foi bom poder conversar em pequenos grupos com pessoas de opiniões a diferentes – a favor e contra. É muito diferente da forma como os debates nas redes sociais se desenrolam."

Participante num diálogo temático

Antes da Conferência sobre o Futuro da Europa foram identificados nove temas. Estes temas estão também no centro do Diálogo com os Cidadãos dos Países Baixos "Perspetiva da Europa". Em outubro, publicamos um relatório intercalar com as primeiras informações e as perguntas de seguimento com base no estudo do painel. Neste segundo relatório descrevemos as opiniões, ideias e recomendações relativas aos cinco primeiros temas para a reunião plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa de dezembro. O próximo relatório, com os quatro temas restantes, será publicado em meados de janeiro.

Relatório atual – dezembro de 2021

Valores e direitos, Estado de direito, segurança
Uma economia mais forte, justiça social e emprego
democracia europeia
Transformação digital
Educação, cultura, juventude e desporto

Próximo relatório – janeiro de 2022

alterações climáticas e ambiente
Migração
saúde
A UE no mundo

Próximas etapas

As ideias, opiniões e recomendações de todos os residentes da UE serão coligidas na Conferência sobre o Futuro da Europa. Durante as reuniões serão debatidos tanto os resultados de todos os diálogos nacionais com os cidadãos como também os resultados de outras iniciativas lançadas no âmbito da Conferência. Por exemplo, existem painéis de cidadãos europeus e todos os cidadãos europeus (incluindo os neerlandeses) podem aceder a uma plataforma digital europeia.

"É positivo que a UE tome esta iniciativa. Espero também que os resultados sejam realmente tidos em conta."

Participante num diálogo temático

A Conferência terminará na primavera de 2022. Nessa altura, os Países Baixos apresentarão um relatório final do Diálogo com os Cidadãos, composto de um resumo do presente relatório e do próximo relatório (com os restantes temas). A Conferência produzirá recomendações à Presidência da Conferência, nomeadamente os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia, que se comprometeram em explorar formas de dar seguimento às recomendações. Para o Governo neerlandês, as recomendações são um contributo importante para a definição das políticas dos Países Baixos no domínio da UE.

O processo até à primavera de 2022 resume-se do seguinte modo:

Cronologia

Perspetiva da Europa

1 de setembro	12 de outubro	22/23 de outubro	15 de novembro	17/18 de dezembro	21/22 de janeiro	22/24 de abril		
Recolha de ideais em linha								
Diálogos temáticos								
		Resultados intercalares (relatório intercalar)		Relatório intercalar sobre a economia e a democracia	Relatório intercalar sobre as alterações climáticas e a UE no mundo	Relatório final "A nossa perspetiva da Europa"		
		↓		↓	↓	↓		
		Reunião da conferência		Reunião da conferência	Reunião da conferência	Conferência final	→	Recomendações aos presidentes Parlamento Europeu Comissão Europeia Conselho de Ministros
				↑	↑	↑		
Mais opiniões e ideias sobre o futuro da Europa:								
Diálogos com os cidadãos			Painéis de cidadãos europeus			Plataforma digital europeia (também para cidadãos neerlandeses)		

Instruções de leitura

O presente relatório centra-se em cinco temas e para cada um dos temas apresentamos o seguinte:
 Recomendações com base em todos os elementos do diálogo com os cidadãos
 Impressão das opiniões, ideias e debates decorrentes dos diálogos temáticos (em linha e presenciais) e sugestões recolhidas no estudo em linha, por escrito e por imagens.

No final do presente relatório encontra-se uma justificação do estudo.

Valores e direitos, Estado de direito, segurança

A UE acompanha o Estado de direito em todos os países da UE e procura reduzir as desigualdades na UE. A UE procura proteger todos os europeus do terrorismo e da criminalidade. Para o efeito, a UE introduz medidas e regras e os países da UE colaboram estreitamente.

Qual é a perspetiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspetiva sobre a segurança e o Estado de direito

68 % dos neerlandeses consideram que a segurança e o Estado de direito são um tema importante e que a UE deve intervir nesses domínios.

1 Garantir que todas as pessoas se sentem livres e seguras

78 % dos neerlandeses consideram que é importante a UE defender o Estado de direito e as nossas liberdades e direitos fundamentais. Também consideramos que a proteção dos direitos dos consumidores é importante: uma vasta maioria considera que é positivo o facto de os fabricantes na UE serem obrigados a colocar as mesmas informações nos rótulos em todos os países. Muitos neerlandeses consideram que a UE deve ter em consideração as diferenças na Europa em termos de tradições e culturas (de governação), pois, caso contrário, é difícil cooperar eficazmente. Em especial, consideramos importante que todas as pessoas na Europa se sintam livres e seguras, o que também inclui ter habitação, educação e cuidados, e saber que os produtos nas lojas europeias são sempre seguros.

2 Alargar a UE apenas se tal trazer valor acrescentado

44 % dos neerlandeses consideram que a UE não aceitar a adesão de mais países, mas 25 % são a favor do alargamento. Constatamos que já existem desentendimentos que chegue entre os atuais Estados-Membros e muitos neerlandeses consideram essa é a primeira questão a resolver. Se aderirem novos países, estes também devem estar em condições de cumprir as nossas condições. Agora e no futuro. Na opinião de muitos neerlandeses, o alargamento também deve proporcionar um valor acrescentado aos atuais Estados-Membros. Acima de tudo, consideramos que existem outras oportunidades para os países colaborarem no domínio da segurança e da estabilidade. Por vezes, a influência a Rússia nos países da fronteira oriental da UE suscita a nossa preocupação. É importante que a UE tenha esse facto em atenção.

"O alargamento não deve centrar-se nos custos e benefícios, mas numa visão de estabilidade."

3 Cooperar principalmente na luta contra a criminalidade internacional e o terrorismo

68 % dos neerlandeses consideram que os serviços de segurança dos países da UE devem partilhar informações entre si. Contudo, consideramos importante que os países possam também continuar a decidir quais as informações que pretendem ou não fornecer. A partilha de tudo entre todos leva rapidamente a que a cooperação se torne ineficaz. Atualmente a UE é tão grande que temos de continuar a analisar de forma crítica quais são os, eventuais, destinatários de informações sensíveis. Queremos poder continuar a confiar na proteção da nossa privacidade. Em especial, pensamos que é lógico colaborar no combate à criminalidade grave e internacional, como a cibercriminalidade, o tráfico de droga e o terrorismo.

"Não é por ter passado uma vez um vermelho nos Países Baixos que essa informação tem de ser partilhada com Espanha."

Debates e ideias em linha e no terreno

"Quando se sanciona um país que não cumpre as regras, as pessoas mais pobres desse país são as primeiras a sofrer. É por isso que dialogar é melhor que sancionar."

"Em primeiro lugar, é necessário garantir a estabilidade do clube atual. Depois pensa-se no alargamento."

"Também temos de olhar de forma crítica para o nosso próprio Estado de direito. Também aí existem problemas."

IDEIA: "Definir regras rigorosas em matéria de integridade para todos os político na Europa a fim de evitar que possam ser influenciados com demasiada facilidade."

IDEIA: "Reforçar a cooperação entre a polícia e a justiça nos países da UE."

Alunos da escola secundária de formação profissional em Doetinchem: "Quem quiser aderir à UE, tem de respeitar as regras"

Na escola Graafschap College em Doetinchem, cerca de 20 alunos do ensino profissional na área da Saúde disseram quais são as maiores vantagens que encontram na UE: o mercado livre, a moeda comum – o euro – e a facilidade de residir e trabalhar em outros países da UE. "Os países da UE podem apoiar-se mutuamente. Juntos somos mais fortes", disse um dos alunos presentes. Também se debateu a importância das regras. Se os países não as respeitarem, muitas vezes é difícil sancionar um país. Na opinião dos alunos, deveria ser mais fácil fazê-lo. Um deles referiu também o efeito dissuasor. "Quando se impõem sanções severas, os outros países veem o que pode acontecer a quem não cumpre as regras."

Indossurinameses em Utrecht: "Por vezes, falta confiança no Estado de direito"

A fundação Asha é uma organização de voluntários indossurinameses em Utrecht. Os participantes no diálogo temático debateram a importância dos direitos dos cidadãos, nomeadamente o direito à habitação e o direito de não ser discriminado. Na opinião dos presentes devem existir regras que protejam estes direitos de todos os cidadãos europeus. Atualmente, não se sabe ao certo o que é regulamentado pelos Países Baixos e o que é regulamentado pela Europa, o que faz com que, por vezes, seja difícil ter confiança no governo. Isto também se deve ao facto de o governo se enganar. "Pode dizer-se que o governo tem de me proteger, mas por vezes o governo cria confusões, como no caso dos subsídios para as crianças", afirmou um dos participantes. "A UE tem de assegurar que as regras são efetivamente respeitadas", declarou outro.

Uma economia mais forte, justiça social e emprego

As pequenas e médias empresas são a espinha dorsal da economia europeia. Por conseguinte, a UE pretende que os seus Estados-Membros colaborem na elaboração dos planos de recuperação para saírem economicamente mais sólidos da crise do coronavírus. O objetivo da UE a longo prazo é tornar a economia europeia mais sólida, ecológica e digital. Qual é a perspetiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspetiva sobre a economia e o emprego

61 % dos neerlandeses consideram que a economia e o emprego são temas importantes e que a UE deve intervir nesses domínios.

1 Ter em conta as semelhanças e as diferenças

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve garantir uma maior cooperação entre as empresas para fortalecer a economia europeia. No entanto, apenas uma pequena parte deste grupo de neerlandeses considera que a UE deve atribuir mais fundos às empresas. Julgamos, de facto, que a cooperação pode ser mais eficaz. Notamos que diversas empresas estão a investir na mesma nova tecnologia, por vezes recorrendo a fundos públicos. Se tivermos uma visão europeia da economia podemos empregar esses fundos de forma mais eficiente, continuando a ter em consideração as diferenças entre os países.

"O setor agrícola dos Países Baixos é tão moderno que não é correto compará-lo com a agricultura de outros países."

2 Tirar maior partido dos pontos fortes da Europa

Os neerlandeses consideram que existem muitas oportunidades para reforçar a economia europeia, mas que é necessário fazer escolhas. É por esse motivo que pensamos que a UE se deve concentrar sobretudo nos seus pontos fortes. Por exemplo, consideramos que a Europa é boa em domínios como a digitalização, a sustentabilidade e as infraestruturas. E, o que talvez seja ainda mais importante, representamos qualidade e diversidade. É precisamente por sermos um continente de diversidade, com opiniões e ideias diferentes, que temos de explorar muito mais do que uma vantagem económica. Dessa forma, a Europa pode distinguir-se, por exemplo, da economia chinesa.

3 Desenvolver um regime fiscal justo e claro

82 % dos neerlandeses consideram que os países da UE devem assegurar conjuntamente que todas as empresas da UE pagam impostos justos, incluindo a empresas de muito grande dimensão. Por vezes, algumas empresas mudam-se para outros países só para pagarem menos impostos. A UE deve tomar medidas contra esta situação, instituindo, por exemplo, uma taxa mínima para todos os países. Por outro lado, consideramos que a fiscalidade é da competência dos países, que têm os seus próprios objetivos e circunstâncias. Consideramos que, na generalidade, a fiscalidade é uma questão complexa e, precisamente por esta razão, gostaríamos que o regime fiscal fosse melhor, mais justo e claro para todos na Europa.

"Em toda a parte os pepinos têm de ser direitos, mas as regras fiscais diferem. Não é uma coisa de loucos?"

4 Garantir que ninguém fica para trás

71 % dos neerlandeses consideram que a UE tem de ajudar a fomentar o emprego. Consideramos que deve ser dada especial atenção a certos grupos, como os jovens e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, o que pode ser feito por meio de regras ou subsídios para as empresas, mas também da prestação de mais apoio aos empregadores e aos trabalhadores. Neste contexto, estamos a pensar, por exemplo, na prestação de informações ou em questões muito práticas. Por vezes, o apoio pode ser organizado de forma mais eficiente pela UE e, por vezes, é uma tarefa mais adequada aos próprios Estados-Membros. Os países da UE devem trabalhar em conjunto para assegurar a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho europeu.

Debates e ideias em linha e no terreno

"Acelerar a automatização na Europa, para que os produtos que agora nos chegam da China voltem a ser fabricados aqui."

"Levar a sério a revolução das bitcoins e de outras criptomoedas. Os participantes nestes mercados são tratados como evasores fiscais, embora este tipo de tecnologias de cadeia de blocos seja o futuro."

"Os acionistas não são os únicos intervenientes na economia europeia. Sem os trabalhadores, nada pode ser feito."

"A Europa precisa de fazer mais pelas pessoas com deficiência. Atualmente, estas pessoas têm demasiada dificuldade em encontrar um emprego adequado."

"Muitas das regras europeias são complexas e mudam regularmente, o que dificulta a inovação das empresas."

"No caso de obras de construção na minha empresa, o meu empreiteiro local poderia ter começado muito tempo antes, mas tive de lançar primeiro um concurso europeu. Foi uma pena."

Participantes no diálogo em linha: "Reflexão conjunta sobre as grandes empresas"

O aumento do poder das grandes empresas foi alvo de debate num dos diálogos temáticos em linha. Alguns participantes gostariam que a UE intervisse com maior firmeza neste domínio, porque há empresas que obtêm lucros avultados sobre os quais pagam poucos impostos, graças a "esquemas" inteligentes. Outros participantes chamaram a atenção para o panorama geral: estas empresas geram muitos postos de trabalho e beneficiam a economia nacional. "Estas empresas não devem ser afugentadas", afirmou um dos participantes. Um outro disse ser importante que os países da UE refletissem sobre esta questão em conjunto. "As grandes empresas podem pôr os países uns contra os outros. É por isso que nós, enquanto UE, temos de formar uma frente mais unida."

Agricultores que respeitam e integram a natureza: "Fixar objetivos e não limites"

A BoerenNatuur é uma associação de cooperativas agrícolas. Um grupo de membros debateu, entre outras questões, os regulamentos europeus aplicáveis aos agricultores. Por um lado, consideram que a UE tem muitas vantagens, como a facilidade em exportar para outros países. Por outro lado, consideram que as orientações poderiam muitas vezes ser ainda mais explícitas. "Mas há cada vez mais um entendimento comum a esse respeito", afirmou um dos membros. Acima de tudo, há ainda margem para melhorias nos procedimentos, que em muitos casos ainda são muito burocráticos e morosos. Segundo um dos membros, os regulamentos não deveriam ser demasiados pormenorizados. "Fixem objetivos claros, como, por exemplo, água potável. Nós depois decidiremos por nós próprios a largura que o fosso deve ter."

Democracia europeia

A UE incentiva os europeus a votar e a envolverem-se na tomada de decisões e nas políticas europeias fora dos períodos eleitorais. A UE também lança iniciativas de reforço da democracia, tal como o plano de ação que visa a realização de eleições livres e justas e a garantia da liberdade de imprensa. Qual é a perspetiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspetiva da democracia europeia

60 % dos neerlandeses consideram que a democracia europeia é um tópico importante e que a UE deve intervir nesse domínio.

1 Dar uma perspetiva mais ampla da Europa

Os neerlandeses registam que quando se fala da Europa nos meios de comunicação social, geralmente trata-se de uma crise. Pouco se ouve sobre as decisões quotidianas. Como residentes, não temos de saber tudo, mas, para poder formar uma boa opinião, seria positivo ter uma melhor imagem de conjunto. Por exemplo, seria interessante saber o que pensam outros países da UE. Os meios de comunicação social e a educação podem desempenhar um papel importante nesta matéria. Contudo, os meios de comunicação social devem continuar a poder fazer as suas próprias escolhas, uma vez que, na opinião dos neerlandeses, a liberdade de imprensa é muito importante na nossa democracia.

"Só se ouve falar da UE quando há uma crise. Desta forma, o sentimento sobre a Europa continua a ser negativo."

2 Encontrar formas novas e permanentes de ouvir os cidadãos

51 % dos neerlandeses consideram que a UE não está suficientemente consciente do que acontece na sociedade. Para que isso melhore, o diálogo da UE com os cidadãos deve ser mais frequente e, de preferência, permanente. Por este motivo, muitos neerlandeses consideram que a Conferência sobre o Futuro da Europa é uma boa iniciativa. Os referendos também podem ser um instrumento valiosos, mas os neerlandeses veem-nos de forma diferente. Para alguns temas pode ser necessário dispor de conhecimentos especializados. Em qualquer caso, o diálogo com os cidadãos nunca deve ser uma "formalidade". Também julgamos que é importante sermos levados a sério.

3 Assegurar a transparência e a clareza das decisões

Os neerlandeses consideram que, por vezes, a Europa é bastante complicada. Nem todos têm o mesmo nível de conhecimentos de base, o que tem de ser tido em consideração pela UE. Queremos que a UE se torne mais transparente para que seja mais fácil mantermo-nos atualizados. O governo dos Países Baixos também tem um papel a desempenhar neste domínio. Muitos neerlandeses estão interessados nas decisões europeias, mas consideram que os canais oficiais são difíceis de encontrar ou demasiado complicados. Acima de tudo, todos têm interesses e necessidades diferentes. Por conseguinte, cada um deve poder escolher os temas sobre os quais pretende obter mais informações. Os jovens estão frequentemente interessados na Europa, mas veem pouco sobre o assunto nas redes sociais.

"Estava de férias na Hungria e, junto a um bosque recentemente plantado, vi um grande painel: 'Este bosque foi plantado graças ao financiamento da UE'. A Europa causa-me algum ceticismo, mas, apesar disso, senti orgulho."

4 Garantir que os problemas podem ser resolvidos mais rapidamente

Os neerlandeses têm mais dificuldade em compreender como funciona a democracia europeia, mas a tomada de decisões na UE parece frequentemente ser muito lenta. Nas eleições europeias o que observamos são as coligações de partidos nacionais. Talvez existam outras formas de lidar com as questões europeias. Cerca de um terço dos neerlandeses considera que deve ser possível votar em candidatos estrangeiros nas eleições para o Parlamento Europeu. Aproximadamente o mesmo número de neerlandeses tem a opinião contrária. O mais importante é que os diferentes interesses sejam tidos devidamente em conta e que, ao mesmo tempo, os problemas possam ser resolvidos mais rapidamente.

"Nas eleições, quero poder identificar-me com alguém e saber o que essa pessoa representa. Não tem de ser alguém do meu país."

Debates e ideias em linha e no terreno

"Abolir o direito de veto dos países. A decisão pertence à maioria."

"Para decisões importantes, criar grupos de reflexão de cidadãos, talvez numa base (semi)obrigatória, tal como os júris nos EUA."

"Garantir que os políticos e funcionários públicos da UE vão regularmente ao terreno e que não vivem sempre na bolha de Bruxelas."

IDEIA: "Na realidade, cada emissão do noticiário devia consagrar alguns minutos à Europa". Ou lançar um programa diário ou semanal de notícias sobre a Europa."

IDEIA: "Talvez os políticos europeus devam aparecer mais frequentemente em programas televisivos."

"Enquanto jovem, quase nunca leio sobre a Europa. Não é por falta de curiosidade, mas dá muito trabalho."

Jovens da Coalitie-Y de Utreque: Debate sobre a realização de referendos

Os membros da Coalitie-Y – uma colaboração de várias organizações de juventude – realizaram um intenso debate sobre a realização de referendos. Os opositores referiram o risco da bipolarização do debate uma vez que os temas são muitas vezes muito mais complexos. Um dos participantes disse: "Podemos votar a favor da UE e apresentarmo-nos como candidatos. No caso dos referendos, essa possibilidade não existe." Os defensores dos referendos afirmaram que é positivo ter a possibilidade de mostrar aos decisores qual é a opinião dos cidadãos sobre determinado assunto: é uma forma de dar orientação. Os referendos podem também contribuir para aumentar a sensibilização geral para a UE: quais são os assuntos na ordem do dia e quais são as escolhas que têm de ser feitas.

Voluntários sociais: "É necessária mais compreensão entre os países."

A fundação Piëzo em Zoetermeer é composta de voluntários que trabalham de formas diferentes em no domínio da participação social. Os participantes no diálogo temático manifestaram a sua preocupação com o fosso crescente que observam na Europa, por exemplo, no que diz respeito às diferentes opiniões que os países têm da comunidade LGBTIQ. Se os países não compreendem os pontos de vista dos outros, a colaboração é difícil. "Por esse motivo, é necessário conhecermo-nos melhor", considera um participante. "Neste momento não sabemos como pensam nos outros países. O nosso entendimento da cultura e do passado dos outros é insuficiente. E isso é necessário para podermos tomar boas decisões em conjunto."

Transformação digital

No mundo em linha, são cada vez maiores as exigências no que toca à conectividade, à segurança e à privacidade da Internet. A UE sente-se responsável por este domínio e está empenhada em garantir que ninguém fique para trás na sociedade digital. Além disso, a UE está a investir em soluções digitais para as questões societárias. Qual é a perspectiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspectiva do mundo em linha

45 % dos neerlandeses consideram que o mundo em linha é um tópico importante e que a UE deve intervir nesse domínio.

1 Garantir uma Internet rápida, segura e estável em toda a parte

61 % dos cidadãos neerlandeses consideram que a UE deve assegurar que todos na Europa tenham acesso a uma Internet rápida e estável. Sabemos todos que a Internet desempenha um papel cada vez maior nas nossas vidas. Os nossos filhos estão a crescer com a educação digital. Também a comunicação é feita cada vez mais através da Internet, tanto a nível nacional como internacional. Preocupa-nos, por vezes, a forte dependência da Internet. Por conseguinte, muitos cidadãos neerlandeses consideram que a UE deve investir neste domínio, desde que seja de forma eficiente. A defesa contra a cibercriminalidade é, na nossa opinião, a questão mais importante a tratar a nível europeu. No entanto, convém igualmente dedicar atenção à luta contra a cibercriminalidade a nível nacional.

"Quando penso num ciberataque ao nosso dique, sinto-me muito vulnerável."

2 Estabelecer regras e normas claras para as empresas da Internet

75 % dos cidadãos neerlandeses consideram que a UE deve garantir a mesma segurança para as compras em linha em todos os países da UE. Todos nós fazemos cada vez mais compras no estrangeiro e partilhamos dados confidenciais ao fazê-lo, o que, por vezes, nos dá uma sensação de insegurança. É difícil identificar os sítios Web fiáveis. Seria bom que a UE elaborasse regras e normas europeias em matéria de proteção de dados, que fossem compreendidas por todos. Também nos preocupa muitas vezes o poder das grandes empresas da Internet. Consideramos que nós próprios temos a responsabilidade de tratar os nossos dados com cautela. Mas também pensamos que a UE pode desempenhar um papel neste domínio. Os países da UE devem trabalhar em conjunto para garantir que empresas como a Google e o Facebook não ganhem demasiado poder.

"Não há muito que possamos fazer enquanto país pequeno contra um interveniente mundial como o Facebook."

3 Combinar as regras de privacidade com uma aplicação na prática e uma explicação

Na sequência da adoção do Regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD), os cidadãos neerlandeses sabem que todos os países têm de cumprir as mesmas leis e regulamentos em matéria de proteção de dados. É positivo poder confiar no referido regulamento, porque a proteção de dados é uma questão importante. No entanto, alguns cidadãos neerlandeses consideram que algumas das regras em matéria de proteção de dados são exageradas ou ilógicas. Além disso, a legislação pode gerar muito trabalho para os empresários. Consideramos, por isso, que cumpre conferir mais atenção à aplicação prática da legislação em matéria de proteção de dados, com mais apoio e orientação tanto para os cidadãos como para as empresas. Acima de tudo, entendemos que se trata de uma tarefa a desempenhar pelos Estados-Membros. No que diz respeito aos problemas e questões em matéria de proteção de dados, preferimos contactar as nossas próprias autoridades, na nossa própria língua.

Debates e ideias em linha e no terreno

IDEIA: "Estabelecer requisitos mais rigorosos para os programadores e as empresas e proibir as linguagens de programação inseguras."

"Oferecer, a título gratuito, programas antivírus europeus para criar uma barreira de segurança europeia."

"Quando passo a fronteira para ir à Alemanha, o meu telemóvel deixa de ter rede. Isso já não deveria acontecer!"

"Através dos nossos iPhones podemos ser localizados em qualquer parte do mundo. O que também é culpa nossa."

"Não é prático ter de preencher um formulário de proteção de dados diferente em cada país."

IDEIA: "Criar uma polícia anticibercriminalidade europeia. Seria uma competência típica da UE."

Participantes no diálogo em linha: "Haver Internet de qualidade em todo o lado também é do nosso interesse"

Um dos diálogos temáticos em linha lançou um debate interessante sobre o papel da UE no mundo em linha. Todos os participantes concordaram que é positivo e importante poder contar com uma ligação à Internet de qualidade em toda a Europa. Mas será este um domínio da competência da UE? Vários participantes consideraram que se tratava de uma tarefa para cada Estado-Membro individualmente. Um dos participantes frisou que haver Internet de qualidade e estável no estrangeiro é também benéfico para os Países Baixos: "Ganhamos muitos milhares de milhões de euros em transações comerciais com outros países da UE. Portanto, é do nosso próprio interesse que estes países funcionem bem."

Alunos de Helmond: "As mesmas regras e sanções para os cibercriminosos"

Na escola Dr. Knippenberg, em Helmond, alunos com idades compreendidas entre os 15 e os 16 anos debateram o problema da cibercriminalidade, da qual ouvem muitas vezes falar nas notícias. Por exemplo, uma fuga de dados numa empresa. Ou quando um país como a Rússia ou a China tenta roubar dados. Como é frequente os cibercriminosos trabalharem além-fronteiras, acham lógico que os países da Europa trabalhem em conjunto sobre esta matéria. Neste contexto, referem-se à elaboração de regras, mas também à definição de sanções. "Se piratas informáticos russos tentam entrar nos nossos sistemas, a UE deve retaliar."

Educação, cultura, juventude e desporto

Os países da UE são diretamente responsáveis pelas áreas da educação, da cultura, juventude e desporto. A UE pode e quer apoiá-los nestas áreas, por exemplo, promovendo uma educação de qualidade, o multilinguismo, a defesa do património cultural e o apoio aos setores cultural e desportivo. Qual é a perspetiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspetiva da educação, da cultura, da juventude e do desporto

45 % dos neerlandeses consideram que a educação é um tópico importante e que a UE deve intervir nesse domínio. Para a juventude, a cultura e desporto, esta percentagem é de 39 %, 23 % e 19 %, respetivamente.

1 Incentivar os estudos no estrangeiro de forma sensata

Muitos cidadãos neerlandeses consideram que estudar no estrangeiro tem uma influência positiva sobre os jovens. Contribui para o desenvolvimento pessoal. Além disso, estudar no estrangeiro pode ajudar os europeus a compreenderem-se melhor uns aos outros. Pode também contribuir para uma melhor integração. Por isso, muitos cidadãos neerlandeses acham positivo que exista um programa Erasmus, que incentive os estudos no estrangeiro. Mas também achamos bem que a UE continue a analisar esta questão de forma crítica. Na prática, por exemplo, os estudantes internacionais tendem a conviver sobretudo uns com os outros e nem sempre aprendem muito sobre o país onde se encontram. A UE também tem de evitar que os países com um nível de educação inferior "sejam sangrados" devido aos talentos que vão estudar para o estrangeiro.

"Desenvolver também programas de intercâmbio a nível da escola secundária de formação profissional"

2 Deixar a cultura e o desporto na esfera de competências dos Estados-Membros

58 % dos cidadãos neerlandeses consideram que a UE deve defender melhor o património cultural na Europa, como, por exemplo, os templos gregos. Por outro lado, consideramos que a cultura local é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos próprios países. O mesmo se aplica, por exemplo, às irregularidades no desporto. Consideramos que esta é uma questão importante, mas não uma tarefa fundamental para a UE. A Europa tem de definir prioridades e são necessárias muitas verbas para outros domínios. Pode-se oferecer um contributo financeiro, mas, por vezes, a cooperação é também possível de outras formas, por exemplo através da partilha de conhecimentos e ideias.

"A defesa da cultura é da competência dos próprios países. Mas se o património mundial for negligenciado, penso que a UE deve intervir."

3 Assegurar que os europeus se possam conhecer melhor e respeitar mutuamente

Os neerlandeses consideram positivo o facto de outros europeus falarem bem inglês, pois facilita a estadia no estrangeiro. E, por exemplo, a comunicação com trabalhadores migrantes nos Países Baixos. Ao mesmo tempo, muitos cidadãos neerlandeses consideram muito importante que continuemos a utilizar e a valorizar a nossa própria língua. Queremos também respeitar outras diferenças na Europa, quer se trate da cultura, da educação ou do desporto, todos devem sentir-se livres e ser o que quiserem. As diferenças podem provocar confrontos, mas ao mesmo tempo fazem da Europa um continente rico. Por conseguinte, muitos cidadãos neerlandeses consideram que cabe dar tempo aos países para se familiarizarem com os hábitos e as ideias uns dos outros.

"Para mim, a UE é como um grupo de amigos: respeitamos as nossas diferenças e posso pedir ajuda se dela necessitar."

Debates e ideias em linha e no terreno

IDEIA: "A par do programa curricular nacional, criar um programa curricular europeu comum em todos os níveis de ensino."

IDEIA: "A par da Capital Europeia da Cultura, escolher anualmente também uma capital europeia (ou país europeu) da educação, da juventude e do desporto."

"O que nos une na UE é precisamente o facto de todos termos a nossa própria cultura nacional. E, portanto, de não sermos definidos por uma só cultura."

"Em vez de destacar os aspetos negativos, seria melhor tentar promover mais o desporto."

"Estou integrado aqui, pago impostos, mas sou e continuo a ser latino-americano. Gosta da língua, da música e da comida do meu país. Estes não são temas para a Europa."

"Fala-se demasiado da economia na Europa. E pouco do bem-estar."

Estudantes da Universidade de Leiden: "As línguas são importantes, mas devem continuar a ser facultativas"

Na Universidade de Leiden, os estudantes de História debateram entre si. Consideram importante as pessoas falarem mais do que uma língua. Segundo os estudantes, o conhecimento de mais línguas é fantástico para o desenvolvimento pessoal, bem como para o comércio e as relações políticas na UE. Consideram que as escolas devem oferecer a aprendizagem de línguas mas que esta não deve ser obrigatória. Do mesmo modo, pensam que uma segunda língua não tem necessariamente de ser uma língua europeia. "Se viveres na Europa Oriental e optares por aprender russo, estás no teu direito", disse um dos participantes.

Comunidade turca de Schiedam: "Garantir oportunidades de emprego justas para todos os jovens"

Na fundação Hakder, em Schiedam, a comunidade turca local debateu, entre outras coisas, a importância de haver oportunidades de emprego justas para todos. Todos os presentes concordaram que a UE deveria obrigar as empresas a oferecer estágios ou empregos a jovens com poucas oportunidades. Afirmaram que sobretudo os jovens migrantes tinham dificuldade em encontrar um lugar de estágio ou posto de trabalho. "Alguns nem sequer ousam ir ao médico de família porque receiam ter de pagar pela consulta eles próprios. Portanto, muito menos terão coragem para se candidatarem a um estágio ou a um emprego", referiu um dos presentes. "As empresas precisam de estar mais atentas a esta situação e a UE pode oferecer incentivos nesse sentido."

Justificação e metodologia do estudo

O diálogo "Perspetiva da Europa" é constituído por diferentes formatos de diálogo interligados que recolhem pontos de vista e ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da UE. Esta secção demonstra de que forma os formatos de diálogo interligados cumprem as orientações aplicáveis aos painéis de cidadãos nacionais, no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Conceção de formatos de diálogo interligados

Foram utilizados os seguintes formatos de diálogo:

1. Estudo do painel

Estudo relativo a uma secção representativa da população neerlandesa.

2. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Diálogos em que são explorados mais aprofundadamente, com um grupo de neerlandeses, os resultados do primeiro relatório intercalar intitulado "A nossa perspetiva da Europa: primeiras informações e perguntas subsequentes" (8 de outubro de 2021).

3. Diálogos com grupos específicos

Reuniões com cidadãos neerlandeses que não estão habituados a participar em estudos e painéis (em linha).

4. Diálogos com jovens

Reuniões centradas nos temas europeus mais relevantes para os jovens.

5. Investigação aberta em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst"

O questionário do estudo de painel podia também ser preenchido por todos os cidadãos neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Esteve aberto de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, no mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar através da ferramenta "Swipen naar de toekomst" (Escolher o futuro), uma ferramenta em linha que continha 20 declarações.

1 Estudo do painel

O Diálogo com os Cidadãos dos Países Baixos "Perspetiva da Europa" (Kijk op Europa) foi lançado em 1 de setembro com um estudo do painel. Na presente justificação e metodologia do estudo, descrevemos sucintamente a conceção e a execução deste estudo de painel.

Objetivo e população-alvo

O Diálogo "Perspetiva da Europa" foi lançado com um questionário em linha para recolher as opiniões dos neerlandeses sobre o futuro da Europa. O questionário foi apresentado a um painel representativo e disponibilizado a todos os neerlandeses (incluindo os residentes no estrangeiro). Além disso, a ferramenta em linha "Swipen naar de toekomst", que continha 20 declarações sobre as quais as pessoas podiam opinar, foi igualmente disponibilizada a todas as pessoas. Os resultados do estudo do painel contribuíram para os vários diálogos temáticos que se realizaram na sequência do Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa".

A população-alvo do estudo do painel é composta por todos os cidadãos neerlandeses com idade igual ou superior a 18 anos e registados (a partir da data de início dos trabalhos no terreno) como residentes nos Países Baixos na base de dados municipal de registos pessoais. De acordo com o Gabinete Central de Estatística dos Países Baixos (CBS), em 1 de janeiro de 2021 este grupo-alvo era constituído por 14 190 874 pessoas. O limiar inferior de 18 anos de idade está em consonância com a idade de voto. É esta a população identificada para o estudo do painel.

Trabalho de campo

A fim de obter uma imagem estatística dos "neerlandeses", foi realizado um inquérito a um painel nacional composto por mais de 100 000 membros (certificado pela ISO, grupo Research Keurmerk, Associação Neerlandesa de Estudos de Mercado). Estes membros inscreveram-se no painel de estudo para apresentarem regularmente a sua opinião sobre uma série de temas. Além da sua motivação pessoal para dar um contributo, são também remunerados por responderem ao inquérito. Vários estudos científicos demonstram que os inquiridos que recebem uma compensação financeira por responderem a inquéritos não dão respostas significativamente diferentes das respostas dos inquiridos não remunerados (fonte: *Does use of survey incentives degrade data quality?* Cole, J. S., Sarraf, S. A., Wang, X., 2015).

O trabalho de campo teve início em 11 de agosto de 2021 e terminou em 19 de setembro de 2021. Foi utilizado um único método de recolha de dados: a investigação na Internet. Todos os membros do painel de estudo receberam uma mensagem eletrónica com uma ligação para o questionário em linha. Duas semanas depois, os participantes do painel receberam uma mensagem com um lembrete. Os convites à participação foram enviados em lotes e de forma estratificada (tendo devidamente em conta a distribuição equitativa entre as subpopulações), até se atingir o número necessário de inquiridos.

Amostragem e distribuição

O princípio orientador da conceção do estudo consistia na necessidade de haver uma participação de no mínimo 3 600 inquiridos, a fim de se atingir uma boa fiabilidade estatística. Este número assegurava também uma boa distribuição entre as várias características contextuais existentes na população. Os neerlandeses não são todos iguais. Por este motivo, o estudo assegurou previamente que a amostra apresentasse uma boa distribuição, de modo a ter em conta várias características. Os Países Baixos são um país relativamente pequeno, mas as opiniões podem divergir a nível regional. A opinião de uma pessoa sobre a importância que atribui a um dado tópico pode (também) ser determinada pelo local onde vive. Por exemplo, as pessoas que vivem em zonas rurais podem ter uma opinião sobre a segurança diferente da opinião das que vivem nas zonas urbanas. Além disso, estudos realizados pelo Instituto Neerlandês de Investigação Social (SCP) demonstram que, de um modo geral, as pessoas com mais habilitações apoiam mais a UE do que as pessoas com menos habilitações, e ainda que os jovens costumam ser mais favoráveis à UE do que as pessoas mais idosas (fonte: 'Wat willen Nederlanders van de Europese Unie?' (O que querem os neerlandeses da União Europeia? Instituto Neerlandês de Investigação Social, Haia, 2019).

Para resolver este problema, atribuímos previamente quotas para as seguintes características, a fim de assegurar uma distribuição representativa da amostra: 1) região (utilizando as regiões COROP), 2) idade e 3) nível de educação. Além disso, a amostra reflete as seguintes características contextuais: género, origem, atividade diária principal e preferências políticas.

As regiões COROP foram desenvolvidas recorrendo ao princípio nodal (centros populacionais que prestam serviços ou que desempenham uma função regional), com base nos fluxos de trabalhadores pendulares. Por vezes, o princípio nodal foi preterido a favor das fronteiras das províncias. Na sequência de uma reformulação das fronteiras municipais que fez com que intersetassem as fronteiras COROP, estas regiões foram ajustadas (fonte: CBS). Nas regiões COROP, asseguramos uma boa distribuição entre as seguintes faixas etárias: 18-34; 35-54; 55-75 e mais de 75.

Por último, garantimos uma distribuição representativa dos níveis de habilitações. Assegurámos também uma distribuição representativa entre os diferentes níveis de educação. A distribuição amostral dos inquiridos está em consonância com a distribuição nacional do nível de educação mais elevado completado, que é a seguinte:

Nível de educação completo mais elevado

Baixo: ensino básico, ensino secundário pré-profissional (VMBO), ensino secundário geral superior (HAVO) ou ensino pré-universitário (VWO) (1.º-3.º ano), ensino secundário profissional superior (MBO) (1.º ano).	32,1 %
Médio: ensino secundário geral superior (HAVO) ou ensino pré-universitário (VWO) (4.º-6.º ano), ensino secundário profissional superior (MBO) (2.º-4.º ano).	44,6 %
Elevado: ensino superior profissional ou ensino universitário	22,9 %
Desconhecido	0,4 %

Resposta

No total, participaram no estudo do painel 4 086 inquiridos. Foi cumprido o objetivo de obter 3 600 questionários totalmente preenchidos.

Resposta por região COROP e por faixa etária 18-34 anos 35-54 anos 55-75 anos mais de 75 anos

	18-34 anos	35-54 anos	55-75 anos	mais de 75 anos
Drente do Norte	11	14	17	5
Drente do Sudeste	10	12	14	4
Drente do Sudoeste	7	10	11	3
Flevolândia	29	33	28	6
Frísia do Norte	20	22	25	8
Frísia do Sudeste	12	13	14	3
Frísia do Sudoeste	8	11	11	4
Achterhoek	22	27	34	11
Arnhem/Nijmegen	52	53	55	15
Veluwe	44	48	51	17
Guéldria do Sudoeste	16	18	20	5
Delfzijl e região limítrofe	2	4	5	1
Groninga Oriental	7	10	12	3
Restante parte da Groninga	36	26	28	8
Limburgo Central	13	17	21	7
Limburgo do Norte	17	20	23	7

Resposta por região COROP e por faixa etária **18-34 anos** **35-54 anos** **55-75 anos** **mais de 75 anos**

Limburgo do Sul	38	40	52	17
Brabante do Norte Central	34	35	35	11
Brabante do Norte Nordeste	41	43	51	14
Brabante do Noroeste	40	47	49	15
Brabante do Norte Sudeste	55	56	58	18
Grande Haarlem	13	18	18	7
Alkmaar e região limítrofe	14	19	19	6
Grande Amesterdão	116	104	88	23
Het Gooi e Vechtstreek	13	21	19	7
Ijmond	12	14	15	4
Holanda do Norte – Alto	22	27	30	9
Zaanstreek	11	13	12	3
Overissel do Norte	25	28	25	8
Twente	41	44	46	14
Overissel do Sudoeste	10	11	12	3
Utreque	96	100	89	27
Restante parte da Zelândia	16	21	23	8
Flandres zelandesa	6	8	9	3
Grande Leiden e Bollenstreek	30	31	31	10
Grande Haia	63	70	57	18
Delft e Westland	19	15	15	4
Grande Rijnmond	103	107	99	31
Holanda do Sul – Este	22	24	25	8
Holanda do Sul – Sudoeste	24	26	26	9

Resposta por nível de educação

Baixo	1382	34 %
Médio	1747	43 %
Elevado	915	22 %
Desconhecido	42	1 %

Fiabilidade e representatividade

Com 4 086 inquiridos, é possível fazer observações sobre a população com uma taxa de fiabilidade de 95 % e uma margem de erro de 1,53 %. A fiabilidade e a margem de erro dos resultados dependem da dimensão da amostra. Quanto maior for a amostra, maior a fiabilidade e/ou maior a precisão com que se podem extrapolar os resultados para a população como um todo.

O nível de fiabilidade é definido como 1 (100 %) menos o nível de significância. É normal assumir um nível de significância de 5 %, o que resulta num nível de fiabilidade de 95 %. Isto significa que, se o estudo fosse repetido da mesma forma e nas mesmas condições, os resultados apresentariam a mesma imagem em 95 % dos casos. O nível de precisão (expresso como margem de erro) indica o intervalo de valores no qual se insere o valor real na população ou, por outras palavras, em que medida os resultados da amostra poderão afastar-se dos resultados que seriam obtidos se toda a população preenchesse o inquérito. Uma margem de erro de 1,53 % significa que o valor real na população total pode ser até 1,53 % superior ou inferior ao valor da amostra. Na prática, isto significa que, se um resultado do inquérito desta amostra indicar que 50 % dos inquiridos consideram que um determinado tópico é importante, a percentagem real pode ser até 1,53 % superior ou inferior a 50 % (ou seja, situar-se entre 48,47 % e 51,53 %). Uma margem de erro até 5 % é comum e geralmente aceite na investigação quantitativa (estatística).

Além da fiabilidade, a representatividade da amostra também é importante. Uma vez que os convites para participar no inquérito foram enviados em lotes e estratificados, os resultados são representativos em termos das regiões COROP e das faixas etárias dentro de cada uma destas regiões. A resposta está também em consonância com a distribuição nacional do nível de educação completo mais elevado.

Outras características contextuais

Foram feitas aos inquiridos do estudo do painel várias perguntas contextuais adicionais. As perguntas incidiram sobre o género, as opiniões sobre a UE, a origem, a atividade diária principal e o partido político em que votariam caso houvesse uma eleição neste momento.

49 % dos inquiridos eram homens, 50 % eram mulheres e 1 % preferiram não responder a esta pergunta.

51 % dos inquiridos consideraram positivo os Países Baixos serem membro da UE, 13 % consideraram isto negativo e 36 % tinham uma opinião neutra ou não tinham opinião.

95 % dos inquiridos tinham nascido nos Países Baixos. No caso de 89 % dos inquiridos, ambos os progenitores tinham nascido nos Países Baixos. No caso de 5 % dos inquiridos, ambos os progenitores tinham nascido no estrangeiro.

Preferências políticas atuais dos inquiridos

Partido	%
VVD	14 %
PVV	13 %
SP	8 %
D66	6 %
CDA	6 %
PvdA	6 %
Partij voor de Dieren	4 %
GroenLinks	4 %
ChristenUnie	3 %
JA21	3 %
BoerBurgerBeweging	2 %
Forum voor Democratie	2 %
SGP	2 %
Volt	2 %
DENK	1 %
Groep Van Haga	1 %
BIJ1	1 %
Fractie Den Haan	0 %
Outros	2 %
Voto em branco	3 %
Não respondo	13 %
Não voto	5 %

Qual é a sua principal atividade diária atualmente?

Ocupação	%
Aluno/a do ensino primário, secundário ou superior	6 %
Trabalhador/a a tempo parcial	16 %
Trabalhador/a a tempo inteiro	31 %
Trabalhador/a por conta própria	3 %
Doméstico/a	5 %
À procura de emprego	2 %
Voluntário/a	2 %
Inapto/a para o trabalho	6 %
Reformado/a	27 %
Outros	1 %
Não respondo	1 %

Questionário

O questionário e o presente relatório foram solicitados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e elaborados por uma organização externa independente. O questionário tem uma estrutura modular e inclui as seguintes secções, que correspondem aos tópicos identificados para a Conferência sobre o Futuro da Europa.

tópicos principais e papel da Europa

alterações climáticas e ambiente

saúde

economia e emprego

papel da União Europeia no mundo

segurança e Estado de direito

o mundo em linha

democracia europeia

migração e refugiados

educação, cultura, juventude e desporto

Na elaboração do questionário, foi dada especial atenção à qualidade, fiabilidade e validade da formulação das perguntas. O objetivo era assegurar uma formulação das perguntas, afirmações e opções que fosse neutra e que não induzisse os inquiridos em nenhum sentido. Além disso, as questões foram revistas a fim de garantir que estavam redigidas em linguagem simples (nível B1).

O questionário foi testado quanto à qualidade num contexto presencial, em que os inquiridos-teste pertenciam ao grupo-alvo, para perceber como as questões eram entendidas por diferentes tipos de inquiridos. A formulação foi ajustada sempre que se revelou demasiado complexa.

Métodos de análise

Foram utilizados dois métodos de análise neste estudo:

Estatística univariada

Na estatística univariada, utiliza-se a estatística descritiva para descrever as variáveis num estudo. No presente estudo, foram utilizadas frequências e médias.

Estatística bivariada

A estatística bivariada analisa a relação entre duas variáveis, que neste caso são, por um lado, a relação entre a importância dos vários tópicos e saber se a UE deve ou não intervir neles e, por outro, a característica contextual da idade. Recorreu-se a um teste de significância para determinar se faixas etárias diferentes atribuem graus de importância diferentes a um dado tópico e se têm uma opinião diferente quanto à intervenção da UE nestes tópicos.

Comunicação de informações e exaustividade

O presente relatório analisa os resultados de todas as perguntas feitas aos membros do painel de estudo. No caso de algumas perguntas, os inquiridos puderam dar respostas "abertas" (em vez de escolherem a partir de um conjunto de respostas não previamente categorizadas). Em seguida, estas respostas abertas foram categorizadas e integradas no relatório. As ideias que os inquiridos partilharam nos campos de comentários contribuíram para os vários diálogos temáticos que se realizaram no seguimento do Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa".

2. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Os principais tópicos da Conferência sobre o Futuro da Europa foram debatidos de forma mais aprofundada em oito diálogos temáticos em linha, que tiveram como objetivo compreender *por que motivo* as pessoas pensam de determinada maneira, bem como as razões e os sentimentos subjacentes. O que preocupa as pessoas e que oportunidades identificam? Durante as sessões de diálogo, os participantes tiveram também a oportunidade de contribuir com sugestões e ideias sobre os tópicos. Puderam também trazer a lume tópicos que não fazem parte da Conferência, mas que são importantes para eles.

Os diálogos temáticos realizaram-se em 12 e 14 de outubro e em 9 e 11 de novembro. Em outubro, realizaram-se quatro diálogos temáticos em linha dedicados aos tópicos do grupo "Economia e Democracia". Em novembro, realizaram-se quatro diálogos temáticos em linha dedicados aos tópicos do grupo "Clima e a UE no mundo". Em média, participaram em cada sessão de diálogo 29 pessoas (231 no total). Os participantes foram escolhidos de entre os membros do painel (ver ponto 1) e através das redes sociais.

3. Diálogos com grupos específicos

É sabido que determinados grupos de cidadãos neerlandeses estão menos habituados a participar em inquéritos e painéis (em linha). A fim de obter uma imagem representativa da "voz dos Países Baixos", era importante permitir que estas pessoas também exprimissem as suas ideias e pontos de vista. Portanto, organizámos também alguns diálogos presenciais no âmbito do diálogo "Perspetiva da Europa". As opiniões e ideias recolhidas através destes diálogos foram uma das bases para a formulação das recomendações.

Grupos-alvo

Não existe uma definição clara dos grupos-alvo aos quais é difícil chegar. A investigação e a experiência têm demonstrado que há uma probabilidade significativamente menor de os **neerlandeses de origem não ocidental** participarem voluntariamente em inquéritos e debates. Uma vez que estas pessoas constituem um grupo considerável (14 % da população neerlandesa¹), foram selecionadas para participar no diálogo "Perspetiva da Europa". Aplicaram-se as mesmas ponderações que no caso das **pessoas com níveis baixos de literacia**. Trata-se de um grupo igualmente numeroso (2,5 milhões de neerlandeses²) que se sobrepõe parcialmente ao grupo dos migrantes (39 %). Por último, foi realizado um diálogo com um grupo que raramente aparece em inquéritos e debates e **que é crítico em relação à Europa, mas tem por razões profissionais com esta uma relação assídua**. Foram selecionadas para participar as empresas do setor agrícola.

Os grupos acima referidos foram contactados através de organizações a que pertencem, como associações de migrantes, grupos de interesses e organizações profissionais. Uma vez que limitámos o número de diálogos a oito, não foi possível abranger todas as pessoas, o que torna a escolha de participantes de certa forma arbitrária. Ao selecionar os participantes, procurámos sobretudo pessoas entusiasmadas em participar e em ajudar a mobilizar as bases da sociedade e tivemos em conta questões práticas como a disponibilidade de datas e locais.

Realizaram-se diálogos no terreno com membros das seguintes organizações:

Stichting Hakder, comunidade alevita, Schiedam

Stichting Asha, comunidade hindustâni, Utreque (2 sessões de diálogo)

Piëzo, organização da sociedade civil, Zoetermeer

Taal doet Meer, organização para a literacia, Utreque

BoerenNatuur, associação de cooperativas agrícolas

Marokkanen Dialog Overvecht (Diálogo marroquino de Overvecht), comunidade marroquina, Utreque

Femmes for Freedom, grupo de interesses para mulheres de origem migrante, Haia

No total, participaram nestas reuniões de diálogo 110 pessoas.

4. Diálogos com jovens

Os jovens são um grupo-alvo prioritário da Conferência para o Futuro da Europa. A fim de incentivar ativamente a sua participação no Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa" e de atribuir um peso acrescido às opiniões e ideias deste grupo, foram organizadas cinco reuniões de diálogo presenciais especialmente dedicadas aos jovens. Devido às medidas restritivas relacionadas com a COVID-19, não foi possível realizar uma sexta reunião que estava planeada com os jovens.

Realizaram-se reuniões nas seguintes instituições:

Studievereniging Geschiedenis, associação de estudantes de História, Universidade de Leiden

Dr. Knippenbergcollege, escola secundária, Helmond

Coalitie-Y, associação de jovens do Conselho Socioeconómico (SER)

Graafschap College, instituto de ensino secundário profissional superior (MBO), Doetinchem

CSG Jan Arentsz, escola secundária de ciências e tecnologias (*technasium*), Alkmaar

No total, participaram nestas reuniões de diálogo 95 jovens

Técnicas de debate utilizadas

Para os diálogos temáticos em linha, os diálogos com grupos específicos e os diálogos com jovens, utilizou-se o método socrático. Este método é utilizado há anos nos Países Baixos para o nosso "Dia do Diálogo", em que pessoas de todo o país conversam entre si sobre os problemas que as afetam. No método socrático, o moderador aplica os seguintes princípios:

Deixar que todos contem a sua história
Não contar imediatamente uma história contrária
Tratar os outros com respeito
Falar na primeira pessoa ("Eu penso" em vez de "Dizem")
Pedir esclarecimentos se só surgirem generalizações
Não fazer julgamentos; em vez disso, analisar opiniões
Permitir o silêncio se as pessoas precisarem de tempo para pensar

Os diálogos seguem o seguinte padrão: divergência – convergência – divergência. O princípio é de que é necessário divergir primeiro (criar espaço para sentimentos e opiniões individuais) antes de ser possível convergir (debater possíveis orientações) e, por último, divergir outra vez (por exemplo, recolher recomendações individuais). A teoria e a prática demonstram que este padrão garante um diálogo harmonioso.

Todos os diálogos foram conduzidos por facilitadores profissionais.

5. Investigação aberta em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst"

O questionário do estudo do painel estava aberto a todos os cidadãos neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Esteve aberto de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, no mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar através da ferramenta "Swipen naar de toekomst" (Escolher o futuro), uma ferramenta em linha que continha 20 declarações.

Resposta e aplicação

No total, o questionário foi preenchido por 1967 inquiridos, tendo 6968 percorrido a ferramenta "swipe" até ao fim. O questionário e a ferramenta estavam abertos a todos, não havendo condições ou critérios de seleção prévios para se poder participar. Era possível passar à frente de perguntas do questionário (não havia perguntas obrigatórias), de modo a maximizar a quantidade de respostas. Os participantes responderam "Não respondo" muito mais vezes no questionário do que no estudo do painel representativo.

A origem dos participantes do questionário aberto e da ferramenta "swipe" distinguia-se da dos participantes no estudo do painel representativo em vários aspetos. Os resultados do questionário aberto e da ferramenta "swipe" não são representativos, ao contrário dos resultados do estudo do painel. Os resultados do inquérito aberto em linha foram utilizados para complementar o estudo do painel e dão uma perspetiva dos pontos de vista e ideias prevalentes nos Países Baixos. As sugestões de aperfeiçoamento apresentadas nos campos de texto livre foram utilizadas no subtópico "Debates e ideias em linha e no terreno". A ferramenta "swipe" foi utilizada para compreender alguns pontos de vista prevalentes nos Países Baixos. Os resultados foram tidos em conta na formulação das recomendações. Uma vez que a representatividade constitui um requisito, o presente relatório tem em conta os resultados do inquérito aberto em linha apenas de forma limitada.

Esta é uma edição do Ministério dos Negócios Estrangeiros
www.kijkopeuropa.nl



Rijksoverheid



Governo nacional

A nossa perspetiva da Europa

Opiniões, ideias e recomendações

Tópicos

Alterações climáticas e ambiente

Migração

Saúde

A UE no mundo

14 de janeiro de 2022

O presente documento é uma tradução do relatório intitulado "Onze kijk op Europa; meningen, ideeën en aanbevelingen", cuja versão em língua neerlandesa foi publicada em 14 de janeiro de 2022, em www.kijkopeuropa.nl. A presente versão traduzida é uma reprodução simplificada da qual foi suprimida a apresentação original (ilustrações e formatação) para efeitos de tradução.

A nossa perspetiva de...

Relatório de síntese: todas as recomendações alinhadas

Através do diálogo com os cidadãos "Perspetiva da Europa", recolhemos pontos de vista e ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa, o que resultou na apresentação à União Europeia das seguintes recomendações relativas aos últimos quatro tópicos (de um total de nove).

Alterações climáticas e ambiente

- Definir uma orientação clara para a abordagem europeia das alterações climáticas**
- Velar por que os países e as empresas cooperem mais estreitamente em soluções específicas**
- Criar um sistema equitativo e exequível aplicável ao CO₂**
- Comunicar de forma mais clara e positiva a respeito da ação climática**

Os neerlandeses consideram que a UE deve assumir a liderança na luta contra as alterações climáticas. Embora os Estados-Membros devam poder fazer as suas próprias escolhas, têm de trabalhar para alcançar os mesmos objetivos. Em vez de apontarem o dedo uns aos outros, os países da UE devem envidar um maior esforço para trocarem conhecimentos e chegarem a soluções comuns. Um sistema de tributação das emissões de CO₂ poderá até ser eficaz, mas tem que ser equitativo, prático e claro. De um modo geral, os neerlandeses consideram que a UE deve comunicar de forma mais clara e positiva sobre o tema do clima.

Migração

- 1. Evitar que o debate sobre os refugiados caia demasiado em generalizações**
- 2. Determinar numa distribuição mais equitativa e sensata dos refugiados**
- 3. Recorrer aos conhecimentos e à experiência para ajudar as regiões de origem dos refugiados**

Os neerlandeses consideram importante fazer a distinção entre as pessoas que fogem de zonas inseguras e os refugiados económicos. Atualmente, o debate sobre a migração e a integração cai demasiado na generalização. A fim de assegurar uma distribuição equitativa dos refugiados em toda a Europa, a UE deve chegar a acordo sobre critérios claros que sejam justos tanto para os Estados-Membros, como para as pessoas que fugiram dos seus países. Por último, os neerlandeses sugerem que a UE deve proporcionar às regiões de origem dos refugiados não só apoio financeiro, mas também conhecimento especializado.

Saúde

- 1. Ser mais proativo em situações de pandemia**
- 2. Fornecer a todas as pessoas medicamentos fiáveis e a preços acessíveis**
- 3. Os países devem agir individualmente para que os seus sistemas de saúde sejam mais equitativos e eficazes**

Os neerlandeses entendem que os países da UE devem cooperar mais estreitamente na luta contra as pandemias. No caso da abordagem da COVID-19, as políticas seguidas são por vezes confusas. Embora as regras não tenham de ser iguais em todos os países, devem pelo menos ser compatíveis. Relativamente às vacinas ou aos medicamentos, os neerlandeses querem que os custos sejam mantidos a um nível tão baixo quanto possível, mas que não se deixe de poder confiar na qualidade e numa produção responsável. Além disso, consideramos importante que não haja abuso de poder por parte das grandes empresas; os cuidados de saúde devem ser, sobretudo, uma responsabilidade nacional.

Papel da UE no mundo

1. **Tirar partido da força da UE, em especial no que diz respeito às principais questões internacionais**
2. **Seguir a via da cooperação e não do conflito, tanto dentro como fora da Europa**
3. **Adotar uma abordagem ponderada quando se propõe ajudar a resolver conflitos**

Os neerlandeses consideram que a cooperação europeia deve estar sobretudo virada para as principais questões de interesse comum, nas quais se deve concentrar também a cooperação da UE com os países terceiros. Para além das alterações climáticas e da pandemia de coronavírus, fazem parte destas questões ainda a segurança internacional e a defesa da economia europeia do comércio desleal. Tanto dentro como fora da Europa, os neerlandeses preferem a cooperação ao conflito. Além disso, relativamente à abordagem dos conflitos, deve-se sempre procurar uma resolução não violenta.

Introdução

O Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa", que decorreu entre 1 de setembro e meados de novembro, permitiu a todos os neerlandeses partilhar as suas ideias sobre o futuro da Europa. Os Países Baixos apresentam à União Europeia (UE) as recomendações que dele decorreram, juntamente com as opiniões e ideias recolhidas. O presente relatório incide sobre os últimos quatro tópicos (de um total de nove). Os primeiros cinco tópicos foram analisados num relatório publicado em 3 de dezembro de 2021.

O que foi o Diálogo "Uma Perspetiva da Europa"

A União Europeia quer saber o que os seus residentes pensam sobre a Europa. Por esse motivo, a UE organizou a Conferência sobre o Futuro da Europa. As opiniões e ideias dos residentes de toda a União Europeia deverão vir a ser incorporadas nos planos para o futuro da Europa. No âmbito da Conferência, os Países Baixos organizaram o Diálogo nacional com os Cidadãos "Uma Perspetiva da Europa".

O diálogo "Perspetiva da Europa" teve início em 1 de setembro com a recolha em linha de opiniões e ideias por meio do estudo de um painel representativo. A fim de aprofundar as primeiras informações recolhidas com o estudo do painel e a fim de elaborar recomendações concretas, foram organizados diálogos temáticos em linha, abertos a todos os que desejassem participar. Seguidamente, percorremos o país para dialogar com os jovens e com outros grupos (de difícil acesso).

Alunos do ensino básico, alunos do ensino secundário profissional, estudantes universitários, agricultores e migrantes em contacto com o ministro.

Em outubro e novembro realizaram-se oito diálogos temáticos em linha, com uma média de 30 participantes por reunião. Organizámos também um diálogo temático em linha e sete diálogos temáticos no terreno com diferentes grupos de cidadãos neerlandeses, o que nos deu a oportunidade de dialogar com a comunidade turca de Schiedam e de sermos recebidos pelos voluntários da Fundação Piëzo de Zoetermeer. Nesta última ocasião, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ben Knapen, também esteve presente, depois de concluído o diálogo. O ministro conversou com os participantes a respeito do diálogo e as opiniões expressas sobre o futuro da Europa. Por último, organizámos seis reuniões com diferentes grupos de jovens. Fomos recebidos, por exemplo, numa escola secundária em Helmond, numa escola secundária de formação profissional em Doetinchem e na Universidade de Leiden.

"É o futuro dos nossos filhos que está em causa. Por isso, acho importante participar nesta iniciativa."

Participante num diálogo temático

O presente relatório

Com base nas opiniões e ideias que recolhemos nos últimos meses, foram elaboradas recomendações dirigidas à União Europeia por parte dos neerlandeses. Dos diálogos entre os neerlandeses nasceram debates interessantes e foram apresentadas ideias e sugestões inovadoras. Algumas destas ideias foram incluídas no presente relatório, cujo conteúdo representa pois a voz dos Países Baixos: a nossa perspetiva da Europa.

Tal como existem diferenças entre os países e os cidadãos da Europa, também os cidadãos dos Países Baixos, naturalmente, nem sempre estão de acordo. As diferenças são valiosas: são uma característica importante da democracia. As recomendações decorrem das opiniões e ideias mais frequentemente apresentadas pelos participantes no Diálogo "Uma Perspetiva da Europa". Além disso, descrevemos as preocupações, os pensamentos e os sentimentos que, embora menos comuns, nos chamaram a atenção durante os diálogos e no estudo em linha.

"Foi bom poder dar a minha opinião sobre assuntos importantes para mim e sentir que a minha voz é ouvida."

Participante num diálogo temático

Antes da Conferência sobre o Futuro da Europa foram identificados nove tópicos. Estes tópicos estão também no centro do Diálogo com os Cidadãos dos Países Baixos "Uma Perspetiva da Europa". Em outubro, publicámos um relatório intercalar com as primeiras informações e as perguntas subsequentes com base no estudo do painel. No início de dezembro, foi apresentado outro relatório em que se descreviam as opiniões, ideias e recomendações relativas aos primeiros cinco tópicos. O presente relatório abrange os restantes quatro tópicos.

Relatório anterior – dezembro de 2021

Valores e direitos, Estado de direito, segurança
Uma economia mais forte, justiça social e emprego
democracia europeia
Transformação digital
Educação, cultura, juventude e desporto

Relatório atual – janeiro de 2022

Alterações climáticas e ambiente
Migração
Saúde
A UE no mundo

Próximas etapas

As ideias, opiniões e recomendações de todos os residentes da UE serão congregadas na Conferência sobre o Futuro da Europa. Durante as reuniões serão debatidos tanto os resultados de todos os diálogos nacionais com os cidadãos, como também os resultados de outras iniciativas lançadas no âmbito da Conferência. Por exemplo, existem painéis de cidadãos europeus e todos os cidadãos europeus (incluindo os neerlandeses) têm acesso a uma plataforma digital europeia.

"Espero que os dirigentes da UE tenham em conta as minhas opiniões e que elas os ajudem a fazer as escolhas certas."

Participante num diálogo temático

A Conferência termina na primavera de 2022. Nessa altura, os Países Baixos apresentarão um relatório final do Diálogo com os Cidadãos, constituído por um resumo do presente relatório e do relatório anterior, que incluirá as recomendações sobre a totalidade dos nove tópicos. A Conferência dirigirá recomendações à Presidência da Conferência, nomeadamente aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia, que se comprometeram a explorar formas de dar seguimento às recomendações. Para o Governo neerlandês, as recomendações são um contributo importante para a definição da política dos Países Baixos relativamente à UE.

Este processo, que se prolongará até à primavera de 2022, resume-se do seguinte modo:

Cronologia

Perspetiva da Europa

1 de setembro	12 de outubro	22-23 de outubro	15 de novembro	3 de dezembro	14 de janeiro	21-22 de janeiro	Fevereiro	18-19 de fevereiro	11-12 de janeiro	22-24 de abril		
Recolha de ideias em linha												
	Diálogos temáticos											
		Resultados intercalares (relatório intercalar)		Relatório intercalar sobre a economia e a democracia	Relatório intercalar sobre as alterações climáticas e a UE no mundo		Relatório final "A nossa perspetiva da Europa"					
		↓				↓		↓	↓	↓		
		Reunião da conferência				Reunião da conferência		Reunião da conferência	(eventual) Reunião da conferência	Evento final da conferência	→	Recomendações aos presidentes Parlamento Europeu Comissão Europeia Conselho de Ministros
						↑		↑		↑		
				Mais opiniões e ideias sobre o futuro da Europa:								
Diálogos com os cidadãos					Painéis de cidadãos europeus					Plataforma digital europeia (também para os cidadãos neerlandeses)		

Instruções de leitura

O presente relatório incide sobre quatro tópicos. Relativamente a cada um deles, descrevemos:

Recomendações com base em todos os elementos do diálogo com os cidadãos

Debates e ideias, em linha e no terreno: uma impressão das opiniões, ideias e debates decorrentes dos diálogos temáticos (em linha e presenciais)

No final do presente relatório encontra-se uma justificação do estudo.

Alterações climáticas e ambiente

Recomendações – A nossa perspetiva sobre as alterações climáticas e o ambiente

71 % dos neerlandeses consideram que as alterações climáticas e o ambiente são questões importantes e que a UE deve intervir nesses domínios.

1. Definir uma orientação clara para a abordagem europeia das alterações climáticas

68 % dos neerlandeses consideram que a UE deve assumir um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. O aquecimento global é um problema que nenhum país pode resolver sozinho. Embora os neerlandeses não tenham todos as mesmas opiniões sobre as alterações climáticas, consideramos, em todo o caso, que a UE tem de desenvolver uma visão mais clara do futuro. Apesar do Pacto Ecológico, é evidente que os pontos de vista dos Estados-Membros muitas vezes divergem. Embora os países devam continuar a poder fazer as suas próprias escolhas, têm de trabalhar para alcançar os mesmos objetivos. Consideramos também que temos responsabilidades próprias enquanto cidadãos, o que implica a adaptação do nosso comportamento enquanto consumidores.

"Os Países Baixos querem eliminar o gás natural, mas é o que está a ser promovido na Alemanha. Acho isso bastante difícil de entender."

2. Velar por que os países e as empresas colaboram melhor entre si para chegar às soluções mais adequadas

Os neerlandeses têm a impressão de que os países têm o hábito de se culpar uns aos outros no que toca às alterações climáticas e ao ambiente. Destacam-se principalmente as diferenças, por exemplo, entre os países pobres e os países ricos da UE, ou entre os países com mais ou menos indústria. Preferíamos que os países procurassem alcançar acordos. Por exemplo, empresas semelhantes em países diferentes podem proceder a trocas de conhecimentos e encontrar soluções em conjunto. Os países mais pobres podem também ser levados a participar mais neste tipo de cooperação para combater as alterações climáticas. Podem ajudar a conceber soluções conjuntas e também beneficiar delas.

"A luta contra as alterações climáticas não deve ser uma questão de concorrência, mas sim de cooperação."

3. Criar um sistema equitativo e exequível aplicável ao CO₂

A fim de combater as alterações climáticas, a UE orientou-se fortemente para a redução das emissões de CO₂. Os neerlandeses consideram que é necessário um sistema melhor, que penalize de forma equitativa os produtores e os utilizadores. Não estão de acordo quanto à questão de saber se os países mais populosos deveriam estar autorizados a emitir mais CO₂. Por exemplo, alguns países têm indústrias altamente poluentes, enquanto há outros que têm exatamente um grande potencial para produzir energia verde. Há que ter em conta estas diferenças, mas sem tornar as coisas demasiado complicadas, uma vez que todos têm de compreender o sistema.

"Os países industrializados exportam muito. Quer isso dizer que devem ser os únicos a pagar o imposto sobre o CO₂? Penso que os utilizadores também devem contribuir."

4. Comunicar de forma mais clara e positiva a respeito da ação climática

Os neerlandeses ouvem e leem muita coisa sobre as alterações climáticas. No entanto, para muitas pessoas, este continua a ser um conceito abstrato e complexo. É muitas vezes entendido como algo que custa muitíssimo dinheiro, embora a luta contra as alterações climáticas também gere oportunidades; pense-se, por exemplo, na promoção da produção de alimentos a nível local e no desenvolvimento de tecnologias novas e sustentáveis. A UE pode contar melhor e mais vezes esta história. Consideramos também que os dirigentes dos Estados-Membros podiam dar um melhor exemplo. Viajar menos – por exemplo, entre Bruxelas e Estrasburgo – e organizar mais reuniões em linha pode contribuir para a sustentabilidade.

"A sustentabilidade ainda é muito entendida como um custo, mas deve ser vista como uma oportunidade e não como uma ameaça."

Debates e ideias em linha e no terreno

"Não devemos considerar as emissões de CO₂ um direito, mas sim um efeito secundário problemático."

"Tenho a impressão de que, na Europa, há mais conversa do que ação em relação às alterações climáticas."

"Aplicar regras climáticas mais severas pode, com o tempo ser uma benefício; sendo nós um continente de comércio, devemos procurar as oportunidades aqui."

"Não podemos ficar à espera dos outros continentes – não há tempo para isso."

IDEIA: *"Recompensar financeiramente os países quando demonstram que o seu ambiente natural e a sua biodiversidade prosperam."*

IDEIA: *"Promover um turismo respeitador do ambiente nas regiões pobres da UE."*

Alunos da escola secundária de formação profissional de Doetinchem: "As viagens de longo curso devem continuar a ser acessíveis a todos."

Foi sugerido aos alunos da escola secundária Graafschap, em Doetinchem, que os voos dentro da UE passassem a ser mais caros. Alguns alunos concordaram, uma vez que bilhetes mais caros incentivam as pessoas a procurar alternativas mais sustentáveis. No entanto, foi salientado que, nesse caso, a UE deve assegurar a existência de melhores opções, respeitadoras do clima, como melhores ligações ferroviárias. Outros participantes afirmaram que não eram a favor de bilhetes de avião mais caros. "Hoje em dia, quem viaja mais de avião são os ricos, e eles podem pagar sem dificuldade", afirmou alguém. "Mesmo com preços mais altos, eles vão continuar a fazê-lo, mas então as férias em locais mais distantes vão deixar de ser possíveis para os cidadãos "normais"."

Agricultores que respeitam e integram a natureza: "A UE pode ajudar a divulgar o conhecimento de soluções sustentáveis."

A BoerenNatuur é uma associação de cooperativas agrícolas. O diálogo temático incluiu um debate sobre as alterações climáticas e o ambiente. Os participantes consideraram que a aplicação da legislação e da regulamentação da UE por parte de cada país poderia ser melhorada, seguindo o exemplo da legislação relativa ao nitrogénio. "A legislação da UE estabelece apenas que as zonas naturais "não devem deteriorar-se", mas este requisito é tratado de forma bastante diferente no sul da Europa do que nos Países Baixos." A maioria dos participantes concorda que a Europa deve assumir a liderança na luta contra as alterações climáticas. Estes agricultores consideraram que as palavras não bastam e que tem de haver resultados, sobretudo por meio da partilha de conhecimentos. No setor agrícola, estamos a trabalhar em formas de alcançar uma agricultura mais limpa. A UE deve ajudar a divulgar rapidamente os conhecimentos necessários."

Migração

(Migração e refugiados)

As fronteiras entre os países da UE são abertas. Portanto, os países trabalham em conjunto na UE, por exemplo, na gestão das fronteiras externas e na luta contra a introdução clandestina de migrantes. Está também a ser debatida a distribuição equitativa dos refugiados entre os países da UE. Qual é a perspectiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspetiva sobre a migração e os refugiados

65 % dos neerlandeses consideram que a migração e os refugiados são um tópico importante e que a UE deve intervir nesses domínios.

1. Impedir que o debate sobre os refugiados caia em generalizações

70 % dos neerlandeses consideram que as fronteiras externas da Europa precisam de ser mais bem defendidas; destes, 72 % continuariam a ter a mesma opinião, mesmo que isso implicasse que mais refugiados fossem reenviados para países onde não há segurança. Os neerlandeses consideram que deve ser prestada mais atenção às razões por que as pessoas fogem de países não seguros. Em alguns casos, são indicadas como razão as alterações climáticas, noutros casos, a guerra. Quando se fala de refugiados, muitas vezes as razões subjacentes só são debatidas de forma limitada e o valor acrescentado que os refugiados podem trazer a um país costuma ser pouco referido. Por último, consideramos que a UE deve fazer uma maior distinção entre as pessoas que se encontram nas fronteiras, chegadas de regiões inseguras, e os refugiados económicos. Resumindo, entendemos que, muitas vezes, o debate sobre a migração e os refugiados ignora as razões subjacentes e é demasiado simplista. Os políticos europeus devem ser capazes de resolver este problema, dando um bom exemplo.

"Devemos ver os refugiados como seres humanos como nós, porque quase ninguém deixaria morrer alguém em situação de necessidade."

2. Determinar numa distribuição mais equitativa e sensata dos refugiados

Um serviço europeu de imigração deve estar em condições de assegurar que os refugiados são distribuídos de forma equitativa entre os países da UE. No entanto, os neerlandeses consideram que devem existir critérios claros para determinar o que é justo. Por exemplo, um bom sistema de proteção social pode tornar um país atrativo para os refugiados, mas há outros fatores que são importantes tanto para o refugiado, como para o país em causa. Por exemplo, nos Países Baixos há uma escassez de habitação e alguns países ou setores necessitam até de mais trabalhadores migrantes. Consideramos importante que a UE tenha isto em conta na distribuição dos refugiados. Os acordos claros não implicam apenas clareza, mas também menos debate. Em última análise, todos ficam a ganhar.

"Os refugiados têm de ter a possibilidade de exteriorizar os seus talentos também no país de destino."

3. Recorrer aos conhecimentos e à experiência para ajudar as regiões de origem dos refugiados

67 % dos neerlandeses consideram que a UE deve prestar mais apoio às regiões onde não há segurança, a fim de prevenir os fluxos de refugiados. Compreendemos que os refugiados não decidem sair dos seus países sem mais nem menos. É por isso que devemos combater as causas, como as alterações climáticas ou os conflitos, que tornam estas regiões inseguras ou inhóspitas. O apoio da UE às regiões de origem dos refugiados pode assumir a forma de transferência de conhecimentos e não apenas de apoio financeiro. Por exemplo, nos Países Baixos sabemos muito sobre agricultura. Podemos ajudar outros países a lidar melhor com a seca e a erosão, através de métodos agrícolas modernos. As pessoas que fugiram para a Europa podem fazer formação num país europeu e depois serem elas a prestar apoio nos seus países de origem.

Debates e ideias em linha e no terreno

"A UE deve prever procedimentos de asilo mais rápidos. Assim, haveria mais lugar para as pessoas que realmente precisam de asilo."

"Conheço muitos jovens que querem comprar casa, mas não encontram nada a preços acessíveis. Entretanto, os refugiados recebem alojamento. Acho que isto é complicado."

"As alterações climáticas vão continuar a obrigar as pessoas a fugir dos seus países. Se não é possível impedir esta migração, talvez seja possível regulá-la melhor."

"Eu vivo em Betuwe. Aqui precisamos de muitos trabalhadores migrantes durante a época da pera e da maçã."

"As regiões inseguras não são inseguras por acaso; os governos dessas regiões são muitas vezes corruptos. Como é que sabemos o que acontece ao nosso apoio e ao nosso dinheiro?"

IDEIA: "Pensar também em estratégias locais, como a participação dos cidadãos no acolhimento local aos refugiados, e financiar iniciativas locais de integração."

IDEIA: "Construir "minicasas" nas cidades, para os refugiados viverem no início. Isso aliviava a pressão sobre o mercado da habitação e fazia aumentar o apoio ao acolhimento de pessoas."

Voluntários que já foram refugiados: "Na Europa, as pessoas mantêm as distâncias."

A *Taal Doet Meer* é uma associação voluntária que ajuda as pessoas que acabaram de chegar a Utrecht e falam uma língua estrangeira a participarem na comunidade. Nos debates temáticos realizados com esta associação, não se falou só de migração – falou-se especialmente da integração. Alguns dos participantes chegaram aos Países Baixos como refugiados, dos quais uma pessoa da Síria, que diz: "Ao fim de sete anos, ainda não me sinto neerlandês. Ainda não encontrei emprego, apesar de ter um mestrado. Reparei que os países europeus estão preocupados sobretudo com eles mesmos e não são totalmente abertos a outros países e outras culturas." Outro participante afirmou que os europeus costumam manter as distâncias também entre si. "A maior parte das pessoas está sozinha; cada um age por si, enquanto eu acho que devíamos conversar e aprender uns com os outros."

Jovens do Nationale Jeugdraad (Conselho Nacional da Juventude): "Só se deve deixar entrar as pessoas se for possível cuidar bem delas."

Em Utrecht, membros de vários grupos de trabalho da Nationale Jeugdraad (NJR) conversaram entre si. Os participantes (com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos) consideram que há que ter em conta vários aspetos na distribuição de refugiados por toda a Europa, nomeadamente a população de um país, a sua área, a proteção social e o número de centros de acolhimento. "Só se devia deixar entrar refugiados num país se for possível cuidar bem deles", afirmou um dos participantes. Os jovens consideram também que devia haver consequências se um país não cumprir os acordos sobre o acolhimento de refugiados. Por exemplo, deviam pagar uma multa. "E os refugiados também devem ter uma palavra a dizer sobre o local para onde vão", afirmou um participante. "Por exemplo, se têm família num local, não deviam ser enviados para outro sítio."

Saúde

(Cuidados de saúde)

Embora os cuidados de saúde sejam sobretudo geridos por cada país, a política europeia pode apoiar e reforçar os sistemas. Por exemplo, no combate à crise do coronavírus ou em caso de outras crises sanitárias ou através da investigação conjunta sobre doenças graves. Qual é a perspetiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspetiva sobre os cuidados de saúde

64 % dos neerlandeses consideram que os cuidados de saúde são um tópico importante e que a UE deve intervir nesse domínio.

1. Assumir um maior controlo das medidas de combate às pandemias

83 % dos neerlandeses consideram que os países da UE devem colaborar mais para evitar a propagação de doenças infecciosas em todo o mundo, porque os vírus não param nas fronteiras, como constatámos durante a pandemia de coronavírus. As políticas na UE podem ser confusas, o que não contribui para o cumprimento das regras. Consideramos que as medidas para evitar a propagação dos vírus na Europa devem ser mais bem coordenadas, mas sem necessidade de haver regras iguais em todos os países. Deve haver margem para fazer escolhas a nível local, não só porque as taxas de infeção podem variar, mas também porque a Europa é feita de culturas diferentes. Algumas medidas funcionam melhor num país do que noutro.

"Eu vivo nos Países Baixos, perto da fronteira alemã. As regras diferentes da COVID-19 nos dois países põem-me doido."

2. Fornecer a todas as pessoas medicamentos fiáveis e a preços acessíveis

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve tornar-nos menos dependentes de países terceiros no que toca ao desenvolvimento, à produção e ao fornecimento de medicamentos. No entanto, se as pessoas tiverem por isso que esperar mais tempo pelos medicamentos, já há opiniões diferentes sobre o assunto. Os neerlandeses entendem que isto complicaria a produção e a distribuição de medicamentos. Por um lado, os Países Baixos estão com o problema de um grande aumento dos custos dos cuidados de saúde, e achamos que é importante manter os custos o mais baixos possível. Por outro lado, queremos ter confiança nos medicamentos, mesmo que provenham de países distantes. Não é apenas uma questão de qualidade, mas –se também de produção sustentável e ética. De um modo geral, achamos que os medicamentos importantes devem estar ao alcance de todos, incluindo nos países mais pobres.

"Hoje em dia, os custos dos cuidados de saúde são quase incomportáveis. Por isso, devemos tentar comprar novos medicamentos aos preços mais baixos que for possível."

3. Os países devem agir individualmente para que os seus sistemas de saúde sejam mais equitativos e eficazes

Os neerlandeses estão preocupados com os cuidados de saúde e essas preocupações vão além do impacto da pandemia de COVID-19. Por exemplo, estamos com problemas estruturais de capacidade nos hospitais. Alguns neerlandeses não têm uma opinião positiva sobre os efeitos do mercado nos cuidados de saúde. Compreendemos que as empresas farmacêuticas têm de recuperar os investimentos e que as companhias de seguros de saúde pretendem adquirir cuidados de saúde a preços baixos, mas não deve haver um abuso de poder por parte das grandes empresas. A UE deve fazer alguma coisa a este respeito, por meio de regulamentação. Quanto aos restantes aspetos, entendemos que os cuidados de saúde são sobretudo uma questão nacional. Afinal, são os próprios países que melhor sabem quais são os problemas e as prioridades locais. No entanto, achamos que é importante que os países europeus aprendam uns com os outros para melhorar os cuidados de saúde.

Debates e ideias em linha e no terreno

"Devemos ter mais cuidado com os medicamentos que disponibilizamos na Europa. Neste momento, já estamos a desperdiçar demasiado."

"É bom que a Alemanha tenha esta a aceitar doentes de COVID-19 dos Países Baixos. Gostava de ver mais solidariedade deste género na Europa."

"Independentemente do lugar da UE onde vivem ou de serem ricos ou pobres, todos têm direito a bons cuidados de saúde."

"Ao comprar medicamentos, não olhem apenas para o preço, mas também para as questões éticas, por exemplo, certificando-se que não há trabalho infantil."

IDEIA: *"Melhorar a saúde dos europeus, garantindo que sofrem menos stress. Por exemplo, reduzir o número de horas de trabalho semanal."*

IDEIA: *"Utilizar jogos sérios ou a realidade aumentada para ajudar os jovens a fazer escolhas mais saudáveis."*

Pessoas de Utreque de origem marroquina: "A saúde tem um preço."

A associação *Marokkaans Dialoog Overvecht (MDO)* promove a participação da comunidade marroquina no bairro de Overvecht, em Utreque. Esta associação incentiva o diálogo no bairro, a fim de atenuar as situações problemáticas. Os participantes no diálogo temático no âmbito da "Perspetiva da Europa" consideram que a cooperação europeia tem muitos vantagens. No entanto, alguns participantes pensam que, por vezes, os Países Baixos dependem demasiado de outros países. A pandemia de COVID-19 foi referida como exemplo. Os participantes consideram que, devido aos longos debates na Europa, os Países Baixos iniciaram a vacinação demasiado tarde. "Talvez houvesse mais custos se os Países Baixos quisessem tomar mais decisões individualmente" afirmou um participante. "Mas é uma questão de saúde, e a saúde tem um preço."

Alunos do ensino secundário de Helmond: "É melhor copiarmo-nos uns aos outros com inteligência, do que todos seguirmos a mesma abordagem."

Na escola Dr. Knippenberg, em Helmond, alunos de 15 e 16 anos debateram a forma como a Europa lidou com a pandemia. Alguns alunos pensam que os Estados-Membros deveriam ter criado o programa de vacinação em conjunto. A maioria dos participantes acha que cada país tem uma melhor noção do que é necessário e do que funciona nesse mesmo país, e portanto está em melhores condições para determinar o que é melhor para a população. Por exemplo, sabem quais são os setores que têm de ser vacinados em primeiro lugar e quais são os setores que podem esperar. "Claro que é bom debater esta questão a nível internacional," disse um dos alunos. "Quando os diferentes países têm abordagens próprias diferentes, podem observar-se uns aos outros e aprender uns com os outros."

Papel da UE no mundo

O mundo está perante enormes desafios. A UE está convicta de que questões como as alterações climáticas e as pandemias só podem ser resolvidas através da cooperação mundial. A UE quer que a sua voz seja claramente ouvida no palco mundial, juntamente com os Estados Unidos e a China, por exemplo. Qual é a perspetiva dos Países Baixos sobre esta situação?

Recomendações – A nossa perspetiva sobre o papel da UE no mundo

56 % dos neerlandeses consideram que o papel da UE no mundo é uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Tirar partido da força da UE, em especial no que diz respeito às principais questões internacionais

A criação da UE é uma das razões por que os europeus vivem em paz há mais de 75 anos; muitos neerlandeses consideram que se trata da maior conquista da UE. Além disso, os neerlandeses pensam que a força da UE está em combater em conjunto os grandes desafios internacionais, por exemplo, as alterações climáticas, a pandemia e a problemática dos refugiados. Os Estados-Membros podem também ter um maior impacto junto de países terceiros, celebrando em conjunto de acordos internacionais enquanto União Europeia. Entendemos que os Países Baixos são demasiado pequenos para fazer uma diferença no que toca a estas questões a nível individual. Por outro lado, os neerlandeses querem que o nosso país possa continuar a tomar as suas próprias decisões, de acordo com a nossa cultura e os nossos interesses. Portanto, a cooperação na Europa deve ter sobretudo por objetivo a eficiência e o impacto.

"É mais fácil celebrar acordos de cooperação internacional enquanto UE do que enquanto país individual."

2. Seguir a via da cooperação e não do conflito, tanto dentro como fora da Europa

66 % dos neerlandeses consideram que a UE deve formar um bloco mais forte contra outros blocos de potências internacionais. Consideramos que há cada vez menos equilíbrio no mundo. Países como a China e a Rússia estão a adquirir cada vez mais poder em diferentes domínios. É algo que nos preocupa bastante. Portanto, a UE deve intervir em questões como a segurança internacional e a defesa da economia europeia contra o comércio desleal. Consideramos importante que os Estados-Membros cheguem mais vezes e mais depressa a acordo sobre uma abordagem única. Assim, conseguiríamos que a nossa voz fosse ouvida de forma mais clara. O facto de sermos mais fortes em conjunto, enquanto países europeus, não significa que nos queiramos envolver mais vezes em conflitos. Acima de tudo, pretendemos trabalhar positivamente em conjunto com países terceiros, sempre que possível.

"Se reduzirmos as diferenças e os conflitos internos, aumentará a visibilidade e o impacto da UE na cena mundial."

3. Adotar uma abordagem ponderada quando se propõe ajudar a resolver conflitos

Tendo em conta o aumento do papel da UE no mundo, 50 % dos neerlandeses consideram que a abordagem dos conflitos mundiais é uma questão importante. Temos dificuldade em determinar qual é a melhor forma de resolver os conflitos. A experiência do passado demonstra que a intervenção militar nem sempre acaba bem, podendo gerar custos inesperadamente elevados e mais fluxos de refugiados. Os países devem poder decidir individualmente se pretendem entrar numa guerra, tendo em conta o impacto local. De um modo geral, temos uma opinião positiva a respeito de uma maior cooperação entre os exércitos europeus: achamos importante que a Europa seja capaz de se defender de forma adequada. No entanto, a nossa preferência vai sempre para a resolução dos conflitos sem violência.

"Durante a evacuação do Afeganistão, cada país criou o seu próprio plano. Não havia uma melhor forma de fazer isto?"

Debates e ideias em linha e no terreno

"A UE devia pôr a sua casa em ordem antes de dizer a outros o que fazer."

"Comprando produtos chineses em grandes quantidades, nós, os europeus, estamos a dar uma vantagem à China."

"Os Estados Unidos continuam a ser extremamente importantes para a defesa europeia."

"Ser membro da UE significa que também temos um lugar à mesa das negociações. Assim, podemos ter uma palavra a dizer nas decisões importantes."

"A UE tem de deixar de se considerar uma entidade separada, porque não o é. É uma associação cooperativa de Estados-Membros europeus e deve comportar-se como tal."

IDEIA: *"Assim como há cimeiras internacionais regulares sobre o clima, devia haver uma conferência regular sobre os direitos humanos."*

IDEIA: *"Tornar os exércitos europeus mais eficientes, por exemplo, comprando equipamento em conjunto."*

Mulheres marroquino-neerlandesas: "Defendam os direitos humanos"

A *Femmes for Freedom* é uma associação neerlandesa que promove campanhas contra os casamentos forçados, a repressão sexual e o abuso financeiro de mulheres e raparigas de origem bicultural. Em conjunto com a associação, foi organizada uma reunião com um grupo de mulheres marroquino-neerlandesas. As participantes acham que a UE está atualmente demasiado dependente da Rússia e da China. "Nota-se que a UE não se atreve a fazer nada, porque tem receio de sanções", afirmou uma das participantes. Referiram como exemplo o fabrico de medicamentos, que pode muitas vezes ser de longe mais barato. "Se houver um conflito, a China só precisa de fechar a torneira e nós ficamos sem nada", afirmou outra participante. Foi também mencionado o tema dos direitos humanos. "Fazemos de conta que é um tema muito importante, mas fechamos os olhos ao que a China está a fazer aos uigures", afirmou outra participante.

Alunos da escola secundária de ciências e tecnologias ('technasium') de Alkmaar "Não queremos um exército comum"

Durante o diálogo temático, os alunos da escola secundária de ciências e tecnologias Jan Arentsz, de Alkmaar, falaram dos prós e contras de haver um exército europeu comum. Os participantes deixaram claro que não eram a favor. "Se um país da UE tivesse um problema com um país terceiro, teríamos automaticamente de entrar em guerra. Acho que os países devem poder tomar essa decisão individualmente", afirmou um participante. Foi também debatida a possibilidade de haver uma terceira guerra mundial. Os alunos não acharam muito provável que viesse a acontecer tal coisa, mas, se assim fosse, consideraram que continuaria a ser possível encontrar uma solução rapidamente. "Os exércitos também podem funcionar bem em conjunto. Quanto a mim, não é preciso haver um exército europeu."

Justificação e metodologia do estudo

O diálogo "Perspetiva da Europa" é constituído por diferentes formatos de diálogo interligados que recolhem pontos de vista e ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da UE. Esta secção demonstra de que forma os formatos de diálogo interligados cumprem as orientações aplicáveis aos painéis de cidadãos nacionais, no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Conceção de formatos de diálogo interligados

Foram utilizados os seguintes formatos de diálogo:

1. Estudo do painel

Estudo em linha relativo a uma secção representativa da população neerlandesa.

2. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Diálogos em que são explorados mais aprofundadamente, com um grupo de neerlandeses, os resultados do primeiro relatório intercalar intitulado "Uma perspetiva da Europa: primeiras informações e perguntas subsequentes" (8 de outubro de 2021).

3. Diálogos com grupos específicos

Reuniões com cidadãos neerlandeses que não estão habituados a participar em estudos e painéis (em linha).

4. Diálogos com jovens

Reuniões centradas nos temas europeus mais relevantes para os jovens.

5. Investigação aberta em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst"

O questionário do estudo de painel podia também ser preenchido por todos os cidadãos neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Esteve aberto de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021.

Além disso, no mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar através da ferramenta "Swipen naar de toekomst" (Escolher o futuro), uma ferramenta em linha que continha 20 declarações.

1. Estudo do painel

O Diálogo com os Cidadãos dos Países Baixos "Perspetiva da Europa" (*Kijk op Europa*) foi lançado em 1 de setembro de 2021 com um estudo do painel. Na presente justificação e metodologia do estudo, descrevemos sucintamente a conceção e a execução deste estudo de painel.

Objetivo e população-alvo

O Diálogo "Perspetiva da Europa" foi lançado com um questionário em linha para recolher as opiniões dos neerlandeses sobre o futuro da Europa. O questionário foi apresentado a um painel representativo e disponibilizado a todos os neerlandeses (incluindo os residentes no estrangeiro). Além disso, a ferramenta em linha "Swipen naar de toekomst", que continha 20 declarações sobre as quais as pessoas podiam opinar, foi igualmente disponibilizada a todas as pessoas. Os resultados do estudo do painel contribuíram para os vários diálogos temáticos que se realizaram na sequência do Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa".

A população-alvo do estudo do painel é composta por todos os cidadãos neerlandeses com idade igual ou superior a 18 anos e registados (a partir da data de início dos trabalhos no terreno) como residentes nos Países Baixos na base de dados municipal de registos pessoais. De acordo com o Gabinete Central de Estatística dos Países Baixos (CBS), em 1 de janeiro de 2021 este grupo-alvo era constituído por 14 190 874 pessoas. O limiar inferior de 18 anos de idade está em consonância com a idade de voto. É esta a população identificada para o estudo do painel.

Trabalho de campo

A fim de obter uma imagem estatística dos "neerlandeses", foi realizado um inquérito a um painel nacional composto por mais de 100 000 membros (certificado pela ISO, grupo Research Keurmerk, Associação Neerlandesa de Estudos de Mercado). Estes membros inscreveram-se no painel de estudo para apresentarem regularmente a sua opinião sobre uma série de temas. Além da sua motivação pessoal para dar um contributo, são também remunerados por responderem ao inquérito. Vários estudos científicos demonstram que os inquiridos que recebem uma compensação financeira por responderem a inquéritos não dão respostas significativamente diferentes das respostas dos inquiridos não remunerados (fonte: *Does use of survey incentives degrade data quality?* Cole, J. S., Sarraf, S. A., Wang, X., 2015).

O trabalho de campo teve início em 11 de agosto de 2021 e terminou em 19 de setembro de 2021. Foi utilizado um único método de recolha de dados: a investigação na Internet. Todos os membros do painel de estudo receberam uma mensagem eletrónica com uma ligação para o questionário em linha. Duas semanas depois, os participantes do painel receberam uma mensagem com um lembrete. Os convites à participação foram enviados em lotes e de forma estratificada (tendo devidamente em conta a distribuição equitativa entre as subpopulações), até se atingir o número necessário de inquiridos.

Amostragem e distribuição

O princípio orientador da conceção do estudo consistia na necessidade de haver uma participação de no mínimo 3 600 inquiridos, a fim de se atingir uma boa fiabilidade estatística. Este número assegurava também uma boa distribuição entre as várias características contextuais existentes na população. Os neerlandeses não são todos iguais. Por este motivo, o estudo assegurou previamente que a amostra apresentasse uma boa distribuição, de modo a ter em conta várias características. Os Países Baixos são um país relativamente pequeno, mas as opiniões podem divergir a nível regional. A opinião de uma pessoa sobre a importância que atribui a um dado tópico pode (também) ser determinada pelo local onde vive. Por exemplo, as pessoas que vivem em zonas rurais podem ter uma opinião sobre a segurança diferente da opinião das que vivem nas zonas urbanas. Além disso, estudos realizados pelo Instituto Neerlandês de Investigação Social (SCP) demonstram que, de um modo geral, as pessoas com mais habilitações apoiam mais a UE do que as pessoas com menos habilitações, e ainda que os jovens costumam ser mais favoráveis à UE do que as pessoas mais idosas (fonte: *'Wat willen Nederlanders van de Europese Unie?'* (O que querem os neerlandeses da União Europeia? Instituto Neerlandês de Investigação Social, Haia, 2019).

Para resolver este problema, atribuímos previamente quotas para as seguintes características, a fim de assegurar uma distribuição representativa da amostra: (1) região (utilizando as regiões COROP), (2) idade e (3) nível de educação. Além disso, a amostra reflete as seguintes características contextuais: género, origem, atividade diária principal e preferências políticas.

As regiões COROP foram desenvolvidas recorrendo ao princípio nodal (centros populacionais que prestam serviços ou que desempenham uma função regional), com base nos fluxos de trabalhadores pendulares. Por vezes, o princípio nodal foi preterido a favor das fronteiras das províncias. Na sequência de uma reformulação das fronteiras municipais que fez com que intersetassem as fronteiras COROP, estas regiões foram ajustadas (fonte: CBS). Nas regiões COROP, asseguramos uma boa distribuição entre as seguintes faixas etárias: 18-34; 35-54; 55-75 e mais de 75.

Por último, assegurámos também uma distribuição representativa entre os diferentes níveis de educação. A distribuição amostral dos inquiridos está em consonância com a distribuição nacional do nível de educação mais elevado completado, que é a seguinte:

Nível de educação completo mais elevado

Baixo: ensino básico, ensino secundário pré-profissional (VMBO), ensino secundário geral superior (HAVO) ou ensino pré-universitário (VWO) (1.º-3.º ano), ensino secundário profissional superior (1.º ano).	32,1 %
Médio: ensino secundário geral superior (HAVO) ou ensino pré-universitário (VWO) (4.º-6.º ano), ensino secundário profissional superior (MBO) (2.º-4.º ano).	44,6 %
Elevado: ensino superior profissional ou ensino universitário	22,9 %
Desconhecido	0,4 %

Resposta

No total, participaram no estudo do painel 4 086 inquiridos. Foi cumprido o objetivo de obter 3 600 questionários totalmente preenchidos.

Resposta por região COROP e por faixa etária

	18-34 anos	35-54 anos	55-75 anos	mais de 75 anos
--	------------	------------	------------	-----------------

	18-34 anos	35-54 anos	55-75 anos	mais de 75 anos
Drenthe do Norte	11	14	17	5
Drenthe do Sudeste	10	12	14	4
Drenthe do Sudoeste	7	10	11	3
Flevolândia	29	33	28	6
Frísia do Norte	20	22	25	8
Frísia do Sudeste	12	13	14	3
Frísia do Sudoeste	8	11	11	4
Achterhoek	22	27	34	11
Arnhem/Nijmegen	52	53	55	15
Veluwe	44	48	51	17
Guéldria do Sudoeste	16	18	20	5
Delfzijl e região limítrofe	2	4	5	1
Groninga Oriental	7	10	12	3
Restante parte de Groninga	36	26	28	8

Resposta por região COROP e por faixa etária **18-34 anos** **35-54 anos** **55-75 anos** **mais de 75 anos**

Limburgo Central	13	17	21	7
Limburgo do Norte	17	20	23	7
Limburgo do Sul	38	40	52	17
Brabante do Norte Central	34	35	35	11
Brabante do Norte Nordeste	41	43	51	14
Brabante do Noroeste	40	47	49	15
Brabante do Norte Sudeste	55	56	58	18
Grande Haarlem	13	18	18	7
Alkmaar e região limítrofe	14	19	19	6
Grande Amesterdão	116	104	88	23
Het Gooi e Vechtstreek	13	21	19	7
Ijmond	12	14	15	4
Holanda do Norte – Alto	22	27	30	9
Zaanstreek	11	13	12	3
Overissel do Norte	25	28	25	8
Twente	41	44	46	14
Overissel do Sudoeste	10	11	12	3
Utreque	96	100	89	27
Restante parte da Zelândia	16	21	23	8
Flandres zelandesa	6	8	9	3
Grande Leiden e Bollenstreek	30	31	31	10
Grande Haia	63	70	57	18
Delft e Westland	19	15	15	4
Grande Rijnmond	103	107	99	31
Holanda do Sul – Este	22	24	25	8
Holanda do Sul – Sudoeste	24	26	26	9

Resposta por nível de educação

Baixo	1382	34 %
Médio	1747	43 %
Elevado	915	22 %
Desconhecido	42	1 %

Fiabilidade e representatividade

Com 4 086 inquiridos, é possível fazer observações sobre a população com uma taxa de fiabilidade de 95 % e uma margem de erro de 1,53 %. A fiabilidade e a margem de erro dos resultados dependem da dimensão da amostra. Quanto maior for a amostra, maior a fiabilidade e/ou maior a precisão com que se podem extrapolar os resultados para a população como um todo.

O nível de fiabilidade é definido como 1 (100 %) menos o nível de significância. É normal assumir um nível de significância de 5 %, o que resulta num nível de fiabilidade de 95 %. Isto significa que, se o estudo fosse repetido da mesma forma e nas mesmas condições, os resultados apresentariam a mesma imagem em 95 % dos casos. O nível de precisão (expresso como margem de erro) indica o intervalo de valores no qual se insere o valor real na população ou, por outras palavras, em que medida os resultados da amostra poderão afastar-se dos resultados que seriam obtidos se toda a população preenchesse o inquérito. Uma margem de erro de 1,53 % significa que o valor real na população total pode ser até 1,53 % superior ou inferior ao valor da amostra. Na prática, isto significa que, se um resultado do inquérito desta amostra indicar que 50 % dos inquiridos consideram que um determinado tópico é importante, a percentagem real pode ser até 1,53 % superior ou inferior a 50 % (ou seja, situar-se entre 48,47 % e 51,53 %). Uma margem de erro até 5 % é comum e geralmente aceite na investigação quantitativa (estatística).

Além da fiabilidade, a representatividade da amostra também é importante. Uma vez que os convites para participar no inquérito foram enviados em lotes e estratificados, os resultados são representativos em termos das regiões COROP e das faixas etárias dentro de cada uma destas regiões. A resposta está também em consonância com a distribuição nacional do nível de educação completo mais elevado.

Outras características contextuais

Foram feitas aos inquiridos do estudo do painel várias perguntas contextuais adicionais. As perguntas incidiram sobre o género, as opiniões sobre a UE, a origem, a atividade diária principal e o partido político em que votariam caso houvesse uma eleição neste momento.

49 % dos inquiridos eram homens, 50 % eram mulheres e 1 % preferiram não responder a esta pergunta.

51 % dos inquiridos consideraram positivo os Países Baixos serem membro da UE, 13 % consideraram isto negativo e 36 % tinham uma opinião neutra ou não tinham opinião.

95 % dos inquiridos tinham nascido nos Países Baixos. No caso de 89 % dos inquiridos, ambos os progenitores tinham nascido nos Países Baixos. No caso de 5 % dos inquiridos, ambos os progenitores tinham nascido no estrangeiro.

Preferências políticas atuais dos inquiridos

Partido	%
VVD	14 %
PVV	13 %
SP	8 %
D66	6 %
CDA	6 %
PvdA	6 %
Partij voor de Dieren	4 %
GroenLinks	4 %
ChristenUnie	3 %
JA21	3 %
BoerBurgerBeweging	2 %
Forum voor Democratie	2 %
Partido Político Reformado (SGP)	2 %
Volt	2 %
DENK (THINK)	1 %
Van Haga Group	1 %
BIJ1	1 %
Fractie den Haan	0 %
Outros	2 %
Voto em branco	3 %

Partido	%
Não respondo	13 %
Não voto	5 %

Qual é a sua principal atividade diária atualmente?

Ocupação	%
Aluno/a do ensino primário, secundário ou superior	6 %
Trabalhador/a a tempo parcial	16 %
Trabalhador/a a tempo inteiro	31 %
Trabalhador/a por conta própria	3 %
Doméstico/a	5 %
À procura de emprego	2 %
Voluntário/a	2 %
Inapto/a para o trabalho	6 %
Reformado/a	27 %
Outros	1 %
Não respondo	1 %

Questionário

O questionário e o presente relatório foram solicitados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e elaborados por uma organização externa independente. O questionário tem uma estrutura modular e inclui as seguintes secções, que correspondem aos tópicos identificados para a Conferência sobre o Futuro da Europa.

tópicos principais e papel da Europa

alterações climáticas e ambiente

saúde

economia e emprego

papel da União Europeia no mundo

segurança e Estado de direito

o mundo em linha

democracia europeia

migração e refugiados

educação, cultura, juventude e desporto

Na elaboração do questionário, foi dada especial atenção à qualidade, fiabilidade e validade da formulação das perguntas. O objetivo era assegurar uma formulação das perguntas, afirmações e opções que fosse neutra e que não induzisse os inquiridos em nenhum sentido. Além disso, as questões foram revistas a fim de garantir que estavam redigidas em linguagem simples (nível B1).

O questionário foi testado quanto à qualidade num contexto presencial, em que os inquiridos-teste pertenciam ao grupo-alvo, para perceber como as questões eram entendidas por diferentes tipos de inquiridos. A formulação foi ajustada sempre que se revelou demasiado complexa.

Métodos de análise

Foram utilizados dois métodos de análise neste estudo:

Estatística univariada

Na estatística univariada, utiliza-se a estatística descritiva para descrever as variáveis num estudo. No presente estudo, foram utilizadas frequências e médias.

Estatística bivariada

A estatística bivariada analisa a relação entre duas variáveis, que neste caso são, por um lado, a relação entre a importância dos vários tópicos e saber se a UE deve ou não intervir neles e, por outro, a característica contextual da idade. Recorreu-se a um teste de significância para determinar se faixas etárias diferentes atribuem graus de importância diferentes a um dado tópico e se têm uma opinião diferente quanto à intervenção da UE nestes tópicos.

Comunicação de informações e exaustividade

O presente relatório tem em conta os resultados de todas as perguntas feitas aos membros do painel de estudo. No caso de algumas perguntas, os inquiridos puderam dar respostas "abertas" (em vez de escolherem a partir de um conjunto de respostas não previamente categorizadas). Em seguida, estas respostas abertas foram categorizadas e integradas no relatório. As ideias que os inquiridos partilharam nos campos de comentários contribuíram para os vários diálogos temáticos que se realizaram no seguimento do Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa".

2. Diálogos temáticos aprofundados em linha

Os principais tópicos da Conferência sobre o Futuro da Europa foram debatidos de forma mais aprofundada em oito diálogos temáticos em linha, que tiveram como objetivo compreender *por que motivo* as pessoas pensam de determinada maneira, bem como as razões e os sentimentos subjacentes. O que preocupa as pessoas e que oportunidades identificam? Durante as sessões de diálogo, os participantes tiveram também a oportunidade de contribuir com sugestões e ideias sobre os tópicos. Puderam também trazer a lume tópicos que não fazem parte da Conferência, mas que são importantes para eles.

Os diálogos temáticos realizaram-se em 12 e 14 de outubro e em 9 e 11 de novembro. Em outubro, realizaram-se quatro diálogos temáticos em linha dedicados aos tópicos do grupo "Economia e Democracia". Em novembro, realizaram-se quatro diálogos temáticos em linha dedicados aos tópicos do grupo "Clima e a UE no mundo". Em média, participaram em cada sessão de diálogo 29 pessoas (231 no total). Os participantes foram escolhidos de entre os membros do painel (ver ponto 1) e através das redes sociais.

3. Diálogos com grupos específicos

É sabido que determinados grupos de cidadãos neerlandeses estão menos habituados a participar em inquéritos e painéis (em linha). A fim de obter uma imagem representativa da "voz dos Países Baixos", era importante permitir que estas pessoas também exprimissem as suas ideias e pontos de vista. Portanto, organizámos também alguns diálogos presenciais no âmbito do diálogo "Perspetiva da Europa". As opiniões e ideias recolhidas através destes diálogos foram uma das bases para a formulação das recomendações.

Grupos-alvo

Não existe uma definição clara dos grupos-alvo aos quais é difícil chegar. A investigação e a experiência têm demonstrado que há uma probabilidade significativamente menor de os **neerlandeses de origem não ocidental** participarem voluntariamente em inquéritos e debates. Uma vez que estas pessoas constituem um grupo considerável (14 % da população neerlandesa¹), foram selecionadas para participar no diálogo "Perspetiva da Europa". Aplicaram-se as mesmas ponderações que no caso das **pessoas com níveis baixos de literacia**. Trata-se de um grupo igualmente numeroso (2,5 milhões de neerlandeses²), que se sobrepõe parcialmente ao grupo dos migrantes (39 %). Por último, foi realizado um diálogo com um grupo que raramente aparece em inquéritos e debates e **que é crítico em relação à Europa, mas tem por razões profissionais com esta uma relação assídua**. Foram selecionadas para participar as empresas do setor agrícola.

Os grupos acima referidos foram contactados através de organizações a que pertencem, como associações de migrantes, grupos de interesses e organizações profissionais. Uma vez que limitámos o número de diálogos a oito, não foi possível abranger todas as pessoas, o que torna a escolha de participantes de certa forma arbitrária. Ao selecionar os participantes, procurámos sobretudo pessoas entusiasmadas em participar e em ajudar a mobilizar as bases da sociedade e tivemos em conta questões práticas como a disponibilidade de datas e locais.

Realizaram-se diálogos no terreno com membros das seguintes organizações:

Stichting Hakder, comunidade alevita, Schiedam

Stichting Asha, comunidade hindustâni, Utreque (2 sessões de diálogo)

Piëzo, organização da sociedade civil, Zoetermeer

Taal doet Meer, organização para a literacia, Utreque

BoerenNatuur, associação de cooperativas agrícolas

Marokkanen Dialoog Overvecht (Diálogo marroquino de Overvecht), comunidade marroquina, Utreque

Femmes for Freedom, grupo de interesses para mulheres de origem migrante, Haia

No total, participaram nestas reuniões de diálogo 110 pessoas.

4. Diálogos com jovens

Os jovens são um grupo-alvo prioritário da Conferência para o Futuro da Europa. A fim de incentivar ativamente a sua participação no Diálogo com os Cidadãos "Perspetiva da Europa" e de atribuir um peso acrescido às opiniões e ideias deste grupo, foram organizadas seis reuniões de diálogo presenciais especialmente dedicadas aos jovens.

Realizaram-se reuniões nas seguintes instituições:

Studievereniging Geschiedenis, associação de estudantes de História, Universidade de Leiden

Dr. Knippenbergcollege, escola secundária, Helmond

Coalitie-Y, associação de jovens do Conselho Socioeconómico (SER)

Graafschap College, instituto de ensino secundário profissional superior (MBO), Doetinchem

CSG Jan Arentsz, escola secundária de ciências e tecnologias (*technasium*), Alkmaar

Conselho Nacional da Juventude (a reunião realizou-se em local externo)

No total, participaram nestas reuniões de diálogo 110 jovens.

Técnicas de debate utilizadas

Para os diálogos temáticos em linha, os diálogos com grupos específicos e os diálogos com jovens, utilizou-se o método socrático. Este método é utilizado há anos nos Países Baixos para o nosso "Dia do Diálogo", em que pessoas de todo o país conversam entre si sobre os problemas que as afetam. No método socrático, o moderador aplica os seguintes princípios:

- Deixar que todos contem a sua história
- Não contar imediatamente uma história contrária
- Tratar os outros com respeito
- Falar na primeira pessoa ("Eu penso" em vez de "Dizem")
- Pedir esclarecimentos se só surgirem generalizações
- Não fazer julgamentos; em vez disso, analisar opiniões
- Permitir o silêncio se as pessoas precisarem de tempo para pensar

Os diálogos seguem o seguinte padrão: divergência – convergência – divergência. O princípio é de que é necessário divergir primeiro (criar espaço para sentimentos e opiniões individuais) antes de ser possível convergir (debater possíveis orientações) e, por último, divergir outra vez (por exemplo, recolher recomendações individuais). A teoria e a prática demonstram que este padrão garante um diálogo harmonioso.

Todos os diálogos foram conduzidos por facilitadores profissionais.

5. Investigação aberta em linha: Questionário e "Swipen naar de toekomst"

O questionário do estudo do painel estava aberto a todos os cidadãos neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Esteve aberto de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, no mesmo período, todos os neerlandeses puderam participar através da ferramenta "Swipen naar de toekomst" (Escolher o futuro), uma ferramenta em linha que continha 20 declarações.

Resposta e aplicação

No total, o questionário foi preenchido por 1967 inquiridos, tendo 6968 percorrido a ferramenta "swipe" até ao fim. O questionário e a ferramenta estavam abertos a todos, não havendo condições ou critérios de seleção prévios para se poder participar. Era possível passar à frente de perguntas do questionário (não havia perguntas obrigatórias), de modo a maximizar a quantidade de respostas. Os participantes responderam "Não respondo" muito mais vezes no questionário do que no estudo do painel representativo.

A origem dos participantes do questionário aberto e da ferramenta "swipe" distinguia-se da dos participantes no estudo do painel representativo em vários aspetos. Os resultados do questionário aberto e da ferramenta "swipe" não são representativos, ao contrário dos resultados do estudo do painel. Os resultados do inquérito aberto em linha foram utilizados para complementar o estudo do painel e dão uma perspetiva dos pontos de vista e ideias prevalentes nos Países Baixos. As sugestões de aperfeiçoamento apresentadas nos campos de texto livre foram utilizadas no subtópico "Debates e ideias em linha e no terreno". A ferramenta "swipe" foi utilizada para compreender alguns pontos de vista prevalentes nos Países Baixos. Os resultados foram tidos em conta na formulação das recomendações. Uma vez que a representatividade constitui um requisito, o presente relatório tem em conta os resultados do inquérito aberto em linha apenas de forma limitada.

Esta é uma edição do Ministério dos Negócios Estrangeiros
www.kijkopeuropa.nl

III – Referências aos resultados de eventos nacionais

- [Bélgica](#)
- [Bulgária](#)
- [Chéquia](#)
- [Dinamarca](#)
- [Alemanha](#)
- [Estónia](#)
- [Irlanda](#)
- [Grécia](#)
- [Espanha](#)
- [França](#)
- [Croácia](#)
- [Itália](#)
- [Chipre](#)
- [Letónia](#)
- [Lituânia](#)
- [Luxemburgo](#)
- [Hungria](#)
- [Malta](#)
- [Países Baixos](#)
- [Áustria](#)
- [Polónia](#)
- [Portugal](#)
- [Roménia](#)
- [Eslovénia](#)
- [Eslováquia](#)
- [Finlândia](#)
- [Suécia](#)

IV – Referência ao relatório da Plataforma Digital Multilíngue

[Plataforma Digital Multilíngue da Conferência sobre o Futuro da Europa – Relatório de fevereiro de 2022](#)

V – Copresidentes da Conferência sobre o Futuro da Europa e membros do Secretariado Comum

Parlamento Europeu	Conselho da UE	Comissão Europeia
Copresidentes da Conferência sobre o Futuro da Europa		
VERHOFSTADT Guy	BEAUNE Clément <i>(janeiro a junho de 2022)</i> DOVŽAN Gašper <i>(julho a dezembro de 2021)</i> ZACARIAS Ana Paula <i>(março a junho de 2021)</i>	ŠUIČA Dubravka
Membros do Secretariado Comum		
MCLAUGHLIN Guillaume <i>(corresponsável)</i>	ARPIO Marta <i>(corresponsável)</i>	SCICLUNA Colin <i>(corresponsável)</i>
CORBETT Richard	ELBELTAGY Dalia	BUSIA Clay
EVSTATIEVA-SHORE Vesela	JAANSALU Liis	DE' GRASSI Mattia
HOFKAMP Jelmer	RHLALOU Rebecca	GYORFI Izabella
PIEROT Rémi	RICEPUTI Matteo	HOEKE Susanne
PIORUN Magdalena	STOYANOV Miroslav	NOWACZEK Krzysztof
RECHARD Danièle	VAN LAMSWEERDE Marie-Charlotte	PALOTAI Viktoria
RUHRMANN Katrin <i>(ex-corresponsável)</i>		RICARD-NIHOUL Gaëtane
POPTCHEVA Eva-Maria <i>(ex-membro)</i>		BEREMLIYSKY Anguel <i>(ex-membro)</i>



PDF ISBN 978-92-824-8730-3 doi:10.2860/331020 QC-05-22-131-PT-N
Print ISBN 978-92-824-8752-5 doi:10.2860/38214 QC-05-22-131-PT-C

© União Europeia, 2022

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte.